



## REVISTA BRASILEIRA

Diretora

**Rosiska Darcy de Oliveira**

Conselho Editorial

**Carlos Diegues**

**Zuenir Ventura**

**Joaquim Falcão**

Produção Editorial

**Monique Cordeiro Figueiredo Mendes**

Revisão

**Perla Serafim**

**Aline Aparecida Canejo Coelho**

Direção de Arte

**Felipe Taborda**

Projeto Gráfico

**Felipe Taborda**

**Augusto Erthal**

Editoração Eletrônica

**Estúdio Castellani**

---

## ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS 2022

### Diretoria

Presidente

**Merval Pereira**

Secretária-Geral

**Nélida Piñon**

Primeiro-Secretário

**Joaquim Falcão**

Segundo-Secretário

**Celso Lafer**

Tesoureiro

**Evaldo Cabral de Mello**

### Membros Efetivos

Alberto da Costa e Silva, Alberto Venancio Filho, Ana Maria Machado, Antonio Carlos Secchin, Antonio Cicero, Antônio Torres, Arnaldo Niskier, Arno Wehling, Carlos Diegues, Candido Mendes de Almeida, Carlos Nejar, Celso Lafer, Cicero Sandroni, Cleonice Serôa da Motta Berardinelli, Domício Proença Filho, Eduardo Giannetti, Edmar Lisboa Bacha, Evaldo Cabral de Mello, Evanildo Cavalcante Bechara, Fernanda Montenegro, Fernando Henrique Cardoso, Geraldo Carneiro, Geraldo Holanda Cavalcanti, Gilberto Gil, Ignácio de Loyola Brandão, João Almino, Joaquim Falcão, José Murilo de Carvalho, José Paulo Cavalcanti Filho, José Sarney, Lygia Fagundes Telles, Marco Lucchesi, Marcos Vinícios Vilaça, Merval Pereira, Nélida Piñon, Paulo Coelho, Paulo Niemeyer Filho, Rosiska Darcy de Oliveira, Sergio Paulo Rouanet, Zuenir Ventura.

# REVISTA **BRASILEIRA**

*Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.*

Machado de Assis



Avenida Presidente Wilson 203 / 4º andar  
Centro  
20030-021 Rio de Janeiro RJ

Telefones  
Geral +(55-21) 3974 2500  
Setor de Publicações +(55-21) 3974 2525  
[publicacoes@academia.org.br](mailto:publicacoes@academia.org.br)  
[www.academia.org.br](http://www.academia.org.br)

Esta *Revista* está disponível  
em formato digital no *site*  
[www.academia.org.br/revistabrasileira](http://www.academia.org.br/revistabrasileira)

ISSN 0103707-2

# Sumário

JANEIRO - JUNHO 2022  
FASE X • ANO I • N.º 110/111

## EDITORIAL

**Rosiska Darcy de Oliveira** ..... 6

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DA ABL

**Merval Pereira**

Uma trincheira em favor da Arte, da Ciência e da Paz ..... 8

## AMAZÔNIAS

**Sebastião Salgado: Entrevista a Rosiska Darcy de Oliveira** ..... 11

**João Moreira Salles**

A floresta como pirâmide ..... 22

**Eduardo Giannetti**

Meditações catastróficas ..... 29

**Izabella Teixeira**

Amazônia e o Brasil: o futuro que seja futuro ..... 40

**Márcio Souza**

Amazônia, população e modernidade ..... 49

**Paulo Nunes**

O rapto da Amazônia na literatura brasileira ou o rio comanda a vida ..... 60

**Ricardo Piquet e Leonardo Menezes**

A Amazônia no museu ..... 74

## POESIA CANTADA

**Gilberto Gil: Entrevista a Rosiska Darcy de Oliveira** ..... 81

**Antonio Cicero**

Letra de canção ..... 92

**Regina Zappa**

Paredes, portas e janelas da "Construção" de Chico Buarque ..... 99

## FICÇÕES

**Paulo Coelho**

Em busca da minha ilha ..... 103

**João Almino**

Por que escrever mais um romance ..... 105

**Ignácio de Loyola Brandão**

Os 40 anos de uma distopia que se tornou realidade:

*Não verás país nenhum*, o romance com dois finais ..... 111

**Antônio Torres**

Notícias do sertão no imaginário contemporâneo ..... 118

## CIÊNCIA

**Paulo Niemeyer Filho**

A criatividade e o cérebro ..... 126

**J. J. Camargo**

Um transplante de esperança ..... 130

**Luiz Alberto Oliveira**

Ecologia Política e Literatura-Mundo ..... 137

**José Luiz Alquéres**

O pensar holístico ..... 147

## MOVIMENTOS CULTURAIS

### José Miguel Wisnik

Rasga o coração ..... 166

### Antonio Carlos Secchin

Memória e desmemória da Semana de 22 ..... 175

## ABL: PORTAS ABERTAS

### IMAGENS

#### Carlos Diegues

O Cine Academia ..... 185

### PALCO

#### Fernanda Montenegro: Entrevista a Rosiska Darcy de Oliveira

O teatro põe a literatura dramática na vertical ..... 188

### IDEIAS

#### Joaquim Falcão

O que é o Ciclo de Conferências? ..... 196

### BIBLIOTECAS DA ABL

#### Arno Wehling

As bibliotecas da Academia Brasileira de Letras ..... 200

### MEMÓRIA

#### José Murilo de Carvalho e Maria Oliveira

Arquivo Múcio Leão ..... 206

### REVISTA BRASILEIRA

#### Mateus Campos

*Revista Brasileira*: onde nasce a ABL ..... 214

## CELEBRAÇÕES

### POSSE

#### Fernanda Montenegro

Discurso de posse na ABL ..... 218

#### Nélida Piñon

Tributo a Fernanda Montenegro ..... 225

### PRÊMIO MACHADO DE ASSIS 2022

#### Cícero Sandroni

Saudação a Ruy Castro ..... 233

#### Ruy Castro

Discurso do Vencedor ..... 235

## LIVROS

#### Antônio Torres

*Querida cidade* ..... 239

#### Rosiska Darcy de Oliveira

*Liberdade* ..... 241

#### Alberto da Costa e Silva

*A África e os africanos na história e nos mitos* ..... 243

#### Joaquim Falcão

*Tantos Ricardo* ..... 245

#### Ana Maria Machado

*Vestígios* ..... 247

#### Evanildo Bechara

*Fatos e dúvidas de linguagem* ..... 249

#### Edmar Lisboa Bacha

*No país dos contrastes: memórias da infância ao Plano Real* ..... 251

#### Merval Pereira

*Desafios da democracia* ..... 253

---

# Editorial

---

## *Rosiska Darcy de Oliveira*

Ocupante da Cadeira 10 na Academia Brasileira de Letras.

**A**cademia Brasileira de Letras reabre suas portas e a *Revista Brasileira*, suas páginas. Ambas mais que centenárias, um patrimônio que transmite sua mensagem civilizatória por um fio invisível que, de geração em geração, nos preserva da corrosão do tempo.

Depois de dois anos de pandemia, das cortinas cerradas, distância, ameaças e lutos, de tantas cadeiras vazias, medos e despedidas; depois do ataque a tudo que aspire a ser parte da criação artística ou científica; do apedrejamento pelo obscurantismo desse imenso vitral da criação em que todos nós, artistas e cientistas, vimos depositar, como um ínfimo fragmento, nossas obras e mistérios; depois de tantos obstáculos enfrentados e superados, vamos retomar o que se manteve intacto: nossa confiança no futuro.

---

Nosso tempo é incerto  
e perigoso. Nas páginas  
da *Revista Brasileira* o  
pensamento é convocado  
a interpretar esse mundo  
à deriva, tendo como  
norte a fidelidade ao  
humanismo e  
à liberdade.

---

Inauguramos nesse número a fase X da *Revista Brasileira*. Incontornável e simbólico, o tema das *Amazônias* se impõe como ilustração do que pretendemos: contemporaneidade, relevância, diversidade de opiniões, respeito pela memória ancestral e anúncio do que está por vir.

Poesia e prosa guardam seu lugar de nobreza. As páginas se abrem agora para a fotografia, o cinema, o palco, a música, as artes plásticas, as novas linguagens e os movimentos culturais. A ciência e a tecnologia vêm juntar-se a todas as artes na tessitura de um mundo surpreendente. Elas estarão presentes aqui, como tudo mais que favoreça a travessia e a superação da perplexidade diante de uma investida obscurantista que se espalha em nosso país e no mundo, orgulhosa de sua nefasta ignorância.

Essa revista é brasileira. Em sua sede, poucos sabem, foi fundada a Academia Brasileira de Letras. Entranhada em nossa história, teve Machado de Assis como colaborador. Registrou por mais de um século os debates literários e os sobressaltos do pensamento que alimentam a vida intelectual. Trouxe até nós, como herança, a memória da inteligência de nosso país. Estimulou no passado, como faz agora, a interlocução com os desafios que nos cabe viver.

Nosso tempo é incerto e perigoso. Disritmia das estações, chuva assassina, florestas amputadas, deriva dos polos. Guerras, ruínas, êxodos, ameaças à democracia. Errância de indivíduos deixados ao relento pela falência de dogmas e certezas, confrontados com a autoria de si mesmos. Medos e ressentimentos escondidos nas trevas do rancor. Convivência com a barbárie, mal-estar na civilização.

Nas páginas da *Revista Brasileira*, o pensamento é convocado a interpretar esse mundo à deriva, tendo como norte a fidelidade ao humanismo e à liberdade.

A literatura é nosso ofício. A língua portuguesa, nosso instrumento. Poetas, romancistas, ensaístas pisam aqui um chão bem conhecido. A *Revista Brasileira* vai buscar também seus leitores e colaboradores nos diferentes campos da cultura e da ciência, nas universidades, nos centros culturais e de pesquisa, nas academias de letras e de ciências, nos museus e bibliotecas, na mídia, onde quer que mulheres e homens estejam pensando, debatendo e agindo para refundar o país.

Nosso tempo pede uma ética do debate em que prime o argumento, a troca de opiniões, a aceitação da complexidade dos problemas. O contrário do anátema, da proibição e da censura.

O Brasil tem na cultura sua maior riqueza. Irrigada por três cosmogonias, estranhas umas às outras, elas vêm negociando essa estranheza ao longo dos séculos com um sentimento de incompletude, buscando umas nas outras aquilo que não são e contribuindo assim para uma identidade que é um paradoxo: diversidade que se faz identidade. Nós, os brasileiros.

Nossos escritores, poetas, compositores, cientistas mesclam-se em um processo originalíssimo, ao mesmo tempo intérpretes e criadores dessa cultura e dessa identidade em construção. É dessa construção que a *Revista Brasileira*, na esteira de sua história, se quer protagonista.



Capa da primeira edição da *Revista Brasileira*, de julho de 1855.

---

# Uma trincheira em favor da Arte, da Ciência e da Paz

---

*Merval Pereira*

Ocupante da Cadeira 31 na Academia Brasileira de Letras.

**A** migas e amigos da Academia Brasileira de Letras. O destino quis que essa nova Diretoria assumisse no momento em que se pode saudar a vida pelo fim da pandemia à vista, mas, ao mesmo tempo, lamentar um novo flagelo no horizonte, que a todos mortifica, o da guerra sangrenta, injustificável. Esses dois anos tão difíceis que aparentemente vão ficando para trás nos mostram, porém, como podemos ter esperança na superação desse novo e triste desafio: a união de cidadãos nas democracias de todo o mundo na luta diária contra o mal. Tem sido assim na pandemia e será assim no repúdio à guerra. Essas duas semanas já mostraram isso. A Academia Brasileira de Letras é e sempre será uma trincheira a favor da Arte, mas também da Ciência e da Paz.

Há dois anos a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia do coronavírus, justamente a 11 de março de 2020, e hoje estamos aqui reunidos para celebrar a vida. Quase 700 mil vidas entre nós foram perdidas nessa trajetória, vítimas do vírus e também da desídia governamental. O país e o mundo sofreram e ainda sofrem os efeitos devastadores da pandemia, mas estamos aqui hoje superando nossas dores para comemorar a vida.

Perdemos muitos companheiros nesse período, não necessariamente para a covid; ontem nos despedimos do amigo e grande brasileiro Candido Mendes de Almeida. Temos hoje na plateia sua viúva, a médica Margareth Dalcomo, que fez a diferença nesses tempos de pandemia. Essa é uma dolorosa renovação que segue o ritmo natural da vida, a que estamos acostumados como instituição, que preserva seu passado e torna imortais, pela lembrança de suas obras, aqueles que se foram.

Nos últimos meses procuramos espelhar mais a diversidade brasileira ao escolher os substitutos para as cadeiras vagas. Renovamos nossa crença no empoderamento feminino elegendo a atriz Fernanda Montenegro, ícone da cultura brasileira e representante do teatro, que já deu à ABL, entre outros, o crítico Sábado Magaldi e o dramaturgo Dias Gomes, cujo centenário comemoramos este ano. Tenho a alegria de anunciar hoje que Fernanda Montenegro fará uma leitura de textos de Nelson Rodrigues aqui no nosso teatro, provavelmente em abril. Em Gilberto Gil, celebramos a poesia e a identidade afro-brasileiras, que sempre esteve presente na Academia, desde o fundador Machado de Assis até o recente Presidente Domício Proença, e grandes negros do alto mundo da cultura brasileira membros da Academia Brasileira de Letras, como Evaristo de Moraes Filho, Octavio Mangabeira e José

do Patrocínio, entre outros. Num momento em que a ciência nunca foi tão necessária e ao mesmo tempo tão negligenciada pelas autoridades, elegemos o neurocirurgião Paulo Niemeyer, seguindo uma tradição de ter entre nós grandes médicos, como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas Filho e, mais recentemente, Ivo Pitanguí. A visão humanística de José Paulo Cavalcanti, jurista e escritor, especialista em Fernando Pessoa, e a visão modernizadora do economista, filósofo e escritor Eduardo Giannetti da Fonseca, foram as duas recentes homenagens feitas à diversidade cultural do país – um pernambucano de raiz, o outro mineiro, com atuação a partir de São Paulo. De acordo com seu estatuto, legado pela primeira Diretoria, que tinha Machado de Assis e Joaquim Nabuco, entre outros, a Academia Brasileira de Letras tem que ter, para possibilitar seu funcionamento, um mínimo de 60% de membros que residam no Rio de Janeiro. Isso não quer dizer que nossa representação regional seja limitada. Temos cariocas, pernambucanos, mineiros, paulistas, maranhenses, capixabas, paraibanos, gaúchos, baianos, potiguares. E até uma carioquíssima espanhola, a Secretária-Geral Nélide Piñon.

Falar de uma instituição de 125 anos como a Academia Brasileira de Letras é necessariamente falar menos do passado e mais do seu futuro, que seguirá seu curso histórico como bastião da cultura brasileira, especialmente em tempos difíceis em que é preciso persistir para cumprir seu destino de distribuir conhecimento, valorizar a língua e a literatura nacional, sem abrir mão de compromissos sociais há muito inseridos na nossa história. Tempos de pandemia, que limitou nossas atividades, mas não nossa firme decisão de permanecer como defensores da liberdade de expressão, contrários a qualquer espécie de censura, em busca da difusão da literatura nos locais mais ermos do país, abandonados pelo poder público, seja por descaso ou intenção, como os presídios, as aldeias indígenas, as comunidades carentes. Dar livros para os desassistidos é o mesmo que dar pão para os que têm fome, e por isso uma das ações mais simbólicas do modo de pensar e agir da Academia Brasileira de Letras foi instituída pela gestão anterior, presidida por nosso confrade Marco Lucchesi, a quem presto minha homenagem pelo trabalho realizado nesses quatro anos passados. Entregamos livros junto com cestas de alimentos básicos para os afetados pelo desemprego, pela crise financeira que abala nosso país. A Academia Brasileira de Letras se recusa a ser um local elitista na acepção vulgar da palavra, mas representa, sim, uma elite cultural que partilha com os cidadãos sentimentos de diversidade e inclusão. Hoje, todos já sem a obrigação de usar máscaras, mas mantendo a cautela diante do inimigo invisível, começamos uma nova etapa de nossas vidas. Este é o ano da esperança, de louvar a vida em todos os seus aspectos. É uma dádiva que justamente neste ano comemoremos os 125 anos de fundação da Academia Brasileira de Letras. A mais importante instituição cultural brasileira retoma suas

---

A pandemia limitou nossas atividades, mas não nossa firme decisão de permanecer como defensores da liberdade de expressão, contrários a qualquer espécie de censura, em busca da difusão da literatura nos locais mais ermos do país.

---

atividades presenciais com um calendário extenso de efemérides de toda espécie, organizado pelo Primeiro-Secretário, Joaquim Falcão: além de sua fundação, em julho, comemoraremos o centenário da Semana de Arte Moderna, cujo ciclo será coordenado pelo Acadêmico Geraldo Carneiro; o de nascimento de Darcy Ribeiro; o bicentenário de nossa Independência, cuja organização está a cargo do Acadêmico José Murilo de Carvalho. É uma triste coincidência que estejamos a comemorar o centenário da Semana de Arte Moderna, catalisadora de movimentos artísticos inovadores que já se prenunciavam pelo país, no momento em que vivemos um retrocesso cultural nunca visto nas políticas públicas. Além de o ambiente político desestimular a criatividade, criminalizar a expressão artística, tolhendo a liberdade de criação, temos atos concretos contra o setor cultural. O mais recente – alterações na Lei Rouanet – pode provocar a inviabilização de futuros projetos culturais. Comemorar, portanto, os 125 anos da ABL nesse contexto vai além de uma visão histórica. A ABL foi criada por um grupo de intelectuais nos moldes da Academia Francesa, a partir do êxito da *Revista Brasileira*, de José Veríssimo. Primeiramente denominada de *Revista Brasileira, Jornal de Literatura, Teatros e Indústria*. Um de seus colaboradores foi Machado de Assis, que, inclusive, contribuiu com folhetins que mais tarde virariam livro, tais como *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), até ser editado pela Tipografia Nacional. Em 1941, por sugestão de Levi Carneiro, a Academia Brasileira de Letras a encampou e ela passou a pertencer à instituição, visando ao resgate da tradição literária que a revista teve no cenário brasileiro. A *Revista Brasileira*, dirigida hoje pela Acadêmica Rosiska Darcy de Oliveira, que se beneficiará de uma reforma gráfica em gestação pelo designer Felipe Taborda, continuará tendo edições impressas e digitais. Seguiremos a máxima da ABL, que é unir a tradição à modernidade. A ABL, aliás, está empenhada em reforçar a atuação nos novos meios digitais, mas esse reconhecimento de que a revolução tecnológica pode dar um novo impulso na difusão da cultura não é de hoje. Em 2010, da segunda vez em que foi Presidente da Academia Brasileira de Letras, nosso confrade Marcos Vilaça tomou a iniciativa de dar a cada acadêmico um iPad recém-lançado. O espírito da Academia Brasileira de Letras sempre foi guiado pela independência política e financeira, e assim continuamos, a despeito dos obstáculos no caminho e das dificuldades que eventualmente tenhamos que superar. Esta é a Casa de Machado de Assis, que, no seu dizer, é “a glória que fica, eleva, honra e consola”. Nascemos com o objetivo de preservar a língua e a cultura nacional, e temos nos dedicado a isso historicamente com afinco. Defender a cultura tem sido nossa tarefa primordial nos anos recentes, seja defendendo a liberdade de expressão, seja protestando contra tentativas de censura, estrangulamento financeiro das instituições que existem para financiar projetos culturais que não devem ser oficialistas, mas espelho da representatividade plural de nossa cultura. Academia não é um lugar de fazer política. Só nos manifestamos quando os fatos exigem. Quando há uma tentativa de censura, em qualquer nível, por exemplo, nós sempre nos manifestaremos. Ou quando há uma proposta de aumentar o imposto sobre os livros, limitando o acesso a eles, na busca de compensar gastos públicos desnecessários. A Academia não faz política partidária, mas defende princípios e valores que integram a cultura brasileira. Há momentos, como os de agora, conturbados pela situação internacional dominada pela guerra na Ucrânia e pela nossa crise interna, em que os tempos exigem mais de nós. Estamos prontos. Mas a Academia Brasileira de Letras não é a Casa do não, é a Casa do sim, a Casa da aproximação, da concórdia. A Casa do entendimento. A Casa que sabe que a cultura ajuda a fortalecer uma Nação. Esperamos que essa nova quadra das nossas vidas seja o tempo da reconstrução.

---

# Sebastião Salgado

---

Fotógrafo, formado em Economia, cofundador do Instituto Terra. Membro da Académie des Beaux-Arts da França, Honorary Doctor of Arts da Universidade de Harvard (EUA), e vencedor do The Praemium Imperiale, da Japan Art Association, considerado como o Nobel das Artes, entre outros prêmios.

## Entrevista a Rosiska Darcy de Oliveira

**Sebastião Salgado, você é membro da Academia de Belas-Artes da França, é um dos maiores fotógrafos do mundo. Tirar uma foto leva um segundo ou leva toda uma vida?**

Fazer uma fotografia leva uma vida. Se calculo que tenho uma média de 1/250 avos por segundo para cada imagem, as mais de 200 fotografias que compõem a exposição *Amazônia*, que será apresentada no Museu do Amanhã, a partir de julho, somam um pouco menos de um segundo. Mas para tirar todas essas fotografias, investi, talvez, de oito a dez anos de minha vida viajando pela Amazônia. Investi um tempo considerável para conceitualizar todo este trabalho, depois para escolher as imagens, editá-las junto a Lélia, minha mulher e companheira de trabalho e de vida, que desenhou os livros, é cenógrafa e curadora de todas nossas exposições pelo mundo. Tudo isso para que essas imagens pudessem ser materializadas de uma forma apresentável. Então, realmente, o ato de realizar a foto leva uma fração de segundo, mas toda a preparação, a materialização e a apresentação disso tudo leva uma vida. E além de tudo, quando faço uma foto, estou fazendo uma intervenção com toda minha herança cultural, humana, relacional. É a minha vida, minha personalidade, minha maneira de ver o mundo, de me apresentar face ao que estou fotografando. É toda esta bagagem, junto com minha capacidade de percepção, que realiza a imagem. A fotografia é feita em uma fração de segundo, mas é necessária toda uma vida para realizá-la.

**A fotografia é uma linguagem estética, um compromisso ético?**

A fotografia é uma linguagem puramente estética. Trabalhamos com planos, luzes, equilíbrio de espaços. Não só a minha linguagem fotográfica, mas a de todos os fotógrafos, é estética. E não é uma linguagem objetiva. É profundamente subjetiva. Expressa o ponto de vista de uma personalidade, de alguém que traz em si todo um aparato de ideias e de heranças. A ética é uma linha muito delgada, e não se pode estar nem antes ou depois dela. Também não é uma constante. É um conceito intransigente, de uma precisão absoluta, e individual. Quando interveño com minhas fotografias, o faço com a minha ética, com todos os parâmetros que definem a minha personalidade, meu posicionamento dentro da sociedade. Esse parâmetro ético é quase tão subjetivo quanto a fotografia, pois é intrínseco a cada uma das pessoas deste planeta. A sua ética não é a minha ética. Há detalhes



que geram uma diferença enorme. A ética é uma constante na vida das pessoas e principalmente na dos fotógrafos, que podem chegar ao fundo da intimidade daqueles que fotografam. E cabe a eles definir o que podem registrar e apresentar. Você não pode transgredir de forma alguma essa linha.

### **A fotografia é a sua expressão?**

A fotografia é minha linguagem. Idioma é o que falo, a linguagem é o que expresso. Eu me expresso por meio da fotografia. Muitas pessoas me dizem: “Sebastião, você vê tantas coisas interessantes no planeta, tem a oportunidade de conhecer lugares incríveis, tinha de escrever sobre isso”. Eu respondo que já escrevo com a fotografia, é a minha expressão. É tão difícil fazer uma fotografia quanto escrever um artigo. É necessário tanta concentração e preparação. Eu me lembro quando fiz a ascensão ao Pico da Neblina com 22 indígenas, mais os meus assistentes e a equipe de apoio da Funai. Nesse caminho, talvez tenha feito duas ou três fotografias que considero razoáveis. É tanto investimento físico, de concepção, de tempo, de imaginar as imagens possíveis, o que poderia ver daquelas alturas. Ia vivendo aquilo profundamente dentro de mim. A fotografia é uma linguagem de busca permanente, de uma profundidade imensa e algo que você não pode definir a priori. Todas as variáveis que vão constituir a realidade que você vai materializar em imagem não são conhecidas de antemão. Nenhuma. Você vai descobrindo tudo a cada passo. Sejam dificuldades que surgem ao longo do caminho, as condições climáticas, as reações das pessoas que acompanham. É uma linguagem constituída de todo o entorno para sua materialização. A fotografia é uma das linguagens que mais necessita de concentração e dedicação para ser realizada.

### **Gostaria que você falasse sobre o lugar da fotografia na sua vida e da sua vida na sua fotografia.**

A fotografia na minha vida foi algo extremamente importante desde que a conheci. Desde o momento em que abandonei a carreira que tinha antes, e que integrei na fotografia, esta nova atividade passou a ser minha forma de vida. Tudo que organizei, que vivi, foi dirigido para a fotografia. Foi para mim uma paixão profunda. Quando comecei, vivi a fotografia de uma forma muito intensa. Adorava o cheiro das minhas máquinas, o ato de fotografar, de revelar os filmes, de copiar as imagens. Era quase sublime a minha relação com a fotografia. E isso continuou durante toda a minha vida. Tudo que construí foi no sentido de poder continuar fotografando. Anexei a minha vida à fotografia. De tudo que pensei, sofri, imaginei, e que para mim teve um valor imenso, a fotografia foi a razão maior. Tinha de transmitir tudo isso por meio da fotografia. E minha vida também acabou virando a fotografia. Tive uma enorme vantagem de ter uma companheira que também amou profundamente a fotografia. Nós dois integramos a organização de minha vida, de nossa vida familiar, de nosso tempo em função da fotografia. E a fotografia nos deu uma oportunidade imensa de conhecermos de uma maneira profunda e vasta o planeta em que vivemos. Isso foi capital para mim, e para nossa vida.

**O seu primeiro grande trabalho foi fotografar a catástrofe humana criada pela seca, fome e guerra no Sahel. Daí nasceu o projeto de fotografar a situação de refugiados em 40 países do mundo. Seu livro *Êxodos* conta essa história com imagens do que você chamou uma vez uma humanidade em transe. O fato de ser você mesmo**

---

A fotografia é minha linguagem. Idioma é o que falo, a linguagem é o que expresso. Eu me expresso por meio da fotografia. Escrevo com a fotografia. É tão difícil fazer uma fotografia quanto escrever um artigo.

---

### um exilado pesou no apelo que o tema dos refugiados teve para você?

A minha linguagem fotográfica foi ligada à minha forma de vida. Tive o grande privilégio de viver um momento da História no qual minha fotografia pôde se expressar. Cheguei à França quase em condição de exilado. Lélia e eu tivemos que sair do Brasil de uma maneira muito rápida, no final dos anos 1960, porque o país vivia em um sistema de repressão profunda, e éramos jovens militantes de esquerda, com possibilidade de sermos presos, torturados e mortos. Como éramos muito novos, a organização da qual fazíamos parte decidiu que seria oportuno sairmos, no objetivo de proteger e formar jovens quadros no exterior. E partimos. Chegamos à França como exilados. Logo depois, a ditadura brasileira

retirou nossos passaportes e tivemos de impetrar um mandado de segurança para recuperá-los. Passamos à condição de refugiados aqui na França, e depois de imigrantes. E até hoje, há mais de 50 anos na França, já com a nacionalidade francesa, continuamos sendo imigrantes. Somos brasileiros morando em um país no qual não nascemos, do qual não herdamos a cultura; nossa cultura é brasileira. Quando realizei um trabalho sobre refugiados e imigrantes, já conhecia essa história, eu a vivi, bem ou mal. Era a minha história, me identificava com ela. Durante anos saí em busca de populações que haviam sido arrancadas de seu local de origem e se encontravam em uma situação de trânsito, à procura de um outro ponto de estabilidade. Era uma condição desesperante, mas não de depressão. Não conheci nenhuma dessas populações, mesmo nas situações mais dramáticas, deprimidas. Estavam em busca de um outro ponto de equilíbrio. Vivi durante muitos anos com essas populações, que partiam por motivos econômicos, de mudança climática ou conflitos. Realizei um corpo de trabalho chamado *Êxodos*. Na realidade, estava fotografando uma parte da minha própria vida, retratada em outras pessoas, algumas delas em situações um pouco melhores do que as que tive, e a grande maioria em condições muito piores. Foi um momento muito importante da minha vida, de identificação com as pessoas, e de sentir profundamente o que estava fotografando.

### O magnífico livro *Gênesis*, a que você dedicou oito anos de trabalho, retrata os lugares intocados do planeta, cerca de quarenta por cento em regiões de difícil acesso, altas montanhas, geleiras, desertos, que se conservam ainda hoje como cenários que remontam a tempos imemoriais. O que você buscava nessa peregrinação às origens?

Buscava as origens. Vivi momentos dramáticos quando estava fotografando os refugiados e imigrantes, os desenraizados. A ponto que entrei em estado de depressão física e mental. Tive em instâncias de abandonar a fotografia. Tive uma decepção profunda com o comportamento da minha espécie. Parei de fotografar, voltei ao Brasil, foi na época em que meus pais ficaram mais velhos e passaram a fazenda deles para mim e para a Lélia. E por uma ideia da Lélia, transformamos

aquele pedaço de terra em uma reserva do patrimônio natural e começamos a plantar uma floresta. Com o retorno da biodiversidade, vi as árvores refazerem a terra, as nascentes. Voltaram os insetos, os pássaros, os mamíferos. Vi a diversificação da biodiversidade, e isso me tocou profundamente. Plantamos centenas de milhares de árvores. Foi uma lição de vida tão grande para mim, que a partir de um momento quis voltar para a fotografia. Mas quis ir ver o meu planeta, o que ainda tinha de prístino no mundo. Sabia que havia uma parte, mas desconhecia que era tão grande. Passei muito tempo na Conservation International em Washington, eles me abriam todos os arquivos, e lá descobri que mais de 46% do planeta ainda estava como no dia do Gênesis. E quis ir ver isso. Organizei com a Lélia um projeto de visitar o planeta. Não sabia que isso depois se tornaria um livro e uma exposição. Consegui que um grupo de revistas me financiasse, e fui embora conhecer o planeta. Tudo o que havia visto em pequena escala no Instituto Terra, quis ver em grande. E vi. Descobri coisas fantásticas. A primeira delas teve relação com toda a depressão que tive ligada à decepção com a violência de minha espécie. Descobri que minha espécie era apenas mais uma em meio a milhares de outras, e de forma alguma era a mais importante. Todas têm uma função. Descobri que o reino do qual faço parte, repleto de espécies, era muito mais sofisticado do que imaginava. Havia também os reinos vegetal e mineral. Encontrei uma riqueza de oportunidades e de diversificação. Toda aquela desesperança que tive voltou a ser uma grande esperança. O importante não é uma só espécie, no caso a minha, mas todas as espécies. Me dei conta de que o planeta é capaz de organizar, reciclar, refazer, reconstruir tudo. E me voltou um enorme prazer de viver, toda a

Parque Nacional da Serra do Divisor, Estado do Acre, 2016 © Sebastião Salgado.







esperança, a possibilidade de me inserir dentro do contexto geral de uma forma completamente diferente. Tive a oportunidade de ficar sozinho em alto de montanhas, vendo chegar o vento, a chuva, a neve. Vi a erosão trabalhar, os minerais, as demais espécies, todos os seres vivos participando. E, entre aquela quantidade de viagens que fiz durante oito anos, descobri que a maior delas era aquela que estava fazendo dentro de mim, me descobrindo como parte da biodiversidade geral, parte do meu planeta.

**Você inaugurou recentemente no Brasil, a exposição *Amazônia*, que já aconteceu na França e está em exibição no Reino Unido e na Itália. Essa exposição se tornou também um novo livro, *Amazônia*. Ela chega aqui em um momento em que a crise climática colocou a floresta no centro das aflições e esperanças da humanidade. Muito antes, você já se voltara para a Amazônia, pousando sobre ela um olhar apaixonado, que parecia oriundo de uma antiga intimidade com essa floresta enigmática e suas populações nativas. Como a Amazônia entrou em sua lente e o que você sabe hoje sobre ela, sua natureza, sua cultura? Essa fronteira existe?**

A Amazônia foi extremamente importante na minha vida. Ela me deu a dimensão da biodiversidade vegetal. O poder vegetal da Amazônia é incomensurável. A capacidade de regeneração, de reconstrução, de evolução vegetal é colossal na Amazônia. E ela engendra todo um mundo animal, do qual faz parte nossa espécie, aceita em seu seio. O mundo das águas na Amazônia é tão grandioso como o vegetal. A capacidade de geração de umidade, de chuvas, de rios, de fluxos, de caudais é algo imensamente deslumbrante. A Amazônia foi enorme na minha vida, preencheu tudo o que podia e sem limites. Podia olhar para onde quisesse, e o mundo era vegetal. A Amazônia me permitiu mergulhar profundamente na biodiversidade do planeta. E descobri que a Amazônia é a pátria maior da biodiversidade no mundo. A Amazônia me permitiu ver como minha espécie se adaptou a ela, como fez parte dela. Quando descobri essas comunidades indígenas, no início tinha impressão de que iria encontrar seres humanos bem distantes de mim, especiais e isolados. Mas foi uma surpresa geral para mim, pois encontrei a mim mesmo nessas tribos. Faço parte do grupo que chegou há quinhentos anos, com a vinda dos europeus na América. E aqueles indígenas são eu mesmo, o *Homo sapiens*, que chegou há cerca de 20 mil anos antes de mim. E estavam lá, intactos, inteiramente adaptados. Eles não se adoentam na floresta como eu. Vivem de forma que são parte do meio ambiente, sabiamente passaram a ser biodiversidade. Eles são floresta, água, terra. São natureza. Tudo o que

---

Não sou religioso  
nem crente. Mas  
entre as fábulas que  
constituíram nossa  
história está o Paraíso.  
O Paraíso existe e se  
chama Amazônia. Hoje  
a Amazônia é um grande  
pedaço de mim. Se não  
a tivesse conhecido  
seria um ser incompleto.

---

era essencial para mim encontrei com a minha espécie lá dentro da Amazônia. Não sou religioso nem crente, mas entre as fábulas que constituíram nossa história está o Paraíso. Essa fábula Paraíso existe, e se chama Amazônia. A Amazônia foi para mim algo que completou, de forma rica, exuberante, global, tudo o que conhecia no planeta. Em 48 reportagens, tive a oportunidade de ver diferentes aspectos da Amazônia, viver dentro da floresta e registrar. Hoje, a Amazônia é um grande pedaço de mim. Se não a tivesse conhecido, seria um ser muito incompleto. Se hoje há um equilíbrio na minha vida, é em função da Amazônia.

### **A Amazônia está submetida a um modelo de exploração predatória, exposta a desmatamento e invasão agrícola, queimadas, garimpeiros e contrabandistas de madeira. Como é possível deter o curso dessa destruição?**

Vamos ter de encontrar uma forma de deter o curso dessa destruição. Os brasileiros sozinhos não conseguirão. Temos hoje um governo profundamente predador. Mas, antes disso, 18% da Amazônia já tinha sido destruído. A destruição da Amazônia é em função de nosso comportamento como sociedade, de nossos exageros de consumo, os maus hábitos que construímos ao longo da vida no mundo. Isso terá de parar. Porque nós precisamos dessa taxa de umidade que a Amazônia oferece, não somente para a agricultura da América Latina, mas para o planeta inteiro. Durante centenas de milhões de anos, essa floresta captou carbono. As árvores, a madeira, são carbono puro. E se destruímos isso hoje, vamos restituir esse carbono de uma forma tão terrível na atmosfera, que só a Amazônia será talvez responsável por vários graus de aquecimento do planeta, o que levará a uma catástrofe enorme. E se protegermos a floresta, aquelas árvores serão capazes de capturar e de reter o dióxido de carbono. Precisamos daquela quantidade de biodiversidade para manter o equilíbrio do planeta. Precisamos daquele acúmulo de água, a maior reserva de água doce do mundo. Conscientes dessa necessidade, tínhamos de no Brasil criar um projeto responsável de proteção da Amazônia, trazendo conosco o planeta, criando uma forma sustentável de economia, principalmente extrativa. A Amazônia hoje é capaz de fornecer grande parte da alimentação biológica para o planeta. Por meio de um projeto responsável, teremos a possibilidade de atrair vários grupos científicos e universidades para a descoberta de produtos que podem ser extraídos da floresta sem destruir uma só árvore, e que podem servir às indústrias farmacêutica e cosmética. Podemos criar um dos maiores espaços turísticos do mundo, também com hotéis navegáveis, capaz de gerar uma enorme entrada financeira. Existe uma possibilidade de se criar um grande projeto sustentável que vai carrear um fluxo financeiro que o Brasil jamais conheceu. O bioma amazônico, que representa 49,29% do território brasileiro, pode gerar uma quantidade de renda e uma outra qualidade e nível de vida para o país, e ao mesmo tempo protegendo aquela parte do planeta. Acredito que a possibilidade é imensa, e cabe aos próximos candidatos a governar o país apresentarem programas responsáveis para a Amazônia. Queria solicitar a todos os brasileiros que lerão este artigo que votem somente em candidatos que tenham um projeto sustentável para a Amazônia. Temos de proteger o bioma amazônico.

### **A Amazônia existe no imaginário dos brasileiros ou é uma realidade longínqua, misteriosa, quase uma lenda? Essa ignorância e indiferença é desastrosa para o Brasil?**

Hoje, a Amazônia existe no imaginário dos brasileiros. Até três ou quatro anos atrás, era muito raro encontrar brasileiros que tivessem um conhecimento ou interesse pela Amazônia. Mas depois da ameaça de extinção de grande parte das tribos

indígenas da Amazônia pela covid-19, que provocou o levante de uma barreira em defesa dessas comunidades, houve um novo despertar do povo brasileiro em direção à Amazônia. Acredito hoje que é o povo mais consciente da necessidade de proteção do bioma amazônico. Hoje existe uma verdadeira consciência brasileira em relação à proteção das comunidades indígenas e do bioma amazônico, e mesmo de que a Amazônia é essencial para o Brasil. Pelo valor de suas árvores, a Amazônia constitui a maior reserva financeira do planeta. O que custa um hectare de floresta? O valor necessário para reconstituí-lo no dia em que for destruído. Lélia e eu estamos replantando um pedaço da Mata Atlântica, e sabemos como custa caríssimo refazer um hectare de terra. E os quase 450 milhões de hectares que o Brasil possui de floresta na Amazônia constitui a maior reserva de valores do mundo. E deveríamos ter as nossas Forças Armadas, cuja maior missão é defender a soberania nacional, defendendo a soberania amazônica, principalmente contra os predadores brasileiros, que são a maior ameaça.

**Durante a pandemia, você liderou um movimento mundial de solidariedade às populações indígenas ameaçadas de extermínio pelo coronavírus. Que balanço você faz dessa luta pela salvação e futuro das populações indígenas?**

Quando lançamos esse manifesto, conseguimos as assinaturas de 67 personalidades. Lélia e eu compramos do nosso bolso espaço na mídia brasileira, nos dirigindo aos três poderes brasileiros – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Tivemos uma resposta muito positiva do Poder Judiciário. Foi constituído junto ao presidente

Adão Yawanawá, Aldeia Nova Esperança, Terra Indígena Yawanawá do Rio Gregório, Estado do Acre, 2016  
© Sebastião Salgado.



do Supremo Tribunal de Federal na época, Dias Toffoli, um grupo de juízes e procuradores que lutaram, militaram e ajudaram na proteção das comunidades indígenas da Amazônia. Tanto que os indígenas foram os primeiros a serem vacinados no Brasil, sabendo que eles eram quem tinha menos defesas imunológicas para a enfermidade. Isso conseguimos graças à grande resposta do Judiciário brasileiro.

**Darcy Ribeiro, que trabalhou como etnólogo na Amazônia e em outras regiões do Brasil, escreveu que não queria que as populações nativas fossem para ele um distante objeto de estudo, porque seria como um médico que se interessa pela doença, mas não pelo doente. Essa empatia que você como fotógrafo experimenta com quem fotografa tem raízes no mesmo humanismo?**

Tem, porque o humanismo do Darcy Ribeiro é o mesmo meu. Não que tenhamos estudado na mesma escola ou que minhas leituras sobre Darcy Ribeiro tenham me influenciado na vida. Mas tem a minha origem brasileira, minha migração do campo para a cidade, minha evolução dentro da sociedade brasileira e tudo que pude assimilar. Meu respeito e admiração pela sociedade brasileira é o mesmo que Darcy Ribeiro teve pelo povo brasileiro, cuja cultura ele foi capaz de sintetizar. Para mim, é um dos maiores intelectuais que o Brasil já teve.

**Lélia Wanick Salgado, sua mulher e companheira da vida inteira, foi também sua parceira ao longo de toda sua carreira e concebeu a exposição e o livro *Amazônia*. Sua admiração por ela transparece em todas as suas falas. Gostaria de ouvi-lo sobre essa comunhão no trabalho artístico.**

Lélia não foi parceira apenas no trabalho *Amazônia*, mas em tudo ao longo de minha carreira, em tudo o que fizemos. Daqui a dois anos, teremos seis décadas de vida comum, sempre muito próximos um do outro. Tenho extrema admiração pela Lélia, por sua extrema capacidade de síntese e de transmitir a beleza. Ela tem um gosto muito especial. É uma grande companheira de vida. Temos um filho com síndrome de Down, e a Lélia tem grande importância em como isso foi assimilado, aceito e integrado em nossa vida. Tive uma sorte imensa de a Lélia ter feito estudos de arquitetura. Os arquitetos são primos em primeiro grau dos fotógrafos. Essa aproximação da vida profissional da Lélia com a minha, e a conversão dela para a fotografia a partir de um certo momento, foi determinante na minha vida de fotógrafo. O resultado de tudo isso não é a adição do meu trabalho ao dela. É o exponencial do trabalho dela ligado ao meu. Isso dá uma multiplicação quase ao infinito. É sem limites, é fantástico. Admiro e sou apaixonado pela minha mulher.

---

Lélia não foi parceira apenas no trabalho Amazônia, mas em tudo ao longo de minha carreira. O resultado não é a adição do meu trabalho ao dela, é o exponencial do trabalho dela ligado ao meu. Uma multiplicação ao infinito. Admiro e sou apaixonado pela minha mulher.

---

# A floresta como pirâmide

**João Moreira Salles**

Documentarista e fundador da revista *piauí*. Dirigiu os filmes *Notícias de uma guerra particular*, *Nelson Freire*, *Entreatos*, *Santiago* e *No intenso agora*. Mais recentemente, publicou *Arrabalde*, série de 6 reportagens sobre a Amazônia.

“**A** Amazônia é ocupada há mais de 10 mil anos, em alguns casos por populações de milhares de pessoas. É de se esperar, portanto, que a floresta que hoje recobre muitos sítios arqueológicos tenha, além de uma história natural, também uma história cultural.” Essa passagem aparece no livro *Arqueologia da Amazônia*, do pesquisador Eduardo Góes Neves, um dos responsáveis por mudar a nossa compreensão do que vem a ser uma floresta.

Reconhecemos a obra de civilizações antigas por marcas que nos são familiares, por ruínas que lemos como encarnações antigas de estruturas contemporâneas. O templo romano é a catedral, a mesquita, a sinagoga; o anfiteatro grego é a sala de espetáculos; a pirâmide egípcia é o túmulo e o monumento. Vale também para as construções simbólicas – para as epopeias, as leis, o Estado. Não temos dificuldade em identificá-las e valorizá-las porque sabemos do que se trata: somos feitos dessas mesmas coisas.

Ocorre que essa é uma forma bastante específica de apreender o que os tempos antigos nos deixaram: “O passado se encaixa na variabilidade do presente”, sintetiza um colega de Neves, o antropólogo norte-americano Michael J. Heckenberger. Significa não só que notamos essencialmente o que faz parte da nossa experiência, que enxergamos melhor o que vemos todos os dias, mas também – e talvez principalmente – que interpretamos como *falta* a inexistência, no passado, de estruturas com as quais estejamos familiarizados no presente.

Na Amazônia não se encontraram (até agora pelo menos) indícios do uso de metal, de domesticação significativa de animais, de estruturas centrais de poder que remetam à ideia de Estado. Mais prosaicamente, não vemos pirâmides na floresta, e ainda hoje essas ausências induzem à interpretação de que as civilizações amazônicas ficaram atoladas numa espécie de estágio inaugural da aventura humana.

Em *The Ecology of Power* [A ecologia do poder], um estudo sobre a vida dos povos xinguanos antes e depois do encontro com o colonizador europeu, Heckenberger cita John Locke, que em 1690 escreveu: “No início, o Mundo todo era *América*”. Na origem da História, todos viviam vidas primitivas, submetidos à natureza, não mestres dela. Hobbes, anteriormente, havia proposto um “estado de natureza”, estágio do desenvolvimento humano que seria “não só ‘outro’ e inferior ao da sociedade europeia, mas também anterior a ela”. Heckenberger traz então

a conhecida passagem em que Hobbes descreve a vida ali onde “cada homem é inimigo de cada homem”, onde “todos estão em guerra contra todos”:

Numa tal situação não há lugar para indústria, pois seu fruto é incerto; consequentemente não há cultivo da terra (...) não há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedade; e, o que é pior do que tudo, um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta.

Não há História aqui. Por definição, o estado de natureza é sempre igual a si mesmo, os homens existem apenas para sobreviver, sem capacidade ou imaginação para tornar o futuro diferente do passado. Somente quando a empresa humana se livra do jugo da natureza é que as estruturas simbólicas e as obras materiais que reconhecemos como marcas de civilização começam a ser criadas, dando início, então, ao tempo histórico. Povos que viveriam hoje como viviam milênios atrás são, portanto, povos desprovidos de História – “nossos ancestrais contemporâneos”, na expressão de Heckenberger.<sup>1</sup>

O presente, claro, não determina o passado. Como lembram Neves, Heckenberger e outros estudiosos, a Amazônia de hoje não é a Amazônia de ontem. Basta ler o relato de Frei Gaspar de Carvajal – passageiro da primeira embarcação europeia a fazer a travessia do Rio Amazonas, em meados do século XVI – para constatar como a região era densamente povoada. São raras as páginas em que os espanhóis não precisam se haver com um novo ajuntamento humano; não há sossego, a todo momento brotam novos guerreiros prontos para o combate. Hoje, boa parte dessas margens está vazia.

Iniciada no século XVI, a colonização europeia alterou profundamente a vida dos povos da Amazônia, afirma o arqueólogo Eduardo Neves:

A maior prova disso é o (...) fato de que, atualmente, grande parte das terras indígenas da região está localizada em áreas distantes do rio Amazonas (...) Paradoxalmente, áreas próximas aos rios Amazonas e Solimões, ou mesmo a ilha de Marajó, que não são hoje ocupadas por grupos indígenas numerosos, mas sim por seus descendentes caboclos, estão repletas de sítios arqueológicos, alguns deles de grande porte. A explicação mais simples para essa questão é que muitos dos grupos que viviam nessas áreas à época do descobrimento foram exterminados pela transmissão de doenças contra as quais não tinham imunidade, pela guerra e pela escravidão.

Para Neves, o golpe final talvez tenha sido dado pelo ciclo da borracha das últimas décadas do século XIX e início do XX, “uma época de extrema violência contra os índios e ao mesmo tempo de forte ocupação da Amazônia por famílias empobrecidas de migrantes nordestinos”. Os efeitos desse conjunto nefasto de circunstâncias históricas levaram ao equívoco de supor que a região sempre se caracterizara por uma baixíssima densidade demográfica:

---

**1** É uma concepção da História que se fecha à possibilidade de estar no mundo de outras formas. Por essa régua, civilizações são medidas apenas pela casa que ocupam no tabuleiro do progresso. “O índio mudou, tá evoluindo, cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós”, disse famosamente Jair Bolsonaro. Foi o melhor resumo de como ele enxerga os povos indígenas. Curiosamente, esse enunciado sobre a evolução dos povos, vocalização rudimentar de ideias surgidas no século XVII, não serve para descrever seu autor. O presidente do Brasil não evolui. É e será sempre um contemporâneo de Hobbes e Locke.

Foi também nessa época que se iniciaram as pesquisas antropológicas na região. Talvez por isso a imagem consolidada entre cientistas e o público em geral seja a de que a Amazônia foi sempre esparsamente povoada. Atualmente, a arqueologia contribui para modificar essa visão, trazendo evidências de uma rica história pré-colonial.

Estima-se que, quando os europeus chegaram, de 8 a 10 milhões de pessoas ocupavam a floresta. Passadas as primeiras décadas do contato, 90% dessa população desapareceria, num processo tão abrangente e brutal que seriam necessários quase cinco séculos – até a década de 1960 – para que o bioma voltasse ao patamar demográfico do mundo pré-cabralino.

Heckenberger observa que houve um grande intervalo entre os primeiros exploradores da Amazônia, ansiosos por dobrar a região às suas vontades, “ostensivamente em nome de Deus e do Reino”, e os naturalistas que se embrenharam pelos rios em fins do século XVIII, “ostensivamente em nome da ciência”. Quando esses homens curiosos e dispostos a aprender alcançaram as áreas que seus conterrâneos haviam atravessado séculos antes, “o rolo compressor do colonialismo europeu já havia varrido as Américas”. Drasticamente reduzidos, muitos grupos originais haviam abandonado suas antigas moradas à margem dos rios, pois agora a fertilidade das várzeas e a abundância de peixes contavam menos do que o escudo protetor oferecido pela floresta. “Quando a ‘ciência’ descobriu as Américas, o objeto antropológico, inevitavelmente, já era um artefato da devastação do colonialismo”, escreve Heckenberger. “[Muito] do que chamamos de ‘tradicional’ é uma resposta ao colonialismo, e muito do que se considera ‘simples’ representa na verdade uma resposta política e estratégica à agressão e às consequências históricas da ‘Grande Mortandade’” – da dizimação dos povos ancestrais. “Não surpreende que aldeias e monumentos contemporâneos sejam pequenos e que as comunidades sejam extremamente móveis e tecnologicamente austeras.”

O passado era diferente. A Amazônia pré-cabralina se caracterizava por “grandes aldeias”, escreve Eduardo Neves, “algumas ocupadas por milhares de pessoas, integradas em amplas redes regionais de comércio e em federações políticas regionais”. Em estados como Acre e Rondônia, a derrubada da floresta pelo agronegócio em expansão tem revelado figuras imensas desenhadas no solo, geóglifos cujas formas só podem ser verdadeiramente apreendidas do céu. Aterros humanos como os encontrados em Marajó – os chamados *tesos*, colinas artificiais – eram parte de um sistema complexo de controle das águas, prevenindo alagamentos em períodos de cheia. Obras de aterramento também assentavam casas, praças, estradas, lagos artificiais, hortos.

Um bioma assim tão grande comportava uma imensa diversidade social. Havia grupos dedicados à caça e à coleta, outros que viviam da agricultura, havia nômades e sedentários. A variedade se estendia a outros domínios, dentre os quais o linguístico. Eram centenas as línguas faladas. Eduardo Neves compara: “Todas as línguas modernas da Europa – com exceção do basco, do estoniano, do húngaro, do finlandês, do turco e das línguas trazidas pelos imigrantes da Ásia e da África –, todas elas pertencem a uma única família linguística, a indo-europeia.” Já na Amazônia, havia falantes de pelo menos quatro troncos linguísticos, uma pluralidade raramente encontrada em outras partes do mundo. Tudo considerado, a região é o oposto “de certa visão tradicional que enxerga a Amazônia como um grande ecossistema homogêneo – seja ele um inferno verde ou um paraíso perdido – ocupado por grupos essencialmente iguais entre si.”

Havia, contudo, um elemento comum à vida de todos esses povos, e esse elemento era a floresta. Fossem eles coletores, caçadores ou agricultores, fossem exímios cesteiros ou exímios ceramistas, fossem de cultura pacífica ou mais propensa à beligerância, o que definia sua imaginação era o mundo aquático, botânico, animal de que faziam parte. Eram filhos, todos eles, de *civilizações orgânicas*. A floresta era o almoxarifado onde recolhiam os materiais para erguer suas obras. A pedra fica, o metal fica; a madeira, o cipó, a palma retornam ao solo e são reabsorvidos pelo que nasce e vive. Ruínas de civilizações orgânicas são mais difíceis de serem reconhecidas porque se confundem com a paisagem natural. Mais até: em certos casos elas *são* a própria paisagem natural, como se verá adiante.

As civilizações amazônicas precisam ser compreendidas nos seus próprios termos, sem tomar como referência padrões exteriores à floresta, construídos como representação de cidades, palácios, templos e estátuas. Aqui, coisas diferentes importam; coisas que, tomadas em seu conjunto, configuram uma complexidade de outro tipo. Na falta de expressão melhor, pode-se chamá-la de *inteligência ecológica*.

Exemplo dessa inteligência é a manipulação de espécies vegetais. “Uma das maiores contribuições dos índios das Américas para a humanidade foi a domesticação de uma série de plantas que atualmente são consumidas de diferentes modos por todo o planeta”, diz Eduardo Neves. A Amazônia é um dos quatro centros de domesticação das Américas, ao lado dos Andes Centrais, da Mesoamérica e de uma pequena região no Leste dos Estados Unidos. Heckenberger fala em 83 plantas domesticadas, o que supera, por exemplo, o legado da antiga civilização chinesa nesse campo. Abacaxi, amendoim, mamão, mandioca, pupunha, cacau, guaraná e açaí estão entre as plantas selvagens que, submetidas a um lento processo de manipulação, resultaram em variedades resistentes, mais dóceis ao cultivo e de frutos maiores. A Amazônia é um dos berços da agrobiodiversidade.

Essa obra se revela ainda mais notável se levarmos em conta as condições em que se desenvolveu. A região é formada por terrenos geologicamente muito antigos, que há milênios vêm sendo fustigados pelas condições extremas do clima equatorial. No correr dos séculos, chuvas torrenciais e a evaporação provocada por um sol inclemente varreram os nutrientes do solo, deixando-o ácido e pouco propício à lavoura. Apenas 6% dos solos da Amazônia são naturalmente férteis; segundo uma interpretação hoje predominante entre arqueólogos e endossada por alguns ecólogos (mas contestada por outros), todas as terras ricas que excedem esses 6% resultam de ação humana.

Ninguém nega a excepcionalidade dessas terras manejadas, que se classificam entre as de maior fertilidade no mundo. Ao longo de milênios, os habitantes da floresta alteraram a composição do solo, enriquecendo-o com resíduos de fogueira, fragmentos de cerâmica, sepultamentos e descarte de matéria orgânica. Sobre esse chão modificado, as populações originárias selecionaram plantas, domesticaram seu plantio e redesenharam a paisagem, aumentando a oferta de alimento animal e vegetal.

As terras pretas mais antigas da Amazônia, com até 5 500 anos, foram encontradas no sítio arqueológico Teotônio, localizado no alto rio Madeira, em Rondônia. Na região de Berbice, na Guiana, escavações revelaram estratos desses solos manipulados com 5 mil anos de idade – as camadas chegam a 5 metros de profundidade, os sedimentos da base e os do solo separados por mais de 100 anos, uma geração passando para a seguinte o trabalho de construção da fertilidade. Nas áreas adjacentes aos rios Solimões e Amazonas, “tais tipos de solo – bastante férteis e com grande importância econômica – são mais recentes, tendo mais ou menos 2 mil anos de idade”.

A idade é um dado crucial. Em teoria, solos expostos às intempéries tropicais não se manteriam férteis por tanto tempo. Que permaneçam assim sinaliza que, afora a fertilidade, eles guardam uma segunda característica quem sabe até mais notável do que a primeira: esses solos são estáveis. “Por conta dessa propriedade, esforços interdisciplinares têm sido feitos por agrônomos, pedólogos (cientistas de solo), geólogos, químicos, antropólogos e arqueólogos com o objetivo de determinar os processos responsáveis pela formação das terras pretas e as características que promovem sua estabilidade”, escreve Neves.

As terras pretas de índio – esse é o nome – impactam diretamente a paisagem. O que não nasceria naturalmente em solo pobre ali pode existir. A escala dessa interferência ainda é uma questão aberta. Alguns estimam que essas terras cobrem até 10% da floresta, uma área maior que a França. Eduardo Neves prefere falar em algo entre 1% e 3% – ainda assim, entre uma Irlanda e uma Inglaterra de solos construídos. Michael Heckenberger considera que 50% da área não inundada do Alto Xingu – 17.500 km<sup>2</sup>, pouco menos que um Sergipe – foi profundamente modificada pela ação humana.

Em artigo de 2008 publicado na revista *Science*, Heckenberger e outros pesquisadores, entre os quais o antropólogo Carlos Fausto, do Museu Nacional, descrevem uma vasta rede de povoados que se espalhavam pelo território e se articulavam através de vias, muitas delas levando a grandes praças – os principais nodos da malha – dedicadas à celebração coletiva de cultos e rituais. É um modelo de organização espacial diferente do das sociedades urbanas clássicas, caracterizadas por um centro definido e suas periferias, com cidades-sede em torno das quais gravitam vilas e ajuntamentos secundários. Os pesquisadores dão a essa organização o nome de galáxias urbanísticas, um modo multicêntrico de ocupar o território em que a dispersão predomina sobre a concentração.

Essa forma de estar um pouco em todo lugar favorecia o contato extensivo das populações com a riqueza natural do bioma. Ao redor dos povoados havia zonas de lavoura e áreas para práticas extrativistas, uma paisagem em que se alternavam roçados e matas baixas. Mais ao longe, a floresta densa. Com maior ou menor intensidade, todo esse grande mosaico era explorado, o que permite dizer que os habitantes da floresta eram especialistas em variedade biológica. Eduardo Neves escreve: “É provável que, ao longo desses milênios, entre 6 mil e mil a.C., a ocupação humana da Amazônia tenha sido realizada por populações com economia mista, baseada em caça, pesca, coleta e em uma agricultura de baixa intensidade. Tais estratégias diversificadas, por certo, mimetizavam a própria biodiversidade da floresta.”

A estreita conexão entre os povoados e a paisagem levou alguns pesquisadores a denominá-los “cidades-jardim”, um padrão urbano de baixa densidade demográfica marcado pela transição sutil entre cidade, campo e floresta. A economia de muitos desses povos originários baseava-se em sistemas agroecológicos – em vez de agricultura, *horticultura*, para usar o termo de Heckenberger, a manipulação de plantas e a lavoura em consórcio com a mata, revelando a preferência pela variedade e pelas passagens suaves entre a perturbação humana e o mundo natural. O contrário, portanto, da *plantation* do projeto colonial, modelo em que as descontinuidades promovidas pela monocultura não deixam dúvida sobre onde termina a natureza e onde começa a ação humana. Entre a mata e a soja não existe denominador comum.

A consequência desse modo de proceder é a conversão da floresta não em lavoura ou pasto, mas em *outro tipo* de floresta. Uma floresta modificada, antrópica, ou, como querem alguns estudiosos, em florestas que são também jardins. Num mesmo

ambiente, uma variedade de plantas domesticadas de diversos portes – árvores, arbustos, plantas rasteiras, tubérculos etc. – cresce em meio à sombra intermitente oferecida por espécies não manipuladas com as quais trocam nutrientes através de redes subterrâneas de fungos.

Agora é o caso de perguntar: o que temos à nossa frente? Quando olhamos certas paisagens profundamente modificadas por milênios de interação humana, o que vemos é natureza ou artefato? Qualquer resposta passa pela noção de intencionalidade. As terras pretas, a sutil manipulação do ecossistema, essa outra floresta, tudo é planejado?

“Não acho que a terra preta tenha sido formada intencionalmente, ao menos não no começo”, especula Eduardo Neves, falando por Zoom a um grupo de pesquisadores e ambientalistas em fevereiro de 2022. “Colegas agrônomos diziam: ‘A terra preta é a engenharia agrônômica do passado pra resolver a escassez da Amazônia, pra sair da mandioca.’ E eu respondia: ‘Olha, isso não me soa amazônico, essa ideia de que você vai ter que investir, derrubar...’.” O raciocínio lhe parecia demasiado utilitário, uma forma de assenhoreamento da natureza sem correspondência com os modos indígenas de se relacionar com o mundo. “Acho que no começo era compostagem. Os xinguanos sabem que ao queimar o lixo eles estão formando terra preta.” Sabem da sua fertilidade, diz Neves, “mas a lógica não é preparar o terreno para uma monocultura. Terra preta é consequência do estabelecimento de populações sedentárias. Depois disso, era natural que notassem as propriedades daqueles solos e passassem a plantar ali.”

De novo, é preciso tentar compreender o fenômeno nos termos do próprio lugar. A episteme dos povos da floresta não atribui ao homem a centralidade na transformação do mundo. A agência humana é apenas uma dentre tantas forças que dão forma à paisagem. A intencionalidade existe, mas seu caráter é outro, observa o antropólogo Carlos Fausto; na cosmovisão de certas tradições indígenas, a floresta é uma coprodução em que humanos e não humanos se aliam em interações complexas e de longo prazo. O homem alinha suas ações com as de outros seres – animais, plantas, fungos, líquens – e, dessa parceria, nasce uma floresta específica.

À diferença do que determina a prática da monocultura, em que o muito é reduzido ao único, nessa civilização orgânica as relações entre espécies são intensificadas, de forma que colaborem umas com as outras. Na expressão de Fausto, estabelece-se uma cumplicidade. *O que significa criar uma floresta?* A resposta indígena a essa pergunta não enfatizará o elemento antropogênico: a mata é *obra coletiva*.

Sejam quais forem os termos dessa obra, a ideia de uma floresta intocada vem se revelando cada vez mais frágil. Em 2013, um grupo internacional de 121 pesquisadores ligados a instituições ao redor do mundo publicou na *Science* um estudo de grande impacto sobre a variedade das espécies arbóreas da floresta amazônica. Analisando mais de meio milhão de árvores em 1.170 parcelas espalhadas pelo bioma, eles estimaram que a Amazônia abriga 390 bilhões de árvores nascidas de aproximadamente 16 mil espécies. Num achado notável, o estudo mostrou que, apesar dessa extraordinária variedade, apenas 227 espécies – 1,4% do total – respondem por 50% de todas as árvores da floresta. Tal prevalência requer uma explicação. “As causas subjacentes à hiperdominância dessas espécies permanecem desconhecidas”, escrevem os pesquisadores, acrescentando que, “[Por] convincentes, duas hipóteses merecem ser testadas: superioridade competitiva e cultivo generalizado por humanos antes de 1492.”

Eduardo Neves considera a segunda hipótese bastante plausível. Como explicou na conversa por Zoom: “Dessas 227 espécies hiperdominantes, a mais comum é o

açaí-do-mato. Além dele, nós temos açaí-do-pará, bacaba, paxiúba, paxiubão, cacau, seringueira... Carolina Levis, uma ecóloga brasileira brilhante, fez um estudo sobre essas espécies. Pois bem, grande parte das plantas que hoje compõem o panorama das árvores na Amazônia tem uma importância econômica e simbólica fundamental para os povos indígenas. Como arqueólogo, penso que não se pode separar a dimensão da presença humana do padrão representado por esses dados.”

A floresta manipulada é, assim, também uma floresta cultural. É simultaneamente natureza e artefato.<sup>2</sup> Dotada dessa dupla condição, pode ser lida como documento que registra a existência de determinada civilização no tempo histórico. A vegetação é o pergaminho. Ou, como diz lindamente Eduardo Neves: “A floresta são as nossas pirâmides.”

[Este artigo é um excerto de *Arrabalde*, livro que a Companhia das Letras publicará no segundo semestre de 2022. *Arrabalde* tem origem numa série de reportagens publicadas na revista *piauí* de novembro de 2020 a abril de 2021. Este trecho é original e foi escrito para o livro.]

## Referências

- FAUSTO, Carlos. The Makings of the Forest: Ecologies of Knowledges in Amazonia. A Brazil LAB event with Carlos Fausto (Museu Nacional & Princeton) and Anne McClintock (Princeton). Brazil LAB at Princeton University. 28 October 2021. <https://brazillab.princeton.edu/news/carlos-fausto-and-anne-mcclintock-ecologies-knowledges-amazonia>
- HECKENBERGER, Michael J. [informação pessoal] Natureza 360o. Seminário privado via Zoom sobre arqueologia na Amazônia. Coord. Adalberto Veríssimo (Imazon). 26 junho 2021.
- HECKENBERGER, Michael J. *The Ecology of Power: Culture, Place and Personhood in the Southern Amazon, AD 1000-2000*. Illustrated edition. London: Routledge: 2005. 430p.
- HECKENBERGER, Michael J.; KUIKURO, Afukaka; URISSAPÁ, Tabata Kuikuro; RUSSELL, J. Christian; SCHMIDT, Morgan J.; FAUSTO, Carlos; FRANCHETTO, Bruna. “Amazonia 1492: Pristine Forest or Cultural Parkland?” *Science* 19 Sep 2003. Vol. 301, Issue 5640. pp. 1710-1714. DOI: 10.1126/science.1086112
- HECKENBERGER, Michael J.; RUSSELL, J. Christian; FAUSTO, Carlos; TONEY, Joshua R.; SCHMIDT, Morgan J.; PEREIRA, Edithe; FRANCHETTO, Bruna; KUIKURO, Afukaka. “Pre-Columbian Urbanism, Anthropogenic Landscapes, and the Future of the Amazon”. *Science* 28 August 2008. Vol. 321, Issue 5893. pp.1214-1217. DOI: 10.1126/science.1159769
- HÜNEMEIER, Tábita. “A terra (preta) de índio na Amazônia”. *Darwinianas: A Ciência em movimento*. 27 agosto 2019. <https://darwinianas.com/2019/08/27/a-terra-preta-de-indio-na-amazonia/>
- NEVES, Eduardo Góes. [informação pessoal] Natureza 360o. Seminário privado via Zoom sobre arqueologia na Amazônia. Coord. Adalberto Veríssimo (Imazon). 5 fevereiro 2022.
- NEVES, Eduardo Góes. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 88p.
- RAISG – Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. *Atlas Amazônia sob Pressão 2020*. <https://www.amazoniasocioambiental.org/pt-br/publicacao/amazonia-sob-pressao-2020/>
- ter STEEGE, H. et al. (+120 Authors). “Hyperdominance in the Amazonian Tree Flora”. *Science* 18 October 2013. Vol 342, Issue 6156. DOI: 10.1126/science.1243092

---

**2** Veja-se o título de um trabalho seminal publicado em 2003 por Heckenberger e colegas na revista *Science*: “Amazonia 1492: Pristine Forest or Cultural Parkland?” [Amazônia 1492: Floresta intocada ou sítio cultural?].

---

## Meditações catastróficas

---

Eduardo Giannetti

Ocupante da Cadeira 2 na Academia Brasileira de Letras.

A morte de Deus não abole o mistério – recrudescer-o. Na manhã de 1º de novembro de 1755, um terremoto com epicentro a cerca de 290 km da costa portuguesa atingiu Lisboa, a quarta maior cidade europeia, durante as celebrações do feriado cristão do Dia de Todos os Santos. Os efeitos e reverberações da catástrofe, amplamente divulgada e exaustivamente interpretada, abalaram a consciência europeia e se fizeram sentir muito além dos limites espaciais e temporais do desastre. O que parecia sólido desmanchou-se no ar.

Após o primeiro abalo, às 9h30 da manhã de um domingo de sol, dois grandes choques sucederam-se em rápido intervalo e foram seguidos, cerca de meia-hora mais tarde, por um *tsunami* com ondas de até 12 metros que adentraram a foz do rio Tejo e cobriram o centro da capital. Atiçada pelo grande número de velas e candelabros acesos nas casas e igrejas, uma tempestade de fogo alastrou-se pela cidade; o incêndio durou seis dias e reduziu a cinzas o pouco que ainda restara, além de produzir uma nuvem de fumaça que bloqueou a luz solar. A catástrofe destruiu cerca de 85% das edificações de Lisboa, incluindo prédios públicos (palácios, igrejas, escolas, hospitais, bibliotecas e mosteiros) e 12 mil edifícios de moradia. O saldo de mortos, estimado entre 20 mil e 40 mil habitantes, não poupou os moradores que, após o primeiro abalo, correram em pânico buscando refúgio nos espaços abertos à beira-mar – engolidos pelo *tsunami* – nem a massa de devotos soterrada sob os escombros das igrejas.

A tragédia de Lisboa foi o mais aterrador desastre natural pontual da Europa desde a erupção do Vesúvio em 79 d.C. “O demônio do terror”, declarou Goethe, “talvez nunca antes tivesse se espalhado pelo mundo com tal força e velocidade”.<sup>1</sup> Mas o que tornou o terremoto de 1755 a primeira catástrofe natural *moderna* não foi apenas sua inusitada magnitude. Foram seus impactos e reverberações na história das ideias e nas políticas públicas. As controvérsias em torno da interpretação e do real sentido – o porquê e o para que – da tragédia, de um lado, e as respostas práticas por ela demandadas, de outro, produziram profundos abalos no pensamento religioso, filosófico e científico europeu e inauguraram uma nova época no modo como passamos a perceber e lidar com situações catastróficas.

\* \* \*

---

<sup>1</sup> GOETHE, J. W. von. *Memórias: poesia e verdade*, v. 1. Trad. Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1971 [1811]. p. 24.

A tradição cristã atribuía um significado transcendente à presença do mal físico no mundo. A ocorrência de catástrofes naturais causadoras de grande morte e sofrimento era vista como parte da ordem providencial do universo – como um alerta ou lição aos humanos e, nos casos mais graves, como expressão da ira divina e punição dos pecados individuais ou coletivos.

Se um desastre de grandes proporções, como a erupção de um vulcão, a peste ou a seca prolongada, semeava a dúvida na mente dos fiéis acerca da competência e da bondade do Criador ao arquitetar o mundo, a resposta tradicional cristã – como argumentado na *Teodiceia* (1710), de Leibniz, no *Ensaio sobre o homem* (1733), de Pope, ou na *Analogia da religião* (1736), do bispo anglicano Joseph Butler – era a de que os humanos mortais, com uma visão limitada das coisas, não estavam aptos a compreender a totalidade do universo e os desígnios insondáveis da Criação. “Todo mal parcial, bem universal; toda discórdia, harmonia não compreendida”, no dizer de Pope.<sup>2</sup> É a penúria do entendimento humano que nos impede de perceber que por trás do mal aparente se acha o bom Deus; de ver que tudo no universo, não obstante as torções e escuridão do caminho, conduz à Sua maior glória. *Tout est bien!*

O terremoto de Lisboa abalou profundamente essas crenças. Algumas reações ainda se deram no âmbito interno das disputas entre cristãos: enquanto protestantes ingleses deram ao evento um caráter punitivo – “catástrofe católica” – pelo protagonismo de Portugal nas atrocidades da Inquisição, adeptos do jansenismo na França preferiram ver na tragédia uma resposta à decisão do rei Dom João III de admitir a entrada dos jesuítas da Companhia de Jesus em terras portuguesas.

Mais sérias e consequentes, no entanto, foram as questões de ordem teológica e filosófica suscitadas pelo cataclismo. Como conciliar a noção de justiça divina e a ideia de um Deus onisciente, onipotente e bom com a realidade bruta de um desastre daquela magnitude – uma sequência de infortúnios causadora da morte indiscriminada e cruel de milhares de crianças, mulheres e homens inocentes, boa parte dos quais fulminados em pleno rito de ação de graças? As réplicas do abalo lisboeta estremeceram as bases da fé cristã na providência e na harmonia divinas do universo.

Capítulo emblemático dos deslocamentos provocados pela catástrofe foi o embate entre Voltaire e Rousseau. Bastam alguns instantes para destruir as ilusões de uma vida. O terremoto de Lisboa levou Voltaire a questionar, estremecido, as ideias longamente cultivadas por ele de benevolência divina e de boa governança do universo. No *Poema sobre o desastre de Lisboa* de 1756 (uma espécie de embrião de *Cândido*, sua obra mais conhecida, publicada três anos depois, na qual satiriza com verve mordaz o otimismo da filosofia leibziana popularizada por Pope), Voltaire declara-se convencido de que seu Deus ou teria adormecido ou teria permitido que um anjo caído tomasse a direção do mundo. “Eu não me insurjo contra a Providência”, declara; porém, o tom geral do poema é bem outro: “Os elementos, os animais, os humanos, estão todos em guerra/É forçoso reconhecer: o Mal transpassa a terra”.<sup>3</sup> A seus olhos, o terremoto tornava patente a

**2** POPE, Alexander. *Essay on Man*. In: WARD, A. W. (ed.). *The Poetical Works of Alexander Pope*. London: Macmillan & Co., 1924 [1733]. p. 200.

**3** Voltaire (pseudônimo de François-Marie Arouet), *Poème sur le désastre de Lisbonne ou examen de cet axiome: tout est bien* (1756). O contexto intelectual do poema e suas relações com o pensamento e a obra de Voltaire são analisados por Clarence J. Glacken em *Traces on the Rhodian Shore: Nature and Culture in Western thought from Ancient Times to the End of the Eighteenth Century*. Berkeley: University of California Press, 1973. p. 517-24.

realidade do mal e, por tabela, a responsabilidade do Ente Supremo pelo sofrimento e pela morte de inocentes em escala colossal. Se *este* é o melhor dos mundos possíveis, que dirá dos outros? E por que Lisboa, não Praga, Atenas ou Paris? *Que Deus é esse?*

A mensagem do *Poema* encontrou um público ávido: 20 reimpressões no ano de publicação. Rousseau, com quem Voltaire mantinha amistosa correspondência antes do rompimento definitivo anos mais tarde, recebeu a obra recém-publicada por cortesia do autor e sentiu-se altamente perturbado – além de pessoalmente provocado – ao lê-la. A resposta não se fez esperar.

Em longa e elaborada carta, escrita em tom respeitoso, ele tomou a si a missão de contestar com veemência

as teses voltairianas de que a crença na providência divina não passava de uma quimera e de que Deus, se existir, podia ser tido como responsável pela miséria e pelo sofrimento humanos na Terra. O otimismo cósmico e a fé na justiça divina não só nesta vida como na eterna, após a morte, e tudo aquilo que o poema tratara de demolir, retrucou Rousseau, eram justamente o que lhe servia de consolo e permitiam-lhe “suportar os mesmos pesares que você descreve como insuportáveis”: “as sutilezas da metafísica podem aumentar o meu desconolo, mas não conseguem abalar a minha fé na imortalidade da alma: eu a sinto; eu creio nela; eu a desejo; eu tenho esperança nela e eu a defenderei até o meu último suspiro”.<sup>4</sup> Aos próprios humanos – e não a uma providência falha ou ao ser divino – deviam ser debitados os desastres e infortúnios que, como a tragédia de Lisboa, afrontam nossa espécie: “a maior parte dos nossos males físicos são da nossa própria autoria”. Se a conclusão, todavia, é ortodoxa, os argumentos por meio dos quais ele a sustenta são radicalmente inovadores.

A tragédia de Lisboa, ele arguiu na carta, não era expressão da cólera divina pelos pecados dos homens, mas fruto das escolhas sociais e dos valores equivocados que potencializaram o desastre. Foi a imprudência humana que levou à decisão de erguer 20 mil edifícios de seis ou sete andares em exíguo espaço de terra: “se a população houvesse se dispersado numa área mais ampla e se alojado em outro tipo de construção, teriam havido menos danos ou, talvez, dano algum”. O terremoto, prosseguiu, reforçava sua tese de que os homens não deviam se aglomerar em enormes cidades e, portanto, era um erro interpretá-lo como evidência da suposta indiferença divina pelo humano sofrer. “deve a Natureza sujeitar-se então às nossas Leis e proibir um terremoto em certo local só porque as pessoas construíram suas casas ali?”.

---

O terremoto de  
Lisboa levou Voltaire  
a questionar,  
estremecido, as  
ideias longamente  
cultivadas por ele  
de benevolência divina  
e de boa governança  
do universo.

---

<sup>4</sup> J. J. Rousseau, carta a Voltaire de 18 de agosto de 1756. A primeira edição (não autorizada) da carta apareceu em Berlim em 1759; cinco anos depois, ela foi publicada em Paris, com permissão do autor, como *Lettre à Voltaire*.

Por outro lado, complementou Rousseau, “quantas pessoas desafortunadas não morreram neste desastre somente porque uma queria salvar suas roupas, outra seus documentos e outra o seu dinheiro?”. No vão intento de resguardar seus pertences, elas deram a seu orgulho, sua identidade e seu *status* social uma importância maior do que às suas próprias segurança e sobrevivência. A catástrofe de Lisboa, em suma, não podia ser reduzida a um fato ou ocorrência puramente natural; foram as escolhas e os valores distorcidos da sociedade que a deixaram sujeita àquele tipo de risco e vulnerável às contingências do mundo natural. Na ótica de Rousseau, o desastre transfigura-se em uma realidade eminentemente social.<sup>5</sup>

Para além de seu impacto religioso e filosófico, o terremoto de Lisboa deixou marcas duradouras na história da ciência e nas políticas públicas. Sob o efeito direto do choque, o jovem Kant, na remota e pacata Königsberg, sentiu-se motivado a escrever três ensaios de orientação científica oferecendo conjecturas naturalistas, embora errôneas, sobre as causas empíricas dos terremotos e propondo uma distinção de caráter mais amplo entre o que chamou de “mal moral”, fruto da vontade torta dos seres humanos, e os “desastres naturais” causados por leis físicas alheias à nossa vontade e passíveis de explicação em termos estritamente empírico-causais. “Grandes eventos que afetam o destino de toda a humanidade”, argumentou Kant, “despertam a salutar curiosidade estimulada por tudo que é inusitado e que tipicamente vai em busca das causas de tais eventos; nesses casos, a obrigação do filósofo natural perante o público é propor uma explanação das descobertas por ele obtidas mediante a observação e a investigação”.<sup>6</sup>

Embora sem influência direta, a tradução consequente da recomendação kantiana materializou-se no trabalho do geofísico inglês John Michell, o fundador da moderna sismologia. Em artigo seminal publicado em 1760 – “Conjecturas acerca da causa e observações sobre o fenômeno dos terremotos” –, ele não só adiantou a hipótese (correta) de que os abalos sísmicos se originam de falhas alojadas no substrato geológico como foi capaz de estimar corretamente o epicentro do terremoto de Lisboa e, desse modo, explicar a ocorrência do *tsunami* como um efeito protelado do entrechoque abrupto de massas rochosas situadas nas profundezas do oceano.

Do ponto de vista prático-institucional, o principal desdobramento da catástrofe lusa foi bem sintetizado pelo sociólogo americano Russell Dynes, idealizador do Disaster Research Center, em artigo publicado em 2000: “O terremoto [de Lisboa] foi o primeiro desastre no qual o Estado assumiu a responsabilidade pela mobilização de uma resposta emergencial e pelo desenvolvimento e implementação de um esforço coletivo tendo em vista a reconstrução”.<sup>7</sup> Financiada pelo ouro, pelo

---

<sup>5</sup> Em resposta, Voltaire limitou-se a agradecer protocolarmente a missiva alegando que, por estar mal de saúde, não se dispunha a entrar em “discussões metafísicas”. Anos depois, em carta de 1764 ao príncipe de Württemberg, Rousseau queixou-se: “Minha carta fez nascer o *Candide*; o *Candide* foi a resposta que ele deu a ela. Eu queria filosofar com Voltaire; em retorno ele debochou de mim”. O contexto intelectual e as idas e vindas das relações entre Rousseau e Voltaire são analisados por Maurice Cranston, *The Noble Savage: Jean-Jacques Rousseau 1754-1762*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 29-31.

<sup>6</sup> KANT, I. Sobre as causas dos terremotos por ocasião da calamidade sofrida pelos países do oeste da Europa no fim do ano passado. In: WATKINS, E. (ed.). *The Cambridge Edition of the Works of Immanuel Kant: Natural Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012 [1756]. p. 330.

<sup>7</sup> DYNES, Russell R. The Dialogue between Voltaire and Rousseau on the Lisbon Earthquake. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, v. 18, p. 112, 2000.

sangue e pelo suor das colônias ultramarinas de Portugal, a reedificação de Lisboa foi capitaneada com pulso firme e enérgica vontade pelo futuro primeiro-ministro de Dom José I, o marquês de Pombal.

Além das medidas sanitárias emergenciais de contenção e prevenção dos riscos à saúde e do restabelecimento da ordem pública, abalada por uma onda de crimes e saques, Pombal serviu-se da crise para reforçar sua autoridade – “Agora enterram-se os mortos e cuidam-se dos vivos”, teria declarado – e dar vazão a seus ideais iluministas de estética e planejamento urbanos: aplanamento do solo; ruas largas em traçado linear; fachadas uniformizadas (exceto as igrejas); prédios dotados de estrutura antissísmica (uma inovação pioneira de engenharia); e a construção de uma abrangente rede de esgoto. A secularização do Estado promovida sob sua liderança culminou com a expulsão dos jesuítas do império português em 1759. Curiosamente, o padre jesuíta Gabriel Malagrida, que se notabilizara pela publicação de um panfleto tratando o terremoto de Lisboa como merecido “castigo de Deus”, terminou seus dias preso e denunciado por heresia antes de ser condenado ao garrote e à fogueira, quem diria, por um auto de fé.

\* \* \*

Catástrofes dão o que pensar. A origem do termo (grego *katastrophé*: “reviravolta, virada súbita”) é sugestiva. Antes de adquirir a acepção corrente de “acontecimento desastroso de grandes proporções, geralmente relacionado a fenômenos naturais que provocam morte e destruição”, a palavra “catástrofe” era um termo usado no âmbito da poesia dramática com o intuito de denotar o derradeiro e decisivo acontecimento, não necessariamente funesto, que selava o desfecho ou o desenlace de um enredo teatral. Embora aplicável também ao gênero comédia, é plausível supor que sua associação mais forte e recorrente às estrofes finais (prefixo *cata*: “posição ao fim” + raiz *stréphein*: “estrofe”) das *tragédias* clássicas acabou por conferir ao termo sua (hoje) irrecorrível conotação de desgraça ou calamidade. A penumbra semântica de “catástrofe” carrega vestígios de sua origem na poesia dramática – os elementos de inesperada reviravolta, fatalidade e clímax revelador de sentido associados ao uso do termo.

Eventos catastróficos pontuam a trajetória humana desde os tempos imemoriais: a família de lendas em torno do dilúvio primordial que demarca as grandes eras da existência e inaugura um novo tempo – narrativa comum às mais diversas tradições culturais e religiões do oriente e ocidente – atesta a ubiquidade do tema desde a mais remota ancestralidade.

Mas como o exemplo do terremoto de Lisboa ilustra, embora as perguntas fundamentais permaneçam essencialmente as mesmas – como entendê-los, como evitá-los, como lidar com eles? –, a natureza e as causas das catástrofes, de um lado, e nosso conhecimento e capacidade de resposta coletiva, de outro, têm sofrido mudanças significativas no curso do tempo. A dor e o trauma das grandes adversidades são também oportunidades de avanço. Elas nos provocam e incitam a rever conceitos, repensar valores e criar novas formas de prevenir e enfrentar os riscos e ameaças que são comuns a todos.

Dos eventos climáticos extremos à covid-19, o repertório das catástrofes é vastíssimo – e parece ganhar *momentum* na atualidade. Os detalhes concretos e o colorido de cada episódio específico – os desastres pretéritos, correntes e vindouros – variam ao infinito; mas os padrões e mecanismos básicos subjacentes, não

obstante a variedade empírica de superfície, podem ser classificados e referidos a princípios comuns.

A distinção kantiana entre os “males morais” e os “desastres naturais” oferece um ponto de partida. Porém, como procurarei mostrar a seguir, ela se revela insuficiente na medida em que não dá conta da principal modalidade de ocorrências catastróficas que vem se sucedendo no mundo e que, ao que tudo indica, tenderá a se fazer cada vez mais presente e ocupar o centro das atenções no século XXI. A globalização dos mercados e das modernas técnicas produtivas aliadas à corrida armamentista do consumo em escala planetária, de um lado, e a presença e a interferência avassaladora da ação humana nos fluxos de energia e ecossistemas no mundo natural, de outro, a chamada era antropocena, alteraram de forma profunda – e ainda pouco entendidas em suas complexas, furtivas e surpreendentes ramificações – a causalidade e a dinâmica das adversidades que nos deparam e para as quais buscamos respostas.

As catástrofes a que estamos sujeitos pertencem a três categorias fundamentais: I) as de origem humana; II) as naturais; e III) as mistas. As duas primeiras correspondem, em linhas gerais, à distinção básica proposta pelo jovem Kant a partir do exame das causas e da natureza do terremoto de Lisboa. A terceira, por sua vez, guarda parentesco com o argumento de Rousseau na réplica ao *Poema* de Voltaire, porém em novas bases: ela retoma e reformula a ideia de que os valores e escolhas humanos podem se mesclar e enredar de formas imprevisíveis e indesejáveis com leis e regularidades do mundo não humano, desencadeando reações e eventos que, como um bumerangue, se abatem sobre nossas vidas como fatalidades. A taxonomia analítica das catástrofes compreende três classes de eventos:

I) *Homo homini lupus*. As desgraças que infligimos uns aos outros: as catástrofes que resultam não só da ação humana, mas também da intenção humana. O *Homo sapiens*, como observa William James, pode ser caracterizado do ponto de vista biológico como “o mais temível de todos os animais predadores e, de fato, o único que predadora de forma sistemática os membros da sua própria espécie”.<sup>8</sup> A esta categoria, pertencem as guerras e os genocídios; a destruição e o extermínio de povos autóctones; os crimes e as crueldades da escravidão; os massacres políticos e religiosos; e os atentados terroristas e todos os delírios que levam seitas, facções e governantes a matar seus semelhantes movidos por miragens. A brutal invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 é apenas o exemplo mais recente. A grande novidade histórica é a escala – real e potencial – alcançada por essa classe de eventos. Se as armas de nossos ancestrais eram as mãos, os dentes e as unhas, as pedras e os galhos de árvores, o desenvolvimento de armas nucleares de destruição em massa – um subproduto dos conflitos geopolíticos do século XX que culminaram nos bombardeios de Hiroshima e Nagasaki – criou uma situação absolutamente inédita na história não só da espécie humana, mas da vida no planeta: pela primeira vez no processo evolutivo de bilhões de anos *todas* as formas de vida na Terra passaram a depender de um simples juízo ético ou opinião humana: apertar ou não o botão.

---

<sup>8</sup> JAMES, William. Remarks at the Peace Banquet. In: *Memories and Studies*. London: Longmans, Green & Co., 1911 [1904]. p. 301.

II) *A estupidez cósmica*. As desgraças que se originam de causas alheias às ações e intenções humanas e que a ciência moderna procura explicar em termos estritamente naturalistas. A esta classe, pertencem os terremotos, os vulcões, os furacões, os *tsunamis*, as pragas e as epidemias, além de mudanças climáticas como a era glacial do fim do pleistoceno (cerca de 20 mil anos atrás) que provocou a extinção em massa de um sem-número de espécies vegetais e animais (incluindo nossos primos neandertais) e que reduziu a população humana no mundo, segundo estimativas, a um mínimo de 130 mil habitantes. Lugar de destaque nessa lista cabe às centenas de asteroides e cometas com mais de 1 km de diâmetro que erram por nosso sistema solar em trajetórias incomodamente próximas à órbita da Terra; foi uma colisão desse tipo que, supõe-se, causou a súbita extinção dos dinossauros há cerca de 65 milhões de anos e, desse modo, abriu indiretamente as portas da biosfera para a ascensão e o reinado dos primatas inteligentes (ironicamente, o uso de armas nucleares como meio de defesa contra ameaças desse tipo pode se tornar ainda uma decisiva arma de *salvação* em massa).

---

Hiroshima e Nagasaki:  
pela primeira vez  
no processo evolutivo  
de bilhões de anos  
todas as formas de  
vida na Terra  
passaram a depender  
de um simples juízo  
ético ou opinião  
humana: apertar  
ou não o botão.

---

A raiz puramente natural dessa categoria de catástrofes não exclui a possibilidade de que, como sustentou Rousseau contra Voltaire, escolhas e ações humanas *potencializem* seu efeito destrutivo.

III) *O ardil da desrazão*. O *Homo sapiens* como aprendiz de feiticeiro. São desgraças que infligimos uns aos outros, porém com uma diferença crucial: sem que exista o menor desejo ou deliberação de fazê-lo. Ou seja: as catástrofes resultantes da ação humana, mas não da intenção humana. A esta classe de eventos, pertencem todas as tragédias coletivas nas quais tentativas de subjugar e controlar a natureza com o intuito de satisfazer vontades e ambições humanas redundam

em situações de grave descontrole que se voltam contra a segurança, saúde e bem-estar da coletividade. Se a originação é humana – como em (I) –, o desenrolar traduz-se na liberação imprevista e indesejada de forças e fúrias naturais – como em (II).

São exemplos pontuais recentes, entre outros, dessa contingência: acidentes em usinas nucleares (Chernobyl/Ucrânia, Three Mile Island/EUA, Fukushima/Japão); vazamentos de substâncias químicas e/ou radioativas (Bhopal/Índia, Halifax/Canadá, Goiânia/Brasil); derrame de petróleo (Baía de Campeche/México, Fergana/Uzbequistão, Golfo do México/EUA); e ruptura de barragens (Banqiao/China, Val di Stava/Itália, Brumadinho/Brasil). Estes, no entanto, são apenas os casos mais diretos e imediatamente visíveis do ardil da desrazão; ainda mais graves e preocupantes são as ocorrências de caráter cumulativo-incremental

---

## Até que ponto a somatória de ínfimas partículas de culpa se acumula numa gigantesca dívida moral coletiva?

---

concentração de gases de efeito estufa na atmosfera (CO<sub>2</sub>, metano, óxido nitroso) causadores do aquecimento global (1,12 °C desde o início do século XX) e da consequente elevação da frequência de eventos climáticos extremos (tempestades, inundações, deslizamentos, avalanches, ondas de calor, secas, incêndios florestais); 3) a aceleração da taxa de surgimento de novas doenças infecciosas capazes de infectar e matar seres humanos causadas por vírus (SARS, ebola, Hendra, Nipah, SARS-Cov-2) presentes em animais selvagens que habitam ecossistemas florestais sob pressão de desmatamento e devastação pela ação humana (desde o fim do século XVIII, a área de bosques e florestas destruída no mundo passou de cerca de 10%, em 1950, para 38% atualmente): uma pesquisa feita com base em 500 doenças infecciosas que acometeram a humanidade nos últimos 100 anos descobriu que “o surgimento de novos patógenos tende a ocorrer em locais onde uma densa população vem modificando o ambiente por meio da construção de estradas, minas, corte de florestas e intensificação da agricultura”.<sup>10</sup> As evidências, em suma, empilham-se. Velozes. Como prevenir e conter a escalada do artilho da desrazão?

\* \* \*

O mundo é infinitamente complexo: pensar é a arte de tornar as coisas mais simples do que são. Os males que infligimos diretamente uns aos outros, de um lado, e os danos que a estupidez cósmica nos impõe, de outro, são velhos conhecidos da humanidade. O artilho da desrazão, todavia, suscita outra ordem de questões e desafios ao engendrar disfunções no metabolismo entre sociedade e natureza que ninguém deseja e que todos prefeririam, se estivesse a seu alcance, evitar; disfunções que, não obstante, originam-se de *nossos* valores, escolhas e ações, antes de ganharem vida própria e, afinal, desabarem sobre nossas cabeças como uma espécie de “segunda natureza” – não raro mais opaca e temível que a primeira.

---

<sup>9</sup> Conforme estimam Yuyu Chen, Avraham Ebenstein, Michael Greenstone e Hongbin Li em “Evidence on the Impact of Sustained Exposure to Air Pollution on Life Expectancy from China’s Huai River Policy” (*Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 110, p. 12936-12941, 2013). O estudo compara populações sujeitas a diferentes níveis de poluição do ar ao norte e ao sul do rio Huai, que atravessa a região central da China.

<sup>10</sup> QIU, Jane Qiu. Chasing plagues. *Scientific American*, p. 32, jun. 2020. O estudo original, liderado por Zhengli Shi, Peter Daszak e Shuyi Zhang, foi publicado no *Journal Emerging Infectious Diseases* em 2007. Ver também “The Bat Signal”. *The Economist*, p. 65, 25 jul. 2020.

Há uma diferença relevante, em termos de responsabilidade moral, entre os males que intencionamos e os males gerados por efeitos colaterais de nossas ações. O experimento mental formulado pelo filósofo Derek Parfit vai ao cerne do problema.<sup>11</sup> Imagine uma pessoa afevelada a uma cama com eletrodos colados em suas têmporas. Ao se girar um botão situado em local distante, a corrente elétrica nos eletrodos aumenta em grau infinitesimal, de modo que o paciente não chegue a sentir. Um hambúrguer gratuito é, então, oferecido a quem girar o botão. Ocorre, porém, que, quando milhões de pessoas fazem isso – sem que cada uma saiba das ações das demais –, a descarga elétrica gerada é suficiente para eletrocutar a vítima. Quem é responsável pelo quê? Algo tenebroso foi feito, mas de quem é a culpa? O efeito isolado de cada giro do botão é, por definição, imperceptível – são todos “torturadores inofensivos”. Mas o efeito conjunto é ofensivo ao extremo. Até que ponto a somatória de ínfimas partículas de culpa se acumula numa gigantesca dívida moral coletiva?

A mudança climática em curso equivale a uma espécie de eletrocussão da biosfera. Quem a deseja? A quem interessa? O ardil da desrazão vira do avesso a “mão invisível” da economia clássica. Fenômenos como o aquecimento global e a proliferação em escala pandêmica de doenças zoonóticas são fruto da alquimia reversa de incontáveis ações humanas, mas não resultam de nenhuma intenção humana. E quem assume – ou deveria assumir – a culpa por eles? Os 7 bilhões de habitantes da Terra dividem-se em três grupos: o primeiro bilhão, no cobiçado topo da escala de consumo, responde por 50% das emissões de gases-estufa; os 3 bilhões seguintes por 45%; e os 3 bilhões na base da pirâmide (metade sem acesso a eletricidade) por 5%.<sup>12</sup> Por seu modo de vida, sua situação geográfica e sua vulnerabilidade material, este último grupo – o único inocente – é também o mais tragicamente afetado pelo “giro de botão” dos demais.

Saber não basta. O que fazer? Como enfrentar os riscos e ameaças que nos afrontam? A sensação de impotência e de uma quase sufocante inaptidão para influenciar de modo minimamente relevante o desenrolar das situações-problema engendradas pelo ardil da desrazão é, sem dúvida, uma das maiores fontes de frustração, angústia e ansiedade em um mundo, como nosso, em que a velocidade dos fatos, a escala dos desafios e o caráter intratável dos problemas adquiriram tamanha proporção. Algumas conclusões de ordem prática, não obstante, parecem claras.

---

A economia de  
mercado saiu vitoriosa  
do século XX.  
Os desafios do século  
XXI, no entanto, são  
outros – e cobram  
revisões na sua lógica  
de funcionamento.

---

<sup>11</sup> O experimento aparece em Derek Parfit, *Reasons and Persons* (Oxford: Clarendon Press, p. 75-86); este e o próximo parágrafos retomam passagens do meu *Trópicos utópicos* (São Paulo: Companhia das Letras, p. 56).

<sup>12</sup> Conforme estimado por Partha Dasgupta e Veerabhadran Ramanathan em “Pursuit of the Common good” (*Science*, v. 345, p. 1458, 2014).

A ciência e a tecnologia que, pelo bem e pelo mal, nos trouxeram até aqui, terão um papel central e indispensável, em qualquer cenário, na gigantesca tarefa de nos tirar daqui. Do avanço da pesquisa científico-tecnológica dependem, de um lado, o diagnóstico preciso e a elucidação dos mecanismos subjacentes às manifestações do ardil da desrazão e, de outro, o desenvolvimento das tecnologias que nos facultarão lidar com os novos desafios e transitar do caminho temerário e ecocida em que estamos para um mundo mais equilibrado e são. Os imensos avanços no campo da energia renovável e limpa, inclusive hidrogênio e fusão nuclear, e a extraordinária resposta da comunidade médico-científica na produção de vacinas contra a covid-19 acendem luzes de legítima esperança.

Seria um erro, porém – uma fantasia digna do otimismo panglossiano –, imaginar que ciência e tecnologia possam sozinhas dar conta do desafio. O desmonte efetivo do ardil da desrazão exigirá respostas inovadoras e medidas consequentes em, pelo menos, duas frentes complementares de atuação: a) a revisão da estrutura de incentivos no âmbito da economia; e b) o reforço e o aperfeiçoamento das instituições de governança, o cumprimento legal e a implementação de políticas de cooperação multilaterais.

A economia de mercado saiu vitoriosa do século XX. Os desafios do século XXI, no entanto, são outros – e cobram revisões na sua lógica de funcionamento. O mercado regido pelo sistema de preços – um mecanismo espontâneo e até certo ponto eficiente na alocação de recursos – padece de um terrível ponto cego: ele deixa de registrar o custo real e o impacto cumulativo de nossas escolhas como produtores e consumidores sobre o meio-ambiente e o bem-estar humano. Os preços relativos dos bens e serviços nada transmitem ou informam acerca dos efeitos de nossas ações sobre o metabolismo entre sociedade e natureza: daí a espiral do descontrole ambiental. Essa grave omissão pode – e precisa – ser corrigida. A solução consiste na internalização dos custos ambientais ao sistema de preços: recalibrar os preços relativos das mercadorias a fim de que passem a refletir seu maior ou menor impacto nocivo sobre a biosfera. Isso faria com que a força do mercado e a estrutura de incentivos que ele incorpora fossem mobilizadas não contra, como é o caso atualmente, mas a serviço da causa ambiental.

O desajuste análogo compromete, *mutatis mutandis*, a lógica de funcionamento das instituições políticas. As situações-problema geradas pelo ardil da desrazão possuem abrangência planetária e longa dimensão temporal, o que exige enorme capacidade de ação tendo em vista resultados futuros, ao passo que nossas estruturas de governança permanecem teimosamente anacrônicas: nacionalistas, parciais e penduradas ao curto prazo dos calendários eleitorais.

A globalização das catástrofes no século XXI não é menos real que a do comércio, das finanças ou das comunicações: a fumaça tóxica das usinas chinesas movidas a

---

A interdependência  
anda *pari passu*  
com a maior  
vulnerabilidade:  
eventos que no  
passado seriam  
questões locais  
são hoje crises  
em escala  
planetária.

---

carvão russo ilegalmente produzido acarreta a chuva ácida e o câncer pulmonar dos coreanos; os gases emitidos por carros americanos movidos a petróleo mexicano aceleram o derretimento das geleiras groenlandesas que faz subir o nível dos oceanos; a forte seca de 2010 levou a Rússia a suspender a exportação de cereais, o que fez disparar o preço dos alimentos no mundo e estimulou insurreições e movimentos migratórios na Ásia e na África; e a destruição das florestas subtropicais no sul da China causada pela expansão da agricultura e pelo comércio de animais selvagens faculto o surgimento de novas doenças zoonóticas que se espalham por meio das viagens de negócios e turismo globais. A interdependência anda *pari passu* com a maior vulnerabilidade: eventos que no passado seriam questões locais são hoje crises em escala planetária.

Diante desse quadro, o mundo político e institucional mostra-se anacrônico no mais alto grau. Enquanto governos nacionais se pautam pelos humores flutuantes da opinião pública e pela tirania do PIB, tendo como horizonte de atuação o término do mandato e as próximas eleições, os órgãos multilaterais veem-se reduzidos a gigantescas máquinas burocráticas pródigas de cosmético aconselhamento, mas destituídas de poder efetivo. O déficit de autoridade supranacional no mundo responde pelo quase absoluto descaso dos países signatários de acordos internacionais do clima – como Kyoto e Paris –, quando se trata de dar realidade ao cumprimento das metas acordadas. Se outros países não cumprem e nada resulta, por que assumir o ônus de um sacrifício que, embora custoso na política doméstica, isoladamente pouco significa do ponto de vista global? Promessas generosas, resultados pífios. Sinistra pantomima. Até o próximo acordo...

---

As catástrofes fazem parte da condição humana. O trauma da covid-19 reavivou em nós a percepção da fragilidade da vida e o sentimento do mistério do ser: por quê? Para quê? A ignorância infinita desconcerta o saber finito.

---

As catástrofes fazem parte da condição humana. O trauma da covid-19 reavivou em nós a percepção da fragilidade da vida e o sentimento do mistério do ser: por quê? Para quê? A ignorância infinita desconcerta o saber finito. Dizer que estou otimista e confiante no futuro, a fria razão não autoriza; dizer que estou pessimista e abandonei toda esperança – como na porta do inferno de Dante –, o coração não admite. “A humanidade”, entendia Marx, “só se propõe os problemas que é capaz de resolver”.<sup>13</sup> O irrealismo do prognóstico não anula o radioso da promessa e a generosidade da esperança. O mal existe no mundo para despertar ação, não desespero; para suscitar compaixão, não cinismo; para reafirmar os valores da vida, não da morte; para estimular engajamento, não indiferença. Sem ele, cabe especular, que sentido poderiam ter a intuição e o impulso do bem?

---

**13** MARX, Karl. Prefácio. In: *Contribuição para a crítica da economia política* (1859). Trad. M. H. Barreiro Alves. Lisboa: Editorial Estampa, 1974. p. 29.

---

# Amazônia e o Brasil: o futuro que seja futuro

---

*Izabella Teixeira*

Bióloga, PhD, ex-ministra do Meio Ambiente, co-presidente do Painel de Recursos Naturais da ONU. Foi agraciada com o prêmio global de liderança política da ONU em Meio Ambiente.

O debate global que define os contornos da geopolítica climática tem na Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, um aspecto-chave da segurança climática do planeta. Na trajetória promovida pelo homem do aquecimento global, os cenários menos incertos apontados pela ciência definem o patamar de até 1,5 grau Celsius de aumento da temperatura média da superfície da Terra. Da Revolução Industrial até os dias de hoje, o aumento de temperatura média registrado é de 1,10 grau Celsius, o que já determina o incremento na frequência de extremos climáticos e incertezas no presente. A ciência já projeta os impactos futuros, sob diferentes níveis de aquecimento. Especialistas e cientistas da área de mudanças do clima chamam isso de “futuros possíveis para o planeta”. E os resultados revelam diferenças significativas da natureza de impactos quando dos cenários de 1,5 e de 2 graus Celsius a mais na temperatura média do planeta. A constatação é de que não há somente um futuro, mas vários futuros possíveis. Tal situação sugerida pela ciência recepciona as ambiguidades que cercam a comunidade internacional quanto à ambição e à tomada de decisão sobre a mitigação de emissões e a neutralização de carbono até 2050. Na chamada década da transição climática até 2030, essa perspectiva regida pelo binômio ciência e política está exposta a diferentes imprecisões, e a viabilidade de futuros menos incertos depende, além de brutais esforços de mitigação de emissões globais, da Amazônia de pé.

A crise ambiental-climática já está na regência dos rumos da humanidade no presente século. O desafio emergente determina mudanças de comportamento individual e coletivo e demanda novos caminhos de gerar riqueza, crescimento econômico e desenvolvimento humano. Com alcance geracional e intergeracional, o desafio que a crise com a natureza impõe não se limita à mitigação de emissões de gases de efeito estufa, mas também à urgente necessidade de retirar carbono da atmosfera, fixando-o no planeta. No conjunto das soluções propostas, aquelas baseadas na natureza, como a restauração de florestas no mundo, revelam-se as mais eficientes no curto prazo.

Os tempos são outros. Para o Brasil, o mundo e o planeta. Já experimentamos esses outros novos tempos, tomados por incertezas e vulnerabilidades e por dinâmicas de vida incomuns. Moldados por um olhar político viciado pela inércia,

ainda insistimos em chamá-los de tempos de transição. Não porque possamos ter o domínio do tempo quando se trata de crise na relação da humanidade com a natureza, mas sim porque alguns teimam em lidar sob a perspectiva de “compra de tempo”. Os mais ingênuos preferem a possibilidade de “ganhar tempo”. Todos esses atores movimentam-se guiados pelo passado e pela afirmação de algum poder menor. Temem o futuro, por isso preferem ignorar a urgência do presente.

O que os primeiros vinte anos do atual século revelam são mudanças permanentes no mundo e no planeta, em múltiplas dimensões, provocadas pela crise climática-ambiental. Denominada pelas Nações Unidas como uma tripla crise ambiental (com os pilares definidos pelas mudanças do clima, pela perda da biodiversidade e pela poluição), ela tem dimensões planetárias, impondo desafios à vida e aos jeitos de viver e de conviver que conhecemos. Com temas e processos abrangentes e determinantes, a crise ambiental-climática deverá impor novos contextos ecológicos e físicos espalhados pelo mundo, transcendendo nações, com impactos não homogêneos e com possibilidade de alterar as condições de vida no planeta.

O futuro se insinua não mais como uma projeção linear do passado. A constatação de que tudo está fora da ordem mundial expõe, por um lado, as lideranças do atraso e, por outro, um descompasso intergeracional sem precedentes. Adicionam-se a essa perspectiva, esperadas transformações políticas e econômicas derivadas da “convivência desalinhada” dos mundos *on-line* e *off-line*. Um século definido pelas eras climática e digital-tecnológica e pela exacerbação das desigualdades sociais, ambientais e digitais.

Experimenta-se, nos últimos cinquenta anos, o tempo de incertezas, insinuado desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, e do Relatório do Clube de Roma, quando a humanidade se viu exposta à crise com a natureza. A questão ambiental entrou na agenda do mundo nos anos 60 e 70. Livros e relatórios como a *Primavera silenciosa*, de Rachel Carson, *O planeta ameaçado*, de Richard Falk, ou *Limites do crescimento*, de Donella Meadows, Jorgen Randers e Dennis Meadows, comissionado pelo Clube de Roma, foram estratégicos à abertura das discussões sobre meio ambiente pela comunidade internacional.

O questionamento central do debate político internacional que se prolonga até hoje é o modelo de economia e de exploração de recursos naturais praticado, além da quebra dos limites da resiliência na natureza. Trata-se dos fundamentos à emergência da sustentabilidade para as necessárias transformações aos processos de desenvolvimento. E ainda, a afirmação irreversível e desafiadora da interface política e ciência como delineadora do futuro.

O momento da Conferência sobre o meio ambiente humano, em 1972, encontra um mundo em transformação, na luta pelas liberdades e igualdades e na construção do domínio político pelo Ocidente. Cria-se, em Estocolmo, o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – UNEP, dando início à trajetória do multilateralismo ambiental. A dimensão internacional da temática ambiental não mais ficaria limitada aos interesses nacionais ou aos impactos transfronteiriços decorrentes

---

A crise  
ambiental-climática  
já está na regência  
dos rumos da  
humanidade.

---

da poluição. Ganha expressão global e traz como pilares de sua trajetória a ciência, a participação social e a imperiosa necessidade de cooperar internacionalmente. É o início do desafio imposto pelas crises com a natureza: as soluções demandadas não dependem de um ou de alguns países, mas sim da humanidade.

Um olhar mais dedicado à trajetória do multilateralismo ambiental permite observar a complexidade do enfrentamento das causas dos problemas ambientais no mundo, bem como a associação da agenda ambiental à social por parte dos países do Sul. Essa perspectiva tem particular ressonância nos países em desenvolvimento que, embora muitas vezes sejam detentores de recursos naturais, são reféns de brutais desigualdades sociais e econômicas.

Na sequência afirmativa do multilateralismo ambiental, a trajetória de 1972 a 1992 é marcada por fatos importantes que configuram não somente a dimensão política global da agenda ambiental, mas também o seu potencial de impacto planetário. A conclusão que os gases de CFCs<sup>1</sup> eram a causa do buraco na camada de ozônio não somente assegurou o Nobel de Química para os cientistas Sherwood Rowland e Mario Molina, mas acabou por levar à negociação da Convenção das Nações Unidas de Viena (1983) e do Protocolo de Montreal (1989) em resposta ao primeiro problema ambiental global.<sup>2</sup>

A década de 80 é ainda retratada pela aprovação da Convenção da Basileia sobre o controle transfronteiriço de resíduos perigosos e sua eliminação (1989) e a publicação do Relatório Brundtland “Nosso futuro comum”, que teve o brasileiro Paulo Nogueira-Neto como um dos seus membros.<sup>3</sup> O Relatório Brundtland traz pela primeira vez o conceito do desenvolvimento sustentável, que viria a se tornar, a partir de 1992, o paradigma global para os rumos das relações meio ambiente e desenvolvimento.

A Conferência do Rio, a Rio-92, é a consolidação da trajetória iniciada em 1972 da inserção internacional da temática ambiental, com a emergência do multilateralismo do desenvolvimento sustentável. Com a Declaração do Rio, a Agenda 21 e a aprovação das Convenções-Quadro de Mudança do Clima, da Diversidade Biológica e de Combate à Desertificação, afirmam-se um legado político sem precedentes e os caminhos e os instrumentos para a superação do déficit com a natureza. A consolidação da inserção internacional da temática ambiental abrangeu duas dimensões: o fortalecimento do sistema multilateral e a governança global democrática, com a relevância do papel da sociedade civil e da ciência.<sup>4</sup>

---

**1** CFCs – clorofluorcarbonos – gases usados como propelentes em aerossóis de perfumes e de inseticidas, como líquidos refrigerantes em geladeiras e aparelhos de ar-condicionado e como gases expansores para a produção de polímeros na forma de espuma.

**2** O buraco da camada de ozônio segue sendo fechado, revelando um dos acordos multilaterais mais bem-sucedidos na trajetória dos 75 anos da ONU.

**3** Paulo Nogueira-Neto, biólogo entomologista e naturalista brasileiro, professor titular da Universidade de São Paulo, professor emérito do Instituto de Biologia da USP, foi o primeiro secretário da Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA (1973-1986), instituição criada em 1973 pelo Governo brasileiro para encaminhar as políticas de meio ambiente no Brasil. Paulo Nogueira-Neto é considerado o primeiro ministro de meio ambiente do Brasil. Foi membro da Comissão Brundtland (1983-1986), além de membro da Academia Paulista de Letras. Ganhou vários prêmios de importância mundial como ambientalista, além de ter publicado vários livros científicos e *Uma trajetória ambientalista: Diário de Paulo Nogueira-Neto* (2010), onde narra toda sua trajetória política no Brasil e no exterior.

**4** Como nota de observação, vale lembrar os esforços político-diplomáticos do Brasil de viabilizar a consecução dos objetivos da Rio-92 e seguir pautando os interesses na implementação do legado da Cúpula e no fortalecimento do sistema multilateral, além de buscar conter posições defensivas ou às vezes reacionárias nos temas ambientais e de direitos humanos. A título de argumentação, a

Como desdobramento da Rio 92, a agenda da sustentabilidade ambiental internacional se expande com novas convenções multilaterais e a inclusão da sustentabilidade ambiental como um dos objetivos do milênio. Ganha, também, progressiva absorção pelas instituições econômicas e financeiras (Banco Mundial, FMI e OMC) e chega na Conferência de Joanesburgo, em 2002, com expectativas desafiadoras em torno da economia e meio ambiente. Os contornos do debate político buscaram os caminhos de valoração econômica da biodiversidade e dos serviços produzidos pela natureza, além de uma abordagem mais organizada a respeito dos riscos ambientais associados à mudança do clima e à acelerada perda da biodiversidade.<sup>5</sup>

O caminho do Rio a Joanesburgo acabou por consolidar a mudança do clima como tema central da sustentabilidade do desenvolvimento mundial. Com a adoção do Protocolo de Quioto, em 1997, o processo de implementação dos compromissos de mitigação, definidos pela Convenção sobre Mudanças do Clima, de responsabilidade dos países industrializados, foi finalmente iniciado. O binômio que mobilizaria os próximos anos dos caminhos da sustentabilidade no multilateralismo consolidou-se: a equação climática e a responsabilidade dos países do Norte versus a necessidade de conter a degradação ambiental e de avançar na conservação da biodiversidade nos domínios territoriais dos países em desenvolvimento e emergentes. A dualidade Norte-Sul se consolidava também no multilateralismo do desenvolvimento sustentável. A busca por caminhos de convergência entre atores estatais e não estatais comprometidos com a agenda ainda reside como um dos temas-chave dos desafios do sistema multilateral.

O início do atual século foi marcante e desafiador para a dinâmica do multilateralismo do desenvolvimento sustentável. Se por um lado, a geopolítica do mundo foi afetada pelo 11 de setembro, não se pode ignorar, por outro lado, as dinâmicas impostas à ordem interacional com a entrada, em 2001, da China na OMC. Os desafios chineses em meio ambiente e sustentabilidade são abrangentes, diversos e complexos. Compreendem transformações desde a construção da qualidade ambiental em suas cidades ao controle das crescentes emissões de gases de efeito estufa, além da intensa e contínua demanda por recursos naturais. A esse quadro, juntam-se os países emergentes e megadiversos em biodiversidade, como Brasil, China, Índia e Indonésia, que foram atores-chave, em 2010, na aprovação do Protocolo de Nagoya sobre repartição de benefícios de acesso à biodiversidade. O contexto internacional de inserção do multilateralismo do desenvolvimento sustentável ganha novos vieses e atores e acaba por determinar outras dinâmicas de negociação e de busca por responsabilidades compartilhadas. O sistema de governança multilateral ambiental é desafiado a acolher, progressivamente, os interesses da cooperação internacional Sul-Sul e Norte-Sul-Sul.

A segunda década do século XXI é notadamente marcada pela agenda climática e as consequências do fracasso da COP 15, em Copenhague, e a fragilização das relações com os países em desenvolvimento. O não cumprimento dos compromissos, no âmbito do Protocolo de Quioto, determinou perda de credibilidade e

---

criação antecipada do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (*Global Environment Facility – GEF*) surpreendeu os países em desenvolvimento, bem como a posição adotada pelos Estados Unidos de não adesão à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e de esvaziamento do Protocolo de Quioto.

**5** Em Joanesburgo 2002, o Brasil lançou o Programa Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa, o maior programa de conservação de biodiversidade no mundo, que consolidou, em 2015, 60 milhões de hectares de áreas protegidas de domínio público na Amazônia brasileira.

confiança nas relações Norte-Sul. Em 2011, o Grupo BASIC<sup>6</sup> avança na definição de novos caminhos para a negociação de um novo acordo global de mitigação e da adaptação climática. O Brasil propõe, em Durban, na COP 17, um novo acordo abrangendo todos os países do mundo. Inicia-se a trajetória que levaria o mundo a Paris, em 2015.

Realiza-se, em 2012, a Rio + 20, que acolhe a negociação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, além de outros temas, como as emergentes economias verdes e a nova governança multilateral ambiental, com a criação da Assembleia Ambiental das Nações Unidas – UNEA.

Em 2015, dois acordos multilaterais consolidam os rumos do desenvolvimento sustentável no atual século:

- a. Num desdobramento da Rio + 20, a adoção da Agenda 2030, um plano de ação global que reúne os 17 ODS e 169 metas, criada para erradicar a pobreza, a fome e promover vida digna a todos, dentro das condições que o planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações. O período acordado é de 15 anos (até 2030) e os objetivos e metas são integrados e abrangem as três dimensões do desenvolvimento sustentável.
- b. A aprovação e adoção do Acordo de Paris, em 2015, um novo acordo internacional para lidar com o enfrentamento às mudanças do clima, envolvendo mitigação, adaptação e financiamento, e com compromissos e responsabilidades para os 196 países signatários e suas sociedades.

O multilateralismo do desenvolvimento sustentável é percebido como uma combinação de sucessos e falhas dependendo dos atores e das perspectivas de análise de sua trajetória desde 1972. A sociedade civil global celebra as suas conquistas, percebidas pela ciência como importantes porém tímidas ou (muito) aquém da urgência que os seus temas demandam. É inegável, no entanto, que a sustentabilidade é uma realidade política global. As decisões definidas no âmbito do sistema multilateral têm buscado aproximar a humanidade de um planeta mais saudável, justo e sustentável. Mesmo com falhas e atrasos (que não se justificam, embora possam ser explicados pelas insuficiências do atual sistema global de criação de consensos e visões de curto prazo de afirmação de poder político e econômico), a trajetória já percorrida determina um legado e impõe novos desafios para os próximos cinquenta anos. É com esse espírito que a Cúpula Estocolmo + 50 se realiza este ano, sob a ótica da tripla crise ambiental-climática, das incertezas da geopolítica e da nova ordem do mundo e sob os desígnios das vulnerabilidades e riscos impostos pela natureza, as mudanças do clima e a era digital-tecnológica.

Cabe observar, no entanto, que a negociação climática internacional explicitou ainda mais as assimetrias de realidades e de possibilidades de escolhas pelas sociedades de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Aprofundou, também, o

---

**6** Constituído por Brasil, África do Sul, Índia e China, em 2009, na COP de Copenhague, o BASIC é um espaço para o diálogo político e científico envolvendo a agenda climática e os temas de interesse e de alinhamento de posições entre esses países emergentes. O BASIC passou a desempenhar papel político relevante nas negociações de um novo acordo sob a Convenção-Quadro sobre Mudanças do Clima – UNFCCC, cujo objetivo foi alcançado em 2015, com a decisão do Acordo de Paris.

baixo índice de confiança e de credibilidade política nos países desenvolvidos, particularmente no seu genuíno interesse em viabilizar soluções no âmbito global, de longo prazo, duradouras e resilientes.

Tempos extremos exigem medidas extremas e isso significa ter clareza do que deve ser deixado para trás e de iniciativas transnacionais, comportamentos insurgentes e inovações ousadas que determinam liderança e capacidade de agir com base na ciência e em escolhas políticas inclusivas. É colocar na prática a leitura simples do que as novas gerações traduzem para si a partir da sua relação com a

ciência: “em relação à crise ambiental-climática, se você não é parte da solução, você é parte do problema”.

E o Brasil? O que esperar em função da singularidade do presente e das escolhas ainda possíveis em tempos extremos? A trajetória das políticas ambiental e climática, assim como o desempenho da ciência e da diplomacia brasileira, sempre possibilitaram avanços de posições e protagonismo do país no sistema multilateral. Os interesses nacionais estiveram à frente das posições negociadas internacionalmente, do mesmo modo que a construção e a consolidação dos espaços políticos de participação dos atores não estatais.

Então, por que optar por retrocessos, pela desconstrução e o progressivo aniquilamento da *constituency* ambiental brasileira? A ignorância relacionada à

rejeição ao conhecimento e à cultura, a visão tosca em torno de temas como defesa da soberania e o negacionismo climático são argumentos pouco consistentes para explicar minimamente os atuais caminhos adotados, que excluem o país e sua sociedade do mundo contemporâneo. Então, o que motiva a ação organizada e com método que opta pela produção de morte e não pela produção de vida no presente e no futuro do Brasil?

A perspectiva intergeracional da crise ambiental-climática confere à juventude papel político único de engajamento e de disputa por soluções imediatas cujos efeitos permanentes só deverão ser sentidos no futuro. Ou seja, a evidente fragilidade do sistema de governança global expõe de maneira visceral a disputa, no contexto da geopolítica climática, entre as principais economias do mundo, que também são as maiores emissoras de gases de efeito estufa. A conscientização política da emergência climática é expressa pela trajetória afirmativa de aumento de ambição de mitigação e neutralização de emissões globais para o horizonte de 2050.<sup>7</sup> Além do não alinhamento com a China e a Índia, essa visão é refém das dificuldades e disputas já vividas nos tempos atuais, notadamente no campo da

---

## A Amazônia protegida e desenvolvida coloca o Brasil no mundo. Hoje, ela nos tira do mundo, da prosperidade e da responsabilidade da produção de vida.

---

<sup>7</sup> No caso da China, essa perspectiva é de 2060; a Índia sinaliza para 2070 a sua ambição de neutralização de emissões, ou seja, os dois países emergentes e detentores das maiores populações do mundo sinalizam por mais tempo para a neutralização de emissões de carbono.

energia, pela tomada de decisão guiada entre o *phasing-down* e o *phasing out* das fontes causadoras do aquecimento global.<sup>8</sup>

As soluções demandadas pela crise ambiental-climática envolvem países desenvolvidos e em desenvolvimento. O seu enfrentamento orienta-se, predominantemente, pela agenda de energia responsável por cerca de 80% dos gases de efeito estufa. O outro lado da moeda é a agenda de uso do solo, que envolve a agricultura, a pecuária e o desmatamento. Se o Brasil não tem necessariamente na questão energética um aspecto-chave das suas corresponsabilidades na crise climática,<sup>9</sup> ele o tem na agenda de uso da terra, notadamente quanto ao desmatamento da Amazônia e do cerrado e à pecuária (com as emissões de metano).

De 2004 a 2016, ao reduzir o desmatamento na Amazônia em cerca de 80% em relação a 2005, o Brasil ofereceu ao mundo a maior contribuição de mitigação de emissões de carbono. A sua decisão de enfretamento ao desmatamento não foi motivada por obrigações relacionadas à mitigação de suas emissões históricas de carbono, mas sim por um imperativo moral, ético e cumprimento da lei: o desmatamento na Amazônia é ilegal, constitui crime ambiental e está ligado à corrupção e ao crime organizado.

Então, quais são as razões que levam à retomada do desmatamento na Amazônia num ritmo que determina um retrocesso de uma década? O Brasil de hoje entrega a riqueza de sua sociedade para o crime ambiental, acirrando conflitos pelo uso da terra e violência nos municípios onde a fronteira móvel do desmatamento se define. Com comportamentos erráticos e equivocados, o país tem governantes despreparados, incapazes e que desprezam os alertas da ciência em nome dos seus planos políticos. Os impactos e efeitos dessas escolhas não devem ficar circunscritos a um tempo menor. O país promove retrocessos, que avançam notadamente nos segmentos de políticas sociais, nos direitos humanos, na cultura e no meio ambiente, além da busca incansável da fragilização da democracia e de suas instituições. O desmatamento na Amazônia é a expressão aguda e contínua dessa agonia da loucura, da insanidade e da ignorância.

O Brasil de hoje é menor, expressão do fracasso e joga fora seu futuro. Destrói o presente, fragiliza suas instituições e rejeita uma trajetória ambiental-climática que assegurava lugar, alinhamento e protagonismo no mundo. Um olhar mais

---

**8** O novo mapa do mundo está sendo modelado por mudanças expressivas na geopolítica e na demanda por novas fontes de energia. A crise ambiental climática impõe essa nova realidade. As tensões e a disputa de poder entre países têm na agenda climática um dos fatores que estão a influenciar a redefinição das relações de poder no mundo. No conjunto de diferentes formas de poder que modelam as dinâmicas contemporâneas de *hardpower* e de *softpower* no atual século, anotam-se os combustíveis fósseis, as novas formas de energia e o poder originário do poder de novas políticas que visam reorganizar o sistema mundial de energia para a consecução da neutralidade de emissões em 2050 em nome da crise ambiental-climática. A transição energética no contexto da transição climática revela o jogo (e não necessariamente todas as suas regras) do escopo da mudança requerida nos próximos 30 anos: da atual dependência do mundo de mais de 80% dos combustíveis fósseis para um mundo operado pelas energias renováveis. E esse contexto geopolítico da agenda ambiental-climática tem tempos definidos – “antes” e “depois” do Acordo de Paris, e significados bem distintos para os países desenvolvidos e os em desenvolvimento.

**9** Na trajetória das emissões históricas de carbono, o Brasil detém 3% das emissões globais. No entanto, isso não o exime de responsabilidades de trilhar a neutralização de suas emissões. Além de signatário do Acordo de Paris e, portanto, comprometido com a obrigação de mitigação e de adaptação, o Brasil está entre os 10 maiores emissores de carbono por conta da retomada do crescimento do desmatamento na Amazônia.

atencioso à trajetória internacional e nacional da agenda ambiental-climática revela que a democracia, como um valor universal, sempre pautou a agenda da sustentabilidade e de direitos humanos. O país sempre atuou de forma construtiva e progressiva na consecução de seus interesses, tendo o fortalecimento de sua democracia e de suas instituições como pilares da sua inserção internacional e do seu desempenho. A declaração da agenda ambiental-climática como uma das áreas-alvo de desconstrução pelo atual governo federal desloca o país do seu lugar na ordem internacional. O país está exposto ao que há de mais retrógrado, deslocado no tempo, e o alcance do dano ainda é pouco conhecido por sua sociedade.

O processo de recuperação não será trivial e não deve ser reorientado pelo passado, pelo que tivemos ou já fomos. O mundo está em mudança e, assim como a agenda de governança global e multilateral, a reconstrução da governança ambiental-climática nacional demandará nova concepção, ousadia, criatividade e, por que não, também disrupção. As novas trajetórias de um Brasil contemporâneo passam pela Amazônia e não somente pelo fim da sua destruição. Nas eras climática e digital-tecnológica, a Amazônia de pé é condição para um Brasil de pé. Afinal, a Amazônia é o Brasil e o Brasil deve ser também a Amazônia.

Qual é a dimensão do desafio que a Amazônia impõe aos brasileiros? Qual é a Amazônia que parece com o Brasil? O que a Amazônia revela pela envergadura de sua natureza? Ou o que vai além das suas florestas? Quais são as identidades e a diversidade de públicos que explicam a Amazônia para o Brasil e o mundo?

O Brasil não conhece a Amazônia. Tampouco o mundo. Como proteger o que não se conhece? Como lidar com as realidades do mundo *off-line* quando as disputas políticas que a proteção da Amazônia encerra são balizadas pelo mundo *on-line* e por ação governamental guiada pelo *fake green*? A realidade da destruição socioambiental atropela, denuncia, expõe as lideranças do atraso no Brasil entronizadas nos poderes que Brasília acolhe. Mas também evidencia o distanciamento da sociedade brasileira para compreender as realidades amazônicas e suas ambições de desenvolvimento.

A Amazônia precisa ser percebida como solução. Pensar o desenvolvimento da Amazônia no século XXI é promover um novo paradigma de viver alinhado ao contexto e aos valores contemporâneos. A sociedade das eras climática, digital e interseccional demanda um olhar para as interdependências entre as diferentes agendas, ou seja, um novo pacto a respeito das relações entre meio ambiente, direitos humanos e desenvolvimento econômico.

Os dados revelam que 99,8% do desmatamento na Amazônia tem indícios de ilegalidade e somente cerca de 2% ocasionaram alguma providência do IBAMA em 2020. O desmatamento da Amazônia mobiliza e impede o pleno desenvolvimento dos amazônidas, além de denunciar omissão e negligência. As responsabilidades não se circunscrevem ao Poder Executivo, e se expandem ao Legislativo federal e subnacional.

O Congresso Nacional de hoje tem desempenho parlamentar que se expressa majoritariamente pelo atraso e pela visão de que a crise ambiental-climática é um problema dos outros. Dados recentemente divulgados<sup>10</sup> revelam que apenas

---

**10** Pesquisa publicada pela Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), em parceria com o Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas (CEPESP-FGV) e apoiada pelo Instituto Clima e Sociedade (ICS).

29% dos parlamentares reconhecem o combate ao desmatamento e às queimadas como elemento prioritário na agenda do clima, mesmo que cerca de 44% das emissões brasileiras estejam associadas à mudança do uso da terra. Mais de 90% dos congressistas afirmam ter interesse nos problemas ambientais, mas apenas 7% atribuem a seus colegas o mesmo interesse e cerca de 15% identificam a pauta ambiental como uma preocupação de seus eleitores. O parlamento brasileiro tem de se colocar no século XXI, se quisermos ter um futuro menos incerto e menos predatório à qualidade de vida e ao bem-estar de nossa sociedade. E, para isso, é preciso entender a urgência do tema (não há mais espaço para “comprar tempo”) e adotar a agenda como item prioritário. Isso requer a compreensão política dos desafios econômicos e sociais que a agenda encerra, a sua conectividade com as agendas críticas de enfrentamento às desigualdades, à erradicação da pobreza e da fome, e a ocupação do espaço da liderança pela prosperidade e não pelo atraso.

Os desafios contemporâneos de uma nova relação da humanidade com o meio ambiente têm na perspectiva planetária (e não mais global) a produção de vida e a natureza como valor. Os desafios de conservar e de restaurar, com uma economia cuja produtividade e estabilidade estão relacionadas à natureza e não contra ela, ligam a noção central de produção natural com a geração de riqueza econômica, inclusão social e justiça ambiental-climática.

Um mapa do mundo que projeta a combinação de luz, água e ar na Terra revela o Brasil imenso por ser o território no qual mais se produz vida no planeta. A Amazônia abrange 59% desta riqueza natural, abrigando 60% da floresta tropical do planeta, cerca de 20% da água fresca e de 10% da biodiversidade do planeta. Faz do país o G1 em natureza, embora seja essa uma senhora quase totalmente desconhecida dos brasileiros e do mundo. Ela tem sido o nosso grande arrabalde, nosso ponto cego. Como ambicionar o desenvolvimento e o traço civilizatório na nossa identidade política contemporânea se toleramos ou até mesmo temos segmentos da sociedade brasileira coniventes com a sua destruição? O seu aniquilamento foi retomado numa magnitude e numa velocidade sem precedentes desde 2019, levando-a à proximidade sensível do ponto de inflexão, do ponto de não retorno. E em nome de que o Brasil de hoje patrocina o arrasamento de suas florestas protagonizando a falsa dicotomia entre produzir e preservar?

Os falsos conflitos ocupam o imaginário político do país numa ambição delirante de seus ineptos governantes de sermos líderes dos anos 90 do século passado. O Brasil perdeu a pegada do tempo e deslocou-se dos desempenhos que a abundância da natureza lhe confere em relação ao futuro da humanidade: um papel de liderança em prol do planeta. Somos parte importante na equação de soluções da crise ambiental-climática. A opção por queimar e destruir florestas, emitir carbono, acolher o crime ambiental compromete a estabilidade climática e as suas ambições de desenvolvimento. Lesa os interesses do Estado e de sua sociedade nos termos da Constituição Federal e de sua democracia. Ao queimar a maior floresta tropical do mundo, o país queima dinheiro, poder político, prestígio internacional, além de destruir seus povos originários e produzir morte. Não zela pelo bem público e não exerce sua soberania em relação a seus próprios interesses. E deixa para trás o seu ativo na geopolítica do clima: floresta de pé, Brasil de pé. A Amazônia protegida e desenvolvida coloca o Brasil no mundo. Hoje, ela nos tira do mundo, da prosperidade e da responsabilidade da produção de vida.

---

# Amazônia, população e modernidade

---

Márcio Souza

É membro da Academia Amazonense de Letras. No teatro, escreveu, entre outras, as peças “As folias do látex”, “A paixão de Ajuricaba” e “Carnaval Rabelais”. Na literatura, escreveu os romances *Galvez*, *Imperador do Acre*, *Mad Maria*, *Operação Silêncio*, *O fim do Terceiro Mundo* e, no momento, trabalha na tetralogia *Crônicas do Grão-Pará e Rio Negro*, tendo já lançado três volumes: *Lealdade*, *Desordem e Revolta*. Lançou também o livro *Amazônia indígena* e, recentemente, o ensaio *História da Amazônia*.

**C**ertamente, a Amazônia como prova sua própria história, é uma região acostumada com a modernidade. Nos 500 anos de presença da cultura europeia, experimentou os métodos mais modernos de exploração. Cada uma das fases da história regional mostra a modernidade das experiências que foram se sucedendo: agricultura capitalista de pequenos proprietários em 1760 com o Marquês de Pombal, economia extrativista exportadora em 1890 com a borracha e estrutura industrial eletretrônica em 1970 com a Zona Franca de Manaus. Os habitantes da Amazônia, portanto, não se assustam facilmente com problemas de modernidade. O que vem provar que a região é bem mais surpreendente, complexa e senhora de um perfil civilizatório que o falatório internacional faz crer. Não é por outro motivo que a Amazônia continua um conveniente mistério para os brasileiros.

Afastando-se os entulhos promocionais, as falácias da publicidade e a manipulação dos noticiários de acordo com os interesses econômicos, nota-se que a Amazônia vem sendo quase sempre vítima, repetidamente abatida pelas simplificações, pela esterilização de suas lutas e pela neutralização das vozes regionais. Sem a necessária serenidade, e visão crítica da questão a partir de um projeto de sociedade nacional, os brasileiros deixam-se levar pela perplexidade quando não sucumbem definitivamente à propaganda.

A questão da região amazônica é, sem dúvida, fundamental para entendermos bem a diversidade do Brasil. Mas nem sempre foi possível o acesso ao passado da grande planície. Por isso, chamo a atenção para o trabalho de reestruturação dos arquivos públicos brasileiros. Como o que foi feito em Belém, permitindo que os pesquisadores tivessem acesso a informações até então inéditas, o que foi muito importante para o estudo da formação do Brasil e da integração da Amazônia ao Estado brasileiro.

O Brasil é fruto de um conjunto de paradoxos, entre pobreza e riqueza, modernidade e arcaísmo. É necessário analisá-los para entender a formação do país. Convém levar em conta também as particularidades do modelo colonial português.

Não podemos esquecer que, na origem, a Amazônia não pertencia ao Brasil. Na verdade, os portugueses tinham duas colônias na América do Sul, uma descoberta por Cabral em 1500, governada pelo vice-rei do Brasil, e a outra, o Grão-Pará e Rio Negro, descoberto por Vicente Yañez Pinzon em 1498, logo após terceira viagem de Colombo à América, quando batizou o rio Amazonas de mar Dulce, mas efetivamente ocupada pelos portugueses a partir de 1630. Esses dois Estados desenvolveram-se distintamente até 1823, data em que o Império do Brasil começou a anexar seu vizinho. A violência era, naquela altura, a única via possível, tão diferentes eram as estratégias, a cultura e a economia dessas duas colônias. A Amazônia, então, não era uma fronteira: é um conceito que foi inventado pelo Império e retomado pela República.

No Grão-Pará e Rio Negro, a economia era fundada na produção manufaturada, a partir das transformações do látex. Era uma indústria florescente, produzindo objetos de fama mundial, como sapatos e galochas, capas impermeáveis, molas e instrumentos cirúrgicos, destinados à exportação ou ao consumo interno. Baseava-se, também, na indústria naval e em uma agricultura de pequenos proprietários. O Marquês de Pombal nomeara seu próprio irmão para dirigir o país, com o intento de reter o processo de decadência do Império português que dava mostras de ser incapaz de acompanhar o desenvolvimento capitalista. Nesse contexto, os escravizados tinham uma importância menor do que nos outros lugares. O país desfrutava, além disso, de uma cultura urbana bastante desenvolvida, com Belém, construída para ser a capital administrativa. Ou a sede da Capitania do Rio Negro, Barcelos, que conheceu um importante desenvolvimento antes de Manaus, e para a qual se recorreu ao arquiteto e urbanista de Bolonha, Antônio José Landi. Em compensação, a colônia chamada Brasil dependia amplamente da agricultura e da agroindústria, tendo, portanto, uma forte proporção de mão de obra escravizada. Em meados do século XVIII, tanto o Grão-Pará quanto o Brasil conseguem criar uma forte classe de comerciantes, bastante ligados à importação e à exportação, senhores de grandes fortunas e bastantes autônomos em relação à Metrópole. Mas enquanto os comerciantes do Rio de Janeiro deliberadamente optaram pela agricultura de trabalho intensivo, como o café, baseando-se no regime da escravidão, os empresários do Grão-Pará intensificaram seus investimentos na indústria naval e nas primeiras fábricas de beneficiamento de produtos extrativos, especialmente o tabaco e a castanha-do-pará.

A anexação da Amazônia marcou o começo de um novo processo e provavelmente, aos olhos das elites do Rio de Janeiro, só poderia ser a força. Para as elites do Grão-Pará, o incidente das cortes, liberais internamente, mas recolonizadoras para fora, e a intimidade com as ideias da Revolução Francesa adquirida na tomada e na ocupação de Caiena, fez perceber que a via da república era mais adaptada à América que um regime monárquico. Os ministros do jovem e impetuoso imperador brasileiro não podiam admitir tal coisa. E, entre 1823 a 1840, o que vai se ver é um processo de provocação deliberada, seguida por uma severa convulsão social e a conseqüente repressão. Se me permitem a comparação um tanto audaciosa, foi de certo modo como se o Sul tivesse ganhado a Guerra de Secessão nos Estados Unidos. Com a repressão, a Amazônia perdeu 40% de seus habitantes. A anexação destruiu todos os focos de modernidade. Entre o Império e as oligarquias locais, nenhum diálogo era então possível.

Com o ciclo da borracha, a face da Amazônia transformou-se completamente. A economia do látex quebrou o isolamento e buscou integrar a região ao mercado internacional. Um dos principais fatores dessa transformação foi a mudança do

perfil populacional, provocado pelas inúmeras levas de imigrantes que chegaram atraídos pelas riquezas do látex e pela necessidade de mão de obra.

Em 1870, quando a borracha começa a dar sinais de valorização, a Amazônia era quase um deserto demográfico, com suas populações tradicionais dizimadas por séculos de escravização, práticas predatórias e política repressiva do Império no combate à Cabanagem. A conjugação de períodos de seca e depressão econômica levou o Nordeste brasileiro, especialmente o estado do Ceará, a participar com o maior número de imigrantes, que a partir de 1877 foram chegando em levas desordenadas, para a seguir se transformar em uma rotina perversa, o que resultou em um quadro de terrível exploração humana. Milhares de lavradores pobres, iludidos por contratadores, deixaram suas terras áridas pelas selvas do alto Purus, Madeira e Acre, vivendo sob o domínio do sistema de aviamento. Além do choque cultural, do isolamento e dos perigos da selva tropical, os nordestinos trabalhavam sob o regime da coerção, típico do sistema do aviamento, que só podia existir baseado no débito permanente do seringueiro. De qualquer forma, os nordestinos mostraram sua tenacidade e sua capacidade de sobreviver, mesclaram-se com as populações tradicionais e enriqueceram a cultura regional, interpretando o grande vale através de seu colorido folclore, da música, da culinária e literatura de cordel.

---

## Os habitantes da Amazônia não se assustam facilmente com problemas de modernidade.

---

Um pouco antes do ciclo da borracha, empurrados pelas perseguições, fome e discriminação, judeus sefarditas-marroquinos, bem como de outros grupos culturais da Europa e Oriente Médio, aportam na Amazônia a partir de 1810, a maioria procedente de Tânger, Tetuan, Fez, Rabat, Sale e Marrakesh. Em Belém, fundam em 1824 a sinagoga Essel Abraham, a primeira do Brasil depois de mais de 200 anos. Era uma imigração bem preparada, com homens e mulheres educados para o trabalho, que logo ocupariam importantes nichos empresariais, espe-

cialmente no comércio, na exportação e na importação, na indústria e na cultura.

Outra corrente migratória importante foi a dos sírio-libaneses. No fim do século XIX, com o crescimento da economia do látex, levas inteiras de homens e mulheres deixaram suas cidades e aldeias, como Baalbek, Ghazir, Dimen, Beirute, no Líbano, e Ayo, Hamma e Damasco, na Síria, para reconstruir sua existência na Amazônia. Gente persistente, apegada ao sentido de família, sóbrios e inteligentes, logo estavam concorrendo com os outros imigrantes, superando as barreiras do preconceito e formando novos costumes e introduzindo novos valores culturais. Foram os sírios-libaneses que trouxeram para a região o sistema do crediário, trazendo para um mercado elitista a população pobre.

Outros grupos étnicos e culturais também vieram contribuir para a formação da Amazônia moderna. Em 1867, com a derrota da guerra da secessão, centenas de confederados, sob a liderança do Major Warren Lansford Hastings, deslocam-se para a cidade de Santarém, ocupando depois outras localidades do Baixo Amazonas. Da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, ficou o extraordinário legado dos trabalhadores de Barbados e Jamaica, que ficaram em Rondônia e

ali imprimiram fortes sinais de sua presença. Dos europeus, além da constante e ininterrupta imigração portuguesa, há que se destacar a presença dos italianos. Oriundos em sua maioria de cidades e vilas do sul da Itália, especialmente das empobrecidas províncias do Mezzo Giorno, da Potenza e da Sicília, os italianos destacaram-se na Amazônia nos campos da educação, da arquitetura, da música, do comércio, da indústria, das artes cênicas e da introdução, junto aos espanhóis, dos primeiros movimentos operários organizados.

Os últimos grupos de migrantes estrangeiros a chegarem na região foram os japoneses, que a partir de 1928 começaram a se instalar nos municípios de Monte Alegre, Marabá, Bragança e Conceição do Araguaia, estado do Pará. Até o fim da década de 1930, quase 500 famílias chegaram à região, com o intuito de introduzir o cultivo da pimenta-do-reino e da juta, mas tiveram um importante papel na introdução de novas variedades de plantas e hortaliças, além da difusão de técnicas avançadas de produção agrícola. Com a crise e o fim da economia da juta, muitas famílias japonesas decidiram mudar para as cidades de Manaus e Belém, onde se integraram e contribuíram com seus valores culturais, seu cultivo pela cortesia, seu respeito à hierarquia e sua sensibilidade estética.

Com os projetos econômicos do regime militar de 1964, e a abertura de faixas de terra para a colonização, levadas de trabalhadores sem-terra, vindos do Paraná e do Rio Grande do Sul entraram na Amazônia, trazendo seus costumes e tradições. Todo esse contingente humano, tangido pela miséria e armado do desejo de sobreviver, veio reconstruir suas vidas atribuladas – e alguns tiveram sucesso, em uma prova de que a Amazônia era um território das Américas, território de esperanças.

Tomemos um período redondo: 1965-2000. Nesses 35 anos, a Amazônia foi aberta à expansão do capitalismo, de acordo com as diretrizes de uma economia política elaborada por uma série de governos militares, seguida fielmente pelos governos civis da Nova República e posteriores, que pretendiam promover na região um modelo de desenvolvimento modernizante. O predomínio de investimentos e a presença do governo federal na região tornaram-se cada vez mais extravagantes na proporção de seus resultados. Meio milênio de distintas economias extrativistas apenas enriqueceu brevemente uma parcela das oligarquias locais, deixando para trás uma terra mais empobrecida. Se a história da Amazônia tem sido um permanente desafio às noções de progresso, natureza e homem, tão caros ao pensamento europeu e que serviram para sustentar conceitos como os de desenvolvimento e subdesenvolvimento, esses 35 anos que fecharam o milênio representaram um grande teste para esse desafio. Infelizmente, o que se vê é o autodenominado moderno Estado Brasileiro demonstrando diariamente sua incapacidade em dar uma basta em tantos absurdos, em impedir a deterioração do meio ambiente e barrar os projetos econômicos que tornam a vida dos camponeses, índios e trabalhadores um exercício de horror.

Em 1966, seguindo a lógica de argumentos geopolíticos, os militares e seus tecnocratas decidiram ocupar e integrar a Região Amazônica através de uma nova estratégia de desenvolvimento regional, instituindo a “Operação Amazônia”. Para os militares, a Amazônia era um vazio demográfico, perigoso de ser controlado e alvo da cobiça de outras nações se não fosse urgentemente ocupado pelo Brasil. Além da cobiça internacional, a Amazônia era um cenário ideal para movimentos subversivos, como indicavam alguns exemplos bem visíveis do outro lado da fronteira colombiana.

Para evitar qualquer reação das forças tradicionais da Amazônia, esse modelo de desenvolvimento autoritário retalhou politicamente a região, pondo as novas instituições para fazer essa divisão na prática. Além de usurpar a autoridade dos estados regionais sobre seus territórios, a ponto de o governo do Pará exercer seus poderes apenas sobre 20% do estado, órgãos como a Sudam, por exemplo, exerci-

tando a política financeira de incentivos fiscais, canalizaram os grandes projetos agropecuários, minerais e energéticos para a Amazônia Oriental. Enquanto isso, a Suframa, usando os incentivos fiscais para instalar um enclave exportador, fez de Manaus e da Amazônia Ocidental um nicho de projetos industriais eletreletrônicos e projetos agropecuários de menor porte.

Nos primeiros anos da “Operação Amazônia”, o governo de Brasília tentou atrair investidores para projetos agropecuários através de doações financeiras e renúncia fiscal. A partir do presidente Médici, o governo passou a investir diretamente em megaprojetos, criando novas fontes de recursos através de órgãos como o PIN, o Proterra e o Polamazônia. No início da década de 1970, em plena época do chamado Milagre Econômico, a Amazônia era então não mais uma região de economia extrativa, mas basicamente uma área de agropecuária, mineração, metalurgia e siderurgia. Já no fim de 1966, mais de 1.000 investidores tinham instalado projetos de criação de gado ao longo da estrada Belém-Brasília. A agropecuária seria, no início, o principal atrativo.

A partir de 1967, um decreto presidencial transformou Manaus em Zona Franca, imediatamente instalando uma série de indústrias e anunciando uma oferta de 40 mil empregos. No que toca à divisão do trabalho, as indústrias da Zona Franca operavam as fases finais de montagem e acabamento do produto. Fases que exigiam um número maior de mão de obra.

Aproveitando a legislação, essas indústrias estabeleceram-se em uma área da cidade de Manaus, no chamado Distrito Industrial, onde receberam terrenos a preços irrisórios, totalmente urbanizados, como nenhum conjunto habitacional supostamente para pessoas de baixa renda recebeu. E, assim, entrou em atividade um parque industrial de “beneficiamento” produzindo em toda sua capacidade e operando em uma área onde as facilidades eram, na verdade, uma conjuntura favorável.

Para completar, como extensões de grandes complexos, as indústrias da Zona Franca são administradas de maneira direta, e seu capital pouco é afetado pela disponibilidade local. A participação de capital oriundo do tradicional extrativismo foi mínima e era possível notar, por volta do fim da década de 1970, grandes comerciantes do extrativismo, de outrora, hoje atrelados como sócios minoritários, com cargos simbólicos nas empresas altamente subsidiadas instaladas em Manaus.

Eram indústrias que tudo trouxeram de fora, da tecnologia ao capital majoritário, e que do Amazonas somente aproveitaram a mão de obra barata e os privilégios institucionais. Com essa estrutura industrial altamente artificial, a Amazônia Ocidental teve seu quinhão da política de integração nacional. A promessa de 40 mil empregos não se cumpriu, mas ajudou a provocar uma explosão

---

## Na origem a Amazônia não pertencia ao Brasil.

---

demográfica em Manaus. De cerca de 150 mil habitantes em 1968, a cidade pulou para 600 mil em 1975.

As transformações sociais e culturais da Zona Franca em Manaus são bastante distintas daquelas que aconteceram durante o ciclo da borracha. Enquanto a cidade era a capital mundial da borracha, Manaus rapidamente se consolidou como centro urbano e desenvolveu os primeiros sistemas de serviços públicos, como eletricidade, distribuição de água e esgotos. Naquele período, a cidade teve suas ruas pavimentadas e seu crescimento planejado, viu crescer o número de hospitais e abriu-se para as influências culturais cosmopolitas. Criou uma universidade e construiu uma casa de óperas. É claro que todas aquelas vantagens eram direcionadas aos ricos, àqueles que lucravam com o comércio do látex. No entanto, o desenvolvimento de Manaus durante o ciclo acompanhou o crescimento populacional, sem degradação dos serviços. O oposto ocorreu com a Zona Franca de Manaus.

O aceno de 50 mil empregos atraiu uma população de migrantes que nunca mais cessou de aportar em Manaus. A rápida instalação de empresas comerciais, as lojas de artigos importados que pululavam pelo centro histórico da cidade, a chegada de empresas multinacionais no distrito industrial, as firmas de consultoria, os institutos de pesquisas, as novas sucursais de instituições públicas, a horda de turistas em busca de aparelhos eletrônicos baratos e a vaga de migrantes em busca de novas oportunidades, tudo isso transformou a cidade em um inferno. Especialmente porque tal demanda chegava em um momento em que a estrutura da cidade estava decadente. Em 1960, a cidade de Manaus ainda conseguia acomodar seus 200 mil habitantes, embora tudo estivesse à beira do colapso. As telecomunicações eram impraticáveis; a distribuição de luz e água, precária; e os prédios públicos estavam quase em ruínas. Em 1984, a cidade continuava com a mesma infraestrutura apodrecida e Manaus começava a inchar, com inúmeras favelas surgindo por todos os lados.

O fenômeno do crescimento desordenado de Manaus faz parte dos problemas gerados pelos programas de desenvolvimento postos em práticas pelo governo federal, desde 1964. Um dos problemas óbvios é o aumento da população urbana na Amazônia, configurando uma das maiores fronteiras urbanas do mundo. O censo de 1980 mostrava que metade da população amazônica vivia em cidades. Dez anos depois, 58% da população estava urbanizada. Capitais como Manaus, Belém e Porto Velho sofreram declínios de importância regional, na medida que certos aglomerados urbanos espalhados pelo interior se organizaram e estabeleceram ligações diretas com os centros econômicos nacionais e internacionais. Mas as capitais tradicionais da região continuam a desempenhar seu papel local, por sediarem as sucursais das agências federais, controlarem os orçamentos públicos estaduais e manterem as máquinas administrativas e burocráticas. No entanto, enfrentam novos desafios, como as massivas migrações, a criação de favelas e o crescimento do setor informal na periferia urbana.

A partir dos anos 1990, a região assistiu a uma mudança urbana bastante dramática, que foi o declínio da cidade de Belém em relação à Manaus. A cidade de Belém, que representava 43,9% da população regional em 1950, caiu para 23,0% em 1990, enquanto Manaus experimentava uma verdadeira explosão demográfica. A vitória da capital amazonense na velha competição entre as duas cidades foi apenas aparente. Mesmo com todo o capital nacional e internacional chegando a Manaus, enquanto as elites de Belém não conseguiam reverter o processo a capital do Amazonas saiu perdendo como centro urbano. Belém

pôde se dar ao luxo de preservar seu patrimônio urbano, sua arquitetura eclética, seus parques neoclássicos e suas avenidas sombreadas pelas mangueiras, enquanto Manaus se deixou atacar pela especulação imobiliária e viu muitos de seus marcos arquitetônicos desaparecerem, em troca de uma arquitetura medíocre. Enquanto a capital paraense soube impor sua cultura e as tradições de sua civilização, a cidade de Manaus foi culturalmente colonizada pela massa de imigrante, oriundas das partes mais atrasadas do país, pessoas originárias do mundo rural, onde não havia nenhuma mobilidade social, nenhuma escola, nenhuma esperança. É impossível prever o que vai ser culturalmente a cidade de Manaus no futuro, depois que o processo da Zona Franca passar. Belém ainda tem sua importância regional, embora não mais exerça liderança e tenha perdido o posto de portão da Amazônia. É em Belém que ainda estão algumas das agências governamentais importantes, enquanto a cidade de Manaus tende a se transformar em um polo tecnológico, em um centro de biodiversidade de alta tecnologia. Para que isso aconteça, a capital do Amazonas deve superar a tentação populista e oferecer uma rápida integração das massas de migrantes através de processos educacionais e culturais, acumulando ao lado do capital financeiro um capital intelectual com massa suficiente para fazer de sua população mais do que reserva de mão de obra e energia humana escravizada à expansão global do capitalismo.

Esse modelo de desenvolvimento regional baseado em grandes projetos, imposto por um regime autoritário, acabou por trazer graves consequências para a Amazônia e seu povo. As principais distorções hoje são bastante óbvias, mas o cerceamento da liberdade de expressão, a repressão e o sistemático assassinato de lideranças populares impediram que fossem denunciadas e combatidas na época.

O problema mais em evidência hoje, produzido diretamente por tal modelo imposto pelo regime militar, é o da degradação ambiental em processo acelerado. Segundo os mais conservadores levantamentos, aproximadamente 11% da cobertura vegetal da região foi destruída irremediavelmente até o ano de 2001, apenas

---

Meio milênio de  
distintas economias  
extrativistas apenas  
enriqueceu brevemente  
uma parcela das  
oligarquias locais,  
deixando para trás  
uma terra mais  
empobrecida.

---

na Amazônia brasileira. A pecuária e o uso do solo predominam nessas áreas por toda a região. Entre 1990 e 2003, o rebanho bovino na Amazônia cresceu de 26,6 mil cabeças para 64 milhões de cabeças, um aumento de 140%, segundo fontes do IBGE. Mas as sociedades nacionais que detêm a Amazônia ainda não se deram conta dos conflitos de interesses que se desenvolvem na região e dos danos irreversíveis causados ao meio ambiente. Entre 1965 e 1970, a Amazônia foi a rota final de milhares de imigrantes do Sul do Brasil. O governo militar tratava de resolver o problema agrário que crescia no Extremo Sul do Brasil, em um momento em que as tradicionais fronteiras de São Paulo e Paraná estavam esgotadas. O sistema

agrário do Sul passava por um processo de modernização das práticas agrícolas acompanhadas de créditos e incentivos fiscais, levando a um grande número de pequenos proprietários rurais a vender suas terras. No começo dos anos 1960, o Sul estava expelindo mais gente do que podia absorver. O Pará, o Maranhão e Rondônia foram os estados que receberam um grande número de colonos. Em uma única década, a fronteira deslocou e empurrou para a Amazônia 10 milhões de pessoas.

Sobre essa questão, deve-se ter uma visão correta, evitando cair no catastrofismo de certos defensores de nossa integridade, que não foram convidados por nós a fazer nossa defesa, mas que insistem em soluções salvacionistas, sem nenhuma base científica que reduzem a Amazônia, da mesma forma que os militares o fizeram, a um território sem tradição cultural ou história, que precisa ser ocupado por suas boas intenções. O ambientalista Thomas W. Fatheuer comenta que:

A ecologização total da Amazônia esvazia a região de suas características sociais. É fácil de compreender porque, no modelo de equilíbrio ecológico todas as intervenções humanas são classificadas como prejudiciais. Exagerando: o homem aparece, a não ser que seja índio, como destruidor, como predador. Ele nem poderia deixar de sê-lo. A crítica ao desenvolvimento da Amazônia se volta assim não contra um modelo histórico, econômico e socialmente determinado de apropriação, mas contra todo e qualquer aproveitamento humano.<sup>1</sup>

Mas a pressão humana está totalmente estabelecida e consolidada pelos projetos de colonização e pelas investidas dos grupos agropecuários. Os impactos ambientais nessas áreas são mais intensos que nas fronteiras de ocupação por causa da maior fragmentação da floresta e das atividades industriais urbanas.

No fim dos anos 1970, a fronteira amazônica já se encontrava fechada, com as melhores terras ocupadas, extensos latifúndios em mãos de especuladores e grupos agropecuários gozando dos incentivos fiscais. Com o fim da ditadura, o governo da “Nova República” poderia ter realizado a Reforma Agrária, expropriando as terras das mãos dos especuladores, na maioria sem titulação legal ou até mesmo falsa. Seguem-se a velha omissão e o oportunismo do poder público brasileiro, que não cuidou de evitar o caráter destrutivo da expansão agrícola, se absteve de realizar um efetivo controle social permitindo que os desmatamentos prosseguissem. Provavelmente, a mais séria das omissões foi a falta de controle sobre o processo de ocupação. Já no começo dos anos 1980 as melhores terras estavam registradas em nome dos latifundiários e dos especuladores. Para as terras restantes, os colonos precisavam ter à disposição novas tecnologias que impactassem menos o meio ambiente, porém o governo brasileiro não apenas foi negligente quanto em muitos casos: foi contrário às novas medidas.

Se o Brasil é geralmente dado no exterior como um país de emoções, de irracionalidade, um país primitivo ou até folclórico, não podemos esquecer, no entanto, que ele herdou da colonização portuguesa uma grande capacidade de organização e de planejamento, assim como uma preocupação afirmada com os detalhes. Os portugueses sempre fixaram objetivos para si mesmos. Previam cada um de

---

<sup>1</sup> FATHEUER, Thomas W. *Wer zerstört, wersttet Amazonien?* *Lateinamerika Nachrichten*, n. 233, 1993.

seus passos no continente latino-americano. Não consta na crônica da conquista a existência de portugueses em busca da fonte da juventude, tampouco puseram um pé na água para declarar, como fizeram os espanhóis, que tinham se apossado do oceano Atlântico inteiro. Se o Império não tivesse tido que se haver com a Amazônia, ou, como disse José Honório Rodrigues, se não tivesse passado o tempo inteiro reprimindo revoltas populares, podemos estar certos de que o processo de expansão territorial do Brasil teria alcançado as margens do Pacífico. A Amazônia passou, portanto, a ser uma fronteira entre uma zona de cultura brasileira predominante e um subcontinente onde se falam francês, holandês, espanhol, português. Além disso, 32 idiomas são praticados no Rio Negro, idiomas esses que são verdadeiras línguas, e não dialetos. Temos de um lado dessa fronteira uma cultura brasileira em plena expansão, e do outro, culturas originais, pré-colombianas, vivas até hoje, culturas essas que, vale lembrar, estiveram muito tempo à frente das outras, em particular do ponto de vista da técnica, antes de serem submersas pelo processo de integração.

Mas a tragédia da região não poderá ser também sua redenção? A oposição arcaísmo-modernidade não estaria sendo vista ao avesso? A experiência da modernidade já foi feita na região. Mas os tecnocratas e o governo central foram incapazes de favorecer a aceitação de experiências locais no processo de integração econômica. Isso aparece claramente com o exemplo da criação de gado: a chegada do boi só foi uma tal catástrofe para a Amazônia porque se impôs o modelo agropecuário a um estado, o Acre, onde não havia tradição de criação de gado e que por causa disso perdeu sua cobertura florestal tradicional. Por que não usaram em vez disso as zonas tradicionais de pasto, como as existentes no Baixo Amazonas, na região de Óbidos, Alenquer e Oriximiná, ou em Roraima, cuja superfície é superior à de todos os pastos europeus reunidos? Esse é exatamente um caso em que a integração econômica foi feita em detrimento da história e da tradição locais. E, no entanto, a arrogância não ficou apenas com os tecnocratas do governo militar: um contingente imenso de salvadores da Amazônia estabeleceu suas agendas baseadas em conclusões apressadas.

Por exemplo, as soluções de neoextrativismo propostas por Chico Mendes destinavam-se apenas a dois ou três municípios. Alguns quilômetros além não serviam mais. Era, portanto, absurdo focalizar-se nelas e apresentá-las como soluções de uso geral na região, como fizeram alguns ecologistas e certos movimentos de defesa da região. Nos parâmetros políticos de 1985, quando a ideia foi gerada, a luta por tais reservas extrativistas estava perfeitamente explicada. No entanto, esse foi um conceito que muito foi alargado a partir daí, a ponto de se tornar uma das mais usadas medidas “de preservação” do governo Sarney e, em termos políticos amplos, como espécie de proposta geral para a região, pois o “futuro” da Amazônia estaria em sua total regressão à economia extrativista. Assim, lutar pela preservação da profissão de seringueiro era como tentar manter a profissão de cocheiro em Viena.

---

## A criação da Zona Franca de Manaus transformou a cidade num inferno.

---

Se o extrativismo imprimiu a face econômica da Amazônia, ele foi capaz de formar uma sociedade peculiar e uma cultura, determinando uma estrutura social com interesses bem definidos. Estou convencido de que Chico Mendes, meditando sobre o caráter desta sociedade, especialmente sobre a decadência do proprietário extrativista, desenvolveu as primeiras ideias sobre o projeto tático das reservas extrativistas. Era uma forma de mobilizar os seringueiros para a defesa da propriedade extrativista, já que os proprietários estavam enfraquecidos, postos à margem pelo modelo econômico agropecuário e especulador.

Os proprietários extrativistas, entre eles os seringalistas, raramente se preocupavam com a terra. Eles controlavam a produção extrativa e financiavam a safra. Não eram exatamente senhores da terra, ou fazendeiros, mas apenas “dominadores” das áreas de matéria-prima como a castanha, a piaçava, a madeira, a batata, a sorva e a borracha. Era, por certo, uma classe com características rurais no trato das relações de trabalho, mas sua criatividade estava na capacidade de dinamizar a produção extrativa. Tal classe estabeleceu o controle da terra, abrangendo grandes áreas produtivas. Seu controle dos meios de produção limitava-se, basicamente, ao controle das áreas extrativas, já que no relacionamento com a natureza o proprietário extrativista não avançava seu controle, não havia a preocupação do cultivo, da pesquisa, e a mão de obra era apenas considerada força de trabalho. Essa característica especial do proprietário extrativista deu ao trabalhador da frente extrativista algumas peculiaridades que o fez, por exemplo, diferente do camponês do latifúndio nordestino, ainda que este tenha sido a matriz humana daquele.

No extrativismo, a produção assumia um interesse vital, não durava o ano todo, e ao trabalhador era exigido não apenas uma massa de produto produzido, mas era necessário arrancar esse produto pelo trabalho. É que no extrativismo, como forma arcaica de produção, o valor de troca estava muito próximo

do valor de uso. O cálculo do salário, portanto, estava intimamente ligado à quantidade da produção do trabalhador. Era uma força de trabalho que valia quanto pesava, determinada inclusive pela necessidade de ser mantida na produção à custa de abusos sociais, como a obrigatoriedade do consumo no comércio do proprietário e a sistemática estrutura policialesca do patrão impedindo o trabalhador de abandonar a produção.

Chico Mendes não estava fazendo nenhum tipo de apologia restauradora de uma página negra da história regional ao propor a luta pela transformação dos seringais acreanos em reservas. Ele sabia que tais reservas eram soluções muito localizadas, que não respondiam sequer ao problema do Acre, quanto mais de uma área continental, diversificada, como a Amazônia brasileira.

---

Os povos indígenas  
da Amazônia  
não conseguirão  
se não se apoiarem  
na população urbana,  
a única que se  
expressa nas  
eleições e exerce  
pressão sobre  
a política.

---

---

A Amazônia conta  
uma população  
de 20 milhões  
de pessoas e  
com 9 milhões  
de eleitores,  
o que não é  
pouca coisa.

---

Tratava-se, como era de se esperar, de um objeto tático, que visava a barrar a invasão da economia especulativa e promover um alerta para a destruição de uma região cujos recursos biológicos sequer estão plenamente conhecidos.

Falar, portanto, que o destino da Amazônia consiste na regressão ao extrativismo, mesmo a um extrativismo idílico, socializado e místico, é mais uma vez atropelar a própria Amazônia. De qualquer modo, vamos supor que fosse possível fazer da Amazônia uma imensa reserva extrativista, um enorme *playground* para todos os diversos pirados da Terra. Bem, este é o sonho nada pirado da poderosa indústria farmacêutica internacional,

dos grupos econômicos que trabalham com a biotecnologia, com a engenharia genética e a etnobiologia. Assim, mais uma vez deseja-se que a Amazônia ofereça o que tem, mas que fique em seu lugar, como território primitivo, de gente primitiva, que não deve jamais ter acesso a essas tecnologias e ao controle econômico de seus produtos.

O certo é que, se o extrativismo na Amazônia não está morto, deve ser definitivamente erradicado por qualquer plano que respeite o processo histórico e a vontade regional. Mesmo porque a Amazônia não deve ser reserva de nada, nem celeiro, nem estoque genético ou espaço do rústico para deleite dos turistas pós-industriais.

Se o modelo econômico brasileiro insiste em destruir riquezas que sequer foram computadas movido por puro imediatismo econômico, não se deve agravar mais a região impondo-se soluções aparentemente ditadas pelo espírito da solidariedade. Especialmente porque contra os abusos é possível resistir, mas não há nada que se possa fazer contra a solidariedade.

Na realidade, a Amazônia foi reinventada pelo Brasil, que propôs para ela sua própria imagem. Os moradores da Amazônia sempre se espantam ao ver que, talvez para melhor vendê-la e explorá-la, ainda apresentam sua região como habitada essencialmente por tribos indígenas, enquanto existem há muito tempo cidades, uma verdadeira vida urbana, e uma população erudita que teceu laços estreitos com a Europa desde o século XIX. Aliás, nisso residem as maiores possibilidades de resistência e de sobrevivência dessa região. Com efeito, os povos indígenas da Amazônia nada conseguirão se não se apoiarem nessa população urbana que é a única que se expressa nas eleições e exerce pressão sobre a cena política. É pelo jogo das forças democráticas que o problema da exploração econômica da Amazônia poderá encontrar uma solução. Portanto, é preciso reforçar as estruturas políticas regionais. A Amazônia conta uma população de 20 milhões de pessoas e com 9 milhões de eleitores, o que não é pouca coisa.

Embora o Brasil se orgulhe de ter “absorvido” a Amazônia, não aniquilou suas peculiaridades. Continua havendo uma cozinha, uma literatura, uma música da Amazônia. As trocas entre ambas as culturas são muitas, e isso é bom.

# O rapto da Amazônia na literatura brasileira ou o rio comanda a vida

**Paulo Nunes**

Doutor em Letras pela PUC-Minas; professor-pesquisador da Universidade da Amazônia (Unama), Belém (PA); curador do acervo Dalcídio Jurandir do Projeto Moronguetá/Fórum Landi (FAU-UFPA); participa de grupos de pesquisa Narramazônia (UFPA/Unama), Academia do Peixe Frito (Unama/UFPA) e Epístolas Poéticas (Uepa/Unama), os quais ajuda a coordenar, e Makunaíma (UFPA); seu livro de poemas *Traço-oco* (Penalux) foi um dos 44 semifinalistas do Prêmio Oceanos de Língua Portuguesa, em 2018. É organizador, junto a Josebel Akel Fares, de *Epístolas poéticas, a correspondência de Maria de Belém Menezes e Dalcídio Jurandir* (PakaTatu, 2021) e *Narr'Amazônia, modos de ser e estar no mundo*, organizado junto a Alda Costa e Vânia Torres Costa (Folheando, 2022).

## I – Amazônia, um livro?<sup>1</sup>

E veio o amor  
Este Amazonas fibras, febres  
e mênstruo verde,  
esse rio enorme onde afinal  
boiei e enverdeci,  
amei e apodreci...  
Max Martins

*Todo texto é lacunar, furado. São essas lacunas  
que ele recobre com seu tecido, para dissimular*  
Sara Kofman

Para José Arthur Bogéa, *in memoriam*, dedico

“**H**eráclito disse [...] que ninguém vai duas vezes ao mesmo rio. Ninguém vai duas vezes ao mesmo rio porque as águas mudam, mas o mais terrível é que nós somos tão fluidos quanto o rio. Toda vez que lemos um livro, o livro se modificou [...]. Além

<sup>1</sup> Este trabalho contou com a rica colaboração das professoras Josebel Akel Fares (Uepa), Nícia Zuccolo (Ufam), Vânia Torres Costa (UFPA) e Carla Soares Pereira (Colégio Rego Barros), às quais agradeço o diálogo. Agradeço também o aprendizado com José Guilherme Castro, Selda Vale, Marli Tereza Furtado, José Guilherme Fernandes, Marcos Frederico Krüger, Willi Bolle, Luís Heleno M. del Castillo e Paulo Maués Corrêa.

disso, os livros estão impregnados de passado. Se lemos um livro antigo é como se lêssemos todo o tempo transcorrido entre o dia em que ele foi escrito e nós”<sup>2</sup>. Borges entusiasma-me (etimologicamente: força cosmogônica dos deuses paira sobre mim). Palavras que fazem um entrecruzamento de ficções e discursos. Na Escola Deodoro de Mendonça, fui sensibilizado pela professora Josse Fares a reconhecer o mundo como “livro aberto”, com os odores de Paulo Freire e Bachelard. Hoje, minha Amazônia é uma coletânea “lítero-oral”. E a sorvo de modo diverso. Ante a esse *livr’amazonia*, sinto, reflito, organizo pensamentos. Parte deles encontra-se aqui. É quando os rios de Heráclito fazem sentido: mergulhos. Escrevo vivências e atravessamentos que fluem na maré que se movimenta, em uma região em que as águas determinam os ciclos da vida e contaminam o Cosmo.

Não pretendo, longe disso, esgotar o assunto e tornar-me definitivo. É impossível se estabelecer, em poucas páginas, uma antologia completa e definitiva dos amazônidas. Toda seleção, infelizmente, é excludente, e há lacunas que me serão caras. Este *locus* no qual *Cobra Norato* foi representado funciona como mata fechada, com muitas clareiras. Minha visão, aqui pautada, faz-se de uma vivência testemunhal de leitor, o que determina escolhas. Gostaria de fugir dos cânones, visto que os cânones são problemáticos, mas isso seria possível?

## II – Amazônia, um palco do mundo, ou “tem piranha no pirarucu”

Fatores históricos de ocupação do hemisfério sul da América pelos portugueses dividiram em duas possessões o que hoje se conhece como “Brasil”: a) a província do Maranhão e Grão-Pará (depois de ocupada a grande calha do “mar doce”, o rio Negro foi “anexado” como símbolo de posse); e b) a província do Brasil. Essa divisão política ainda hoje, na república, deságua em uma espécie de “raptos da Amazônia” na cultura do Brasil; com a literatura, não se dá diferentemente.

Em geral, se um sudestino fala de “Brasil” (até mesmo brilhantes e respeitáveis intelectuais, como se tem visto nos debates sobre os Modernismos e a Semana de 22), ele silencia o Norte: isto é, quase 60% do território brasileiro fica invisível à maioria. Daí que insisto: houve, na geoculturalidade brasileira, monarquia e república, passado e presente, um raptos da Amazônia.

Parcela substancial dos livros e da mídia tradicional do Brasil insiste em fixar uma Amazônia como terra idílica, onde transitam nativos e seus animais enroscados nas pernas. Assim é que a Amazônia ocupa o imaginário brasileiro como espaço de “regionalidades”, *locus* de solidão e da não inteligência,<sup>3</sup> onde inexistente uma cultura complexa, múltipla. Aqui seria impossível existir uma literatura de qualidade. Poucas são as visões contrárias a isso. Cito a exposição “Fruturos: Tempos Amazônicos”, montada no Museu do Amanhã, do Rio de Janeiro. Mesmo com alguns problemas, a “Fruturos...” representou um painel o mais amplo possível

<sup>2</sup> BORGES, Jorge Luis. *Borges oral & sete noites*. Trad. Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>3</sup> Ler COSTA, Vânia Maria Torres. *À sombra da floresta: os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo*. Tese de doutoramento defendida na Universidade Federal Fluminense, em 2011.

da cultura – inclusa a literatura – produzida na Amazônia. O mais coerente, creio, é nominar a região no plural: Amazônias. As Amazônias são tantas e têm sido representadas com tanta singularidade que enumerar textos e autores/as torna-se, por vezes, problemático.

### III – A Amazônia: violências coloniais e colonialidades nem sempre vistas a olho nu

A Amazônia, graças a algumas formas de colonialidade, foi estrategicamente isolada, transformou-se em uma “ilha” na cultura brasileira. Apartada, a região é tratada, sobretudo pelos não amazônidas (embora não se deva generalizar), de modo romantizado e exótico ou como produto de consumo dos interesses do capital nacional e/ou internacional. Se levarmos isso ao cânone da literatura ocidental, a questão ficará mais pulverizada ainda. Aliás, como acontece com a literatura latino-americana, que sofre desse mal quando “vista de fora”, uma literatura estranha, estúrdia e de “difícil entendimento”, daí porque ela recebe o selo de exótica (*ex-ótica*, fora de meu olhar, fora de mim, portanto), entre outras adjetivações.

Há vários sistemas que compõem a literatura amazônica, um todo complexo, que se faz de vários “biomas-metafóricos”, sistemas mítico-orais, que vão desde as vozes “pré-colombianas” até o estabelecimento do domínio europeu, que impôs a letra como padrão de cultura e, assim, forjou a literatura atual. As tensões ocasionadas dos processos de imposição do colonizador propiciaram negociações, movimentos de preamar e baixamar, que acarretaram pelo menos três estágios: antes, durante e depois da invasão europeia na Amazônia,<sup>4</sup> a saber: a) ênfase às vozes da Amazônia, poetizadas via o imaginário dos nativos, antes da imposição – pela cruz, pela espada e pela gramática – da letra europeia; b) a destruição provocada com código do invasor que trouxe outra forma de socialidade, o registro através da letra; e c) a tensão resultante de negociação pós-colonial, que, ao adotar a letra, enxertou-a com atravessamentos orais, o que caracterizaria o que se pode chamar de uma “oratura”, processo através do qual a letra é marcada pela força da oralidade.

É hora de mostrar nomes? Por uma questão metodológica, eu me limito aqui aos séculos XX e XXI, embora não desconheça que a expressividade literária, *stricto sensu*, entre nós tenha em autores como Juvenal Tavares e Inglês de Sousa, do século XIX, dois nomes de considerável importância. Entretanto, o amadurecimento estético e político para fazer valer maior representação na ideia de brasilidade ganha contornos claros no século XX. Dalcídio Jurandir,<sup>5</sup> autor de um ciclo de romances amazônicos, na segunda metade do século passado, teve *Linha do*

<sup>4</sup> Esses estágios de ocupação foram ressignificados por Paes Loureiro em *Porantim*, *Deslendario* e *Altar em chamas*, livros publicados pela Civilização Brasileira, que causaram impacto na crítica e na recepção nacionais, de tal modo que alguns entenderam que, até a publicação dessa trilogia poética, o mais significativo poema amazônico da literatura brasileira era *Cobra Norato*, de Raul Bopp. *Altar em chamas* recebeu da Associação Paulistas de Críticos de Arte, em 1984, o prêmio de “o melhor de poesia”. Pessoalmente, considero esse livro como a mais impactante antologia da poesia urbana da literatura do Extremo Norte.

<sup>5</sup> Prêmio Machado de Assis pelo conjunto da obra, Academia Brasileira de Letras, 1972.

parque publicado em russo. *Belém do Grão-Pará*, do autor marajoara, ganhou duas edições portuguesas, prefaciadas por Ferreira de Castro, publicados pela editora Europa-América, quando o célebre Lyon de Castro era o editor.

Ainda no século XX, Márcio Souza<sup>6</sup>, criador exímio, autor de *Breve história da Amazônia* (Agir, 2001) e *História da Amazônia* (Valer, 2011), obras de referência para a área, é romancista expressivo traduzido para diversos idiomas e ganha o mundo. Thiago de Melo, “poeta das águas e da liberdade”, exportou alguns de seus textos para o além-fronteiras. A estes, acrescentaremos o romancista Miguel Ferrante, o poeta seringueiro Hélio Melo (ambos produzindo no Acre) e o trovador marajoara Antonio Juraci Siqueira.

Há que se enfatizar o poeta-memorialista Aníbal Beça, comunicólogo, compositor, produtor cultural do Amazonas, de saudosa memória. Destaco Haroldo Maranhão (para alguns, o maior romancista amazônico do século XX) e Olga Savary (autora de obra vastíssima, também tradutora, laureada com o Jabuti em 1971); são autores que tiveram circulação fora do Brasil, os quais são pareados por Benedicto Monteiro, ficcionista da realidade contextual amazônica, e pela poeta Rosângela Darwich; tanto um quanto a outra foram traduzidos para o alemão. Por dever de justiça e reconhecimento, não se pode deixar de citar o “new tropicalista” Eliakin Rufino, roraimense; e o amapaense Joãozinho Gomes, poeta e compositor dos hábeis manejos com a palavra, e o paraense radicado no Amapá Fernando Canto, autor do excelente *O Centauro e as Amazonas* (Paka-Tatu, 2021). Salomão Laredo escreve uma prosa com a força tocantina, rica em referências orais, é escritor que ganha muitos leitores escolares; João Bosco Maia, por sua vez, não é promessa, é fato: um romancista incisivo, intenso, senhor das tramas e das narrativas que exploram o local e o global.

Milton Hatoum é nosso “corre-mundo”. Sua obra constitui um capítulo à parte, uma literatura que caiu no gosto de “gregos e baianos”. Milton, estudado em diversas universidades, dentro e fora do Brasil, é já referendado pelo cânone da literatura nacional. O *relato de um certo Oriente* (Companhia das Letras, 1989), prêmio Jabuti/romance, impactou o Brasil quando descortinou uma Amazônia entre o mágico e o realista, berço de migrações sírio-libanesas. Hatoum é também um exímio cronista e contista, embora chame a atenção – o que poucos sabem – sua produção como poeta bissexto. Os livros de Hatoum estão publicados em cerca de 30 países; vários de seus trabalhos foram adaptados para cinema, televisão e histórias em quadrinhos.

---

A Amazônia ocupa o  
imaginário brasileiro  
como espaço de  
“regionalidades”,  
*locus* de solidão e da  
não inteligência.

---

<sup>6</sup> Márcio Souza, de linhagem literária singular, graças a seus laços consanguíneos com Inglês de Sousa, o obidense destaque do Naturalismo no Brasil, foi traduzido, entre outros idiomas, para o turco, o espanhol, o francês, o inglês, o alemão, o sueco e o farzi. *Galvez, o imperador do Acre*, romance tão irônico quanto desconstrutor de “mitos pátrios”, foi uma das obras mais lidas no Brasil nos anos 1980 e 90. Nos anos subsequentes a seu lançamento, foi recordista de vendas nas livrarias de Belém da época, como a Jinkings e a Nossa Livraria de Belém. Ainda hoje, Márcio é de nossos autores mais lidos. Sua tetralogia das crônicas do Grão-Pará e Rio Negro é tão fascinante quanto instrutiva para conhecer a região pelo viés da literatura.

Vicente Franz Cecim, romancista, poeta e cineasta, é criador denso, que ressignificou a “dicção” amazônica na prosa, mandando às favas o isolamento quando, ainda em vida, viu sua obra circular em Portugal e países africanos de língua portuguesa. Cecim surpreendeu a crítica brasileira quando, nos anos de 1980, iniciou uma série de publicações sobre Andara, representação hermético-mágica da Amazônia. Age de Carvalho, poeta e *designer*, discípulo de Max Martins, é lido na Alemanha e na Áustria. Antonio Moura é, provavelmente, o poeta amazônico contemporâneo mais lido na Europa ocidental, graças às suas traduções para o inglês, o francês, o espanhol e o catalão. Max Martins, o poeta-mor do Pará, teve seus textos vertidos para o inglês pelo professor e escritor James Bogan; Max tem, hoje, sua literatura reconhecida nacionalmente, graças às interpretações de Prisca Agustoni, David Arrigucci e Augusto Massi.

Na recentíssima safra de autores amazônidas, um nome precisa ser destacado: Edyr Augusto Proença, dramaturgo, poeta e ficcionista de escrita desconcertante e intensa quando representa em narrativa *ultrarrealista* uma Belém plena em sua acidez de “selva urbana”. Edyr sente correr em suas veias o DNA de artistas da palavra; avô, pais, tios... É escritor celebrado na França, onde, reconhecido com o Prêmio *Chameleon*, disputa a preferência entre os leitores do idioma de Victor Hugo.

A meu ver, a mais vigorosa colheita na literatura brasileira de expressão amazônica vem da pena das mulheres. Na esteira da herança deixada por Violeta Branca (AM), poeta de forte sensualidade e erotismo reverberativo, e Eneida (PA), uma escritora à frente de seu tempo, deve-se destacar Florentina Esteves (AC), prosadora de pulsão memorialista, e Adalcinda Camarão (PA). Diga-se que as escritoras amazônidas têm revigorado o “sistema literário” amazônico neste século XXI. O conjunto da obra destas e de outras autoras evidenciará o tom vibrante que contesta o falocentrismo e o patriarcado, autoras mais experientes no manejo da palavra, como Wanda Monteiro, natural de Alenquer, e as escritoras da novíssima geração, entre as quais se pode falar de Giselle Ribeiro, Marta Cortezão, Isadora Salazar, Gabriela Sobral, Danielle Fonseca, Josette Lassance, Roberta Tavares e a singular Verenilde Santos Pereira, de origem saterê mawê. É curioso que, sem poderem sobreviver de literatura, todas elas – e isso caracterizará a literatura dos dois últimos séculos – exercem outras profissões, paralelas ao ofício de escritora.

A dona da escrita mais densa da Amazônia é Maria Lúcia Medeiros. De obra numericamente pequena, Maria Lúcia apresenta estilo sofisticado e estética contundente. Vê-se nela um forte diálogo com Virginia Wolf e Clarice Lispector.

Em tempos recentíssimos, com maior visibilidade, de estilo entre o tenso, o denso e o poético, estão Monique Malcher (Jabuti de Contos de 2021) e Fábio-Horácio de Castro, prêmio Sesc de romance de 2021. Monique é natural de Santarém e Fábio, professor da Universidade Federal do Pará, onde é pesquisador renomado. A esta lista, preciso acrescentar Vasco Cavalcante, senhor da palavra exata, Daniel Rocha Leite e Marcílio Caldas Costa, que são poetas urbanos, de discurso sofisticado e de fortes referências universais; são escritores que fazem valer a força da poesia refinada. Mas, no geral, não nos iludamos, a literatura produzida na Amazônia é, ainda, uma ilustre desconhecida e está fora do cânone literário brasileiro, algo que esta publicação, organizada por Rosiska Darcy de Oliveira, ajuda a ressignificar.

É curioso lembrar um levantamento feito, em abril de 2013, pelo *Correio Brasileiro*, que reuniu “leitores de ponta”, críticos literários e professores das faculdades de Letras do Brasil (nenhum dos escolhidos foi de instituições amazônicas; de novo, a invisibilidade e o desprestígio nos alcançam), com a finalidade de elencar as principais obras da literatura nacional de todos os tempos. Votaram

51 personalidades, que apontaram 51 nomes, sendo 39 homens e 12 mulheres. Dois apenas são amazônidas, Dalcídio Jurandir e Milton Hatoum. Percebe-se na escolha uma clara desproporcionalidade, bem como um predomínio gritante dos escritores sobre as escritoras. Tal enquête “dá panos para as mangas”, pois não?

Devido a questões de “colonialidade interna” e ainda graças ao desdobramento histórico, de que falamos, o Brasil parece não se interessar por algo que está fora do chamado eixo SP-RJ-MG (às vezes, há concessões ao Nordeste e ao Sul). Não esqueçamos que a literatura é uma forma de representação estética e sociocultural significativa. Referendar o que escrevem alguns escritores e algumas escritoras é estabelecer cânones. Fazer conhecer os que escrevem na(s) Amazônia(s) é atribuir poder aos autores e às autoras da região. Creio, no entanto, que esse “raptó da Amazônia” ajuda a referendar formas internas de domínio e poder político, presentes nos sistemas literários brasileiros.

Pode-se pensar que um leitor brasileiro, se provocado, crie uma expectativa equivocada em relação ao “imaginário literário” da região, pintada de modo exótico e idílico. Se, no entanto, lhe cair nas mãos um livro como *Pssica*, de Edyr, ou o *Espera do nunca mais: uma saga amazônica*, de Nicodemos Sena, tal expectativa, de uma Amazônia romantizada, pode ir por água abaixo. No contraponto a essa visão estrábica, pode-se destacar a poesia negritudinista de Shaira Josy Mana, de cores da periferia urbana; também está em contraponto ao exótico a poesia de Airtton Souza, parida no entrecruzamento ribeirinho do Itacaiúnas com o Tocantins, onde se situa Marabá, palco de tensões e belezas.

Para não ficarmos na ideia que culpabiliza os outros pela falta de difusão da literatura da região, é preciso lembrar que a valorização de autores e autoras das Amazônias passa por ações fundamentais: efetivação das políticas públicas, constantes e reiterativas, sobre o livro e a leitura; e investimento político arrojado em educação – professoras e professores bem remunerados tendem a ser leitores mais assíduos e formadores mais efetivos. A isso se soma a promoção de feiras e festivais de livros, encontros literários e similares. Outro aspecto importante é a promoção de editais de literatura que incentivem novos valores. Não se pode esquecer de que as universidades têm papel fundamental nesse processo e precisam atentar, cada vez mais, para os letramentos literários que insiram autores e autoras da região.

No Brasil, são poucos os autores que vivem de sua literatura. Na Amazônia, não se dá diferentemente. Em geral, a migração é para o eixo SP-RJ, onde a mídia e o sistema de circulação das obras têm maiores possibilidades de visibilização. Hatoum<sup>7</sup> é um exemplo clássico dos dias de hoje, como foram também Dalcídio Jurandir, Márcio Souza e Thiago de Melo e Olga Savary em passado recente. Mas há alternativas que começam a ganhar espaço com as novas mídias eletrônicas. Daí por que temos visto alternativas para furar bloqueios; as editoras alternativas, os encontros de *slams*, as feiras de livros nas “perifas” dos centros urbanos, como a que é realizada pelo poeta Preto Michel, no bairro do Guamá, em Belém.

---

**7** Milton está publicado em 15 línguas, que vão das mais conhecidas como o francês, o inglês e o espanhol, e se estendem a alguns dialetos de idiomas pátrios oficiais. Segundo informou-nos o próprio autor, são 18 os países que leem sua literatura nos dias de hoje. Milton, assim como seu conterrâneo Márcio Souza, alcançou outras mídias: rádio, televisão, cinema e teatro, sem contar as bandas desenhadas, as populares histórias em quadrinhos, que contemplaram também autoras “clássicas” de nosso Modernismo, como a cronista e poeta Eneida e a romancista e cronista Lindanor Celina (esta também publicada em Portugal e na França, onde foi professora universitária), que tiveram suas obras vertidas para HQ em um projeto de recriação do verbal da Casa da Linguagem/Fundação Cultural do Pará, em 2018/2019.

---

A escrita tratada como “indígena”, seja nas oralidades, seja nas letras ou “oraturas”, constitui formas de “ler-ouvir” nossas vozes ancestrais. Com elas, ampliamos nossa forma de legitimidade na multifacetada literatura nacional.

---

O movimento Terra Firme, por exemplo, é um epicentro possante de poesia oral, do rap e do hip-hop.

A maioria das escritoras contemporâneas tem buscado publicar pelas editoras pequenas e alternativas. É o caso de Josette Lassance, Roberta Tavares e Isadora Salazar. Embora seja uma literatura da melhor qualidade, nenhuma dessas escritoras vive de direito autorial. Precisam ter uma profissão que lhes dê suporte à sua atividade literária.

Com mais de 400 anos de ocupação colonial, seria injusto tratar da literatura aqui produzida sem inserir as vozes indígenas, que, diga-se de passagem, sempre foram castradas, invisibilizadas pela força do invasor europeu, que impôs a letra, com o projeto de soterrar a voz do imaginário dos tupinambá, dos macuxi, dos tucano, dos gavião, dos kambeba e dos saterê mawé, entre outros. Citamos aqui ape-

nas três nomes: um munduruku, uma saterê mawé e uma kambeba, as que, afinal, chegaram às minhas mãos. A literatura resultante das experiências dos povos originários configura um, cada vez maior, movimento anticanônico.

Se quisermos adaptar o pensamento de Maria Aparecida Santilli, da USP (em relação às literaturas africanas), há de se dizer que alguns desses textos literários corporificam uma forte “expressão centrípeta”, de deslocamento das margens para o centro, movimento que ajuda a alargar os cânones literários brasileiro e ocidental. Essa “amazonicidade” facilita o conhecimento de novas formas estéticas de representação, para além das colonialidades. A escrita tratada como “indígena”, seja nas oralidades, seja nas letras ou “oraturas”, constitui formas de “ler-ouvir” nossas vozes ancestrais. Com elas, ampliamos nossa forma de legitimidade na multifacetada literatura nacional.

Se é fato que o leitor brasileiro, de modo geral, desconhece a literatura produzida na Amazônia, verdade também é que a ação das universidades, de dentro ou de fora da região, tem-se esforçado, nos últimos 20 ou 30 anos, na difusão de nossos autores e autoras. Destarte esboçam-se movimentos de combate ao apagamento da literatura de expressão amazônica do mapa geopoético do Brasil.

## IV – Amazônia exógena: representações, movências e reapropriações

Consideremos, no contexto histórico de nossa literatura, dois movimentos de reapropriação da Amazônia de que lançam mão autores/as os/as mais diversos/as. Nesse sentido, sobretudo a partir do século XX, concretizam-se dois modos de

literatura aqui produzida: a endógena e a exógena. De alguma forma incompleta, creio que a endogenia literária foi contemplada.

A Amazônia exógena abriga autores como Euclides da Cunha, Ferreira de Castro, Raul Bopp, Manuel Bandeira, Mário de Andrade e Peregrino Júnior. Eles, atores moventes, são fundamentais na consolidação de uma Amazônia que se estende para além do espaço temático. O Modernismo é pródigo nessa feitura. Não nativos, esses autores usam de seus prestígios para fazerem da Amazônia uma região conhecida para além de suas fronteiras.

A escrita decisiva sobre a região, quando são estabelecidos modelos de interpretação do espaço, seus sujeitos e seus modos de ocupação, tem em Euclides da Cunha uma importante referência, notadamente em *À margem da história*, livro póstumo de 1909. Nele, Euclides confronta cultura e natureza, idealização e realidade. O autor de *Os sertões* reivindica à Floresta a verticalidade civilizacional. Para o autor fluminense, os humanos estão deslocados da natureza: “o homem, ali [na Amazônia], é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado [...] quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão” (CUNHA, 1999, p. 2). À vista de Euclides, o rio e a floresta compõem um cenário grandioso, mas inacabado, melancólico. A escrita euclidiana é tão decisiva que, até os anos 1930, muito do que foi escrito sobre a região foi produzido para reiterar ou negar o ponto de vista euclidiano.

Outro que merece ser considerado é o gaúcho Raul Bopp, que, ao mudar-se para Belém, fez-se pesquisador de campo que investigou a cultura amazônica; ele ouviu e anotou as falas de ribeirinhos e pescadores e com eles aprendeu sobre o cotidiano amazônico e suas mitopoéticas. De Bopp, merecem ser lidos registros amazônicos em *Putirum, Samburá, Vida e Morte da antropofagia* e *Cobra Norato, poemas amazônicos*, obra-prima, sempre à espera de novos leitores.

Nesta abordagem exógena, não poderia deixar de fora Ferreira de Castro, o modernista lusitano autor de *A selva*, livro que molda opiniões, graças à forma como a Amazônia foi mostrada fora do Brasil. A trama de *A selva* é protagonizada por Alberto, um jovem português de 26 anos que migra para Belém, a fim de morar com Macedo, seu tio. Da capital do Pará, Alberto, mais tarde, fixa-se no seringal “Paraíso”, às margens do rio Madeira (AM). Nesse romance, consolida-se uma visão da Amazônia como terra primitiva. O personagem vivencia o cotidiano de um seringal amazônico, e, ao descrevê-lo com minúcias, o narrador de Castro acaba denunciando ao mundo as vísceras do capitalismo degenerado pela economia da borracha.

Mário de Andrade, um dos protagonistas do Modernismo paulista, é um intelectual polimorfo, um dos principais da primeira metade do século XX do Brasil. Mário, “etnógrafo curioso”, atravessa nosso território como um “aprendiz de Brasis” e assim chega à Amazônia, o que rendeu alguns dos mais instigantes textos de representação da região. Mário corporifica de modo destacado a exogenia de que tratamos aqui. Os *Dois poemas acreanos*, escritos por Mário, são verdadeiros manifestos de redescoberta dos Brasis contidos no Brasil. Há ainda outros poemas, cartas (a Manuel Bandeira, seu privilegiado missivista). *O turista aprendiz*, considero-o um diário indicador da *outridade*; juntamente a *Macunaíma*, *O turista aprendiz* é texto privilegiado para o conhecimento de uma Amazônia “vista de fora”. Mário não é unanimidade; ele, por exemplo, foi ironizado por Abguar Bastos, da Academia do Peixe Frito,<sup>8</sup> que via nele um dos visitantes boçais da região.

---

<sup>8</sup> Ver o documentário *Geração Peixe Frito* em: <https://www.youtube.com/watch?v=QWhV5xpegPU>. Acesso em: 24 mar. 2022.

Pouco importa se o jornalista paraense revê, mais tarde, seu posicionamento. O que importa é mostrar o quanto esse fato corporifica a tensão entre a endogenia e a exogenia nos jogos de representação literária da região.

Mário Faustino configura aqui um capítulo à parte. Nascido no Piauí, sua formação intelectual acontece na Belém de sua juventude; ele integra a geração modernista capitaneada por Francisco Paulo do Nascimento Mendes, da qual Ruy Barata foi o poeta de maior notoriedade. Faustino, jornalista e crítico, assinou a coluna “Poesia Experiência”, no *Jornal do Brasil*.

Eis minha imersão nesse *livr’amazônia*, uma apenas entre tantas possíveis leituras. São pessoais de um leitor; registros lacunares e, de certo modo, precários, escritos em fins de isolamento pandêmico. Concebi este texto com sentimento e incompletude, ou como diz Keyla Sobral em um poema-neon que muito me apraz: “ANDO DE COSTAS/PRA VER/SE O TEMPO VOLTA”. Tempo, tempo sem volta, como a correnteza do rio de Heráclito.

## V – Folhas ao vento: fragmentos para uma antologia

### I: *Ter sido...* – Devair Antonio Fiorotti (RR), 2018

Meu ódio é de ter sido gente, quando poderia ter sido animal  
 De ter sido homem, em tempos de animal  
 Meu ódio é de ter amado pouco, quando poderia ter amado mais  
 De ter sido tão certo, em tempos de amores carnavais  
 Meu ódio é de ter sido pasto, quando poderia ter sido flor  
 De ter sido merda, quando poderia desabrochar  
 De ter sido água que não corre pro mar  
 Que morre logo ali, em lago minguado  
 Meu ódio é de ter sido eu, quando poderia ter sido mil  
 De ter sido mil outros menos covardes nessa vida sem sal  
 De não ter sido sal que salga  
 De não ter sido sal do mar  
 Mas sal sem graça de lágrimas de dor  
 De ter falado aos homens, como quem acaricia uma flor  
 Meu ódio é de ser eu, quando na madrugada ainda não canta o sabiá  
 Deveria morrer antes, todos os dias  
 Pois é humilhante ter um cantar tão fraco,  
 Meu Deus, em tempos de tanto desamor.

### II: *Um Rio sem fim* – Verenilde S. Pereira (AM), 1998

[...] Há livros que permanecem assim; intocados pelos personagens que pisoteiam suas páginas, daí porque profecias dos autores sobre suas obras prosseguem apenas como profecias. Até que os personagens busquem-se nas suas linhas ou nos silêncios e não encontrem intimidades com as suas deformações. E então, indomados pelo autor, ergam labaredas com suas páginas, labaredas imensas como as que vi à beira do rio, quando um ressuscitado pajé, com as pernas negras com a tinta de jenipapo, gritava no meio que mentiras estavam sumindo – tomara que

esses gravetos e esse aguardente aqui, esse que vou jogar, queime o olho desse mentiroso, que nunca mais ele diga o que nunca fui, como não quero ser, como essa índia aí, espie, como essa índia não é...

### **III: Êxtase – Violeta Branca (AM), 1939**

Percorri os caminhos essenciais da alegria e do amor.  
 Pequei na embriaguez emotiva  
 dos sons, das cores  
 dos contatos e dos sabores,  
 na amarga delícia de fugir de meu próprio espírito,  
 para viver  
 a vida unânime dos sentidos.  
 [...] Percorri todos os caminhos,  
 rolei em abismos transfigurados,  
 parei em surtos infinitos,  
 vivi ascensões vertiginosas  
 e descidas rápidas de estrela cadente,  
 quando, como uma alvorada luminosa,  
 que se abre numa imitação rubra de rosas matinais,  
 eu percorria  
 os caminhos essenciais  
 da beleza e de esplendor,  
 vibrando, extasiada, na glória suprema de ser  
 a escrava pagã  
 da alegria e do amor.

### **IV: Nigru – Alfredo Garcia-Bragança (PA), 2011**

*Em memória de Bruno de Menezes e Dalcídio Jurandir*

Negra é a cor.  
 Negra é a dor.  
 Negro o pavor das atávicas  
 manhãs nos porões de navios.  
 Negra é a sombra, a escuridão [...]
   
 sob o jugo branco [...]

Negra é a cor. Negra é a flor,  
 negra é a raça de reis e rainhas [...]
   
 negra nossa beleza,  
 negro nosso orgulho,  
 negra raiz do Sudão;  
 porque negra  
 é a estrela que brilha  
 mais e ilumina a escuridão.

### **V: Sobre a carne – Wanda Monteiro (PA), 2019**

sobre a carne viva da página  
 o talo do verbo

ergue totem de sentidos  
 jorra-lhe sem pudor  
 seiva e sumo  
 à espera de abrir-lhe  
 a  
 rosa  
 do  
 poema.

## **VI: (PA)LAVRA – Aníbal Beça (AM), 2010**

*Para Clodomir Monteiro*  
 A palavra é o adereço  
 com que o poeta se enfeita  
 para o res-  
 caldo.

(A ferrugem e a alimária)

A escama que  
                   re-descobre  
                   re-veste  
                   re-pensa  
 ferraduras de pangaré  
 chão de muito pisar  
 xerém de muito pilar.

Aí está a oficina inoxidável:  
 retalho e rebotalho  
 zuarte e seda  
 ferrão de lacraia. [...]

## **VII: Outubros – Maria Lúcia Medeiros (PA), 2000**

Não sei quantas éramos, mas quase todas éramos Marias e avançavam em direção ao Largo onde se assentavam as barracas do Arraial. Transgressoras, éramos ginásianas e invadíamos – pássaros assustados – o quadro formado por coretos em rendilhões de ferro, fachadas art-decô, letreiros de cinema.

A lua da tarde demorava sobre as mangueiras e nossa juventude raiava protegida pelas pedras de lioz [...] Um certo espírito de Círio nos fazia rir de tudo, tomar caldo de cana e passar o dedo na serragem que recobria as pedras de gelo [...]

Era nossa a samaumeira avançando imensa para o céu e um Basílica em ouro e mármore de onde a Santinha podia olhar para todas nós [...], tão tontas, tão verdes, tão meninas, Marias quase todas.

## **VIII: Dos ipês – Walquíria Raizer (AC), 2019**

De um amarelo  
 Impositivo

Flutuante  
(câmbio, desligo)

As garrafas de fanta  
Parecem tão laranja  
(ali)

A escada  
Tem muitos  
(degraus)

Prego  
Cada uma  
(a seu tempo)

## **IX: O exercício da contiguidade bíblica – Airtou Souza (PA), 2021**

é argumentar paisagens  
[rarefeita de espanto]  
& trucidar homens e seus testemunhos

caligraficamente a contiguidade bíblica  
traz o desígnio à palavra amor  
faz dos ossos um lugar ou idioma  
repleto de imputada beleza e discrepâncias

a contiguidade bíblica  
de olhar para o mundo  
e a provisão silenciosa das casas  
cada vez mais abrindo evangelhos na dor

X: *Vida e morte* – Eliakim Rufino (RR), 2018  
a certeza da morte não me assusta  
o que virá depois não me faz medo  
quero a vida na medida justa  
do tamanho do mistério e do segredo

quero esconder o sol no solo frio  
na hora de dormir dentro da terra  
joguem sobre meu corpo pingos do rio  
enterrem meu coração no pé da serra

eu sei que certamente a morte vem  
arrancar a vida pela raiz  
mas a certeza de saber que morrerei  
faz a minha vida mais feliz.

## **XI: *Exílio* – Vasco Cavalcante (PA), 2017**

entre o meu  
e o teu  
  
exílio,  
  
versos  
latejam,  
  
lábios  
entrelaçam  
mundos.

## **XII: *Exercício para deixar de ser menino* – Giselle Ribeiro (PA), 2021**

Menino larga da barra da minha saia  
Sobe mais um pouco  
E deixa que o resto  
Eu te ensino

## **XIII: *Mormaço* – Lilia Silvestre Chaves (PA), 2022**

*Para Maria Sylvia Nunes, dois anos depois*  
sabia da ávida vontade de viver  
entre livros sons imagens cores  
datas festas instantes “figés”  
e enfeites – bibelôs “gallés” miritis  
sabia da mão pequena e macia  
pousada na vida – entre cartas e amigos gatos torres e jasmins  
e do riso alto sem censura  
da franja sem idade  
da liberdade de ser

(entre tantos entre tempos  
fez-se silêncio entre as cores e o nada  
e um ano se passou entre parênteses  
suspenso na ausência  
sem acordes sem unísono  
só o mormaço e a discórdia  
na surdina dos dias  
entremeando chuva e sol)

– não há respostas  
não sei do corpo – seiva de jasmins  
não sei do olhar pousado na morte  
nem do tácito julgamento  
dos entrechoques tolos dos viventes  
quando a estrela se partiu  
– não haverá respostas

talvez apenas a tristeza  
permaneça oculta  
no perfume pungente dos jasmims.

#### **XIV: *O rio negro* – Elson Farias (AM), 1976**

O rio negro tranquilo  
Existia lento e liso

Há muitas luas o brilho  
Do seu dorso reluzia  
Tal couro de sussuarana  
Nos olhos da noite anfíbia

Que se escorre pela terra  
Breu do mestre carpinteiro,  
E mergulha nessas águas  
Como um índio canoeiro  
E se faz assim tranquilo  
Pra não mostrar o balseiro  
Do gênio da tempestade  
Que se apronta para o ataque

Como um touro que se assanha  
Nos anelos da façanha.

#### **XV: *Iara* – Guimarães Rosa (MG), 1936**

Iara de olhos verdes de muiraquitã,  
Cintura pra cima cunhantã,  
Cintura pra baixo tucunaré...  
Que veio dormindo Purus abaixo,  
Filha do filho do rei dos peixes  
Com uma índia branca Cachinauá...

#### **XVI: *Linha do horizonte* – Ildelfonso Guimarães (PA), 1963**

Enquanto muda a roupa, Belarmina olha a chuva pela janela: pampeiro daqueles que lhe põem na alma umas alegrias de pássaro. Doce a chuva em suas lágrimas, seu límpido pranto barulhento: um choro assim em bagas, de todo o mundo, lavando e alagando o coração da pessoa.

Belarmina sabe que está bebida; desta vez tomou foi álcool puro, que cachaça propriamente já não faz efeito, sabe na língua quase como água. Por isso a chuva lhe traz alívio: vê-la cair assim pesada, chuva de abril que envolve toda a cidade num só volumoso manto d'água; água que tomara subisse sempre e com ela Belarmina fluante, acima do mar, acima do céu, da vida... A vida estreita, cheia de limites. Limites em tudo: no amor, nos gestos, na mocidade gasta à toa; naquela vontade de dançar nua no meio da rua, chuva tocando música de encanto, vento sendo seu par, sem que nenhum Garcia lhe pusesse a mão: "Teje presa mulhé!" – a mão sebossa do polícia; a mão safada do comissário: "Me solte! Me solte!..." – "Só quando tu me der!..."

---

## A Amazônia no museu

---

### Ricardo Piquet e Leonardo Menezes

Ricardo Piquet é Diretor Presidente do IDG, instituição gestora do Museu do Amanhã.  
Leonardo Menezes é Consultor de Conteúdo do Museu do Amanhã.

**S**ejamos raízes. Quando essa frase surgiu, em um encontro semanal que reúne várias equipes do Museu do Amanhã, a reação geral foi de alegria. Com apenas duas palavras, ela resumia boa parte de nossas expectativas para a exposição “Fruturos – Tempos Amazônicos”, que seria inaugurada dali a um mês. Semanas depois, a mensagem ganhava posição de destaque logo na entrada do museu, que fica na praça Mauá, no centro do Rio de Janeiro. Um convite aos visitantes que chegavam para conhecer a nova mostra: sejamos raízes.

A mensagem dialoga de perto com ideias de Ailton Krenak, que no livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (Companhia das Letras, 2019) propõe uma reflexão acerca do legado que estamos deixando para o futuro. “O estado de mundo que vivemos hoje é exatamente o mesmo que os nossos antepassados recentes encomendaram para nós [...]. Qual é o mundo que vocês estão agora empacotando para deixar às gerações futuras? OK, você vive falando de outro mundo, mas já perguntou para as gerações futuras se o mundo que você está deixando é o que elas querem?”, questiona Krenak.

É um chamado à responsabilidade: cabe a nós semearmos, nutrirmos e sustentarmos esse mundo que queremos ver florescer e, em breve, dar frutos. Esse olhar para o futuro, presente no DNA do Museu do Amanhã, dirige seu foco, ao longo de todo este ano, para a maior floresta tropical do planeta, a Amazônia, que está presente em oito países e um território, ocupando praticamente metade do Brasil.

Inaugurada em dezembro de 2021, a exposição “Fruturos” fica em cartaz até junho deste ano. Durante esse período, a mostra é acompanhada por uma série de atividades que abordam por diversos ângulos o complexo universo da Floresta Amazônica – a programação inclui uma feira voltada à divulgação de produtos e projetos da região, oficina de ilustração científica, contação de história, um catálogo, uma versão virtual da mostra e um seminário com especialistas e lideranças amazônicas. Neste, serão debatidos os grandes desafios que colocam em risco a preservação da Floresta e a qualidade de vida de seus habitantes, assim como os caminhos para que um novo modelo de desenvolvimento seja possível.

Assim que “Fruturos” deixar a área de exposições temporárias no museu, já tem início a montagem de “Amazônia”, de Sebastião Salgado. Composta por mais de 200 painéis fotográficos, a mostra tem causado impacto por onde passa, lembrando quão impressionante a vida na Floresta é, seja na visão aérea que traz a curva luminosa de um rio, seja nos minuciosos adornos utilizados pelos povos originários.

Também em julho deste ano, o Laboratório de Atividades do Amanhã (LAA) abriga a mostra “Etnomídia Indígena”, que visa a romper com o imaginário folclorizante em torno da figura dos indígenas. A iniciativa busca contribuir para que o discurso social feito pelos povos originários ocupe cada vez mais o contexto plurimidiático da contemporaneidade, a partir de produções dos próprios indígenas. Ao visitar o espaço, o público poderá entrar em contato com iniciativas como o Vídeo nas Aldeias e a Rádio Yandê, entre outras que têm em comum a perspectiva da autorrepresentação.

Ao longo de todo o ano de 2022, teremos, portanto, a Amazônia como fonte de inspiração no Museu do Amanhã – a região dá o tom até na área do restaurante, que passa a abrigar a Casa do Saulo. Criado às margens do rio Tapajós, esse restaurante paraense ganha, em sua versão carioca, uma vista para o espelho d’água do museu e, mais adiante, para o azul da baía de Guanabara.

Mas para onde esse mergulho no tema da Amazônia nos leva?

Para responder a essa questão, vale destacar que a Floresta já vem inspirando várias ações do Museu do Amanhã desde que este foi inaugurado, no fim de 2015. Além dos eventos organizados com parceiros como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), também acompanhamos de forma constante os dados relativos ao desmatamento na região, divulgados na exposição de longa duração do museu.

Não poderia ser diferente: a importância da Amazônia para o Brasil e para o mundo é inquestionável, entre outros motivos, por se tratar de um dos locais mais ricos em biodiversidade do planeta, abrigo de milhares de espécies. A preservação da Floresta passa, necessariamente, pelo respeito e pela valorização dos diversos

Uma das salas da exposição “Fruturos – Tempos Amazônicos”, é especialmente dedicada à riqueza cultural da região amazônica e traz, entre outras atrações, um boi-bumbá e um boto, produzidos pelo artista Alex Salvador, que atua no festival de Parintins (AM) e no carnaval do Rio de Janeiro.  
Crédito da imagem: Albert Andrade



povos que ali habitam e que detêm saberes fundamentais sobre esse complexo ecossistema, um conhecimento do qual a ciência busca se aproximar cada vez mais. Além de preservar, é preciso regenerar a parcela que já foi destruída, o que demanda o desenvolvimento e a implementação de soluções inovadoras e efetivas. Tudo isso dialoga diretamente com os quatro eixos do Museu do Amanhã: sustentabilidade, convivência, conhecimento e inovação.

Ou seja, o destaque que a Amazônia ganha neste ano na programação do museu se articula com todo um trabalho que já vem sendo desenvolvido há anos pela instituição em prol da Floresta e de seus habitantes. Mas o debate que esperamos gerar agora vai além. Ao falar da Amazônia, queremos expressar um posicionamento político nítido em um momento decisivo para o futuro do Brasil.

Afinal, falar da Amazônia dentro de um museu de ciências hoje é falar sobre a necessidade de investimentos em pesquisa, que vêm sendo alvos de um verdadeiro desmonte nos anos recentes. É falar sobre a necessidade de termos, urgentemente, um plano político assertivo para enfrentar as causas e as consequências do aquecimento global. Como mostra o mais recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), divulgado no fim de fevereiro, qualquer demora nesse sentido compromete nossa capacidade de atender às necessidades humanas básicas. A perspectiva é de secas, inundações e redução da capacidade agrícola, entre outros desafios, ocorrendo simultaneamente, de forma global. Estima-se que mais de 3 bilhões de pessoas vivam em áreas consideradas extremamente vulneráveis a mudanças climáticas. Retomando a pergunta feita por Krenak: que mundo estamos deixando para as gerações futuras?

Falar sobre Amazônia hoje é, portanto, reivindicar que o Brasil volte a ter protagonismo no debate global em torno dessas e outras questões ambientais, tornando-se um exemplo quando se fala em desenvolvimento sustentável.

É, ainda, se erguer em defesa de populações que historicamente vêm sendo dizimadas em nosso território, como os povos originários.

A Amazônia, em toda sua complexidade, abrangência e relevância, concentra questões que reverberam pelas mais diversas áreas, em todas as regiões brasileiras. Em um ano de eleições presidenciais, entendemos que é nosso dever trazer para a sociedade de forma embasada, sensível e plural o que está em jogo e o impacto que nossas escolhas têm na construção do amanhã.

Trata-se de um momento crítico. No ano passado, o desmatamento da Amazônia cresceu 29% e foi o maior da última década, segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), com base em imagens de satélite obtidas por meio do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD). A área de mata nativa destruída em apenas 12 meses foi de 10.362 km<sup>2</sup> – isso equivale a mais de oito vezes o tamanho da cidade do Rio de Janeiro. É preciso agir antes que seja tarde demais.

## Imaginar uma nova narrativa para a região

“Fruturos” começou a ser delineada pela equipe do museu em 2017, após uma viagem para o norte do Mato Grosso, realizada com o apoio do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Na época, já era possível perceber como as mudanças climáticas estavam afetando áreas destinadas ao plantio de soja no território.

Dois anos depois, em 2019, parte da equipe voltou a viajar para a Amazônia, incluindo cidades como Manaus, Santarém e Belém, entre outras localidades, nas quais foi possível conhecer projetos de comunidades extrativistas e visitar populações de várzea. Uma oportunidade valiosa para se sentar com os habitantes da Floresta e ouvir o que eles têm a dizer, conhecer suas necessidades e expectativas, ver na prática a importância de lideranças femininas na articulação coletiva, de modo a garantir renda, estudo, qualidade de vida...

Os relatos davam conta de transformações preocupantes: se, no passado, eram raras as ocasiões em que o rio enchia tanto a ponto de subir pelo assoalho das casas dos ribeirinhos, agora essas inundações são cada vez mais frequentes na época da chuva. Diante disso, a população passou a construir suas casas sobre estruturas cada vez mais altas.

Essas vivências *in loco* foram ganhando novas camadas por meio de leituras, pesquisas e parcerias, fundamentando a construção da narrativa que permeia “Fruturos”, atravessada por uma pluralidade de vozes.

O percurso começa como um passeio pela rica biodiversidade da Floresta, por meio de um vídeo que traz diferentes espécies, assim como elementos cenográficos que remetem a cogumelos bioluminescentes e ao pirarucu (peixe que pode chegar a 3 metros de comprimento). A área culmina em uma vitrine na qual se vê uma folha de *Coccoloba*, com 1,60 metro de altura e 93 centímetros de largura – o transporte dessa folha, da Floresta Amazônica para o Rio de Janeiro, demandou vários esforços de membros do museu, do Inpa e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Mas, como dito antes, não cabe mais olhar para a Floresta ignorando a presença humana, que ali se encontra há pelo menos 11,6 mil anos – e é essa a mensagem que prevalece em suas salas seguintes.

A primeira, “Amazônia Milenar”, volta-se para os povos indígenas, com o cuidado de não homogeneizar essa população. A imensa diversidade que existe entre esses povos manifesta-se em um grande painel que exibe 172 línguas faladas na região, acompanhado por uma instalação sonora, na qual sete indígenas falam, em sua língua, a frase “Nós somos a Floresta. E a Floresta somos nós”. A pluralidade também transparece nas cestarias e nos demais objetos expostos na sala, que aludem às diferentes técnicas, estilos e cosmologias de cada grupo – há peças ashaninka, karajá, ianomâmi, kayabi, waurá e baniwa. Enquanto isso, um conteúdo interativo traz mais detalhes sobre cada povo.

---

A imensa diversidade que existe entre esses povos manifesta-se em um grande painel que exibe 172 línguas faladas na região, acompanhado por uma instalação sonora, na qual sete indígenas falam, em sua língua, a frase “Nós somos a Floresta. E a Floresta somos nós”.

---

A seguir, o público passa para uma sala dedicada às comunidades que vivem há séculos na Floresta, como os quilombolas, extrativistas e ribeirinhos. Uma animação, composta por três telas, retrata o dia a dia dessas populações, e quem se aproxima da sumauíma cenográfica instalada no centro da sala pode ouvir os depoimentos de três moradores.

Na sala seguinte, “Amazônia Acelerada”, a narrativa volta-se para os principais vetores de transformação que ocorreram na região nos últimos 50 anos. Esse recorte temporal leva em conta o fato de que, por muito tempo, a ocupação da Amazônia brasileira foi restrita à região litorânea e ao entorno dos principais rios navegáveis. Mesmo a exploração da borracha, no século XIX, não teve impacto significativo na cobertura florestal e no uso da terra, e o mesmo pode ser dito de outros sistemas produtivos com base no extrativismo.

Isso mudou a partir dos anos 1970, quando o governo federal brasileiro estruturou uma política de ocupação de terras baseada na colonização agrícola e em investimentos em infraestrutura, especialmente na abertura de estradas. A pecuária foi a atividade privilegiada nesse período, com fortes incentivos financeiros para quem se aventurasse na região. Essas novas frentes de expansão da fronteira agrícola transformaram a paisagem na Amazônia.

Para dar uma noção do impacto que essa política teve, vale dizer que o número de habitantes na Amazônia brasileira passou de 5,4 milhões, em 1960, para mais de 29 milhões de pessoas, em 2021, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A conta veio, na forma de um desenvolvimento desordenado, com enorme custo socioambiental.

Nesse ponto, vale a pena lembrar uma imagem historicamente associada à Amazônia: a de que a região existe para servir à nação. Como consequência dessa perspectiva, a maioria dos grandes investimentos ali realizados culminou na transferência de benefícios (energia, recursos naturais etc.) para as regiões Sudeste e Sul do Brasil. Pouco foi investido em benefício da sociedade amazônica.

Como mostra o Índice de Progresso Social (IPS), mensurado pelo Imazon, a maioria da população tem uma baixa qualidade de vida, devido a problemas como violência crescente e saneamento precário, entre outros. As dificuldades podem ser traduzidas em números, ainda que estes não deem conta da dimensão humana: dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (IDHM) 2020, organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), mostram que a expectativa de vida em todos os estados da Amazônia Legal é inferior à média nacional, de 75,99. Na Amazônia Legal, 6 a cada 10 trabalhadores são informais. Além disso, a renda média na região é 29% inferior à do restante do Brasil.

Claro que também houve avanços em algumas áreas, como a maior demarcação de Terras Indígenas (TI) e a criação das Unidades de Conservação (UC). As primeiras inibem o desmatamento em seu entorno além de 10 km de suas fronteiras, reduzindo as taxas de degradação em nível de paisagem. O bloqueio ao desmatamento na Amazônia promovido pelas TIs constitui um elemento fundamental para o cumprimento pelo Brasil dos compromissos assumidos no Acordo de Paris. As Unidades de Conservação, por sua vez, são áreas de Floresta protegidas por lei por terem características ecossistêmicas especiais – muitas vezes únicas. Além de prevenir o avanço da grilagem no bioma, as UCs protegem o modo de vida e cultura de comunidades, assegurando o uso sustentável dos recursos acessíveis.

Mas, como “Fruturos” mostra, há muito mais a se fazer – incluindo a regeneração dos 20% da floresta que já foram desmatados. É imperativo tornar algumas atividades econômicas mais eficientes. É o caso da criação de bovinos – feita de

forma extensiva, ela conta com menos de 1 cabeça de gado por hectare. Se a produtividade fosse aumentada de 60 kg/ha/ano para 150 kg/ha/ano em apenas 21% da área de pastagem existente na Amazônia (11,5 milhões de ha), seriam necessários apenas mais 4 milhões de ha para atender de forma sustentável a meta de produção de carne estabelecida pelo governo federal – de produzir 34 milhões de toneladas de carne entre 2030 e 2031. Os benefícios econômicos da intensificação da produção de carne bovina em fazendas médias e grandes superaram seus custos.

Também é preciso rever políticas de financiamento que acabam por estimular uma lógica baseada na extração de insumos que alimentam o mercado de *commodities*, em vez de promover o beneficiamento dos recursos na própria região, levando ao mercado um produto de alto valor agregado, que seja convertido em desenvolvimento, renda e qualidade de vida para a população amazônica.

E é fundamental que essa população seja valorizada e tenha a oportunidade de permanecer em seu território com acesso à educação de alta qualidade. A riqueza cultural e o potencial criativo dos amazônidas são devidamente celebrados na penúltima sala da exposição, intitulada “#SOMOSAMAZONIA”. Ali, o público pode conhecer as festividades, que movimentam a economia local, como ocorre em Parintins; descobrir muitos outros ingredientes para além do açaí, que ganhou o mundo graças a suas propriedades nutricionais; e encantar-se com a potência da literatura amazônica, que nos convida a imaginar novos mundos, como diz Thiago de Mello em um de seus poemas: “Para os que virão”.

O percurso de “Fruturos” encerra-se justamente com esse convite à imaginação, na sala “Amazônias Possíveis”. Em um grande telão, dez convidados que vivem e atuam na Amazônia (pesquisadores, artistas, lideranças indígenas) compartilham suas expectativas para o futuro.

Uma das principais mensagens que emergem nessa área diz respeito à importância de incentivarmos cada vez mais a conexão entre o conhecimento acadêmico e o saber das populações tradicionais, como os povos indígenas, os quilombolas e os ribeirinhos. São eles que melhor conhecem e entendem como se relacionar com esse impressionante ecossistema. Aliado às ferramentas da pesquisa científica, esse saber pode acelerar a descoberta de novos princípios ativos que levem à criação de novos medicamentos, por exemplo. Uma articulação com potencial para beneficiar a todos nós – no território amazônico, no Brasil e no mundo.

Esse caminho, que concilia o desenvolvimento econômico com a preservação da floresta em pé, também reverbera em ganhos gerais no que diz respeito ao clima. A Amazônia tem papel fundamental, por exemplo, no regime de chuvas ao sul do continente sul-americano, com impacto direto na produção (ou não) de alimentos no Centro-Oeste brasileiro. A destruição da mata desregula esse ciclo. Além disso, como mostra um estudo desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a ocorrência de queimadas e desmatamento faz com que, em áreas degradadas, a Amazônia já esteja emitindo mais gás carbônico do que é capaz de absorver, o que também afeta o clima.

Não por acaso o consultor-chefe de “Fruturos” é o cientista Paulo Artaxo, membro do IPCC e uma autoridade em aquecimento global. E é dele a mensagem com que o público se depara na saída da exposição. “O complexo funcionamento natural do ecossistema amazônico é de uma beleza ímpar”, escreve Artaxo, mas “o homem destrói esse equilíbrio em busca daquilo que conhecemos como desenvolvimento, sem perceber a verdadeira riqueza da floresta original

e as limitações adquiridas visando ao lucro desenfreado a curto prazo e, geralmente, para poucos. Não há interesse em olhar para o planeta e a sustentabilidade de nossa sociedade a longo prazo”.

## Uma rede em prol da Floresta

O olhar crítico para o presente alia-se a um olhar otimista para o futuro. Pois, como Artaxo diz no texto exibido aos visitantes da mostra, é possível reverter esse quadro. Basta escutarmos a comunidade científica e o saber tradicional dos povos indígenas para mudar o rumo dessa história.

Parte de nossa missão, no Museu do Amanhã, é ser uma plataforma para a divulgação desse conhecimento, com informações confiáveis e atualizadas sobre o bioma e mostrar ao público essa beleza ímpar a que Artaxo se refere. A beleza da folha da *Coccoloba*, assim como a beleza dos grafismos presentes nas cestarias indígenas, a beleza da dança no marabaixo, da mobilização popular em prol da demarcação de Terras Indígenas, do regime de chuvas, de construir “para os que virão”. Assim como a beleza nos gestos e nas paisagens que Sebastião Salgado registrou ao longo de quase sete anos de trabalho na Floresta, em contato com 12 comunidades indígenas. E a beleza das narrativas propostas pelos participantes da mostra “Etnomídia Indígena”, nos discursos produzidos por artistas como Anápuaka Tupinambá, Julie Dorrico e Takumã Kuikuro.

Pois é por meio dessa conexão emocional que podemos despertar a curiosidade, gerar identificação e estimular o desejo de preservação da Floresta. E, ao refletir sobre a Floresta, entender melhor como as questões ali levantadas dizem respeito a um debate muito mais amplo, que precisa envolver cada vez mais aliados, em uma ampla articulação política.

Parte do legado que todas essas ações trazem para o Museu do Amanhã diz justamente à consolidação de uma rede composta por lideranças e instituições públicas e privadas que compartilham nossas preocupações e acreditam no poder da cultura e da ciência na superação dos grandes desafios que temos pela frente, levando em conta os objetivos do desenvolvimento sustentável que compõem a Agenda 2030, da ONU. Essa rede inclui instituições como Ipam, Amazônia 2030, Instituto Mamirauá e MapBiomias, entre outras, assim como vários amazônidas que participaram diretamente do desenvolvimento desse projeto – cerca de 50 pessoas da região foram contratadas para a produção de vídeos, trilha sonora, esculturas etc.

Nossa meta é seguir ampliando essa rede, seja por meio da itinerância de “Fru-turos” para novos espaços, dentro e fora do Brasil, seja trazendo a Amazônia para novas iniciativas dentro do museu. A semente já foi lançada. Sejamos raízes.

## Referências

- DESMATAMENTO na Amazônia cresce 29<sup>o</sup> em 2021 e é o maior dos últimos 10 anos. Imazon, 2022. Disponível em: <https://amazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-cresce-29-em-2021-e-e-o-maior-dos-ultimos-10-anos/> Acesso em: 2 mar. 2022.
- GATTI, L.V.; BASSO, L. S.; MILLER, J. B. *et al.* Amazonia as a Carbon Source Linked to Deforestation and Climate Change. *Nature*, v. 595, n. 388-393, 2021. Disponível: <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03629-6>. Acesso em: 23 mar. 2022.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

## Gilberto Gil

Ocupante da Cadeira 20 na Academia Brasileira de Letras.

### *Entrevista a Rosiska Darcy de Oliveira*

#### **Discutir se letra de música é ou não poesia, não é uma questão ultrapassada?**

Nós temos que nos colocar, além disso, além dessa questão, incluindo e incorporando um significado evidente que a letra da canção e a palavra cantada tem: “letras”: discursos, literaturas, poesias, enfim, recitativos de todas as espécies, tudo são letras. Acho que isso é o que justifica, por exemplo, alguém como eu estar na ABL: pelas letras das músicas.

#### **Como é que a poesia se insinuou em sua vida?**

De forma muito convencional, muito clássica para minha idade, através dos clássicos de então, Castro Alves, o baiano, Gonçalves Dias, Olavo Bilac, todas essas grandes figuras. Tanto assim que um dos primeiros manuseios versejantes da palavra, no meu caso, surgiram quase como imitações desses modos de poetar. Quando eu era bem jovem a poesia para mim era isso; a poesia eram essas aproximações que os poetas faziam com o sentido romântico da vida. Aquelas visões clássicas: Romantismo, Parnasianismo. Eu só fui propriamente me aproximar da poesia moderna, dos modernos, já adulto, a partir de contatos que fui fazendo com intelectuais de vanguarda, com os artistas de vanguarda, com os cultuadores das formas mais abrangentes de ver a poesia. A poesia sem rima, Manuel Bandeira, João Cabral, enfim. Vinicius de Moraes já foi um impulso porque ficava ali na fronteira entre a poesia clássica, o sonetista rigoroso que ele foi, e, ao mesmo tempo, a abertura que veio com a música popular, com a canção popular, em que ele foi incorporando um versejar mais solto. Vinicius foi uma influência muito grande no meu caso. Caetano foi uma influência muito grande, porque Caetano já tinha na fase mais jovem, já na adolescência, um gosto profundo pela modernidade da poesia, da idade poética. Quando comecei a conviver com ele e a praticar o escrever, o poetar para as canções, me deixei levar por esse modo também mais modernizante e, evidentemente, essa época a poesia da letra de música, a poesia da canção popular no mundo inteiro, se tornava uma poesia muito extensiva, com vários estilos, vários modos diversos e coisas assim. É um percurso que vai de um modelo bem convencional, clássico, e que se considerava excelência poética dos clássicos, enfim, e aí passando para os modernistas todos e, como eu disse, aí é o imperativo da simplicidade da canção popular que foi tendo que me levar também para aberturas maiores, com uma poética mais solta, porque também havia gêneros musicais variados, os mais clássicos, as canções, as toadas, enfim, os mais modernos, o baião e o samba. De uma certa forma não me desvinculei do modo convencional. Todo conjunto mais recente de canções dos últimos 20 anos

é uma espécie de retorno, é a afirmação de um apreço por aquele modo, versos com métricas bem estabelecidas, rimas clássicas e rimas internas, rimas toantes, enfim, rimas no meio dos versos. Eu acho que nunca, nunca, nunca me tornei propriamente um moderno no sentido rigoroso.

### **Que canção você situa nessa fronteira, nessa chegada a uma poesia mais moderna?**

Uma das minhas músicas daquela época, na primeira canção que eu considero assim já uma composição, se chama “Felicidade vem depois”. Ali já tem uma coisa que é uma admiração pelo modo solto com que a Bossa Nova tratava o verso poético, aí já existem Vinicius, Tom Jobim, Newton Mendonça, Ronaldo Bôscoli, todos esses poetas que chegaram ali com a Bossa Nova. Já havia um soltar-se dessa coisa do verso clássico, eu acho que essa música é uma música que marca porque todas as experiências que eu vinha fazendo antes dela eram ainda todas meio parnasianismo, classicismo, romantismo, clássico e tal... Aí tem uma soltura, um verso nessa canção “Felicidade vem depois”, tem um verso mais solto, mas ainda muito impregnado do modo clássico, porém já na fronteira. Como você perguntou: em que momento eu acho que cheguei à fronteira da modernidade, e resolvi adotá-la numa certa medida.

### **Também a música “Domingo no parque”?**

“Domingo no parque” já é uma obra mais solta, as métricas com muitas variações, já com a incorporação de um modelo de canção que se convencionou chamar de “suítes”, as “suítes” musicais em que tivemos mestres extraordinários como Dorival Caymmi. Então “Domingo no Parque” já é mais isso, aquele modo de canção popular com influências clássicas, mas já muito solto, incorporando linguajares contemporâneos, ligados à apreciação da paisagem, da paisagem física, da paisagem humana, à variedade sociológica. Essas questões todas já vão entrando, os problemas sociais. Enfim, “Domingo no parque” já está aí nesse momento posterior em que a modernidade tem mais regência. Já estabelece mais regência no meu modo de versejar, no meu modo de usar a palavra cantada. É moderna já.

### **A primeira vez que eu lhe vi em pessoa, em Genebra, em 1969, você cantou “Domingo no parque”.**

Pois é, ela era de feitura recente. Tinha sido lançada dois anos antes, em 1967. Tinha sido feita mesmo em 1967 e apresentada no festival, gravada e tornada uma canção popular.

### **No seu livro, *Todas as letras, no histórico das canções*, você diz que o fazer de um canção é uma loucura.**

Tem uma hora em que eu falo como é louco escrever uma canção. Naquele comentário específico do livro, eu estava comentando o fato de que aquela canção especificamente tinha nascido de um acaso quase que absoluto, de um terreno baldio da inspiração ou qualquer coisa desse tipo. Um lugar onde a canção chegou absolutamente solitária, sozinha, sem relação mesmo direta comigo, com minha pessoa, com meus fluxos normais de pensamento; e a canção vai chegando e tomando conta, ela vai estabelecendo seu próprio caminho, vai fazendo seu próprio caminho e esse caminho, em muitos casos é tortuoso. Ele se insinua para uma direção e muda subitamente para uma outra, e a canção acaba sendo uma resultante desses zigue-zagues, tanto semânticos quanto de sentimentos, por causa da música, incorpora camadas de sentimentos que são contíguos, mas

para além da poesia. São colaterais ali à poesia. Então quando se somam a música e a poética, na feitura de canções como essa que é objeto desse comentário que estamos fazendo agora, a resultante parece vir mesmo de uma loucura. É muito louco escrever. Acho que para os poetas em geral; não só os que fazem canções.

**Para os ficcionistas também, as vezes, o enredo se escreve.**

Acho que é um traço comum para os que usam a palavra.

**Gil, voltando ao seu percurso, outro momento importante é a passagem pelo Tropicalismo.**

Sim, tem um traço experimentalista muito nítido, experimentando várias coisas, vários contextos, planos semânticos variados e captações variadas do real e técnicas mesmo revolucionárias do fazer poético, poesia concreta, coisas assim que foram sendo incorporadas ali no verso tropicalista, especialmente por Caetano, Torquato, Capinam e eu. Fomos os principais letristas das canções da época do Tropicalismo. Ali eu diria que tem esse aspecto mais experimentalista em relação ao que vinha sendo feito antes. Eu acho que a Bossa Nova já era, já tinha muito de experimentação, só que no Tropicalismo o lado musical, para além do lado poético, foi mais intensamente experimentalista do que havia sido na Bossa Nova.

**E já havia aí um anúncio da contracultura no Brasil?**

Sim, acho que foi um desses elementos do experimentalismo tropicalista a que me referi; modos variados de captar realidade, técnicas novas de poetar e tal. Um desses elementos incorporados pelo Tropicalismo foi a contracultura. Foi aquele modo avesso, aquele modo contestador de várias questões no plano dos costumes, das moralidades que tinham vindo com a contracultura, com os novos atos, com as hordas jovens, as novas rebeldias, as novas contestações aos modelos clássicos da familiaridade e coisas desse tipo. Eu acho que sim; tudo isso que a gente poderia incluir na categoria contracultura, eu acho que tudo isso já estava ali no Tropicalismo. Eu diria que já havia dimensão vivencial, já eram vivências contraculturais. A fase última do Tropicalismo foram vivências contraculturais mesmo, denúncias de convencionalismos ultrapassados e coisas desse tipo dos quais a gente precisava se livrar. O Tropicalismo todo, mas especialmente na fase final, porque foi muito curto,

---

O Tropicalismo  
tem um traço  
experimentalista muito  
nítido, experimentando  
várias coisas, vários  
contextos, planos  
semânticos variados e  
captações variadas do  
real e técnicas mesmo  
revolucionárias do fazer  
poético, poesia concreta,  
coisas que foram sendo  
incorporadas ali no  
verso tropicalista,  
especialmente por  
Caetano, Torquato,  
Capinam e eu.

---

foram três anos só. No último ano do Tropicalismo, isso era muito evidente: o traço rebelde, insubmisso. Eram vivências já, não eram nem anúncios do que viria; já era uma prática contracultural.

### O “Bat macumba” entra nessa fase?

“Bat macumba” incorpora o gosto por essas novas técnicas de construção poética. Ali é poesia concreta.

### Inclusive na escrita da letra, na forma de um K.

Já tem o gosto pela palavra impressa, pelo signo impresso. A página branca e o carimbo da modalidade poética no sentido gráfico, no sentido técnico, no sentido dos símbolos, que é uma coisa que estava ali na poesia concreta em especial.

### Você tem uma marca em sua poesia, que é uma presença constante do sagrado, que passa por várias divindades, mas essa presença está lá. É diferente de outros autores onde não se sente isso de uma maneira tão palpável. Seria a herança dos panteísmos africanos?

Sim, é um dado fundamental o fato dos panteísmos africanos que vieram dialogar com o monoteísmo cristão aqui no Brasil. Eu acho que isso tem muito a ver. Os deuses pagãos são vários, inumeráveis, então o fato desse manejo com essas divindades, com os nomes delas, com os possíveis significados delas, herdados e aqueles descobertos por nós mesmos, eu acho que tudo isso dá essa sensação de que meu trato com essas divindades seria um trato, digamos assim, mais íntimo ou mais largo. Sem dúvida alguma essa questão dos africanismos, afro-brasileirismos, afro-baianismos, tem muito a ver. Mas também a Índia, a aproximação com as religiões orientais, com as filosofias orientais que estão ali na fronteira com o elemento religioso. Índia, China, tudo isso eu acho que também, quer dizer, nesse sentido do divino nessas múltiplas leituras que não são rigorosamente só do plano da religião, mas extrapolam para o plano da filosofia, da ciência milenar, das idades, sobre o tempo e o percurso do homem em seu caminho civilizatório. Tudo isso acaba se transformando também em denominações que podem ser consideradas como nomes de divindades, nomes de deuses e que estão mesmo em profusão em meu trabalho. Meu trabalho lida muito com isso, esse polimorfismo filosófico religioso que você encontra nesses campos todos de especulação sobre a existência. É um dos maiores interesses em minha obra. Uma exigência filosofante, uma interrogação permanente no sentido de explicar as coisas, e nisso tudo entra muito isso. Eu falei na ciência milenar das idades, mas entra também a ciência da modernidade. A visão moderna é um dos campos de interesse também muito evidentes em meu trabalho.

### Você fala de “...canções que refugam a aliança da ciência com o mito”.

É isso: eu estava falando dessas dimensões mais mitológicas que as religiões clássicas têm e a ciência propriamente, a ciência no sentido grego moderno da palavra, a ciência que passa a ser um dado especial da especulação humana sobre a vida, sobre a existência, sobre a natureza e sobre o universo. Que é uma coisa que chega mais evidentemente ali nos séculos XV e XVI. Vem em seguida com Descartes, com Newton, com esses grandes nomes, e vai desembocar na nova ciência,

Batmakumbayêê batmakumbaoba  
 Batmakumbayêê batmakumbao  
 Batmakumbayêê batmakumba  
 Batmakumbayêê batmakum  
 Batmakumbayêê batman  
 Batmakumbayêê bat  
 Batmakumbayêê ba  
 Batmakumbayêê  
 Batmakumbayê  
 Batmakumba  
 Batmakum  
 Batman  
 Bat  
 Ba  
 Bat  
 Batman  
 Batmakum  
 Batmakumba  
 Batmakumbayê  
 Batmakumbayêê  
 Batmakumbayêê ba  
 Batmakumbayêê bat  
 Batmakumbayêê batman  
 Batmakumbayêê batmakum  
 Batmakumbayêê batmakumbaoba  
 Batmakumbayêê batmakumbaoba

na física moderna, que vai dar no mundo quântico. Essas coisas sempre são muito esparramadas no meu trabalho de letras.

**Você mostra um fascínio pela chegada à Lua com a canção “Lunik 9”. E a partir daí pelo infinito, pelo incomensurável.**

O tempo e o espaço como uma nova dimensão incorporada pela física, a partir da visão do Einstein, da relatividade.

**Tudo isso está muito fortemente presente em sua obra, por um longo tempo.**

Sem dúvida, e nesse último quadrante, nesses últimos 25, 30 anos, muito, e ali condensadamente no disco *Quanta*. Na canção “Quanta” e todas as canções daquele disco, em quase todas essas questões, são pelo menos levantadas, não diria aprofundadas, porque é muito difícil aprofundar essas coisas no pequeno âmbito das canções. A canção tem uma brevidade que é apenas uma janelinha.

**Mas a força da sua arte é que, através dessa janela, se vê o infinito.**

Essa é a presunção.

**Gil, você foi, durante cinco anos, Ministro da Cultura do Brasil. Você é um ícone da cultura brasileira. Que cultura é essa?**

É uma cultura da confluência do tempo e do espaço desse planeta. É resultante de um longo percurso que deu os velhos continentes, os originários como a África, a Ásia e depois a Europa que começa a ser resultante de tudo isso, das Áfricas e das Ásias todas, e que desemboca nas Américas. E estas Américas que desembocam nesse grande representante da multiplicidade da variedade desses percursos todos, que é o Brasil. Que cultura é essa? É essa, é uma cultura desse grande percurso milenar que desemboca no Brasil, esse ponto de convergência de uma série de coisas, com outras cosmogonias que não as orientais, que não as africanas, umas multissimilares. Já falamos ali atrás a questão dos deuses, essa multiplicidade dos panteísmos, o índio brasileiro, o índio das Américas, mais especialmente da América do Sul. Eles têm, como todos os povos originários, sua leitura da cosmogonia.

**A cultura brasileira é uma negociação permanente entre três cosmogonias diversas, a europeia, a africana e a dos povos originais. A cultura resulta dessa negociação permanente, em que eles buscam uns nos outros aquilo que não são.**

Aquilo para onde caminha e tudo isso adensado por esse caldo da modernidade que o Brasil tem que incluir no seu processo. Tudo que vem com as grandes descobertas eletrônicas, com o cinema, com as comunicações modernas, desembocando agora nesse mundo da ciberciência e da cibertecnologia. Então é isso: são percursos que vêm dessas leituras cosmogônicas clássicas e desses grandes continentes, África, Ásia, Europa etc. conjuntando com as originárias, as indígenas americanas e incorporando essa transmodernidade, que já incorpora a isso. Esses últimos séculos, depois da chegada da eletricidade. O Brasil já é elétrico nesse sentido.

**Tudo isso faz do Brasil o país de uma cultura absolutamente original. O Brasil não é uma potência econômica, mas tem uma força cultural extraordinária e eu acho que você captou isso muito bem.**

É, eu e alguns outros autores modernos. O Tropicalismo foi um investimento nisso, nessa visão de originalidade cultural, de seminalidade cultural. O Brasil tem um aspecto seminal. Eu acho que minha obra está sempre a serviço disso, dessa transutopia.

### **Como você vê a presença, a emergência cada vez mais forte do elemento da negritude na cultura brasileira?**

Na verdade o que você talvez esteja chamando de emergência, eu diria que é o fenômeno da explicitação, da nitidez dessa presença, porque é uma presença que está aí desde sempre, mas que se torna agora uma emergência desejada, querida, trabalhada nesse sentido. A atualização dos sentidos dessa presença que já vem de tanto tempo e agora se explicita. Por várias razões, enfim, desse mundo novo que estamos vivendo e que exige a explicitação das várias correntes de existência do ser humano para se juntar e para fazer isso que se chama de mundialização e globalização etc... Eu acho que se tornam exigências a complementação das abolições, da abolição da escravidão, a incorporação dos renegados, dos desassistidos, a inclusão social, a inclusão econômica, a inclusão cultural nesse sentido de fruição mais plena para o maior número possível, – todas é palavra perigosa – cada vez mais gentes, todas, nos grandes modos de fruição variados que temos hoje. Eu acho que o Brasil representa isso de uma forma muito eloquente, muito efetiva, muito evidente. São somas interessantíssimas do ponto de vista étnico, das dimensões éticas variadas que vieram se juntar aqui, culturas, religiões. Tudo isso que estamos falando aqui nessa conversa, tudo isso se juntando aqui de uma forma muito efetiva e muito evidente. E com essa vantagem, digamos assim, da vasta territorialidade desse imenso mundo amazônico.

### **Nesse n.º 110, primeiro dessa nova fase da *Revista Brasileira*, trazemos uma entrevista e algumas fotos deslumbrantes de Sebastião Salgado, que surpreendem este mundo imenso.**

Um desses exegetas da dimensão amazônica, através da visão. Ele é um deles.

### **Realmente esse sentimento amazônico, desse país imenso, ainda às vezes incompreensível, às vezes incompreendido.**

Mas é um fazer-se compreender gradual, que tem quer ser assim mesmo. Que é a exigência da história na vida do passar do tempo. Um país a explicar-se, a explicitar-se ainda nesse sentido que aplica se bem com a adequação a expressão “país do futuro”, um futuro permanente, que nunca chega, mas é sempre almejado e sempre impulsionado, sempre diferente.

### **Essa questão do tempo é muito presente em seu trabalho.**

É. Pelo menos tem sido, foi até agora uma das dimensões do existir das coisas, as coisas existem no tempo. Eu falei ali atrás dessa dimensão einsteiniana do tempo e do espaço, da relatividade e de tudo que vem desembocar nessa coisa do mundo quântico onde essas categorias dimensionais, convencionais etc. entram em xeque, entram em convulsão, digamos assim. Mas o tempo ainda resiste firmemente a todo esse tremor de terras da leitura do cosmos e da vida, como uma dimensão. Ele resiste como uma dimensão fundacional, fundamental nesse sentido de que precisamos operar com ele. É a história, por exemplo. A história é uma das exigências que o tempo coloca, faz, da capacidade de interpretação do homem sobre a vida porque nós nos observamos, nós nos testemunhamos como históricos. Portanto, estamos afeitos a esse sentido da decorrência, que é claramente um dos modos de funcionamento, senão o mais importante, modo de funcionamento dessa categoria tempo, dessa dimensão chamada tempo. E ele está, como você falou no início da questão, está muito presente em meu trabalho. Tempo Rei.

### **Talvez isso lhe propicie uma convivência pacífica com a morte. Não é mais uma angústia.**

Porque é uma compreensão de que esse momento da vida chamado morte é um dos aspectos da personalidade. É uma das exigências da temporalidade. A finitude, a ideia da finitude. A ideia de que tudo que tem um começo tem um fim. Já que somos regidos na criação, no fazer da nossa presença no mundo, somos regidos pelo nascimento, e evidentemente eles têm que significar o início nesse sentido. Eles são um começo. Justifica-se a partir disso, naturalmente, um fim, a morte, portanto, a inclusão da morte, a complementaridade da morte em relação a vida. Como se não houvesse a possibilidade de tempo sem que haja os dois momentos: o começo e o fim. Não há temporalidade sem essas duas. Não há dimensão, não há medida possível, não se mede nada se não tivermos um começo e um fim, para que o metro se estenda de um lado a outro. A morte faz parte da vida, e, se vale a pena viver, então morrer vale a pena. São versos dessas canções que estão aí.

### **Flora**

Imagino-te já idosa  
Frondosa toda a folhagem  
Multiplicada a ramagem  
De agora

Tendo tudo transcorrido  
Flores e frutos da imagem  
Com que faço essa viagem  
Pelo reino do teu nome  
Ó, Flora

Imagino-te jaqueira  
Postada à beira da estrada  
Velha, forte, farta, bela  
Senhora

Pelo chão, muitos caroços  
Como que restos dos nossos  
Próprios sonhos devorados  
Pelo pássaro da aurora  
Ó, Flora

Imagino-te futura  
Ainda mais linda, madura  
Pura no sabor de amor e  
De amora

Toda aquela luz acesa  
Na doçura e na beleza  
Terei sono, com certeza  
Debaixo da tua sombra  
Ó, Flora

## Quanta

Quanta do latim  
 Plural de *quantum*  
 Quando quase não há  
 Quantidade que se medir  
 Qualidade que se expressar

Fragmento infinitésimo  
 Quase que apenas mental  
*Quantum* granulado no mel  
*Quantum* ondulado no sal  
 Mel de urânio, sal de rádio  
 Qualquer coisa quase ideal  
 Cântico dos cânticos  
 Quântico dos quânticos

Canto de louvor, de amor ao vento  
 Vento, arte do ar  
 Balançando o corpo da flor  
 Levando o veleiro pro mar

Vento de calor, de pensamento  
 Em chamas, inspiração  
 Arte de criar o saber  
 Arte, descoberta, invenção  
*Theoria* em grego quer dizer  
 O ser em contemplação

Cântico dos cânticos  
 Quântico dos quânticos

Sei que a arte é irmã da ciência  
 Ambas filhas de um deus fugaz  
 Que faz num momento e no mesmo momento desfaz  
 Esse vago deus por trás do mundo  
 Por detrás do detrás

Cântico dos cânticos  
 Quântico dos quânticos

## Aqui e agora

O melhor lugar do mundo é aqui  
 E agora  
 O melhor lugar do mundo é aqui  
 E agora

Aqui, onde indefinido  
 Agora, que é quase quando  
 Quando ser leve ou pesado  
 Deixa de fazer sentido

Aqui, onde o olho mira  
Agora, que ouvido escuta  
O tempo, que a voz não fala  
Mas que o coração tributa

O melhor lugar do mundo é aqui  
E agora  
O melhor lugar do mundo é aqui  
E agora

Aqui, onde a cor é clara  
Agora, que é tudo escuro  
Viver em Guadalajara  
Dentro de um figo maduro

Aqui, longe, em Nova Delhi  
Agora, sete, oito ou nove  
Sentir é questão de pele  
Amor é tudo que move

O melhor lugar do mundo é aqui  
E agora  
O melhor lugar do mundo é aqui  
E agora

Aqui perto passa um rio  
Agora eu vi um lagarto  
Morrer deve ser tão frio  
Quanto na hora do parto  
Aqui, fora de perigo  
Agora, dentro de instantes  
Depois de tudo que eu digo  
Muito embora muito antes  
O melhor lugar do mundo é aqui  
E agora  
O melhor lugar do mundo é aqui  
E agora

## **Tempo Rei**

Não me iludo  
Tudo permanecerá do jeito que tem sido  
Transcorrendo  
Transformando  
Tempo e espaço navegando todos os sentidos

Pães de Açúcar  
Corcovados  
Fustigados pela chuva e pelo eterno vento

Água mole  
 Pedra dura  
 Tanto bate  
 Que não restará nem pensamento

Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei  
 Transformai as velhas formas do viver  
 Ensinai-me, ó, pai, o que eu ainda não sei  
 Mãe Senhora do Perpétuo, socorrei

Pensamento  
 Mesmo o fundamento singular do ser humano  
 De um momento  
 Para o outro  
 Poderá não mais fundar nem gregos, nem baianos

Mães zelosas  
 Pais corujas  
 Vejam como as águas de repente ficam suja  
 Não se iludam  
 Não me iludo  
 Tudo agora mesmo pode estar por um segundo

Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei  
 Transformai as velhas formas do viver  
 Ensinai-me, ó, pai, o que eu ainda não sei  
 Mãe Senhora do Perpétuo, socorrei

## Palco

Subo nesse palco  
 Minha alma cheira a talco  
 Como bumbum de bebê  
 De bebê  
 Minha aura clara  
 Só quem é clarividente pode ver  
 Pode ver

Trago a minha banda  
 Só quem sabe onde é Luanda  
 Saberá lhe dar valor  
 Dar valor  
 Vale quanto pesa  
 Pra quem preza o louco bumbum do tambor  
 Do tambor

Fogo eterno pra afugentar  
 O inferno pra outro lugar  
 Fogo eterno pra consumir  
 O inferno fora daqui

Venho para a festa  
 Sei que muitos têm na testa  
 O deus Sol como um sinal  
 Um sinal  
 Eu, como devoto  
 Trago um cesto de alegrias de quintal  
 De quintal

Há também um cântaro  
 Quem manda é a deusa Música  
 Pedindo pra deixar,  
 Pra deixar  
 Derramar o bálsamo  
 Fazer o canto, cantar o cantar  
 Lalaiá

Fogo eterno pra afugentar  
 O inferno pra outro lugar  
 Fogo eterno pra consumir  
 O inferno fora daqui

## Procissão

Olha lá vai passando a procissão  
 Se arrastando que nem cobra pelo chão  
 As pessoas que nela vão passando  
 Acreditam nas coisas lá do céu  
 As mulheres cantando tiram versos  
 Os homens escutando tiram o chapéu  
 Eles vivem pensando aqui na Terra  
 Esperando o que Jesus prometeu

E Jesus prometeu coisa melhor  
 Pra quem vive nesse mundo sem amor  
 Só depois de entregar o corpo ao chão  
 Só depois de morrer neste sertão  
 Eu também tô do lado de Jesus  
 Só que acho que ele se esqueceu  
 De dizer que na Terra a gente tem  
 De arranjar um jeitinho pra viver

Muita gente se arvora a ser Deus  
 E promete tanta coisa pro sertão  
 Que vai dar um vestido pra Maria  
 E promete um roçado pro João  
 Entra ano, sai ano, e nada vem  
 Meu sertão continua ao deus-dará  
 Mas se existe Jesus no firmamento  
 Cá na Terra isto tem que se acabar

## Letra de canção

**Antonio Cicero**

Ocupante da Cadeira 27 na Academia Brasileira de Letras.

**O**s primeiros poemas meus que foram musicados não haviam sido feitos para isso. Minha irmã, Marina, subtraiu-os de uma gaveta e os musicou, sem meu consentimento. Entretanto, gostei muito de ouvi-los musicados. O primeiro desses poemas foi “Alma caiada”, que incluí em meu livro *Guardar*. A partir de “Alma caiada”, além dos versos que continuei a fazer para serem lidos, comecei a fazer versos expressamente para virarem canções. Ademais, passei, cada vez mais, a fazer versos para melodias previamente compostas por Marina ou por outros compositores. As melodias, nesses casos, funcionavam como espécies de formas fixas para os versos.

Um soneto é certamente a mais famosa forma fixa tradicional e convencional. O soneto petrarquiano, por exemplo, é composto de quatorze versos decassilábicos, dispostos em dois quartetos e dois tercetos. Seu esquema de rimas é abba | abba | -cdc | dcd. Camões o construía normalmente com versos heroicos (obrigatoriamente acentuado na sexta sílaba) ou sáficos (obrigatoriamente acentuados na quarta e na oitava sílabas). Entretanto, o soneto ficou cada vez mais flexível, admitindo inúmeros esquemas de rima e metro.

O soneto foi inventado, provavelmente no século XIII, por Giacomo da Lentini e, naturalmente, podem-se inventar novas formas fixas. É o que faziam, por exemplo, os poetas do grupo de poetas franceses OuLiPo. Pois bem, a melodia de uma canção muitas vezes produz uma forma fixa nova. É por isso que cada poeta lírico grego podia ter seus próprios esquemas métricos: esses poemas faziam parte de canções. Perderam-se suas melodias, ficaram as letras, que são poemas com diferentes esquemas métricos.

Observe-se, por exemplo, a canção “Felicidade”, de Tom Jobim e Vinicius de Moraes. Não sei como ela foi composta, mas suponhamos que Tom tenha feito uma melodia para Vinicius. Este teria tido então que pôr letra em uma melodia cuja primeira frase pedia seis sílabas, a primeira das quais átona, seguida de uma sílaba tônica, seguida de três sílabas átonas e, finalmente, de uma sílaba tônica. Tomando o signo “U” como representação de uma sílaba átona e o signo “-” como representando uma sílaba tônica, podemos grafar esse esquema métrico-rítmico da seguinte maneira:

U-UUU-

Vinicius o preencheu com o verso “Tristeza não tem fim”. Vejamos o esquema métrico-rítmico da canção inteira (marco o esquema de rimas com as letras a, b, c, d):

U-UUU-	
Tristeza não tem fim	a
U-U-U-	
Felicidade, sim	a
-UUU-UUU-U	
A felicidade é como a gota	b
U-UUU-UUU-	
De orvalho numa pétala de flor	c
-UU-U	
Brilha tranquila	d
U-U-U-U	
Depois de leve oscila	d
U-UUU-UUU-	
E cai como uma lágrima de amor	c

Sempre tomei as formas fixas como uma espécie de desafio. Há algo de verdadeiro na afirmação de Paul Valéry de que “é poeta aquele a quem as formas fixas dão ideias; não o é aquele a quem elas inibem as ideias”. As formas que o poeta se obriga a seguir, quer as tenha inventado, quer as tenha encontrado prontas, têm o sentido de obrigá-lo a trabalhar para além do que se lhe dá espontaneamente, para além da “inspiração”.

Paralelamente a fazer canções, continuei a escrever poemas para serem somente lidos. Curiosamente, alguns deles – alguns sonetos, que eu achava que não pudessem ser musicados – acabaram por sê-lo, depois que o livro foi publicado. É o que ocorreu com “Logrador”,<sup>1</sup> que foi musicado por Orlando Morais. Um caso curioso é o da canção “O circo”. Ela foi feita para a melodia de um compositor e cantor que acabou por não gravar a composição. Como eu gostava muito dessa letra, que é, à primeira vista, muito simples, mas, no fundo, muito reflexiva, eu a pedi de volta e a dei para Orlando Morais, que fez para ela uma música nova. Originalmente,

---

## 1 Logrador

*Você habita o próprio centro  
de um coração que já foi meu.  
Por dentro torço pra que dentro  
em pouco lá só more eu.  
Livre de todos os negócios  
e vícios que advêm de amar  
lá seja o centro de alguns ócios  
que escolherei por cultivar.  
E pra que os sócios vis do amor,  
rancor, dor, ódio, solidão,  
não mais consumam meu vigor,  
amado e amor banir-se-ão  
do centro rumo a um logrador  
subúrbio desse coração.*

ela se chamava “Onze e meia”, mas Orlando, achando que isso podia parecer uma referência ao programa de televisão do Jô Soares, preferiu mudar seu título. Incluí-a também no livro *Guardar*, devolvendo-lhe o nome original.<sup>2</sup>

Para ser sincero, gosto mais de fazer poemas para serem lidos do que letras de canção. Há duas razões para isso. Uma delas é que, neles, me reconheço mais inteiramente. Como não sou cantor nem compositor, nem músico – ao contrário, por exemplo, de Caetano Veloso ou de Chico Buarque de Holanda –, as letras que escrevo sempre fazem parte de alguma obra de outra pessoa. Elas passam pela mediação de outras pessoas. Não acho que o resultado dessa mediação seja ruim: ao contrário, tenho meus parceiros como grandes artistas. Entretanto, o produto final não é a letra que fiz, mas a canção, da qual ela é uma parte. As composições que eu e meus parceiros fazemos juntos não são obras totalmente minhas, ao contrário dos poemas que faço para serem lidos.

A outra razão pela qual gosto mais de fazer poemas para serem lidos do que letras de canção é que, embora os poemas que tenho feito ultimamente possam até ser entendidos em uma primeira leitura, não creio que possam ser plenamente apreciados a menos que sejam lidos e relidos. Isso porque têm uma trama muito complexa de referências internas e externas, que não se apreende senão através de uma leitura lenta e cuidadosa, que somente pode ser feita na voz baixa e interior que o poeta Jacques Roubaud denomina “aural”.

A relação entre letra de canção e poesia é muito discutida no Brasil, principalmente porque alguns compositores que nunca publicaram livros de poemas são, apesar disso, reconhecidos como grandes poetas. A questão é normalmente posta do seguinte modo: “letra de canção é poema?”. A expressão “letra de canção” já indica de que modo essa questão deve ser entendida, pois a palavra “letra” remete a escrita. O que se quer saber é se a letra, separada da música, constitui um poema escrito.

Há um lado dessa discussão que me desgosta. A fruição e a avaliação de uma obra de arte não deveriam ter nada a ver com a determinação do gênero ao qual ela pertence. Exemplo: leio versos em uma página. Acho que são um poema maravilhoso. Se descobrir que se trata de uma letra de canção, isso alterará meu juízo? Outro exemplo: mais de 99,9% dos livros de poemas ou dos discos de música erudita não chegam aos pés do disco *Amoroso*, de João Gilberto. Que importa a que gênero esse disco pertence?

---

## 2 Onze e meia

*Quando a noite vem  
um verão assim  
abrem-se cortinas varandas  
janelas prazeres jardins*

*Onze e meia alguém  
concentrado em mim  
no espelho castanho dos olhos  
vê finalidades sem fim*

*Não lhe mostro todos os bichos que tenho de uma vez  
Armo o circo com não mais do que uns cinco ou seis  
leão camelo garoto acrobata  
e não há luar  
e os deuses gostam de se disfarçar*

Assim, o que está em jogo na pergunta parece-me ser um problema de *status*, importante somente para quem não sabe julgar as coisas por si mesmo. Há dois partidos. Por um lado, vejo letristas querendo entrar no “clube dos poetas”, isto é, querendo fazer jus ao *status* e aos privilégios simbólicos conferidos pelo título de “poeta”; por outro lado, vejo os membros desse “clube”, conscientes de que privilégios de que todos desfrutam deixam de ser privilégios, contestando o direito dos letristas a ingressarem nele. Não me identifico nem com um lado nem com o outro. Acho uma fraqueza querer entrar nesse clube e acho uma fraqueza precisar manter um clube. Recentemente, um poeta propôs até uma conciliação: “Fiquem com a fama, deixem-nos o prestígio”, disse ele, em suma, em uma entrevista. Tudo isso me parece lamentável, pois nada tem a ver com poesia ou arte.

Mas vou tentar analisar e responder à pergunta, do ponto de vista puramente lógico. “Letra de canção é poema?” Essa

formulação é inadequada. Desde que as vanguardas mostraram que não se pode determinar *ex ante* quais são as formas lícitas para a poesia, qualquer coisa pode ser um poema. Se um poeta escreve letras soltas na página e diz que é um poema, quem provará o contrário? Neste ponto, parece-me inevitável introduzir um juízo de valor. A verdadeira questão parece ser se uma letra de canção é um bom poema. Entretanto, mesmo essa última pergunta ainda não é suficientemente precisa, pois pode estar a indagar duas coisas distintas: 1) se uma letra de canção é necessariamente um bom poema; e 2) se uma letra de canção é possivelmente um bom poema.

Quanto à pergunta (1), é evidente que deve ter uma resposta negativa. Nenhum poema é necessariamente um bom poema; nenhum texto é necessariamente um bom poema; logo, nenhuma letra é necessariamente um bom poema. Mas talvez o que se deva perguntar é se uma boa letra é necessariamente um bom poema. Ora, também a essa pergunta, a resposta é negativa. Quem já não teve a experiência, em relação a uma letra de canção, de se emocionar com ela ao escutá-la cantada, e depois considerá-la insípida, ao lê-la no papel, sem acompanhamento musical? Não é difícil entender a razão disso. Um poema é um objeto autotélico, isto é, ele tem seu fim em si próprio. Quando o julgamos bom ou ruim, estamos a considerá-lo independentemente do fato de que, além de ser um poema, ele tenha qualquer utilidade. Uma letra de canção, por outro lado, é heterotélica, isto é, ela não tem seu fim em si própria. Para que a julgemos boa, é necessário, e suficiente, que ela contribua para que a obra musical de que faz parte seja boa. Em outras palavras, se uma letra de canção servir para fazer uma boa canção, ela é boa, ainda que seja ilegível. E a letra pode ser ilegível porque não é feita para ser lida, mas ouvida,

---

O pior é que  
pouquíssimas letras  
chegam a ser boas letras;  
e pouquíssimos letristas  
chegam a ser bons  
letristas. Mas é também  
verdade que ainda  
menos poemas chegam  
a ser bons. A verdadeira  
arte aspira ao *nec  
plus ultra*. O medíocre  
lhe é tão intolerável  
quanto o ruim.

---

de modo que as questões que preocupam o letrista dizem respeito à prosódia, ou seja, à adaptação da letra à melodia, e ao diálogo daquela com a harmonia, o ritmo, o tom, o colorido da peça musical em questão: dizem respeito, isto é, não ao texto escrito, mas à ligação orgânica do discurso oral com a música da canção.

Mas isso, em última análise, ainda não é tudo. A letra realiza-se na canção, porém a canção só se realiza plenamente quando interpretada, quando cantada e ouvida. Ora, como Luiz Tatit mostra em seu belíssimo livro *O cancionista*, “no mundo dos cancionistas não importa tanto o que é dito, mas a maneira de o dizer, e a maneira é essencialmente melódica”. Será, sem dúvida, por isso que podemos perfeitamente apreciar cantores a cantar canções em línguas que não entendemos? E Tatit observa que, para João Gilberto, por exemplo, “o texto ideal é levemente dessemantizado, quase um pretexto para se percorrer os contornos melódicos dizendo alguma coisa (afinal, a voz, por ser voz, deve sempre dizer alguma coisa)”. Em suma, uma boa letra de canção não é necessariamente um bom poema.

A resposta para (2), por outro lado, é evidentemente positiva. Os poemas líricos da Grécia antiga e dos provençais eram letras de músicas. Perderam-se as músicas que os acompanhavam, de modo que só os conhecemos na forma escrita. Ora, muitos deles são considerados grandes poemas; alguns são enumerados entre os maiores que já foram feitos. Além disso, nada impede que um bom poema, quando musicado, se torne uma boa letra de canção. Assim, uma letra de canção pode ser um bom – ou mesmo um grande – poema.

Não se pode, portanto, dizer nem que uma boa letra seja necessariamente um bom poema nem que letra nenhuma possa ser um bom poema. Isso quer dizer que não se pode fazer juízos apriorísticos, no que diz respeito a esse assunto. É preciso considerar cada caso individual.

Para dizer a verdade, o que intriga é que haja tantos grandes poemas entre as letras gregas e provençais e tão poucos entre as modernas. Recentemente, o livro de Caetano *Letra só*, organizado pelo Eucanaã Ferraz, reunindo grande parte das letras de Caetano – dispostas nas páginas não como em um *songbook*, acompanhadas de partituras, mas como em um livro de poemas –, fez-me pensar melhor sobre essa questão. Percebe-se, ao folhear esse livro, que se está diante de um grande livro de poemas. Ora, Caetano é um, entre milhares de compositores e letristas brasileiros. Quase nenhuma das letras desses letristas se sustenta em livro. Pois bem, a situação de Caetano equivale à dos poetas gregos que nós conhecemos. Para o punhado de poemas de Safo que nos chegaram, entre os quais duas ou três obras-primas, certamente milhares e milhares de canções medíocres tiveram que ser escritas e perdidas, na Grécia antiga.

Li recentemente um autor tentar provar a tese de que as letras de canções não chegam a ser poemas. Penso que nenhum de seus argumentos se sustenta. Apresento-os a seguir, acompanhados das objeções que lhes faço.

1. a) O poema tem uma estrutura autônoma, enquanto
- b) a letra é ancilar da partitura.

*Objeções:*

- a) Dizer que o poema tem uma estrutura autônoma é dizer que o poema deve “se segurar” sozinho na página; ora, há poemas que não se seguram e nada impede que haja letras que se segurem. É o caso da lírica grega, já mencionada. Isso deve ser resolvido caso a caso.

b) Por outro lado, dizer que a letra é ancilar da partitura é dizer que ela depende da partitura; que ela não se segura sem a partitura: mas isso não é um argumento para provar que a letra de canção não se segura sozinha na página; isso é *quod erat demonstrandum*: é uma repetição da tese mesma que se quer provar.

2. a) O poema tem um ritmo verbal, enquanto
- b) a letra tem seu ritmo verbal neutralizado pela melodia.

*Objecções:*

- a) Tudo o que é dito, tudo o que pode ser dito, tem um ritmo verbal. A questão é saber se esse ritmo verbal cumpre sua função ou não.
- b) A letra tem seu ritmo verbal neutralizado pela melodia quando ela é cantada; não quando se encontra escrita na página. Também aqui, tudo tem que ser resolvido caso a caso.

3. a) O poema tem uma recepção a nível [*sic*] superior, enquanto
- b) uma letra tem recepção nivelada ao gosto popular.

*Objecções:*

Isso significa o quê?

- a) Que o poema não pode ser popular? Então é falso.
- b) Que a letra não pode ser sofisticada? Também é falso.

4. a) O poema tem uma temática universal, enquanto.
- b) A letra tem temática restrita ao consumo.

*Objecções:*

- a) Muitos poemas têm uma temática absolutamente particular, idiossincrática. O poeta pode falar sobre a lata de sardinha que se encontra em seu refrigerador e fazer um grande poema.
- b) Inversamente, muitas letras falam sobre amor, juventude, velhice, morte etc., que são temas universais.

5. a) O poema tem uma linguagem conotativa e opaca, enquanto
- b) o poema tem linguagem familiar e transparente.

*Objecções:*

- a) E desde quando não há conotatividade nas letras? E desde quando opacidade é qualidade estética? Um poema pode ser bom e opaco, bom e transparente, ruim e opaco, ruim e transparente. O mesmo vale para uma letra.
- b) Devemos reconhecer que o bom letrista, normalmente, leva em conta o fato de que sua letra será ouvida, não lida. Ele lida com isso: o que não impede de que ele faça uma (grande) letra opaca. É o caso de muitas letras de Bob Dylan, por exemplo.

6. a) O poema tem alto grau de complexidade, enquanto  
b) a letra tem alto grau de simplicidade.

*Objecções:*

Essas palavras estão sendo usadas de modo excessivamente vago. O que é um poema ou uma letra “simples”?

- a) O “Poema do beco”, de Manuel Bandeira, é complexo ou simples?  
b) “Construção”, de Chico Buarque, é complexo ou simples?

7. a) O poema está fora das contingências do mercado, enquanto  
b) a letra está condicionada às contingências do mercado.

*Objecções:*

- a) O dinheiro não é a única expressão de valor, a única moeda pela qual se pode trocar um bem simbólico. Há poetas que fazem poemas para atender a demandas – a mercados – já existentes, em troca da moeda do prestígio.  
b) É uma contingência, não uma necessidade, que a letra seja condicionada ao mercado. De todo modo, a arte não tem compromissos éticos. O que interessa é o resultado.

Mas o erro mais grave, nessa questão, é não falar de letra *vs.* poesia, mas de letristas *vs.* poetas, como li outro autor fazer, em uma entrevista: “Poesia é poesia, e letra é letra [...] poeta é poeta, letrista é letrista”.

Não há argumentação aqui. Tautologias nada dizem. O próprio autor dessa frase tem a pretensão de ser tanto jornalista quanto poeta. Ora, poesia é poesia, e artigo de jornal é artigo de jornal, e poeta é poeta, e jornalista é jornalista. Será preciso dizer mais?

Tudo somado, a verdade é que pouquíssimas letras contemporâneas chegam a ser bons poemas: o que não chega a ser problema para elas, uma vez que não aspiram a tal. O pior é que pouquíssimas letras chegam a ser boas letras; e pouquíssimos letristas chegam a ser bons letristas.

Mas é também verdade que ainda menos poemas chegam a ser bons. A verdadeira arte aspira ao *nec plus ultra*. O medíocre lhe é tão intolerável quanto o ruim. Horácio é quem melhor o diz: *Mediocribus esse poetis non homines, non di, non concessere columnae* (“que sejam medíocres os poetas, nem os homens, nem os deuses, nem as colunas concedem”). Hoje em dia, quem não é poeta acha fácil fazer poesia. O verdadeiro poeta é aquele que sabe que fazer poesia é extremamente difícil.

---

Quem não é  
poeta acha fácil fazer  
poesia. O verdadeiro  
poeta é aquele que  
sabe que fazer poesia  
é extremamente  
difícil.

---

## Paredes, portas e janelas da “Construção” de Chico Buarque

Regina Zappa

Carioca, jornalista e escritora. Trabalhou no *Jornal do Brasil* por mais de 20 anos, tem 13 livros publicados, entre biografias, ficção e não ficção.

**E**m 1999, o escritor chileno Antonio Skármeta chegava ao Rio de Janeiro para entrevistar poetas, compositores e escritores brasileiros, em busca de material para seu programa de televisão, *A Torre de Papel*, uma série que pretendia captar momentos da cultura e da literatura mundiais para o canal People & Arts, da Net. Arrebatado pelo que considerava uma intensa relação entre poesia e canção popular no Brasil, o autor de *Ardiente paciência* (aqui traduzido como *O carteiro e o poeta*) ansiava por encontrar-se com o compositor Chico Buarque. Na pauta, ele trazia como centro de seu interesse a canção “Construção”, composta por Chico em 1971.

O escritor conseguiu marcar o encontro e pediu a Chico que cantasse “Construção”, como parte importante de seu programa. O encantamento de Skármeta é compreensível. A letra e a música da canção são tão fortes e entrelaçadas, traduzem de forma tão contundente e poética o cotidiano e a sina do trabalhador brasileiro, que fazem dela uma das mais brilhantes e importantes da música popular brasileira.

O tema da canção é o duro cotidiano de um trabalhador da construção civil. Para o público acostumado, até então, ao lirismo de Chico, “Construção” foi um soco no estômago. Embora “Pedro Pedreiro”, lançado antes, em 1965, já falasse da árdua batalha do trabalhador pobre (*Esperando o trem/Esperando o aumento/Desde o ano passado/Para o mês que vem*) e da imobilidade social (*E a mulher de Pedro/Está esperando um filho/Pra esperar também*), ainda guardava o lirismo e a sutileza em suas estrofes.

Já “Roda viva”, de 1967, estourou ao tratar da frustração e da desesperança (*A gente quer ter voz ativa/No nosso destino mandar/Mas eis que chega a roda-viva/E carrega o destino pra lá*), fazendo uma alusão à mudança de rumos com o golpe militar (*Não posso fazer serenata/A roda de samba acabou*). Em “Rosa dos ventos”, de 1969, a carga poética mistura-se à revolta: *A calma dos lagos zangou-se/A rosa dos ventos danou-se/O leito dos rios fartou-se/E inundou de água doce/A amargura do mar*.

Mas “Construção”, composta por Chico na volta de seu exílio em Roma, vai além. Chegava no momento em que o pote até aqui de mágoa derramava a realidade incontornável. A injustiça social consolidava-se com a chegada do regime militar, que a canção de Chico denunciava ao mostrar a precariedade da vida do operário, mas também a dificuldade em estabelecer no país relações de trabalho dignas. A ditadura militar aprofundou a desigualdade ao se apoiar na lenda do

---

A letra e a música  
da canção são tão  
fortes e entrelaçadas,  
traduzem de forma tão  
contundente e poética  
o cotidiano e a sina do  
trabalhador brasileiro,  
que fazem dela uma  
das mais brilhantes e  
importantes da música  
popular brasileira.

---

crescimento do bolo, para depois distribuir, o que nunca ocorreu. Ainda hoje, 50 anos depois, e com o retrocesso dos direitos trabalhistas sofrido desde 2016, a composição permanece atual.

Da mesma forma, e lançada no mesmo ano e disco, “Deus lhe pague”, também nos desaloja do conforto lírico para nos levar à crua realidade, com sarcasmo e sem sutilezas (*Pela cachaça de graça que a gente tem que engolir/Pela fumaça, desgraça, que a gente tem que tossir/Pelos andaimes, pingentes, que a gente tem que cair/Deus lhe pague*).

Toda obra artística ou literária revela, de forma explícita ou suave, as marcas do seu tempo. “Construção” fala do operário sem perspectivas, em um Brasil desigual e socialmente injusto.

Na letra da canção, o operário é uma máquina, que serve apenas para executar serviços. Um ser robotizado, sem alma, sem desejos.

*Subiu a construção como se fosse máquina  
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas  
Tijolo com tijolo num desenho mágico  
Seus olhos embotados de cimento e lágrima*

A canção revela a desconstrução da humanidade do trabalhador e sua invisibilidade aos olhos da sociedade. A troca de palavras com o mesmo significado acentua a inconveniência do corpo caído no chão da cidade:

*Agonizou no meio do passeio público  
Morreu na contramão atrapalhando o tráfego*

*Agonizou no meio do passeio náufrago  
Morreu na contramão atrapalhando o público.*

*E se acabou no chão feito um pacote bêbado  
Morreu na contramão atrapalhando o sábado*

A primeira estrofe já anuncia a tragédia naturalizada. Com passo tímido, o homem quase pede licença para existir:

*Amou daquela vez como se fosse a última  
Beijou sua mulher como se fosse a última  
E cada filho seu como se fosse o único  
E atravessou a rua com seu passo tímido*

Em toda a canção, o ritmo é dado pela métrica dos versos. Esses versos longos, alexandrinos, que exigem uma pausa no meio, trazem uma cadência que evoca muitas vezes uma marcha fúnebre. Música e verso dramáticos funcionam como uma antecipação do fim que está para acontecer. Uma tragédia que é relatada desde o início e que mostra o cotidiano sofrido de uma vida sem perspectivas.

As “vozes semelhantes” criadas pela repetição das palavras reproduzem a rotina do dia após dia da vida do operário. E o ritmo marcha em direção à única saída para aquela vida monocórdia.

Da mesma maneira que o trabalhador ergue “paredes sólidas, num desenho mágico”, Chico constrói sua canção como um bailado mecânico. As palavras diferentes em posições iguais na frase musical dão a sensação de que algo pode mudar, mas, na realidade, a mudança nunca vem. E tudo se repete diverso, porém igual. Há, no entanto, um momento de alegria, um respiro de alívio, uma ilusão passageira, um único refrão esperançoso. É quando ele descansa, come, dança, ri. E sonha:

*Sentou pra descansar como se fosse sábado  
Comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe  
Bebeu e soluçou como se fosse um naufrago  
Dançou e gargalhou como se ouvisse música*

E o trabalhador se encaminha para o cadafalso, despenca do edifício que constrói, tropeça no céu e flutua no ar. À medida que o desfecho se aproxima, os versos vão ganhando maior carga poética, e a desordem das palavras tiradas da ordem original das frases mistura-se à confusão dos sentimentos desordenados. Na última estrofe, ele é máquina, pássaro, príncipe e bêbado. É de tirar o fôlego.

É com toda a razão que Sérgio Buarque de Holanda, pai de Chico, a certa altura, reparou que o filho elaborava suas músicas como se fossem um projeto arquitetônico. “Ele tem cabeça de arquiteto e coração de poeta”, disse Sérgio, certa vez. Chico chegou a cursar arquitetura na faculdade, mas abandonou para seguir projetos de outro tipo de construção. Pai que não se engana, Sérgio marcou o talento do filho em fazer a ponte unindo sensibilidade à precisão. Arquiteto do verbo, operário das canções, as ideias de Chico encaixam-se nas medidas precisas das paredes, portas e janelas da estrutura dos versos e dos acordes.

Bem que o herói desconhecido e anônimo da canção de Chico merecia hoje uma nova “Construção”.

---

Sérgio Buarque de  
Holanda, pai de Chico  
reparou que o filho  
elaborava suas  
músicas como se  
fossem um projeto  
arquitetônico.  
“Ele tem cabeça de  
arquiteto e coração  
de poeta.”

---

## Construção

Chico Buarque

*Amou daquela vez como se fosse a última  
Beijou sua mulher como se fosse a última  
E cada filho seu como se fosse o único  
E atravessou a rua com seu passo tímido*

*Subiu a construção como se fosse máquina  
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas  
Tijolo com tijolo num desenho mágico  
Seus olhos embotados de cimento e lágrima*

*Sentou pra descansar como se fosse sábado  
Comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe  
Bebeu e soluçou como se fosse um náufrago  
Dançou e gargalhou como se ouvisse música*

*E tropeçou no céu como se fosse um bêbado  
E flutuou no ar como se fosse um pássaro  
E se acabou no chão feito um pacote flácido  
Agonizou no meio do passeio público  
Morreu na contramão atrapalhando o tráfego*

*Amou daquela vez como se fosse o último  
Beijou sua mulher como se fosse a única  
E cada filho seu como se fosse o pródigo  
E atravessou a rua com seu passo bêbado  
Subiu a construção como se fosse sólido  
Ergueu no patamar quatro paredes mágicas  
Tijolo com tijolo num desenho lógico  
Seus olhos embotados de cimento e tráfego  
Sentou pra descansar como se fosse um príncipe  
Comeu feijão com arroz como se fosse o máximo  
Bebeu e soluçou como se fosse máquina  
Dançou e gargalhou como se fosse o próximo  
E tropeçou no céu como se ouvisse música  
E flutuou no ar como se fosse sábado  
E se acabou no chão feito um pacote tímido  
Agonizou no meio do passeio náufrago  
Morreu na contramão atrapalhando o público*

*Amou daquela vez como se fosse máquina  
Beijou sua mulher como se fosse lógico  
Ergueu no patamar quatro paredes flácidas  
Sentou pra descansar como se fosse um pássaro  
E flutuou no ar como se fosse um príncipe  
E se acabou no chão feito um pacote bêbado  
Morreu na contramão atrapalhando o sábado*

---

## Em busca da minha ilha

---

Paulo Coelho

Ocupante da Cadeira 21 na Academia Brasileira de Letras.

**E** escrever é uma das atividades mais solitárias do mundo. Uma vez a cada dois anos, pego minha caneta, olho para o mar desconhecido que é um papel em branco, depois volto meus olhos para o interior de mim mesmo e vejo que ali existem algumas ilhas – ideias que se desenvolveram e estão prontas para serem exploradas. Então levanto as âncoras do meu barco chamado *Palavra* e resolvo navegar para aquele pedaço de terra que está mais próximo de mim.

No caminho, defronto-me com correntezas, ventos, tempestades, mas continuo remando, exausto, agora já consciente de que fui afastado de minha rota. A ilha a que pretendia chegar já não está mais em meu horizonte.

Mesmo assim, não dá para voltar atrás: preciso continuar de qualquer maneira ou ficarei perdido no meio do oceano. Nesse momento, passa-me pela cabeça uma série de cenas aterrorizantes, como passar o resto da vida comentando os sucessos passados ou criticando amargamente os novos escritores, simplesmente porque já não sei exatamente o que escrever. Entretanto, meu sonho não era ser escritor? Pois devo continuar criando frases, parágrafos, capítulos, escrevendo até a morte, sem me deixar paralisar pelo sucesso, pela derrota, pelas armadilhas. Caso contrário, qual o sentido da minha vida: passar a morar em um moinho no sul da França e ficar cuidando do jardim? Dar conferências, pois é mais fácil falar do que escrever? Retirar-me do mundo de maneira estudada, misteriosa, para criar uma lenda que me custará muitas alegrias?

Movido por estes pensamentos assustadores, descubro uma força e uma coragem que jamais imaginei que possuía: elas me ajudam a aventurar-me pelo lado desconhecido da minha alma; deixo-me levar pela correnteza e termino ancorando meu barco na ilha para onde fui conduzido sem querer. Passo dias e noites descrevendo o que vejo, perguntando-me por que estou agindo assim, dizendo a cada instante que não vale a pena o esforço, que não preciso mais provar nada a ninguém, que já consegui o que desejava – e muito mais do que sonhava.

Noto que o processo do primeiro livro se repete a cada vez: acordo às nove da manhã, disposto a sentar-me e escrever logo depois do café da manhã; leio jornais, saio para caminhar, vou até o bar mais próximo conversar com as pessoas, volto para casa, olho para a caneta e o papel, lembro que preciso dar vários

telefonemas e olho de novo a caneta e o papel, mas já está na hora do almoço – alimento-me pensando que devia estar escrevendo desde as 11 da manhã. E, de repente, entendo que preciso tomar ainda uma série de providências, vou verificar a correspondência eletrônica, me dou conta de que a internet não está funcionando direito, resta sair e ir até um

---

Então levanto as  
âncoras do meu  
barco chamado *Palavra*  
e resolvo navegar para  
aquele pedaço de terra  
que está mais próximo  
de mim. No caminho,  
defronto-me com  
correntezas, ventos,  
tempestades, mas  
continuo remando,  
exausto, agora já  
consciente de que fui  
afastado de minha rota.  
A ilha a que pretendia  
chegar já não está mais  
em meu horizonte.

---

lugar a dez minutos de casa onde é possível conectar-me, mas será que antes, só para libertar minha consciência deste sentimento de culpa, não dá para escrever pelo menos meia hora?

Começo por obrigação – porém, de repente, “a coisa” toma conta de mim e não paro mais. O dia passa correndo, a empregada chama-me para jantar, peço que não me interrompa; uma hora depois, ela torna a me chamar. Claro que estou com fome, mas nesse momento preciso apenas terminar só mais uma linha, uma frase, uma página.

Quando sento à mesa, o prato está frio, janto rapidamente e volto para a caneta e o papel – agora já não controlo meus passos, a ilha está sendo desvendada, sou empurrado através de suas trilhas, encontrando-me com coisas que nunca havia pensado ou sonhado. Tomo café, tomo mais café, e duas horas da manhã finalmente paro de escrever, porque meus olhos estão cansados.

Escrever é descobrir a história não contada a si mesmo, viajar até a ilha desconhecida e tentá-la dividir com meu semelhante. E, para minha constante surpresa, outras pessoas também estavam em busca daquela ilha e a encontram nos traços que a pena deixou no papel.

A partir daí, já não sou mais o homem perdido na tempestade: minha caneta guiou-me e fez com que me descobrisse através de meus leitores. Entendo o que escrevi quando vejo que outros também entendem – nunca antes disso.



## Por que escrever mais um romance

João Almino

Ocupante da Cadeira 22 na Academia Brasileira de Letras.

**C**om *Homem de papel* recém-publicado, chego a meu oitavo romance. Antes de tentar explicar por que escrever mais um romance, faço um breve comentário sobre o livro.

Embora ciente de que o mais importante é o que vai ser lido, apesar das minhas intenções, vamos a elas. Como assunto preliminar, devo dizer algo sobre o Conselheiro Aires, um personagem de Machado de Assis que ressuscita em tal livro e é seu narrador.

O Conselheiro é o narrador em primeira pessoa do *Memorial de Aires* e o autor do romance escrito em terceira pessoa *Esaú e Jacó*. No *Memorial*, o editor (“M. de A.”) fez cortes. A justificativa foi conseguir extrair de um diário uma narrativa seguida. O resto podia aparecer algum dia.

O assunto do romance *Esaú e Jacó* gira em torno da briga entre os gêmeos Pedro e Paulo, que representam duas formas de governo. O do *Memorial*, em torno das relações amorosas ou a falta delas. Sobretudo em torno de Fidélia. Além da alusão literal à fidelidade, o nome Fidélia também remete à única ópera de Beethoven, *Fidelio*. Nesta ópera o tema amoroso está presente através da personagem Leonor (o título original da ópera é *Leonor ou o triunfo do amor conjugal*). Leonor disfarça-se como guarda de nome Fidelio para salvar da morte o marido encarcerado. Daí vem o nome de Leonor de uma personagem de *Homem de papel*. Assim como Flor, outra personagem desse meu romance, vem de Flora. Esta personagem de Machado morreu dividida no amor a um ou outro gêmeo. Aqui, Flor sobrevive aos seus dois amores perdidos.

O *Memorial de Aires* e *Isaú e Jacó* foram encontrados já após a morte do Conselheiro Aires. Ele é um autor defunto e não, como no famoso caso de Brás Cubas, um defunto autor. O que viriam a ser esses livros constavam de sete cadernos manuscritos. Segundo uma primeira versão, não publicada, de *Esaú e Jacó*, arquivada na Academia Brasileira de Letras, eram na verdade dez. Somente o último (o sétimo ou o décimo, de acordo com a versão) é o do romance *Esaú e Jacó*. É um caderno mais grosso que os demais. Esses outros cadernos é que compõem o *Memorial*. Quando *Homem de Papel* começa, o personagem é o livro, ou seja, esse conjunto de cadernos.

Fiz o seguinte. Trouxe Aires, com sua posição de neutralidade, sua posição média, de não tomar partido, para um mundo de maior complexidade e com rivalidades tão ou mais marcadas do que as que presenciou. Talvez tão dividido quanto o

dos anos 1920. Por isso as referências à *Escola da Anta*, outro lado do modernismo ou um contraponto a ele. Os impulsos vanguardistas são, assim, colocados lado a lado com a antimodernidade. Não chega a ser uma novidade na minha ficção contrapor os ideais modernistas ou as aspirações modernizadoras aos processos de desmodernização.

*Homem de papel* não é um romance datado. Mas há uma referência sutil ao centenário da Semana de Arte Moderna e mais especificamente a meu romance *O livro das emoções*, cuja história se passa em 2022. Mais do que a Semana, que foi fenômeno localizado e passageiro, ou a ideia de “moderno” que a precedeu, o referencial modernista foi importante para a cultura brasileira por ter tido opositores de grande expressão, como Graciliano Ramos, ou, *mutatis mutandi*, seguidores igualmente destacados, como os de correntes do concretismo e, mais adiante, do tropicalismo. Graciliano, um dos três maiores romancistas brasileiros do século XX (os outros dois são Guimarães Rosa e Clarice Lispector), afirmou que os modernistas nada construíram, mas com a destruição que empreenderam permitiram o surgimento de uma literatura de maior solidez. Tampouco se deve creditar exclusivamente ao modernismo a revolução da linguagem literária do Brasil ou de uma escrita mais próxima da oralidade e do coloquial. Como prova disso eu não citaria o romance *Os sertões*, de Euclides da Cunha, de 1902, e, sim, coincidindo com muitos, a extraordinária obra de Lima Barreto. *O triste fim de Policarpo Quaresma* foi publicado nos folhetins do *Jornal do Commercio* em 1911. Este foi um dos romances que reli cuidadosamente durante a escrita de *Homem de papel* porque uma das personagens de meu romance, Flor, era funcionária pública e um tanto idealista, como Quaresma; certamente de ideais distintos do dele, mas enfrentando algumas dificuldades com ressonâncias das que ele enfrentou.

Em meu romance, há uma mistura de tempos. E não somente porque a narrativa se desenvolve ao longo de anos. Também há referências à época da vida do Conselheiro no século XIX. A crise de 68, para ele, significa a de 1868, por exemplo, e para um de seus interlocutores a de 1968.

Apesar das cizânias que opõem uns a outros, não há apenas dois lados da história. Nem o narrador nem qualquer dos personagens deveriam ser vistos ou lidos como modelos. Não há heróis nem anti-heróis. Não há personagens 100% bons, nem 100% maus.

Há *contrario sensu* implicitamente um elogio à tolerância e à diplomacia, embora não sejam bem-sucedidos na história narrada. Aires tenta, por exemplo, sem êxito, mediar a rivalidade entre os irmãos gêmeos de Flor.

Não há tempo para argumentar com base em raciocínio. Mais facilmente difundidos são os *slogans* simplistas, que supostamente explicam tudo. Existem para isso causas permanentes, estruturais, entre as quais se destaca a revolução das comunicações.

Depois de vários romances que flertam com o realismo (*As cinco estações do amor*, *Cidade livre*, *Enigmas da primavera* e *Entre facas, algodão*), este romance dialoga com o início de meu trabalho de ficção. Revisito, de outra maneira, sobretudo meu primeiro romance, *Ideias para onde passar o fim do mundo*. O aspecto de fabulação é, nos dois casos, fundamental. E de surrealismo, mas sem escrita automática. Em *Homem de papel*, eu diria que o chamado lugar de fala é a própria ficção. Enfim, espero que haja aqui uma ficção que vá além de confirmar os crimes, as crises ou as situações que podem ser lidos nos jornais. Que de alguma forma surpreenda, pois é a surpresa, quem sabe, a principal matéria da ficção.

Existe também uma dimensão existencial, tratada através da ótica desse velho conselheiro, de seu olhar sobre a vida, ele já aposentado e que teve mais de uma.

De seu relacionamento com as mulheres, no passado e no presente de seu relato verbal dirigido a “você.” O tema clássico das relações amorosas se apresenta igualmente na relação de Flor com seu marido e seu amante.

Apesar da narração de Aires, não se trata de paródia. Mesmo que eu tentasse, não conseguiria. O que a gente faz é sempre outra coisa. Lembro-me de “Pierre Menard, autor do *Quixote*”, personagem de Borges. Ele copiou o *Dom Quixote* inteiro, letra por letra, e ainda assim escreveu um livro completamente diferente.

Mas por que ficção? Por que romance? E por que mais um?

Para evitar repetir expressões como “a meu ver” e “do meu ponto de vista”, deixo desde logo claro que as observações a seguir não são consensuais. Muitos ficcionistas pensarão e trabalharão de outras formas.

Vou começar por algumas negativas.

Não escrevo para transmitir opiniões, embora meus personagens possam tê-las. Uma opinião é mais eficazmente transmitida em uma entrevista ou em um artigo de jornal. Não quero que meus personagens sejam portadores de uma inequívoca mensagem minha. Ao pôr lado a lado personagens distintos, procuro evitar as visões unidimensionais e realçar as ambiguidades, incoerências e perspectivas conflitantes. Os desafios e impasses, em vez de serem percebidos através das conclusões do narrador, devem vir da situação mesma dos personagens e de sua evolução na história.

Um corolário da afirmação anterior é que não escrevo ficção para transmitir ideias ou defender uma posição. Isso se faz de maneira mais direta em um ensaio.

Não escrevo unicamente para tratar de determinados temas, embora reconheça que são evidentes minhas obsessões: histórias que se passam em Brasília, o desenraizamento, as identidades múltiplas, cambiantes ou em aberto, a fundação, a memória, o instante, as utopias e as distopias, a tensão entre o racional e o irracional e a fotografia, entre outros. Mas não são estes temas que fazem de minha escrita uma escrita de ficção e, mais especificamente, romanesca. Os temas e enredos podem ser os mais diversos. Não são eles que sustentam por si sós o texto literário.

Não faço autoficção. Alguns de meus personagens têm uma relação direta comigo na medida em que sinto compaixão por eles. Vivo outros de mim mesmo e, muitas vezes, vivo a própria dor alheia. É inevitável que minha ficção esteja impregnada do que sou, como brasileiro vivendo no século XXI. Mas a consideraria pobre se viesse a se basear exclusivamente em minha experiência. Por isso, para compor meus personagens, recorro a tudo o que está a meu alcance, como um colecionador voraz e desorganizado, recolhendo o que vê no meio do caminho: ao que me lembro, a histórias que me contam, ao que entendo dos sentimentos alheios, ao que assisto em filmes e ao acaso, aos meus percalços e hesitações, a questões que me incomodam e sobretudo ao que leio.

Não seria suficiente dizer que escrevo para representar ou retratar a realidade, porque escrever ficção é, sobretudo, rebelar-se contra a realidade; é ir além dela. Vidas e mundos imaginários são uma forma de resistência contra a realidade e contra a própria morte. A ficção não é apenas sobre a experiência; é experiência e aventura. Não é somente sobre a realidade; é realidade. Deve se libertar da mera descrição, ir além da narração de fatos conhecidos. O realismo não basta. E. M. Foster fazia uma distinção entre o ficcionista e o historiador: enquanto o segundo registra, o primeiro deve criar e, embora nesse trabalho de criação possam e devam ser incluídas informações, registros, documentos, não são eles que caracterizam o trabalho de ficção.

Se eu dissesse que com meus romances busco a verdade e quero transmiti-la ao leitor, teria de acrescentar que a verdade com a qual o escritor de ficção trabalha,

a que traz à luz dos fundos da escuridão, estava relegada ao esquecimento; e ele recupera pela memória, é a verdade da própria ficção. Não é à verdade que a ficção deve almejar: ela deve ir além da verdade. Supera, pela fantasia, as formas mais diretas de aquisição e transmissão de conhecimento. Sou ficcionista e, portanto, minto. O mito me atrai mais do que a história, e em meus romances criei meu próprio mundo ficcional.

Não sou romancista, portanto, porque quero transmitir conhecimento ou ensinamento. Romance não é tese, guia, nem manual de sobrevivência. A ficção pode ter um poder demolidor tão grande quanto seu poder criador; pode ser que, em vez de apontar caminhos, seja desconcertante; em vez de despertar entusiasmo, seja fonte de angústia. Poderá dar atenção, não ao conhecido e acabado, mas ao parcial, ao inacabado, ao arruinado, ao ausente; não apenas ao que foi visto ou dito, mas, sim, ao que está escondido ou foi silenciado; não ao que aconteceu, mas ao que não pôde acontecer; não ao que é conclusivo, mas ao que é incompleto, fragmentário e oblíquo. Não tem necessariamente qualidades morais. Não transmite sempre o bem.

Isso não significa dizer que o texto de ficção seja anódino e não faça avançar o pensamento. Poderá fazer o leitor pensar, ao levantar novas questões. Não tem uma utilidade precisa. No entanto, sua leitura é necessária e consequente. Não existe em um vazio. É um direito individual sair de si próprio e se ligar aos outros através da fala, da leitura e da escrita.

A solução literária não passa pela idealização dos fatos e situações. Não adianta pintar de cor-de-rosa o que é negro. A ficção não deve se desviar do difícil desafio de revelar o lado escuro da vida, o que pode ser feito, inclusive, com humor. O pessimismo pode ser usado como método que não implique falta de esperança. Pelo contrário, ao revelar o lado sombrio da existência, demonstrando compreensão do que é profundamente humano, o escritor às vezes espera que, se não seus personagens, o leitor possa se valer de alguns instrumentos adicionais para fazer face às adversidades da vida.

Mesmo quando procuro utilizar a pena da galhofa, como diria Brás Cubas, não escrevo por escrever, nem apenas para entreter ou, como passatempo, para me divertir, pois não confio no que me sai de maneira fácil e despreziosa. A ficção tem que ter ambição, não para tranquilizar o leitor, mas para inquietá-lo e fazê-lo caminhar pelo inesperado.

O que sobra? Por que escrever?

Uma primeira resposta, muito simples: por necessidade. Não posso escapar à escrita. Outras atividades não me dão o mesmo prazer, nem o mesmo sofrimento. Escrevo quando estou alegre e mais ainda quando estou triste. Não aparece musa alguma; eu é que vou à busca delas e as invento com grande esforço quando quero. Pode ocorrer que, de repente, uma delas puxe pela manga de meu pijama de madrugada e me leve a fazer uma anotação. Não vivo da escrita, mas escrevo para viver, pois não saberia viver sem a escrita. Minha escrita é um exercício que, por ser lento e diário, acaba resultando em romances. Sempre me atraíram mais os relatos longos, como em uma corrida de longa distância para algum lugar desconhecido.

Escrevo ficção também por exclusão, ou seja, porque outras formas de linguagem não me são suficientes; porque falar não basta e, mesmo sem ter o que dizer, preciso contradizer o que disse; porque não acabei de dizer tudo ou ainda faltam palavras no fundo de uma inquietação que apenas vislumbro, uma coceira no cérebro que é outra razão para escrever. Mas não seria convincente dizer que escrevo

porque não tenho alternativa, não saberia fazer outra coisa. Afinal, sou diplomata e dediquei-me muito à carreira.

Escrevo ficção menos para dizer o que sei do que para descobrir o que não sei e ainda assim quero exprimir; para indagar de mim, dos outros, da história que conto e daquela com H maiúsculo que nos envolve a todos; para aventurar-me como um navegante à deriva ou um caminhante perdido na floresta, fazendo brotar a criação literária da incerteza e da busca. Ao escrever, revelo o caminho percorrido. A descoberta.

Escrevo porque o outro me atrai e para entendê-lo – o outro de mim mesmo e aquele que me é completamente estranho. Não me satisfaria com uma sedução fácil do leitor, entregando-lhe a mercadoria esperada, pois gostaria que fosse atraído pelo que não esperava ou mesmo não queria.

O que mais me satisfaz na elaboração de um texto literário é a criação de personagens aos quais tenho de dar vida, colocando uns em confronto com outros, explorando suas contradições. Quero que não sejam apenas isso ou aquilo, que evoluam sem deixar de ser o que são. Que sejam seres complexos e possam, por exemplo, ter alegrias em meio à dor, misturem o bem e o mal e possam despertar ódio e amor. Não tento transpor para a ficção personagens de carne e osso. Ao contrário, procuro fazer com que personagens inventados, construídos a partir de pessoas que conheço ou de histórias ouvidas ou lidas, sejam verossímeis, mesmo que seja um homem de papel. E será sempre um elogio quando alguém crê que se trata de personagens da vida real. De um vizinho de porta.

Uma vantagem da ficção é possibilitar uma dimensão reflexiva aprofundada, dimensão essa que procuro explorar em meu trabalho. Muitas vezes, o caráter introspectivo e a dimensão reflexiva, subjetiva, ajudam a ver por dentro os personagens.

Como escrevo? Parto de um plano com total liberdade para modificá-lo, a tal ponto que, quando chego ao final, às vezes já não reconheço o ponto de partida. Levo muito mais tempo nas revisões, que podem compreender até mesmo mudanças de estrutura, do que na escrita de uma primeira versão. Sou escritor de ficção porque me interessa pela própria escrita, pelas palavras, pelas sílabas, pelos sons e por

---

Não faço autoficção  
para compor meus  
personagens, recorro  
a tudo o que está a  
meu alcance, como  
um colecionador  
voraz e desorganizado,  
recolhendo o que vê  
no meio do caminho:  
ao que me lembro,  
a histórias que me  
contam, ao que  
entendo dos  
sentimentos alheios,  
ao que assisto em  
filmes e ao acaso, aos  
meus percalços e  
hesitações, a questões  
que me incomodam e  
sobretudo ao que leio.

---

seu ritmo. Há muitas maneiras de dizer a mesma coisa, e o que sustenta o texto literário é a forma como as palavras se encadeiam à procura de sentidos. A maior parte do tempo escrevo tateando palavras para vencer uma dificuldade, a dificuldade mesma de escrever. Escrevo, então, para encontrar essas palavras e juntar o que parecia não poder ser juntado, procurando evitar os lugares comuns, as frases que se apresentam já feitas, e desviar-me do estereótipo e do pitoresco. Ao final do processo, preciso voltar ao começo, aplainar e dar coerência ao que não tinha para chegar à história. Pelo que acabo de dizer, é fácil concluir que escrevo como um artesão, juntando frases pacientemente e interessado em construir mais do que uma casa, uma cidade, de arquitetura feita de palavras. Somente publico quando creio que consegui não me repetir, de preferência até mesmo na técnica narrativa, e já não consigo melhorar o texto.

A liberdade é o principal instrumento do escritor de ficção. Esta, para fazer jus a seu próprio conceito, deve ser fundadora, capaz de libertar a própria liberdade de seus sentidos já adquiridos. A boa ficção é aquela, então, que está disposta a liberar a imaginação. Não deve se curvar a uma moral, a uma religião, a uma política, sequer às formas estabelecidas pelo próprio saber sob pena de abdicar de sua capacidade crítica. Há romances que apresentam discussões morais e filosóficas ou que transmitem informações históricas ou de outra natureza e o fazem muito bem. Mas não devemos entender o conhecimento nesse sentido estreito, de transmissão de saberes. Confio em que continua existindo uma ficção que não esteja subordinada à sociologia, à antropologia, à história, à própria crítica literária – embora possa e deva ser apropriada por esses importantes campos do conhecimento; que não seja feita para expressar uma ideologia, se apropriar da notícia ou do escândalo do momento, para seu aproveitamento pelas mídias contemporâneas; somente dirigida a uma adaptação cinematográfica ou que não seja um apêndice à ação performática de seus autores.

Minhas histórias, em vez de buscar e fincar raízes, expressar uma suposta pureza cultural ou tentar valorizar as verdadeiras tradições, tenta descortinar horizontes e lidar com a ocupação do espaço vazio, com a possibilidade da assimilação sem preconceitos das mais diferentes fontes. O Brasil, a cultura brasileira ou a ficção brasileira não deveriam existir como ponto de partida, controlando a produção do país, e, sim, como ponto de chegada.

Ideias de abertura e princípios universais não contradizem o fato de que toda ficção é, ao mesmo tempo, local. Tenho escrito sobre o conceito do “universalismo descentrado”. Sim, devemos aspirar a valores universais, mas o universalismo não tem um centro geográfico. Em qualquer tempo e lugar, existe a possibilidade de gerar valores universais, bem como de ser provinciano e fechado ao resto do mundo. A civilização não é um conjunto de princípios, normas e formas de comportamento; não é algo dado, é um processo em aberto no qual os diálogos e trocas são necessários.

Mesmo que não haja uma razão para escrever e eu escreva por necessidade ou pelo prazer mesmo de escrever, espero que minha ficção tenha uma relação com a vida. A ficção, no fundo, trata da relação do ser humano com o mundo a seu redor, colocando lado a lado os pequenos detalhes do cotidiano e as grandes ações, o amor e a morte. Sobretudo resiste a todas as positivities, ao conhecimento já adquirido e às formas conhecidas. Está sempre em busca de uma nova expressão, não necessariamente para descobrir os sentidos do mundo, nem para transformá-lo, pois não tem infelizmente tal poder transformador, mas para criar emoção, dúvida e vertigem.

## Os 40 anos de uma distopia que se tornou realidade: *Não verás país nenhum,* o romance com dois finais

*Ignácio de Loyola Brandão*

Ocupante da Cadeira 11 na Academia Brasileira de Letras.

**E**ram dias monótonos e bastante angustiantes para mim. Trabalhava há seis anos na editora Abril. Em 1972, tinham me deslocado da revista *Claudia* e me “encostado” na *Realidade*, que vivia então uma fase de decadência, perdendo leitores e credibilidade. Tudo resultado da intensa pressão da censura imposta pela ditadura militar, que assumiu em 1964 e hoje é repudiada por uma ala negacionista. Em crise permanente, as direções sucediam-se e ninguém encontrava uma fórmula salvadora. A equipe tinha muita gente de talento; era a equipe que editava a *Realidade* desde o início. Nomes como Paulo Patarra, Roberto Freire, Narciso Kalili (com quem trabalhei no *Última Hora*, nos anos 1960), Luiz Fernando Mercadante, Hamilton de Almeida, Sérgio de Souza, Woile Guimarães, Alessandro Porro e fotógrafos como o americano Roger Bester (hoje de volta a Nova York) e Walter Firmo, José Hamilton Ribeiro, Carlos Azevedo, Eurico Andrade, Audálio Dantas, José Carlos Marão, Múcio Borges da Fonseca e Roberto Pereira (que fazia muita matéria para mim, mais tarde, em *Planeta*; sabia tudo sobre óvnis). Os colaboradores eventuais eram Paulo Francis e Plínio Marcos. Mas aqueles jornalistas pareciam esgotados, cansados das pressões da direção da Abril, frustrados por um fortíssimo fator externo, a censura, a maior responsável pelo esvaziamento da revista.

O ambiente na redação era melancólico. Nas reuniões de pauta, tentava-se encontrar ideias que revigorassem a *Realidade*, fazendo com que ela voltasse a ser o que era. O fantasma de seu antigo sucesso rondava constantemente a cabeça de diretores, chefes, secretários, fotógrafos, repórteres, copidesques e até secretárias. Nesse clima de nostalgia do mito acabado, vivi alguns meses, sem saber por que estava ali. Sem me sentir identificado com um espírito que não existia mais, marginalizado por alguns elementos que me faziam sentir um agregado, corpo estranho dentro daquela equipe (que tinha sido) fabulosa. Faziam questão de me ignorar, como se eu fosse um invasor.

Na única matéria que produzi para a revista, um documento sobre a mulher que trabalha, “fracassei”. A matéria saiu sem pique, sem garra, sem graça, totalmente

reescrita por um copidesque de apelido Miltainho, um ser mitológico lá dentro que, diziam, “dava o estilo de *Realidade*”. Vários deles ainda hoje vivem embalados pelo mito *Realidade*. Eu vivia inquieto, minha esposa estava grávida e a perspectiva que eu via era a do desemprego. Tenso, ansioso, só encontrava uma pessoa com quem dialogar na redação: Jorge Andrade, o teatrólogo de “A semente”, “A vereda da salvação” e “Os ossos do barão”, peças maiores. Foi um convívio bom de alguns meses que se transformou em amizade. Jorge foi um dos homens mais inteiros que conheci; um desses poucos que você lê, depois encontra e diz: Jorge é a obra. Quando não conversava com ele, ficava sentado à máquina, tentando escrever.

Certa manhã, enfasiado, como dizia minha mãe, li todos os jornais, vi as revistas, desci ao Dedoc (Departamento de Documentação; ou Arquivo da Abril). Havia um pessoal com outra cabeça, gente politizada, culta, ativa; as conversas eram agradáveis, papo-cabeça. Os assuntos era a ditadura, a censura, as prisões, as torturas, as mortes, o país esmagado, com medo, acuado. Uma daquelas pessoas era Irede Cardoso, mais tarde vereadora combativa, feminista, mulher de esquerda, bem-humorada, irônica. Soube mais tarde que o Dedoc era um dos canais que transferiam informações aos jornais estrangeiros, relatando o que ocorria nas prisões, as torturas, os assassinatos, e tudo o mais. Havia canais nunca revelados. Das prisões nos chegavam relatos de presos que denunciavam o que ocorriam nos chamados “porões da ditadura”.

Certa manhã, na redação semideserta, apanhei uma caneta e comecei a riscar minha própria mão, fazendo círculos e mais círculos. Tolice, ócio. Jorge Andrade passou por mim, olhou aquele círculo na palma da mão e sorriu:

– O que é isso? Onde conseguiu esse buraco? Um furo perfeito.

Era um homem criativo. Não perdi a deixa:

– Vinha no táxi, a mão começou a coçar. Quando entrei na Abril, a pele se desprende, ficou esse furo.

– Cuidado. Na Abril, estão demitindo quem tem furo na mão.

Ele se foi. Aliás, devo dizer que, mais tarde, Jorge levou parte dos originais de *Zero* para a Itália. Naquela época, sem computadores, escrevíamos o livro, revisávamos, um revisor profissional reolhava o texto, uma datilógrafa copiava, uma dessas cópias ia para a editora, o autor ficava com a outra. Com carbono, o máximo que se conseguia de “legibilidade” eram duas cópias. Jorge foi a Roma entrevistar Murilo Mendes, levou metade apenas do livro: a outra estava sendo datilografada. Foram mais de 600 laudas. Em Roma, meu amigo conheceu a professora Luciana Stegagno Picchio. Deixou o livro com ela. Luciana adorou o que leu, pediu o resto; Thomaz Souto Correa, então diretor da revista *Claudia*, encarregou-se de levar a outra parte. Luciana conseguiu editora para o *Zero*, a Feltrinelli. Aqui, 13 editoras tinham recusado editar o romance, entre elas a Nórdica, a Civilização Brasileira, a Nacional, a Expressão e Cultura, a Martins e a Brasiliense. Seria provavelmente proibido, a editora processada e talvez fechada e, quanto ao autor, não se sabia o que poderia acontecer. Tudo era assim naquele tempo: reticências, dúvidas, receios, para não dizer medo.

Ao voltar para casa, na hora do almoço, Bia, com quem eu era então casado, viu aquela mão riscada.

– O que é isso?

– Um furo.

Contei o que tinha contado ao Jorge. A coceira insistente, a pele desprendendo-se. Bia sorriu:

– Aqui no prédio estão despejando quem tem furo na mão.

– Por quê?

– Porque é uma pessoa diferente. E os diferentes incomodam os “normais”. Estes procuram se descartar dos diferentes.

No mesmo instante percebi que tinha alguma coisa, um conto, algo assim. Um homem com um furo na mão e a mudança de sua vida. Comecei a anotar em cadernos, levava para a editora Abril, escrevia na redação. A situação não mudava, era uma pasmeira. Sempre roubei tempo dos patrões, fazendo meus contos, trechos de livros, esboçando ideias. E, nos dias 8, 9 e 10 de março de 1972, redigi os esboços de um conto cuja ideia me veio exatamente no dia primeiro do mês. Sei das datas porque costumo anotar nos originais os dias e, às vezes, as horas e o desenvolvimento do trabalho. Dei a Jorge Andrade para ler. Ele gostou da ideia, não do tratamento. Verdade que se tratava da “primeira mijada” na gíria de escritores.

Trabalhei no texto. Nesse meio tempo, eu tinha me desligado da editora Abril. Preferi aceitar o convite de Luis Carta que, junto a Fabrizio Fasano e Domingo Alzugaray, tinham fundado a editora Três. Fui editar a revista *Planeta*; tinham sido comprados os direitos da francesa *Planète*, criada por Louis Pauwels e Jacques Bergier, um sucesso na época, que tratava de realismo mágico, universos paralelos, civilizações desaparecidas, poder da mente e outros na mesma linha.

## O início do conto

Este era o início da história. Gosto dela até hoje. Foi publicada em uma antologia da Ática:

*Há doze anos tomavam café juntos e ela acompanhava-o até a porta. “Você está com uns fios de cabelos brancos. Ou tinge, ou tira”. Ele sorriu, apanhou a maleta e saiu para tomar o ônibus. Faltaavam doze para as oito, em três minutos estaria no ponto. O barbeiro estava abrindo, a vizinha lavava a calçada, o médico tirava o carro da garagem, o caminhão descarregava cervejas e refrigerantes no bar. Ele estava no horário, podia caminhar tranquilo. Coçou a mão, descobriu uma leve mancha avermelhada de uns dois centímetros de diâmetro. Quando o ônibus chegou a mão coçou de novo. Agora ardia um pouco e ele teve a impressão de que no lugar da mancha havia uma leve depressão. Como se tivesse apertado uma bolinha de gude por muito tempo, com a mão fechada.*

*Não havia lugar sentado, ele cruzou a borboleta, foi até a frente, cumprimentando aquelas pessoas que não sabia o nome, mas que tomavam o elétrico na mesma hora que ele. Segurava a maleta com a mão direita, com a esquerda apoiava-se no varão do teto. Três pontos antes do final, o ônibus superlotado, ele sentiu uma comichão violenta, insuportável. Não podia olhar, nem levantar a mão. Estava quase chegando, dava para esperar. Foi empurrado para a saída, despediu-se das pessoas, olhou a mão. No lugar da mancha tinha um buraco de uns dois centímetros de diâmetro. Um orifício perfeito que atravessava da palma às costas da mão. Perfeito, como se tivesse sempre estado ali. Nascido. Ele passou os dedos pela borda, por dentro, sentindo cócegas. Assoprou por dentro. Olhou através dele, acompanhando uma senhora que caminhava na outra calçada. Afastava a mão dos olhos, focalizava um objetivo, aproximava a mão. Ficou algum tempo distraindo com isso. Quando chegou no escritório, o chefe perguntou o porquê do atraso.*

– Foi por causa do furo na mão.

– Ah, é? Pois vai ter um furo de meio dia no salário deste mês. Está bom?

*Não fazia mal, há quinze anos ele não tinha uma falta, um minuto descontado. Foi para a mesa dele, um pouco perturbado com o furo. Não triste, mas querendo saber o que podia fazer aquilo. Passou o dia disfarçando a mão. De vez em quando soprava através do buraco, fazia barulhos estranhos com o ar. Na hora do lanche, focalizou um colega, colocando a mão sobre o olho. Na hora de bater o ponto de saída, enfiou a alavanca no buraco e empurrou. Estava contente, sentia-se mais que os outros. Esta sensação tinha começado no meio da manhã, depois que a primeira depressão desaparecera. Tinha pensado em ir ao médico, explicar o caso. Desistiu.*

## Por que o conto me perseguia?

Meus dois filhos, Daniel e André, tinham nascido. Na altura de 1975, a editora Três lançou a revista *Vogue* e, em seguida, *Homem Vogue*. Quando me pediram um conto para a *Homem Vogue*, dei “O homem do furo na mão” e me considerei desligado dele. Quando publico, para mim encerra-se uma fase. No entanto, aquela história continuava em minha cabeça. Por quê? Não tinha explicação: o conto me perseguia. Um dia, soube que um ipê quase centenário que havia na rua Ministro Godói, Perdizes, onde morava, tinha sido envenenado por uma senhora. Era uma árvore símbolo da quadra, e todos estavam consternados. Um grupo foi em comissão (eu junto) até a casa da mulher indagar o porquê daquilo. Matar uma árvore com tal idade e beleza? Ela deu uma resposta que nos espantou:

– Porque essa maldita árvore sempre sujou minha calçada com essas flores desgraçadas.

Maldita árvore.

Flores desgraçadas.

Vi uma ideia, um pequeno conto sobre uma rua sem árvores. Logo mudei, um bairro sem árvores. Por que não uma cidade onde toda a vegetação foi eliminada, nas ruas e nos quintais? Porque as folhas sujavam tudo. Esta ideia me veio de minha cidade natal, Araraquara, que foi no passado uma das mais bem arborizadas na América do Sul. Lentamente, isso desapareceu. Ainda hoje vejo amigos que derrubam jabuticabeiras, mangueiras, ameixeiras, cajueiros (cada vez mais raros), cimentando ou ladrilhando ou lajotando os quintais. A terra desaparece, a grama some. Há cada vez menos solo permeável. Fica tão fácil de limpar, alegam. De uma cidade, pulei para um estado desertificado, para uma região inteira. E, então, por que não o Brasil transformado em deserto? Brasil? E o Amazonas? Pronto: surgiu o deserto amazônico, chamado com orgulho pelo governo de Oitava Maravilha do Mundo.

Aquelas frases, flores desgraçadas e árvores malditas me perseguiram, grudadas em mim. O que aconteceria com o Brasil sem árvores e, portanto, sem água? Seria a vida possível. Loucura, absurdo. Ao mesmo tempo, deu-se um curioso processo em minha cabeça. Daí em diante, ao ler revistas e jornais, notícias sobre devastação, poluição enchentes, inundações, doenças estranhas causadas pelo sol, pelo calor, buracos na camada de ozônio da atmosfera, tudo parecia se iluminar e eu recortava. Certo dia, um espanto: tinha nevado no deserto do Saara, a região mais quente do mundo. O que se passa? O que acontece? Fiz um arquivo de 4 mil recortes de jornais e revistas. Passei também a fazer anotações em cadernetinhas, papel de pão, guardanapos, folhas de bloco, o que tivesse nas mãos naquele momento.

Situações me vinham uma atrás da outra. Sentia calor, o sol me incomodava, tinha muita sede. Naquele tempo, ainda não existia uma consciência ecológica, não se falava como hoje em meio ambiente, preservação. Nem eu pensava nisso,

era algo vago. Li um livro do gaúcho Lutzenberg, um dos pioneiros, o homem que tornou Porto Alegre uma cidade mais verde.

Então, comecei a reescrever o conto do furo na mão que tinha oito ou dez páginas. Ele cresceu, chegou a 50, 100, 200 páginas. E continuava. Sentia calor dentro do meu apartamento. Tinha já me separado de Bia e morava na rua Bela Cintra 1.413, apartamento 71. Solitário. Daniel e André vinham passar fins de semana comigo. Enchi o apartamento (dois quartos, sala, cozinha, banheiro) de cartazes, grandes fotos de florestas, cachoeiras, lagos, oceanos. Na minha mesa, havia sempre uma jarra de água gelada. Escrevia furiosamente, tinha acabado de comprar uma máquina elétrica maravilhosa, os computadores ainda não tinham chegado. E o livro crescia, ensandecido. Absurdo?

Percebi que seria uma coisa extensa, complicada, eu precisava me estruturar para não perder o pé na narrativa. Comecei a fazer um diário de trabalho, a fazer desenhos, mapas de ruas, divisão de bairros, anotava a toda hora dificuldades, necessidade de pesquisas, e anotava, anotava. Comprava os primeiros livros que surgiam sobre ecologia, livros técnicos, chatos, lia a *National Geographic*, livros de fotos da natureza. Achei o personagem principal, Souza. Para narrar a saga, passada em um futuro que, para mim, seria 3030, somente um professor de história. São Paulo com 60 milhões de habitantes. Cidades divididas em condomínios fechados (antevi em mais de 40 anos isso), grades por toda a parte por causa da violência (hoje estamos enjaulados todos), a água vinha da urina reciclada de toda a população. Governo? Quem governa? Direita? Esquerda? Centro? Confusão total, milícias. Há 40 anos falei de milícias fascistas. E o sol cada vez mais quente, matando pessoas nas ruas. Buraco de ozônio na atmosfera, ia entrando tudo. Cientistas já alegavam que no futuro não faltaria petróleo, mas, sim, água potável.

## Breve trecho do diário

### 13 dez.

Início novo capítulo. O livro marcha desimpedido. Muita coisa na cabeça. Os carecas surgem de novo. Preciso colocar lentamente a presença deles, até a invasão final. Tento criar o clima, o ambiente. Não sei se estou conseguindo formar uma atmosfera de calor que aumenta gradualmente, sufocando. Me lembrei de um conto chamado “O sol”, que li na *Cigarra*, uns vinte e cinco anos atrás. Fiquei impressionado com o clima que o autor conseguiu criar em torno do sufoco.

Não faço um livro profético.

Do que virá a ser.

Mas, sim, um livro sobre *o que pode vir a ser*.

## Outro recorte do diário

### 10 dez. 78, domingo

Ouvidos zunem terrivelmente.

Ideia encontrada na ótima entrevista de Mario Schemberg (*O Estadão*), intitulada “O massacre dos inteligentes”, sobre o processo de degradação das universidades a partir de 1969.

Ideia também para a bebedeira geral em que vivem os que participaram da “grande locupletação”.

Não escrevi neste domingo. Os meus meninos estão aqui. Também o Gabriel Nunes, primo deles, filho do Celso Nunes e da Regina Braga. Ando inquieto para me sentar à mesa e continuar. Cena: a manhã seguinte à descoberta do furo na mão. Adelaide e Souza conversam, ela quer colocar curativos, ele recusa.

A laranja tem gomos. Dentro dos gomos existe o que chamávamos de garrafinhas. Qual é o nome certo para isso? Pesquisar.

Ouvindo Chico Maranhão: “Cirano”. Perfeito para *background*.

## 1979

### 2 jan.

Trabalhei mais um pouco em cima do diálogo tio-sobrinho. Continuo descontente, sem saber onde estou trabalhando. Mas há um buraco neste diálogo, algo essencial para o leitor e não sei o que é.

Vou mandar redatilografar, depois releio, estudo outra vez.

O difícil no livro semiapocalíptico como este é dominar toda a matéria, distribuir equilibradamente o material em mãos.

As ideias precisam estar claras, mas não tão explicadas nem repetitivas.

### Noite, 21 horas

Inclinado a retirar o capítulo da loteria esportiva. Acho meio desentrosado. Um corte na ação. Uma parada. Desencontros. Porém é um texto de que gosto. Se eu deixar, quero prestar atenção. Souza gosta de jogar na 5ª feira, à noite. Num capítulo do início, ele diz que sua permissão é a tarde. Coordenar bem o tempo.

“Ocupação sem pesquisa, o risco da Amazônia” – material na última página do *Estado*. Alguns dados referenciais.

### 4. jan.

Tentei ontem, aproveitando uma agenda, organizar racionalmente o livro.

Tal dia → tal capítulo → e um resumo do que aconteceria.

Seria um bom plano de trabalho. No entanto, para fazer este plano eu gastaria no mínimo uns quinze dias.

E o livro está mais ou menos organizado em minha cabeça.

Estou escrevendo pela primeira vez em ritmo de começo, meio e fim.

Ele cresce lento. Gosto que vá devagar. Estou mergulhado em sua atmosfera. Criando um mundo, não quero acabar, sair dele. Mantenho propositalmente um ritmo lento.

Hoje fiz três laudas: o domingo de Souza. Ela (Adelaide) vai visitar a mãe com um bolo de mandioca, ele fica em casa.

Já sinto um pouco de *tempo morto* no livro, preciso fazê-lo crescer, andar.

Acabo voltando às velhas músicas. Ouço “A paixão segundo São Mateus”, de Bach. Um álbum antiquíssimo. Escrevi *Bebel*, *Zero* e vários contos ao som destas músicas. São quatro discos.

## 5. jan.

Para melhor controle meu, talvez deva numerar os capítulos. Ao menos para o trabalho nestas primeiras versões.

Terminei a parte do domingo entre Souza e Adelaide.

Gosto de terminar, sem que haja um ponto-final, uma situação-chave. Encerradora.

(Penso nos meninos que estão em Saquarema. Foram ontem. Nos últimos anos partíamos no dia 5 de janeiro.)

Reduzir mais os diálogos. Sintetizar as conversas entre Souza e Adelaide.

(Ouço "Suíte quebra-nozes", de Tchaikovsky)

Hoje, uma ideia: a segunda-feira seria o dia obrigatório de consumo. As pessoas devem aos centros para adquirir coisas, necessárias ou não.

*A sensação a esta altura*

*É que tenho um avião Boeing nas mãos.*

É preciso controlá-lo inteiramente, dominar todos os instrumentos, seguir os mapas, percorrer a rota com cuidado, com todos os dados que tenho nas mãos. Só que não tenho copiloto, nem radiotelegrafista etc. Eu é que tenho que conduzi-lo até o fim, sem desastres, dentro de sua rota. Não é tarefa fácil. Nervos calmos, boa memória, acionar todos os botões no tempo exato, manter o equilíbrio, a velocidade, fazer as curvas no tempo exato, no grau preciso.

Ao mesmo tempo, é um sentimento de poder. Eu sou o dono deste aparelho, eu conduzo, é um desafio a mim cada centímetro percorrido, uma vistoria a cada página completa.

## O livro publicado

Escrever *Não verás* foi um sofrimento, mas acima de tudo imenso divertimento. Nada me continha. Absurdo, irracionalidade, fantasia? Entrava tudo, mente livre, eu solto, imaginação desenfreada. Levei anos neste trabalho. Escrevia, cortava, acrescentava. Um dia, com o livro pronto, decidi que Adelaide, esposa do personagem principal, devia desaparecer de cena. E ela se foi, antes do meio do livro. Partiu sem explicações. Quando trabalhava no jornal *Última Hora*, via todos os dias alguém chegando na redação para comunicar o desaparecimento de um marido, filho, tio, avô. As pessoas somem. E há 40 anos, em palestras, ainda ouço a pergunta dos leitores: o que aconteceu com Adelaide? Não sei; ela se foi, sumiu, fugiu, não aguentou aquele marido, aquele mundo. Não estou aqui para explicar nada. Relato. Vida acontece, pessoas são pessoas, donas de suas ações, suas vidas, fazem o que querem, não posso ficar correndo atrás deles (os personagens). É outro modo de encarar literatura, contar coisas como elas são, deixando os mistérios.

De todos os meus livros, foi o único que escrevi sem saber como seria o final. Ele aconteceu de repente. Todas as pessoas estão abrigadas debaixo de uma imensa marquise que pode ser vista da lua, e Souza está ali, olhando o chão calcinado, gretado. Sair da proteção o sol mata. Parar aqui? Deixei um dia, uma semana. Escrevi um final, chinfrim, como meu pai dizia. Reescrevi, reescrevi. Reescrevi 38 vezes até dar com meu final que exige do leitor uma decisão. Ele é quem dá o final. Assim tem sido: é um romance com dois finais.

## Notícias do sertão no imaginário contemporâneo

Antônio Torres

Ocupante da Cadeira 23 na Academia Brasileira de Letras.

Eu sou do sertão. O sertão tem muitas veredas, como diz o mestre Guima. No sertão, afinal de contas, a gente bebe uma selvagem metafísica. Aliás, sou do sertão, modéstia à parte, como também o mestre Villa-Lobos. Esta é a mistura – o resto é coisa do cão, do demo, do sol, do amor. Está por dentro?

**A**ssim falou Glauber Rocha, em entrevista a este que vos escreve, quando do lançamento em São Paulo de *Deus e o diabo na terra do sol*, o que aconteceu na noite de 31 de agosto de 1964. Estamos nos referindo ao baiano de Vitória da Conquista que estourou nas telas do país e de meio mundo com um filme rodado em Monte Santo e Cocorobó, sertão brabo. Com *Deus e o diabo na terra do sol*, Glauber fez mais do que um marco do Cinema Novo. Ele nos legou um dos melhores filmes de todos os tempos, que é também um divisor de águas do imaginário sertanejo pós-Guimarães Rosa, e ficou na memória do espectador aqui como o romance que ele gostaria de ter escrito.

“Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com uma casa de morador, e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado de arrocho de autoridade.”

Mesmo tendo gerado uma das maiores obras da literatura brasileira de todos os tempos (*Grande sertão: veredas* – quem não sabe?), considerada pelo mexicano Juan Rulfo, autor do antológico *Pedro Páramo*, o melhor romance já escrito no continente americano (ele disse isso para 150 escritores de todo o mundo, reunidos em um congresso em Sófia, Bulgária, no ano de 1985); mesmo que tenha sido desvendado no clássico *Os sertões*, de Euclides da Cunha, que exaustivamente situa a terra e o homem em um ensaio histórico e sociológico que expõe as tensões entre um litoral dito civilizado e o mundo sertanejo bravio; mesmo tendo sido devassado pelo cinema, em maus e bons filmes, alguns até geniais, como o já citado *Deus e o diabo na terra do sol* e, antes dele, *Vidas secas*, de Nelson Pereira dos Santos; pela dramaturgia televisiva e teatral, pela música popular (“Quando eu vim do sertão/Seu moço, do meu Bodocó/A malota era um saco/E o cadeado era um nó... Prepare seu coração/Pras coisas que eu vou contar/Eu venho lá do sertão/Eu venho lá do sertão/E posso não lhe agradar... E o sertão vai virar/E o mar virar sertão...”), o sertão ainda é pouco, para não dizer totalmente desconhecido do brasileiro urbano, sobretudo os das capitais do Sudeste, do Sul e da faixa litorânea.

“Sertão é a roça, não é?”, pergunta um motorista de táxi carioca. “Eu nunca saí do Rio. Como é que vou saber o que é?”

Há também quem defina sertão como *o que fica lá longe, no mato*.

Não seria ele uma corruptela da palavra deserto?

Vamos ao dicionário: “Sertão 1. Região agreste, distante das povoações ou das terras cultivadas. 2. Terreno coberto de mato, longe do litoral. 3. Interior pouco povoado. 4. Onde perduram tradições e costumes antigos.”

Nem tudo se restringe ao reducionismo dos verbetes.

“Muitos são os sentidos possíveis, literais e literários, para a palavra sertão”, escreve a professora Viviane Cristina Oliveira, da Universidade Federal do Tocantins, em “Contemporâneos – o sertão, a literatura e a tragédia”, artigo publicado em *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira*, volume 30, número 2, de 2021. Ela adiciona o mais geral deles, o topográfico, que o liga à ruralidade, para chegar ao sertão como toponímia física, subjetiva e imaginada, espaço marcante da ficção nacional, com suas múltiplas e heterogêneas experiências, que embaralham corpos, narrativas, tempos e espaços, de forma a permitir novas miradas para conceitos polêmicos, e não menos interessantes, como literatura regional ou regionalista, da qual a professora Viviane analisa o caráter trágico de textos de autores contemporâneos, entre os quais se destaca o cearense Ronaldo Correia de Brito.

Nessa literatura, sertão ainda é “*onde manda o mais forte, com o poder das astúcias?*”. E até Deus, quando for lá, que vá armado, lembrando-se que “*bala é um pedacinhozinho de metal?*”. Será que o sertão de “*muié séria e homi trabaiaidô*”, de coronéis, jagunços e cangaceiros, onde o homem, para ter validade, tem de pegar em armas para mudar o destino – e armas bem primitivas, como o rifle e o punhal –, sim, será que esse sertão ainda existe? Seja o que ele for, hoje, que romance ainda é capaz de dar? E o conjunto dessa obra será merecedor de um Prêmio Machado de Assis, um Prêmio Guimarães Rosa?

A resposta está nas livrarias, nas resenhas, em monografias, dissertações, teses universitárias e até listas de *best-sellers*, sendo este o caso de *Torto arado*, do baiano Itamar Vieira Júnior.

Sinopse: nas profundezas da Chapada Diamantina, as irmãs Bibiana e Belonísia encontram uma velha e misteriosa faca na mala guardada sob a cama da avó. Ocorre então um acidente. E para sempre suas vidas estarão ligadas, a ponto de uma ser a voz da outra. Em uma trama bem urdida, o romance conta uma história de vida e morte, de combate e redenção, em um sertão escravista, décadas depois da Abolição.

*Torto arado* foi publicado primeiro em Portugal, graças a um prêmio que ganhou da editora que veio a lançá-lo, a Leya. Ao sair aqui, pela Todavia, viria a receber duas das mais importantes premiações nacionais, não tardando a se tornar um sucesso de crítica e de público. E virou um fenômeno do mercado editorial, o que há muito tempo não acontecia com um ficcionista brasileiro. E mais: tal feito não deixa de significar a quebra de um tabu que vem há muito do tempo, como se pode ler nas entrelinhas da história a seguir.

Na página 116 da revista *Veja*, de 30 de junho de 1976, Affonso Romano de Sant’Anna, um mestre das letras, conta que um dia o ficcionista e crítico literário carioca Otávio de Faria fizera a Graciliano Ramos a advertência de que o sertão já havia se tornado uma terra exaurida para os romancistas, ou seja, não dava mais romance. Ao que o escritor alagoano retrucara: “Santo Deus! Como se pode estabelecer limitações para estas coisas” – e fez a obra que fez, acrescentou Affonso, mineiramente.

Ao longo do tempo, porém, não faltou quem viesse a fazer coro com Otávio de Faria (1908-1980). Estamos falando do quinto ocupante da cadeira 27 da ABL

(hoje representada pelo poeta Antonio Cicero), o premiado autor da ambiciosa *A tragédia burguesa*, um amplo painel do Rio de Janeiro enfeitado em 15 volumes. Ele não estaria sozinho no descarte do que viesse a ser enquadrado como literatura regional, rotulada como *arte de baixa qualidade estética*, ainda que o dito regionalismo (ou talvez por isso mesmo) tenha gerado o monumental *Grande sertão: veredas*, que em 1956 faria o romance brasileiro avançar largos passos além dos já avançados desde *Memórias póstumas de Brás Cubas*, do Modernismo de 1922, e de *Vidas secas*, um ícone do ciclo nordestino da década de 1930.

Estudiosa desse assunto, a professora da USP Ligia Chiappini Moraes Leite, hoje na Universidade Livre de Berlim, em “Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura”, artigo lido em um congresso em Portugal e publicado na revista *Estudos Históricos* (número 8, Rio de Janeiro, 1975), arrematou a questão da seguinte maneira: “O regionalismo, que setores da crítica literária consideravam uma categoria ultrapassada, continua presente e, até mesmo, tornado tema de pesquisas muito atuais, ganhando uma amplitude maior na intersecção dos estudos literários e artísticos, históricos e etnológicos”.

André Tessaro Pelinser (UFRN), um dos organizadores do livro *Notícia da atual literatura brasileira* (editora Cousa, Vitória, 2020), e Márcio Miranda Alves (Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul) dão provas desse crescente interesse acadêmico pelo assunto em um trabalho publicado na revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, da UnB, edição de janeiro a abril de 2020, em que se lê:

Representado de maneiras distintas pelos românticos, pela ficção de “fin-de-siècle”, pelos romancistas da década de 30, e recuperado em viés inesperado por Guimarães Rosa, já na metade do século XX, é inegável que o sertão tenha se tornado um importante tópos literário no Brasil. Dito de modo redutor, o tema passou de uma perspectiva idealizada em seu início, a uma visão progressivamente crítica, conforme se desenvolveu.

Ao analisarem a permanência das marcas do Regionalismo na prosa contemporânea, Pelinser e Alves não deixam de ressaltar que o tema tem sido renegado pela crítica e por escritores, naturalmente – aventa o autor destas linhas –, os de teclas mais afinadas com as ondas cosmopolitas, seguros de estarem acima do que Silviano Santiago chama de *cosmopolitismo dos pobres*, no caso de se ficar apenas na leitura do título de uma obra que faz uma alentada análise das políticas de globalização e identidade na cultura brasileira, estabelecendo as relações entre cosmopolitismo e localismo na literatura e no cinema etc. Não custa se lembrar de que autor se trata: Silviano é um mineiro internacionalíssimo, que tanto fez de Graciliano Ramos, Machado de Assis e Antonin Artaud personagens de romances seus (*Em liberdade*, uma continuação de *Memórias do cárcere*, Machado e *Viagem ao México*) quanto escreveu *Stella Manhattan*, também romance, e o livro de contos com improvisos de jazz *Keith Jarret no Blue Note*. E que foi da *Genealogia da ferocidade*, um ensaio sobre *Grande sertão: veredas*, ao *As raízes e o labirinto da América Latina*. Multifacetado e prolífico, Silviano Santiago parece nos dizer que em literatura tudo vale: o sertão pode virar mar e o mar virar sertão. Desde que se acrescentem uns pontos surpreendentes aos contos já contados. Mas, sim: o que Silviano vem fazendo significa muito mais do que o exposto neste parágrafo. Que passe, porém, a liberdade de trazê-lo para uma velha discussão, da qual ele sempre esteve muito acima.

Itamar Vieira Júnior não terá sido o único a não se intimidar com tais querelas, como veremos a seguir.

## 1 – *Vasto mundo*

Em 2001, estreava na literatura, e de forma impactante, uma missionária católica, formada em língua e literatura francesa, mestre em sociologia e pedagoga com uma vida dedicada à educação popular para crianças e adultos em diferentes regiões do país. O que a levou a percorrer sertões e periferias, trilhando os redutos dos pobres. Sua determinação levou-a a correr mundo: do México à Argélia, da França à China, do Timor-Leste a Angola. Em Cuba, morou ao lado de Gabriel García Márquez e andou pelas ruas na companhia de Fidel Castro.

Trata-se de Maria Valéria Rezende, a freira que não enverga o hábito de religiosa carola: viu nascer e ajudou a construir a Teoria da Libertação, fumou uns baseados, lutou contra a ditadura militar, defende o aborto legalizado e é a idealizadora do coletivo literário feminista Mulherio das Letras. Com toda probabilidade possível, sua rica trajetória contribuiu decisivamente para torná-la uma de nossas escritoras mais relevantes, aqui e agora.

Nascida em Santos em 1942, onde permaneceu até os 18 anos, Maria Valéria viveu no interior de Pernambuco e da Paraíba, vindo a radicar-se em João Pessoa, ali sendo agraciada com o título de Cidadã Honorária. Em sua itinerância, ela perguntava e ouvia. “E, de tanto perguntar e ouvir, passou a carregar um mundo inteiro dentro de si”, assim a definiu a jornalista Taís Ilhéu, no *Le Monde Diplomatique*, de 21 de maio de 2018.

Antes de chegar ao livro, seus escritos, batidos à máquina e costurados à mão, circulavam entre uma casa e outra do sertão. Nesse tempo, Maria Valéria escrevia apenas para se divertir e presentear os amigos. Um deles, Frei Beto, encantou-se com seus escritos, a ponto de introduzi-la oficialmente ao mundo editorial. Foi assim que *Vasto mundo* ganhou letra de forma, abrindo o caminho de uma autora que passaria a colecionar edições de seus romances, contos, histórias para crianças e adolescentes, elogios da crítica, prêmios, traduções e homenagens em festivais literários.

Em *Vasto mundo*, Maria Valéria reúne 18 narrativas, envolvendo personagens cujas vidas se entrelaçam, tendo ao fundo um solo rico que, mesmo castigado pelas intempéries, tudo vê e tudo grava. Ou seja, o chão seco em que se ergueu a fictícia Vila da Farinhada sabe tudo de seus habitantes: mulheres de fibra, homens destemidos, artistas itinerantes, charlatões, beatas, jovens sonhadores, religiosos progressistas... Todos a orbitar entre dois eixos temáticos – a subversão e a utopia. Significando isto que a subversão atende a um apelo popular e instaura a utopia por um breve tempo, na síntese perfeita de Marília Kubota, em resenha publicada na revista *Ponto e Vírgula*, da PUC-SP, edição de 5 de dezembro de 2017.

No *vasto mundo* que forma o imaginário de Maria Valéria Rezende, entram em questão os significados atribuídos ao sertão na literatura brasileira contemporânea, como em seu romance *Outros cantos*, de 2016, tão bem recebido quanto os anteriores, *Quarenta dias* (2014) e *O voo da guará vermelha* (2015), assim como o que veio depois, *Carta à rainha louca* (2019). Isso para ficarmos só com sua produção no gênero que lhe deu régua e compasso.

## 2 – *Nhô Guimarães*

A história começa com uma pergunta – “Nhô Guimarães por aqui?” –, feita por uma octogenária, presumivelmente postada à porta de sua casa, à margem de

uma vereda do grande sertão. Como se ela passasse o resto de seus dias a esperar a volta daquele que extraiu os sentidos fabulosos da fauna e da flora, códigos de honra e desonra, valentia e ignorância, e, sobretudo, das raízes de uma fala, quem sabe já em extinção, de um mundo do qual parece ser a última remanescente. E assim, de cara, Aleilton Fonseca prende-nos a uma narrativa construída por atalhos, ao modo sertanejo, e a nos remeter às origens de um universo real que se tornou lendário. E o faz com imaginação.

Ao leitor caberá fazer as identificações.

Do cenário aos métodos do personagem que dá título ao livro e paira por trás do relato como figura de carne e osso – melhor dizendo, de chapéu, gibão, cadernos de anotações e muitas excelências –, e, ao mesmo tempo, mística: um cavaleiro que, levantando a poeira da estrada, chega a um lugar, em princípio indeterminado. Ele nem precisa apeiar-se do cavalo para encher seus alforjes de memórias, ao estilo de Nhô Guimarães, o médico-fabulador que descobriu o valor medicinal das ervas com os vaqueiros, ao ser curado de quebranto por um deles, o Manu, tão lembrado no romance de Aleilton.

É com esta estratégia e uma única cena, a da velha senhora à porta de sua casa à frente de uma vereda, a desfiar recordações para seu ouvinte, e uma bem dosada sequência dos capítulos, que Aleilton Fonseca resgata uma prosa cheia de beleza, cuja oralidade passa por um apuro formal que lhe filtra os cacoetes e excessos. Mas sem abdicar do colorido, do ritmo e do sabor das conversas em um avarandado ou ao pé do fogão para espantar o medo das assombrações ou se livrar das más lembranças.

“O melhor mesmo da história é o capricho da prosa”, diz a anciã narradora, dando-nos uma aula sobre o que é mais importante em um romance.

*Nhô Guimarães* é o primeiro romance de Aleilton Fonseca, publicado em 2006 pela editora carioca Bertrand Brasil. Baiano de Firmino Alves, ele é professor da Universidade Estadual de Feira de Santana e membro da Academia de Letras da Bahia. Sua produção é bem diversificada, em prosa e verso. Seu livro mais recente, *A Terra em pandemia* (Mondrongo, Itabuna, Bahia, 2020), levou o imortal (da ABL) Antonio Carlos Secchin a defini-lo como “consagrado romancista e poeta de finas tonalidades líricas, (que) volta a nos surpreender com este vigoroso poema épico (ou antiépico?)”, no qual “flagra, com rigor e destemor, os duros tempos que vivemos [...] sem jamais abdicar do compromisso para com a qualidade literária”.

Em 2009, o mesmo Aleilton publica um segundo romance, também pela Bertrand, tendo o universo sertanejo como cenário. Em *O pêndulo de Euclides*, ele relata a viagem que empreendeu a Canudos, em busca dos sentidos ocultos de uma aventura humana trágica e épica, em que o sertão despertou e foi silenciado. E é esse silenciamento que o leva a um corpo a corpo com o presente do lugar, para recolher de seus habitantes a matéria viva que comprovará que a guerra tida e havida como do fim do mundo não é um assunto exaurido. Assim como o sertão na ficção, como estamos vendo, cada vez mais.

### 3 – Galileia

O meu sertão é a paisagem através da qual eu interpreto o mundo, o de hoje, o globalizado, o que rompeu com as tradições. Interessa-me a decadência, a dissolução. Meus personagens migram, sofrem o embate com as outras culturas. Sei que tenho sido vítima de preconceitos pela escolha dessa paisagem.

Ronaldo Correia de Brito

Dizia o finado Albert Einstein que é mais fácil destruir um átomo do que um preconceito. O que Ronaldo Correia de Brito diz ter sentido nos bastidores das letras não chegou a causar entraves significativos à sua carreira literária, pode-se presumir, pelo rumo que ela tomou. A força de sua obra levou-a a ser publicada por uma grande editora nacional (a Alfabeta, do grupo Companhia das Letras), a ter uma forte presença na mídia, a conquistar prêmios e traduções, a lhe abrir as portas dos festivais internacionais (Bogotá, Paris, Frankfurt, Pequim) e a ser escritor residente na Universidade da Califórnia, em Berkeley.

De Saboeiro para o mundo, para parafrasear um famoso *slogan* da rádio *Jornal do Commercio*, de Recife, onde assentou praça, aos 18 anos.

Nascido na microrregião de Inhamuns, em plena mesorregião dos Sertões Cearenses, em 1951, Ronaldo ainda era criança quando foi levado pela família para a cidade de Crato, no Cariri, ali morando até a hora de ir para a universidade, optando pela UFPE, na capital pernambucana, onde passou a frequentar o departamento de extensão cultural dirigido por Ariano Suassuna, uma vereda para as letras.

Começou pelo conto, com uma linguagem concisa e cortante, já senhor de um estilo laureável: seu primeiro livro, *Três histórias da noite* (Edições Bagaço, 1989) faturou o Prêmio Governador do Estado de Pernambuco, prenúncio de uma trajetória exitosa.

Ainda assim Ronaldo passou a matutar sobre o desprestígio do conto. Foi aí que sua esposa, Avelina, lhe pôs nas mãos uma reportagem que iria se tornar um dos temas de *Galileia*, publicado em 2008 pela Alfabeta, recebido como o romance que balançou a roseira e sacodiou a poeira da literatura fincada no sertão, levando seu autor a ser aclamado como o retratista mais moderno daquele mundo arcaico.

Pronto. O pós-modernismo chegava à ficção regionalista, na percepção imediata da crítica, para a qual este é o resumo da ópera: personagens que migram, embrenhando-se em outras culturas, com seus deslocamentos identitários. A vida, as mortes, o silêncio da caatinga e o barulho da modernidade. Fragmentos da cultura oral e popular. Hibridismo cultural. Os laços que agregam e desagregam nas famílias. Dureza e poesia em perfeito equilíbrio. Revisita às tradições literárias para criar um texto contemporâneo original, ainda que sob a égide dos grandes temas recorrentes da literatura. Fragmentos da cultura oral e popular: tradição e ruptura. E tudo em uma atmosfera que se sustenta justamente pela representação do universo sertanejo, dividido entre a manutenção de elementos, costumes e modos de vida antigos e uma modernização precária, insuficiente, acentuando o contraste entre o urbano e o rural.

A pauta rendeu a Ronaldo Correia de Brito uma vasta obra, tendo ao centro uma tetralogia romanesca do sertão e mais uma contística em seis volumes, peças teatrais e histórias infantjuvenis, em uma prova eloquente de que o preconceito que disse ter sofrido não o amofinou.

## 4 – Céus e Terra

Acompanhando as datas de publicação de cada caso exemplar aqui apresentado, faz-se a vez de um romance de 2016, que chegou às livrarias com um Prêmio Sesc nas costas e a chancela da editora Record na capa. No ano seguinte, recebeu o Prêmio São Paulo de Literatura na Categoria Estreante com mais de 40 anos. E levou seu autor à Primavera Literária e ao Salão do Livro de Paris. Ele se chama Franklin Carvalho, baiano de Araci, ex-distrito de Raso, no caminho das boiadas,

pelo sertão dos tocós ou pindás, hoje chamado de Território do Sisal. Conta-se por lá, galhardamente, que Araci é nome de índia e significa Aurora. Essa tradução foi belamente arredondada para *A mãe do dia*, saudada no hino da cidade assim: “Ilumina com luz aguerrida/Já que és o sol na linguagem tupi...”.

*Céus e Terra* tem por cenário essa Araci tão particular na história de Franklin Carvalho, que dela carregou a memória de suas ruas mal iluminadas, casas antigas cheias de lendas, o esoterismo dos anos 1970, inclusive na TV, figuras icônicas, suas tragédias, superstições. Neste seu primeiro e único romance até o momento em que estas linhas estão sendo escritas, Franklin – que mora em Salvador, onde é jornalista, com graduação em Comunicação Social e pós-graduação em Direito do Trabalho – valeu-se de experiências pessoais de sua infância, quando a morte lhe roçou a nuca, conforme contou à jornalista Mariana Moreno, em entrevista para o blog da Record: aos 6 anos perdeu o pai e, logo depois, dois amiguinhos. “Sobrevivi em meio a indagações”, acrescenta ele, esclarecendo, porém, que as imagens da cidade que povoaram seus sonhos não lhe traziam pavor, mas uma munição para a criação literária, sobretudo depois que descobriu o cinema de Luís Buñuel e os textos dos surrealistas.

Em *Céus e Terra*, Franklin Carvalho engendra uma trama em torno de três mortes, ocorridas no ano de 1974: um menino, um cigano e um lavrador. Logo de entrada, ele deixa claro que sua pegada é forte: “Quando eu tinha 12 anos, fui ajudar a tirar um homem da cruz. Encontrei-o morto e acabei morrendo também”.

O menino, a quem chamam de Galego, é degolado por um acidente. E é ele o narrador da história, tornando-se um pequeno fantasma que tudo vê sem ser visto, vindo a se tornar um santo popular, cultuado pela população em suas orações.

Dois dos primeiros leitores desse romance de Franklin Carvalho foram os escritores gaúchos Cíntia Moscovich e Luiz Antonio de Assis Brasil, que não lhe pouparam elogios.

Cíntia: “Com uma linguagem colorida, lírica e densa, a trama é conduzida com bastante segurança e agilidade, e todos acompanhamos a trajetória desse menino sem cabeça que vai se tornando um mito dentro da cidade e um sábio dentro dele mesmo, como se a morte, de fato, pudesse conter a chave de todos os mistérios”.

Luiz Antônio: “Eis aqui uma narrativa de quem domina, com talento, a arte do romance”.

Acrescente-se que Franklin Carvalho chegou ao romance depois de dois livros de contos independentes, *Câmara e cadeia* (2004) e *O encourado* (2009). Em 2020, ele venceu o Prêmio Nacional de Literatura da Academia de Letras da Bahia com *A ordem anterior do mundo*, publicado pela 7 Letras. Dessa vez, inspirou-se nas viagens que fez pelo interior do Brasil, das quais retornou com a mala cheia de dramas, assombrações e personagens estranhos. Como lhe desejou a conceituada Cíntia Moscovich, sua leitora de primeira hora, e que viu brilho em seu texto, que tenha vida longa e produtiva.

## 5 – *Danação*

Contista muitas vezes premiado, Luís Pimentel carrega seu primeiro romance com o mesmo nível de tensão que o conto requer, em um relato de carpintaria intrincada em três planos.

Primeiro, os capítulos são enunciados (quando não, concluídos) por poemas que fazem parte da trama, como uma espécie de voz subterrânea a embasar o

torvelinho das ações, antepondo-lhes uma mítica plasticidade, e a lembrar os coros que faziam as marcações dos atos nas tragédias clássicas.

Segundo: toda a ação concentra-se em um personagem chamado José, alma anônima cuja trajetória do campo para a cidade se faz em uma danação irremediável, quando todo um projeto de vida se transforma em um sonho absurdo.

Terceiro: ao fundo, *flashbacks* joycianos, com fluxos de consciência que dão a medida das origens danadas de José e imprimem densidade psicológica à narrativa.

Mas, acima de tudo, é o texto de Luís Pimentel que fala mais alto. É ágil, cadenciado, expressivo, danado... de bom!

A mãe tinha dores nos ossos, nas costas, nas pernas, nos ombros, gemia, gemia, chorava, chorava, voltava a gemer e a chorar, a se maldizer e a se lamentar, porque o marido partira, as dores ficaram, o filho estava sem emprego, o outro sem escola, a filha sem rumo na vida, o sol incomodando a vista, a inexistência de um aparelho de TV, o rádio quebrado, o tempo parado, o vento ventando, o céu meio assim e meio assado, um dia limpo e outro nublado, a cabeça doendo, as varizes inchadas, um filho querendo café, outro pedindo cuscuz, cadê o açúcar, mãe?, o café com leite, mãe?, a farinha de mesa? Cadê a felicidade que eu botei aqui?

Nascido em Itiúba, desmamado em Gavião, como ele mesmo diz, e criado em Feira de Santana, que considera sua cidade natal, Luís Pimentel vive há anos no Rio de Janeiro, onde fez da Bahia toda sua alma literária. Ainda há pouco ele publicou “Esconjuro – a corda e o cordel na Revolta dos Alfaiates”, uma obra de ficção inspirada na baianíssima Conjuração dos Búzios. A eclética produção de Luís Pimentel abrange o romance, o conto, a poesia, a literatura infantojuvenil, o teatro e os personagens ou os aspectos da música popular brasileira.

## 6 – *Pelo sertão – histórias e paisagens*

Fechemos este breve painel com um tributo ao estabelecido das balizas que fizeram do regionalismo “um gênero literário típico e brasileiro por excelência”, no dizer de Otto Maria Carpeaux. Seu nome: Afonso Arinos. Vem a ser o autor de *Pelo sertão – histórias e paisagens*, escrito de 1888 a 1895. Publicado em 1898, antecedeu em quatro anos o de Euclides da Cunha e entrou para a história da literatura brasileira como o abridor da estrada em que tantos ficcionistas vieram, e ainda vêm, a trilhar. Guimarães Rosa não lhe negava a filiação, em conversas particulares, chegando a confessar que acrescentara *Veredas* ao *grande sertão* para que ele não fosse confundido com o título de Arinos.

Eleito para a ABL em 1901, para ocupar a cadeira 40 – hoje ocupada pelo economista Edmar Bacha –, nela ele foi recebido, em 1903, por Olavo Bilac, que descreveu sua literatura como “uma larga ponte batida de sol, lançada entre o passado e o futuro”. Para Bilac, na pena de Afonso Arinos o português do Brasil “passava da garganta do pardal para a do sabiá, num abrandamento de escala com um quebro langoroso que lhe veio a redobrar o encanto”.

Mudam-se os tempos, os falares e os dizeres do sertão, mas o encanto por seu imaginário ainda continua por aí – conforme os exemplos trazidos aqui –, mesmo com as disposições em contrário. O que lembra uma fala do capitão Corisco, o Diabo Louro, na voz de Othon Bastos, em *Deus e o diabo na terra do sol*: “Se eu morrê, nasce outro...”.

---

# A criatividade e o cérebro

---

*Paulo Niemeyer Filho*

Ocupante da Cadeira 12 na Academia Brasileira de Letras.

*As long as our brain is a mystery, the universe, the reflection of the structure of the brain, will also be a mystery.*

Santiago Ramón y Cajal

O cérebro humano, essa massa cinzenta recheada de substância branca, esconde o enigma da alma, da consciência e da criatividade. Semelhante, em aspecto, ao de outros mamíferos, ele se diferenciou ao desenvolver um hemisfério dominante, aquele que abriga a linguagem. E, com ela, o pensamento simbólico, a razão, a memória, o inconsciente. Coube ao outro hemisfério atividades mais criativas como as memórias visuais, as funções auditivas e musicais, as noções espaciais e nossa imagem corporal. O grande comandante de todas essas funções são os lobos pré-frontais, que definirão nossa personalidade e serão os censores de nosso comportamento. Apesar do tanto que já sabemos a respeito do cérebro, somos, por vezes, surpreendidos por suas reações inesperadas, e até mágicas, em momentos de doenças que o afetam. Como explicar que determinados tipos de demências podem desenvolver talentos artísticos ou literários em pacientes que jamais se interessaram pelo assunto? Como entender que o tratamento dos sintomas causados por uma lesão cerebral pode ser a realização cirúrgica de outra lesão?

A explicação começa no século XIX quando o anatomista espanhol Santiago Ramón y Cajal identifica o que chamou de neurônio ao microscópio óptico. Cajal reproduziu-o em cerca de 3 mil desenhos primorosos, juntamente às inúmeras conexões que mantinha com seus pares. Estava identificada a unidade estrutural e funcional do sistema nervoso e nascia aí a neurociência moderna. O impacto de suas descobertas valeu a ele o Prêmio Nobel de Medicina, em 1906, e nas décadas seguintes suas teorias foram todas confirmadas por técnicas modernas, como a microscopia eletrônica.

A compreensão do funcionamento cerebral dependia exclusivamente das observações de casos clínicos, como foi com a descoberta de uma das áreas de linguagem, em meados do século XIX, por Paul Broca. Professor de patologia da Universidade de Paris, ao fazer a autópsia de um paciente que sofrera acidente vascular cerebral e que se tornara afásico, observou que havia uma lesão localizada na terceira circunvolução do lobo frontal esquerdo. Tal paciente entendia tudo que lhe era dito, mas não conseguia dizer uma palavra. Essa disfunção passou a ser chamada de “afasia de Broca” e a região afetada, de “área de Broca”. Assim, e aos poucos, o cérebro foi sendo mapeado.

Ao longo do tempo, criaram-se vários dogmas a respeito do funcionamento cerebral, sendo um deles de que o cérebro seria um órgão estático com número fixo de neurônios, que não se restaurariam quando lesados. Tudo começa a mudar quando, em 1990, o presidente americano George W. Bush proclama, no congresso dos EUA, que aquela seria a Década do Cérebro. Como consequência, as volumosas verbas de pesquisas foram destinadas, prioritariamente, ao estudo do órgão. A partir daí, a neurociência tomou grande impulso com novas descobertas, derrubando conceitos e preconceitos estabelecidos. Ficou claro que o cérebro é um órgão dinâmico, plástico, que produz neurônios no decorrer da vida, e que se adapta às necessidades de aprendizagem, criando novos circuitos e conexões.

Dando continuidade a esta iniciativa, o presidente Barack Obama lançou o programa Brain Research through Advancing Innovative Neurotechnologies (BRAIN), com orçamento de 6,6 bilhões de dólares. As pesquisas que envolvem 26 das maiores instituições universitárias norte-americanas vão durar até 2026, focadas no mapeamento cerebral. Seguindo o exemplo, outros países da União Europeia, do Japão e da China também criaram projetos governamentais semelhantes.

O mapeamento do cérebro é fundamental para entendermos seu funcionamento e começa pela identificação dos inúmeros tipos de células que o habitam e como elas se relacionam, individualmente e em conjunto. Nos dias de hoje, seria um desafio semelhante a entender, do espaço, o que os indivíduos na Terra estão dizendo, uns aos outros, ao mesmo tempo, como bem comparou o jornalista Alison Abbott, em um artigo na revista *Nature*.

Acredita-se que o cérebro humano contenha mais de 170 bilhões de células, das quais metade são neurônios, que se comunicam por intermédio dos axônios, seus prolongamentos. Estes formam redes e circuitos que se agrupam por áreas com funções determinadas e estão permanentemente se excitando e inibindo, em uma dinâmica grandiosa e incessante, orquestrada por áreas de associações, como os lobos pré-frontais e parietais. Portanto, para um funcionamento cerebral harmônico, todos esses circuitos precisam estar muito bem equilibrados.

Assim, uma lesão cerebral que interfira nestas conexões provocará uma cascata de alterações no funcionamento tanto da área afetada quanto nos circuitos relacionados a ela. Algumas manifestações serão imediatas e outras poderão surgir ao longo dos anos. Da mesma maneira, os sintomas de uma doença também podem se originar em áreas cerebrais distantes da região afetada, que se encontravam inibidas e que agora, liberadas, têm suas atividades fora de controle. Um exemplo típico para ilustrar tal quadro é a doença de Parkinson, desencadeada pela degeneração de neurônios produtores de dopamina, no tronco cerebral, mas cujas manifestações clínicas, entretanto, como tremor e rigidez, terão origem em outras áreas que se encontravam dominadas e se tornaram hiperativas. A cirurgia consegue tratar os sintomas lesionando os núcleos rebeldes, o que reestabelece o

---

A inteligência artificial, com sua lógica algorítmica, está longe de ser capaz de reproduzir nosso psiquismo, nossa criatividade, nossas emoções.

---

equilíbrio e a harmonia. Desse modo, as lesões nem sempre representam sequelas e podem até fazer parte do arsenal terapêutico do neurocirurgião, como em casos de nevralgias do trigêmeo, movimentos involuntários e psicocirurgia.

O resultado da competição pela dominância dessas várias áreas cerebrais pode variar entre os indivíduos e resultar em situações curiosas. Há relatos de pacientes gagos que se curaram, surpreendentemente, depois de cirurgias intracranianas para remoção de tumores, hematomas ou aneurismas. Praticamente todos eram ambidestros, e seus exames pré-operatórios mostravam a representação da linguagem em ambos os hemisférios cerebrais, portanto, sob dois comandos, conflitantes, sem dominância absoluta. Acredita-se que a melhora no embaraço na fala desses pacientes seja decorrente da redução da atividade do hemisfério doente, permitindo ao lado sadio assumir, sozinho, a dominância e o comando da linguagem. Tal fenômeno é conhecido como facilitação funcional paradoxal e explica como pacientes com doenças neurodegenerativas e já demenciados desenvolveram talentos artísticos surpreendentes, para pintura, música e por vezes literatura.

Sabe-se pouco sobre o processo de criação, o que torna estas observações ainda mais interessantes. Como no caso de artistas que depois de lesão cerebral mudaram de estilo ao se tornarem mais livres, espontâneos e menos apegados às técnicas formais que aprenderam.

Outros relatos mais curiosos são os de pacientes que jamais tiveram propensão artística e que durante a doença se revelam pintores ou escritores. O exemplo mais famoso é o do artista plástico Willem de Kooning, um dos líderes do movimento expressionista abstrato nos Estados Unidos. De Kooning desenvolveu um quadro demencial nos anos 1970 e foi diagnosticado com doença de Alzheimer. Incapacitado de pintar e lidar com as necessidades do cotidiano, foi declarado legalmente incompetente para gerir seus negócios, pela corte de Nova York. Para surpresa geral, após uma pausa de dez anos, De Kooning volta a pintar, produzindo algumas obras-primas e migrando do realismo para a arte abstrata, que exige do artista o bom funcionamento dos lobos pré-frontais para o planejamento, a racionalidade e a previsão do resultado. Os trabalhos de sua última fase, que durou oito anos, foram tão expressivos que mereceram uma grande exposição no Museu de Arte Moderna de São Francisco, aclamada pela crítica especializada.

Casos como o de De Kooning são raros na demência de Alzheimer, pois esta compromete os lobos temporais e parietais desde o início da doença, afetando a memória e as funções visuoespaciais. Assim, torna-se difícil para o paciente a simples cópia de um desenho, a exemplo de De Kooning, que não conseguia pintar diante de uma tela em branco. No entanto, quando projetado sobre esta um desenho seu, ele o preenchia com cores e, progressivamente, o transformava em um trabalho novo e original. Ao que tudo indica, a visão de seus desenhos trazia a ele a memória semântica que lhe faltava.

Entre os vários tipos de demência, as que mais comumente criam novos artistas são as chamadas frontotemporais, que representam 25% dos casos. Elas ocorrem, preferencialmente, após os 50 anos e produzem uma atrofia nos lobos frontais e temporais, o que leva a mudanças precoces no comportamento e também dificuldade com as funções executivas. Entretanto, os lobos parietais são preservados e com eles as funções visuoespaciais, o que é de grande importância para o artista.

As demências frontotemporais frequentemente comprometem o cérebro de maneira assimétrica, envolvendo mais um lado do que o outro. Isso faz diferença, pois só o homem tem hemisfério dominante, que é aquele que abriga a linguagem. Por isso,

quando o hemisfério esquerdo, normalmente o dominante, é o mais afetado, resulta na deterioração da linguagem e da memória semântica, com afasia progressiva. Esta degeneração do lobo temporal esquerdo reduz sua dominância sobre o lobo temporal direito, liberando seu funcionamento e aumentando sua atividade de maneira compensatória. Como resultado, os pacientes já com talentos artísticos tornam-se ainda mais criativos; e outros, que até então não tinham esse dom revelado, se veem, progressivamente, produzindo arte. O padrão da criatividade é visual e compulsivo, com pinturas realistas ou impressionistas, muito coloridas.

Tal demência compromete também os lobos frontais. Isso explica a liberação da criatividade, a dedicação compulsiva à pintura, com grande produção artística, e a ausência de manifestações simbólicas em seus trabalhos. Por exemplo, para pintar *Guernica* com todo seu simbolismo, Picasso precisou utilizar a estrutura de linguagem do hemisfério esquerdo, dominante, o que seria impossível para um pintor com lesão nessa região.

O hemisfério direito, considerado a alma do artista, tem papel preponderante na memória visual e na percepção espacial, permitindo-lhe ter a noção de cores, profundidade, dimensões e projeções. Percepções que se acentuam quando tal hemisfério se liberta da dominância do lado oposto. O mesmo ocorre com o hemisfério esquerdo, onde predominam a memória verbal, o pensamento simbólico e a linguagem.

Assim, casos de hipergrafia são atribuídos à desinibição do hemisfério esquerdo em pacientes com epilepsia do lobo temporal direito, mal funcionante. Estes escrevem compulsivamente sobre seus pensamentos e atividades cotidianas.

Há um relato interessante na literatura médica que merece a referência. Trata-se de um paciente, de 58 anos, que por cinco anos vinha tendo a compulsão por escrever poesias. As palavras rimavam continuamente em sua cabeça, e ele tinha necessidade de escrevê-las e mostrá-las aos outros. O paciente nunca se interessara por poesias, até que passou a apresentar progressivamente crises epilépticas e mudanças no comportamento. A medicação anticonvulsivante

controlou suas crises e melhorou seu comportamento, mas não a compulsão pela escrita rimada. Estudos com ressonância magnética funcional mostram que o talento para a rima é parte da linguagem e encontra-se no hemisfério esquerdo. Pressupõe-se que a redução da função do hemisfério direito, como nesse caso, possa levar à desinibição do esquerdo, com liberação da habilidade para escrever e rimar.

Como vimos, o cérebro humano ainda esconde muito bem seus segredos. A inteligência artificial, com sua lógica algorítmica, está longe de ser capaz de reproduzir nosso psiquismo, nossa criatividade, nossas emoções e surpresas como essas, reveladas por disfunções neurológicas que desafiam a compreensão.

---

Para pintar *Guernica*  
com todo seu  
simbolismo, Picasso  
precisou utilizar a  
estrutura de linguagem  
do hemisfério esquerdo,  
dominante, o que  
seria impossível para  
um pintor com lesão  
nessa região.

---

---

# Um transplante de esperança

---

*J. J. Camargo*

Cirurgião, Professor de Cirurgia Torácica da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Pioneiro em transplante de pulmão na América Latina. Diretor do Centro de Transplantes da Santa Casa de Porto Alegre. Vice-Presidente da Academia Nacional de Medicina.

“A tristeza tem sempre uma esperança, de um dia, não ser mais triste, não”

Caetano Veloso

**F**omos concebidos para esperar, e dependendo do nosso teor de credulidade, passamos a vida fazendo isso, e alguns, apenas isso.

Esperamos que tudo dê certo, que a dor passe, que o amor volte, que o patrão valorize nosso trabalho, e o filho nasça sadio, e depois cresça com boa cabeça e faça sucesso, e fale dos pais com orgulho, e aprenda a amar a quem lhe ame, e nunca, mas nunca, morra antes da gente.

Esperamos que o nosso time seja campeão, que o país melhore, que os hipócritas se cansem, os omissos se apresentem e que a indignação seja retomada. E que, por favor, envelheçamos com saúde; e, quando não for possível evitar a biópsia, a lesão seja sempre benigna.

Esperamos que Deus use critérios mais compreensíveis de seleção de quem mereça viver e nos poupe da perplexidade de ver pessoas maravilhosas morrendo de acidentes estúpidos, enquanto os canalhas envelhecem com cabelos de uma cor que não existe na natureza.

É difícil quantificar o significado da esperança na vida de alguém, mas, dependendo das circunstâncias, pode ser o mais poderoso dos nossos frágeis sustentáculos. E, quando todo o resto se esvai, transforma-se apenas em uma tênue fibra que mantém o alento balançando sobre o precipício, entre o improvável e o delirante, e na doença grave, muitas vezes, apoia-se em nosso último baluarte de socorro: o milagre divino.

O João Afonso, meu primeiro amigo, era ateu assumido, estava morrendo de câncer e sentia muita dor. Fui visitá-lo e, ao vê-lo sofrendo, com doença disseminada nos ossos, me dispus apenas a ouvi-lo, pela mais triste das razões: eu não sabia o que dizer. No fim, ele me consolou: “Calma aí, seu chorão. Ainda não terminamos por aqui. Vou te contar uma novidade: ontem uma freirinha passou por aqui e me deu esta oração de Santo Expedito, e você não vai acreditar, mas quando acordei, de madrugada, com muita dor, tomei dois comprimidos de morfina e vi que a oração tinha ficado embaixo do copo d’água. Como não sei rezar, resolvi lê-la e juro que a dor passou muito antes do tempo que a morfina demora pra funcionar. E sabe que me deu uma esperança? Deste tamanhinho, mas ainda assim, a minha esperança!”.

Os comportamentos diante de ameaças objetivas de morte são surpreendentes e imprevisíveis. E, provavelmente, nenhuma doença é capaz de provocar reações tão inesperadas e, às vezes, incongruentes, quanto o câncer.

Os médicos mais experientes não cansam de se surpreender com as reações paradoxais dos pacientes diante, por exemplo, de informações estatísticas, uma prática muito usada em centros internacionais de oncologia, por médicos insensíveis, que ignoram que, para o paciente, entre o 0 e o 100% não existem valores intermediários. Afora essa desumanidade, é curiosa e imprevisível a reação dos pacientes diante de números, que em geral mais assustam que consolam. Já consolei paciente desesperada com a informação de que tinha 70% de chance de sobrevivida depois de uma cirurgia, e ela, ignorando que poucos projetos de nossa vida pessoal (incluindo o casamento, o mais festejado dos projetos falíveis) têm um percentual tão alto de sucesso, chorava copiosamente aterrorizada com a ideia de que pudesse cair no bloco infeliz dos 30%.

No outro extremo, um homem jovem, portador de um tumor raro e agressivo, voltou de uma consulta com especialista americano, quando soube que, com a combinação de quimioterapia associada à moderna imunoterapia, ele tinha uma chance de 8% de estar vivo em cinco anos. E me confessou que estava constrangido: “porque andei choramingando por aí, imaginando que a minha chance era zero”.

A oncologia, mais que outras especialidades médicas, ensina que a esperança deve ser preservada mesmo quando a expectativa do paciente parecer irracional.

---

A ansiedade,  
nua de certezas,  
multiplica-se  
nas infindáveis  
madrugadas insones  
em que a  
vida se arrasta,  
tendo como único  
suporte um frágil  
fio de esperança.

---

\* \* \*

De outra parte, a consciência permanente da finitude que acompanha a vida diária dos candidatos ao transplante identifica a incrível gama de materiais de que somos feitos. Como não há prazos a estipular, a ansiedade, nua de certezas, multiplica-se nas infindáveis madrugadas insones em que a vida se arrasta, tendo como único suporte um frágil fio de esperança.

Como na odisseia compartilhada por Argeu e Cipriano, dois parceiros na doença que destruiu seus pulmões e no destino que os reuniu no mesmo quarto de hospital, com o propósito idêntico: esperar.

Eram iguais na idade, na insuficiência respiratória, no tamanho do tórax e no tipo sanguíneo. E diferentes na necessidade do lado a ser transplantado e na cor da pele. Enquanto Argeu necessitava de um pulmão direito, Cipriano carecia de um pulmão esquerdo e era negro. A justa expectativa era que ambos pudessem ser transplantados com os dois pulmões de um mesmo doador.

Depois de nove meses compartilhando alojamento, medo e esperança, foram informados de que surgira um doador compatível, mas que apenas Argeu poderia ser transplantado porque o pulmão esquerdo, com um grande hematoma, não tinha condições de ser utilizado. Foi uma experiência inesquecível o convívio com o desamparo, a tristeza, e a reativação dos fantasmas atávicos da discriminação racial, retumbante no silêncio constricto do Cipriano, que não moveu um músculo da face ouvindo, outra vez, as explicações da inviabilidade de seu transplante. Como se a morte da esperança dele tivesse começado pelo ouvido. E, então, ele começou a chorar. Chamado para iniciar o transplante de Argeu, tive que abandonar Cipriano, sem ter conseguido interromper seu choro.

Quando voltei, antes de a madrugada terminar, trazia a notícia alvissareira que um outro doador recém-anunciado tinha as mesmas características necessárias. Enquanto eu explicava a sorte que tivéramos, Cipriano ria e chorava e, com o dorso da mão, secava as lágrimas que escorriam do rosto. Já deitado na maca que o levaria ao bloco cirúrgico, pediu que esperassem um pouco. E então fez o pedido inesquecível:

Doutor, o senhor não imagina o quanto eu sofri nesses nove meses vendo minha esperança encolher cada dia, e toda noite lembrar que minha vida dependia da generosidade de uma família, que nem sabia que eu existia. Então, eu queria lhe pedir que, se meu transplante não der certo, o senhor use todos os meus órgãos para transplantar em outras pessoas, porque eu não quero que ninguém passe o que eu passei. Agora já posso ir.

Nos 30 anos que se seguiram, nunca encontrei ninguém que, no momento de máxima aflição, fosse capaz de pensar em outras pessoas.

\* \* \*

A diversidade de sentimentos que ora animam ora deprimem um candidato a transplante é um dos mais densos exercícios de humanismo, e talvez não haja mesmo em toda a medicina uma área tão dependente de esperança. A consciência da morte sempre rondando por perto, o medo livre e solto, na expectativa de um procedimento de risco, a sensação permanente de estar correndo contra o tempo e a dependência de uma imprevisível doação de órgãos, expõe o pobre paciente ao convívio diário com o inabalável desejo de viver, contrapondo-se ao temor da morte extemporânea.

É impressionante como a exigência presencial e de disponibilidade afetiva do médico, que deve cuidar desses pacientes mantendo-os animados, acaba espantando aqueles profissionais mais rígidos, que se sentem desconfortáveis no enfrentamento de situações tão dramáticas de dependência emocional.

---

Se meu transplante  
não der certo,  
o senhor use todos  
os meus órgãos  
para transplantar  
em outras pessoas,  
não quero que  
ninguém passe o  
que eu passei.

---

Nessa condição de espera indeterminada, há uma necessidade constante de reforçar continuamente o elo de esperança e parceria entre a equipe médica e os pacientes que aguardam, ansiosamente. Por isso, ao final de cada ano, uma cerimônia é programada para o conagraçamento da equipe médica e os pacientes da lista de espera. Para esse encontro, são também convidados alguns pacientes já transplantados, com a intenção de estimular os candidatos, mostrando-lhes a maravilha da vida recuperada em sua plenitude. Para uma dessas sessões, foi convidado Anísio, um humilde pescador, transplantado há 14 anos.

A fala do Anísio foi comovente: começou dizendo que caminhava na praia, quando a secretária o convidou para falar aos candidatos ao transplante, e tinha ficado assustado,

porque sou homem de poucas palavras, mas agora, ao ver vocês pendurados nestes tubos de oxigênio, senti um aperto no peito só de lembrar que já passei por isso e pensei que eu podia pedir que sigam todas as recomendações dos doutores, que vocês vão conseguir transplantar, e quem sabe, um dia desses, todos juntos, ainda vamos poder correr lá na minha praia!

A emoção foi tão grande que ninguém mais soube o que dizer. E pela mais definitiva das razões: a promessa de correr em uma praia, era a vida camuflada de esperança.

\* \* \*

O convívio com seres humanos no limite do desespero exige do médico grande maturidade e controle das próprias emoções que muitas vezes, humanos que somos, nos escapam.

N. R. era um grande empresário, de 62 anos, com história de tabagismo pesado durante quatro décadas e que resultara na incomparável agonia da falta de ar do enfisema terminal. Fora arrastado pela filha única, parceira e testemunha de sua via-crúcis, para, segundo ela me confidenciou depois, uma última opinião, depois de várias consultas realistas e desanimadoras com outros colegas.

Ele, arfante e visivelmente desconfortável, não conseguia disfarçar o enfado diante das pretensas novidades que eu tinha a lhe oferecer. O desconforto do paciente, o constrangimento da filha, minha escassa afeição ao convívio submisso com a impotência... E acabei avançando o sinal com uma promessa temerária, diante dos escassos dados disponíveis: “E, se nada disso funcionar, ainda poderemos transplantar o seu pulmão”.

Contrastando com o desânimo massacrante, um entusiasmo incontido encheu a sala, e despedimo-nos com um abraço demorado, em um desses pactos que alge-mam parceiros comprometidos. Dias depois, ele se internou para realizar a bateria de exames, que deveria ter precedido a indicação de um transplante. O primeiro, e mais importante deles, era a avaliação das coronárias, frequentemente comprometidas em fumantes pesados. Quando saí da sala de exames, completamente frustrado e contei à filha que o nosso projeto ruíra, porque ele não tinha mínimas condições cardiológicas, a moça desabou em um choro convulsivo e, quando conseguiu falar, confessou: “Agora não sei mais o que fazer, porque nesses últimos dias assisti à ressurreição emocional do meu pai, embalado pela esperança do transplante. Não consigo imaginar o que será dele agora, quando souber que tudo era só uma ilusão”.

Quando tentava explicar à filha que sempre há o que fazer para melhorar a qualidade de vida de um paciente como ele, recuperando a musculatura atrofiada

---

Uma lição que  
se aprende cedo  
na vivência com  
esses pacientes  
é o quanto ajuda  
ou atrapalha,  
ter ou não ter,  
amor para dar  
e receber.

---

pelo sedentarismo imposto pela falta de ar, ocorreu-me que ele passaria a conviver com os candidatos verdadeiros ao transplante de pulmão, que obrigatoriamente passam pelo mesmo processo de reabilitação muscular. E que, então, nada impediria, se a filha autorizasse, que o colocássemos em uma lista de espera fictícia.

Preservada a esperança, ele foi um paciente exemplar, um dínamo na preservação do ânimo dos colegas de fisioterapia, e até participou, entusiasmadamente, de programas de rádio e TV, estimulando a doação de órgãos.

Sem jamais desesperançar, ele viveu 11 meses e morreu no dia que morreu. Nem um dia antes.

\* \* \*

Um dos aprendizados do convívio com pacientes crônicos é a previsibilidade da expectativa de vida a partir de um determinado ponto da evolução da doença. Esses parâmetros são utilizados para definir o momento mais adequado para que aqueles pacientes potencialmente transplantáveis devam ser colocados em lista de espera. Tais variáveis, por seguirem obrigatoriamente modelos matemáticos, estão naturalmente imunes às influências afetivas como amor, reciprocidade de afeto, esperança e desilusão. Uma lição que se aprende cedo na vivência com esses pacientes é o quanto ajuda ou atrapalha, ter ou não ter, amor para dar e receber.

O José Luís era um homem negro, de 45 anos, com uma cara bonita e sorridente, e um enfisema severo, com menos de 20% da capacidade pulmonar prevista. Com sobrevida projetada menor que seis meses, e um tipo sanguíneo raro, foi colocado em lista de espera, com remota esperança de que vivesse o tempo necessário para obter-se um doador.

Dois anos e meio depois, tendo sobrevivido a quatro passagens complicadas pela UTI, ele conseguiu, finalmente, ser transplantado. Às vésperas da alta hospitalar, quis saber qual o segredo dessa capacidade incomum de contrariar todas as perspectivas ruins e sobreviver, e ele resumiu: “É que a Ana Maria me prometeu que, enquanto eu vivesse, ela esperaria por mim, o tempo que fosse”.

Ficou fácil entender a força dessa esperança, que tinha até patrocinador.

\* \* \*

Os médicos, deslumbrados pelos fantásticos avanços da tecnologia moderna, foram tornando-se, progressivamente, menos tolerantes às derrotas, não tão raras, que algumas condições clínicas impõem fragorosamente. Essa incapacidade de conviver com o inevitável mina a confiança, que é a essência da relação com paciente que, sentindo-se excluído, tem a tragédia da doença somada à desgraça da solidão. E o médico, com frequência, vê-se no meio desse turbilhão onde se conflitam, solidão, abandono e esperança.

O Eduardo, um ex-residente, tão generoso que tinha dificuldade de dar notícia ruim, fez o primeiro contato reportando a situação trágica de uma mulher de 39 anos, esposa de um colega oftalmologista e portadora de um lúpus severo, com destruição do pulmão, do rim e do coração.

Definida a irreversibilidade do quadro, fui contatado, no dia seguinte, pelo marido e, desconfortável por ser o porta-voz de uma notícia tão desesperadora, cometi a grosseria de perguntar se o doutor Eduardo ainda não tinha lhe explicado da inviabilidade do transplante. E o marido respondeu:

Isso eu já entendi, doutor, mas estou ligando para lhe pedir um enorme favor. Gostaria que o senhor recebesse minha mulher em Porto Alegre, realizasse exames que não lhe causassem nenhum sofrimento e a colocasse em uma lista de espera só dela, porque eu não aguento mais conviver com o desespero de quem sabe que está morrendo e mantém no olhar a acusação de que eu não estou fazendo nada para impedir que isso aconteça. O que eu queria lhe pedir, doutor, é um transplante de esperança!

Esta situação desesperadora, em que o paciente, descobrindo que não há um bote de resgate, implora ao menos por uma tábua solta no mar. O desespero escancarado exige do médico a escolha judiciosa das palavras, que podem significar apenas a luz tênue de uma vela que, iluminando quase nada, serve pelo menos para mostrar quanta escuridão existe ao redor dela. E do quanto é cruel, nesta situação, que alguém se disponha a soprá-la.

\* \* \*

Quando aquela senhora, elegantemente vestida, com olhar triste e olheiras profundas, sentou-se à minha frente, eu já sabia que o paciente era seu filho, de 21 anos.

Com uma volumosa sacola de exames, antecipou-se: “Eu viajei basicamente para lhe fazer uma pergunta: sei que o senhor tem grande experiência com transplante de pulmão; então, antes que veja os exames, eu gostaria de saber se os senhores aceitam pacientes com fibrose cística, colonizados por *Aspergillus*”.

Respondi que essa não é uma questão consensual e que nos filiávamos à escola que considerava que, se não houvesse contaminação dos seios da face pelo fungo, ou havendo, ela pudesse ser controlada, isso não caracterizaria uma contraindicação absoluta ao transplante pulmonar.

A pausa que se seguiu foi para dar tempo ao choro e à explicação dele. Desde o diagnóstico de fibrose cística, aos 2 anos de idade, seu filho começou a ser tratado pelo famoso grupo de Boston, para onde viajavam 3 a 4 vezes por ano, para revisões e, muitas vezes, curtos períodos de internação, para antibioticoterapia. Quando completou 18 anos, foi encaminhado a outro grupo americano, porque o serviço de origem limitava o atendimento a pacientes pediátricos. E o ritual de visitas apenas mudou de endereço.

Há cerca de três meses tinham viajado para nova revisão, no centro para adultos, e um último exame de secreção pulmonar mostrou um elemento inesperado, e então receberam a notícia de que ele seria retirado da lista de espera porque, por conta de um maior risco de infecção, não transplantavam pacientes com pulmões contaminados por fungos.

A mãe, não contendo mais o choro, contou que, diante da insistência desesperada do filho, de que ele assumiria o risco, ouviu o impensável: “Como coordenador do grupo, não posso permitir que senhor comprometa a estatística do serviço

que tem o mais alto índice de sobrevivência em transplante, nos EUA!”.

E, sem espaço para “I am so sorry!”, a consulta terminou. E, com ela, o fim da esperança. Voltaram para casa, e ela assistiu ao filho desistir da vida. Recusando banho, comida ou fisioterapia, morreu em três semanas.

A desesperança fora muito mais rápida do que um mísero fungo conseguiria ser. E a pobre mãe viajara sozinha para, em uma dolorosa retrospectiva, descobrir como talvez pudesse ter sido e, na busca de uma quimera, multiplicar a dor da perda do seu único filho. Que maior já nem se poderia conceber.

\* \* \*

Para concluir, um comentário sobre o significado da esperança na vivência coletiva de uma pandemia. O principal dano emocional decorreu da percepção precoce de que a esperança tinha sido corrompida pela incerteza, quando se percebeu que nenhuma previsão se confirmava. Como ela, a esperança, se alimenta de prazos, a falta deles só serviu para aumentar a ansiedade, e a necessidade premente de transferir a culpa, como a anunciar que nenhum de nós, individualmente, se sentia culpado do acontecido.

Quando pensamos no sofrimento sem tréguas desses dois anos que não precisavam ter existido, é razoável esperar que possamos sobreviver como pessoas melhores, e tal requinte humanitário seja, dessa vez, duradouro, porque as experiências prévias, com tragédias até maiores do que esta pandemia, resultaram mesmo em pessoas mais rancorosas e vingativas.

Talvez o mais assustador esteja sendo o reencontro com o que sobrou, pois tantos hábitos se modificaram, tantos empregos sumiram, tantas atividades provavelmente nunca se recuperarão que é possível que tenhamos que ser reprogramados e com muitos sustos no inventário de tantas perdas. Nenhuma dúvida de que, como sociedade, sairemos desta crise economicamente mais pobres; então, só restará, como consolo, que tenhamos sobrevivido como parceiros mais solidários e mais generosos.

Se nem isso conseguirmos, então todo este sofrimento terá sido uma jornada desperdiçada, nas tantas noites maldormidas da incerteza. E em troca de nada? Será uma lástima se sobrar apenas uma lembrança amarga e inútil.

---

Os médicos,  
deslumbrados pelos  
fantásticos avanços da  
tecnologia moderna,  
foram tornando-se,  
progressivamente,  
menos tolerantes às  
derrotas, não tão raras,  
que algumas condições  
clínicas impõem  
frigorosamente.  
Essa incapacidade  
de conviver com o  
inevitável mina a  
confiança, que é a  
essência da relação  
com paciente que,  
sentindo-se excluído,  
tem a tragédia da  
doença somada à  
desgraça da solidão.

---

---

# Ecologia Política e Literatura-Mundo<sup>1</sup>

---

*Luiz Alberto Oliveira*

Físico, doutor em Cosmologia, pesquisador, palestrante, curador e consultor em diversas instituições brasileiras e internacionais

**U**m dos conceitos mais significativos para se compreender o estado do mundo nos dias de hoje é o de Antropoceno. “Antropoceno” quer literalmente dizer, segundo as raízes gregas da palavra, “Época dos Humanos”. O conceito surgiu nos anos 1990 a partir de uma sugestão do Prêmio Nobel de Química Paul Crutzen e do climatologista Eugene Stoermer para dar conta de um conjunto de evidências que, segundo entendiam, indicava que o planeta havia entrado em um novo regime de funcionamento. Esse conjunto de sintomas de um novo estado-de-coisas planetário poderia ser resumido pela ideia de que a Terra doravante se encontra em uma era geologicamente nova – mais precisamente, em uma nova época geológica – caracterizada pelo fato de que a atividade integrada de uma única espécie, a humana, alcançou uma abrangência planetária, e que as consequências dessa atividade terão muito longa duração. Dito de outro modo, a produção econômica mundial passou a interferir, direta ou indiretamente, em todas as regiões geográficas do planeta e afetar concretamente todos os tipos de fluxo material e energético, ao redor de todo o globo. Trata-se assim da constatação de que uma nova força de transformação de alcance planetário, de porte comparável ao dos grandes agentes ambientais naturais, como o Sol, as cadeias de vulcões ou o deslocamento das placas tectônicas, estaria agora atuando na Terra: a atividade humana, tomada como um todo.

Um exemplo contundente basta para resumir a argumentação: geólogos do futuro, ao analisarem os sedimentos depositados na foz de todos os grandes rios do mundo, encontrarão componentes inéditos, a saber: partículas radioativas e fragmentos de plástico, materiais que não possuem mecanismos naturais de difusão e serão encontrados globalmente em estratos sedimentares a partir da década de 1950. A distribuição sem precedentes desses materiais de origem inteiramente artificial demonstrará, perante nossos conjeturais investigadores, a amplitude da potência transformadora das sociedades modernas.

---

<sup>1</sup> Texto derivado de contribuição apresentada à Cátedra Oscar Sala, do Instituto de Estudos Avançados da USP, em 29 de novembro de 2021. Agradeço a Lucia Santaella, Eugenio Bucci e Rodrigo Petrônio pela oportunidade ímpar de participar em um evento tão significativo, e a Rosiska Darcy de Oliveira pelo convite para repercuti-lo aqui.

O conceito de Antropoceno visa assim, sobretudo, sintetizar o entendimento de que a ação humana, em seu papel de agente global, está promovendo profundas modificações em diferentes setores dinâmicos do planeta, seja na composição da atmosfera, nos ritmos do clima ou na biodiversidade marinha e terrestre. O que nos interessa aqui, sobretudo, é trabalhar com a noção de Antropoceno como um índice do estado de coisas da civilização contemporânea. Se se pretende realizar um diagnóstico das condições e perspectivas atuais das sociedades humanas, esta noção é útil porque expressa com clareza dois fatos decisivos já registrados por Crutzen e Stoermer: as ações humanas deixaram de ser meramente locais e alcançaram uma abrangência planetária; e as consequências dessas ações serão muito prolongadas. O corolário mais importante dessa conclusão é o de que os rumos e modos escolhidos nos próximos anos para a implementação da agência humana global determinarão não só as configurações da humanidade e do ambiente terrestre num futuro imediato, medido em séculos, mas de fato também a médio prazo – isto é, talvez milhares ou mesmo dezenas de milhares de anos à frente. Os esforços para diagnosticar as condições e as propensões da atualidade deixam assim de ter a feição de simples exercícios especulativos e adquirem o estatuto de explorações de caráter estratégico, ou mesmo existencial, para toda a civilização.

O passo seguinte da argumentação conduz a uma tese audaciosa: a vigência do Antropoceno implica na dissolução da antiga dicotomia radical entre Natureza e Cultura. Para fundamentar essa proposição e analisar suas decorrências, será conveniente partir da constatação de que o desenvolvimento da Ciência e a crescente aplicação de seus derivados tecnológicos na produção econômica em larga escala nos últimos séculos constituíram, sem dúvida, um dos fatores essenciais para a implantação do Antropoceno. Para esboçar como isso sucedeu, consideremos uma pergunta seminal: o que é a Ciência?

---

## A vigência do Antropoceno implica na dissolução da antiga dicotomia radical entre Natureza e Cultura.

---

Há, evidentemente, uma miríade de definições possíveis, mas adotaremos aqui a sugestão concisa e elegante do cosmólogo Mario Novello: a Ciência é uma prática de diálogo com o mundo – mais precisamente, uma forma de o pensamento humano conversar com a Natureza. Conversar, nos ensina a Antropologia, é uma característica fundamental de nossa espécie, é de fato a via essencial para a entrada na cultura, ou seja, para a humanização ela mesma, mas a prática científica se caracteriza pela vigência de uma regra específica para esse diálogo com os fenômenos naturais, o *método* – que Ernesto Sábato resume como a combinação sistemática de observação cuidadosa (experimentação) e raciocínio impecável (teorização). Em particular, a mediação do método permitirá que o pensamento se envolva com dimensões inteiramente *não humanas* do mundo.

Como todos os seres sencientes, percebemos da realidade somente os aspectos que estamos sensorialmente aparelhados para apreender. Na vasta gama de estímulos de todo tipo que se entrecruzam incessantemente no ambiente natural, só distinguimos aqueles que nos alcançam através de estreitas janelas perceptuais, definidas organicamente em nossos sentidos. Enxergamos apenas uma curta faixa do espectro eletromagnético, que chamamos de luz visível, e que compreende as

cores do arco-íris, do vermelho ao violeta; isso não passa de uma diminuta fração do espectro total, deixando de lado tanto frequências mais baixas – infravermelho, micro-ondas, rádio – quanto mais elevadas – ultravioleta, raios X, raios gama. O mesmo vale para a audição – escutamos frequências sonoras na faixa dos 20Hz aos 20kHz; os elefantes, por exemplo, são capazes de se comunicar a longas distâncias através de infrassons, e os morcegos se utilizam de ultrassons para sondar e mapear seus locais de voo e detectar o movimento de suas presas. Nosso paladar apreende somente cinco sabores básicos, e nosso olfato, ainda que seja capaz de distinguir 2 milhões de odores, nem de longe tem a sensibilidade dos cães – para não falar dos insetos.

Este é o “mundo próprio”, para usar a denominação do biólogo Jakob von Uexküll, que a evolução de nossa espécie demarcou para a nossa sensorialidade (e é curioso notar que a miríade de criações artísticas de nosso espírito é produzida e usufruída exclusivamente nesta nesga da realidade “total”). Todas as demais dimensões dos acontecimentos do mundo nos são, literalmente, insensíveis; dito de outro modo, somos inconscientes da grandíssima maior parte do que nos sucede. O desenvolvimento da Ciência, por outro lado, foi inseparável da elaboração de próteses de sensibilidade que expandiram amplamente nossa capacidade sensorial orgânica, importando para o mundo próprio humano fenômenos em escalas de tamanho, duração, rapidez e densidade até então inacessíveis. Microscópios de vários tipos – das lupas de mão aos aceleradores de partículas; telescópios cada vez mais potentes – das lunetas ópticas aos arranjos de radiotelescópios; sensores mecânicos, eletrônicos, químicos e até biológicos, em suma, um sem-número de artefatos de intensificação sensorial fez com que o pensamento pudesse entrar em contato com interlocutores inéditos. Por meio da Ciência, passamos a dialogar com explosões de supernovas em galáxias distantes, com dinossauros extintos há milhões de anos, com hiperobjetos como a deriva continental ou a evolução biológica, cujos períodos típicos extravasam completamente nossa breve experiência quotidiana. Conversamos com entidades de dimensão infinitesimal, como os vírus – de fato, estamos em um aceso colóquio com alguns deles neste exato momento! Como observa o cosmólogo John Barrow, sabemos hoje que pertencemos a um Universo antigo, vasto, evolutivo e surpreendente, e precisamente por isso o Universo cabe em nossa mente.

Se por um momento recordamos a citação de Paul Klee – Arte é tornar visível o invisível –, podemos concluir que, embora com objetivos, recursos e linguagens distintas, a Ciência e a Arte compartilham uma capacidade similar. Em ambos os casos, trata-se de deslocar os limites do que era conhecido e fazer surgir novas formas ou relações que, em muitas ocasiões, acabam por renovar o próprio sentido humano do que é o mundo. Ora, modificar a experiência do mundo é indissociável de transformar o humano mesmo, ou seja, põem-se em movimento as fronteiras que separavam os domínios do humano e do não humano. Um dos aspectos decisivos do Antropoceno, com efeito, é precisamente a aceleração contínua do deslizamento, ou desfazimento, desses limites: de modo cada vez mais rápido e abrangente nossa potência tecnocientífica humaniza o nosso entorno, artificializando sempre mais nosso ambiente vital, e simultaneamente imbricamos e embasamos nosso estatuto de ser

---

Somos inconscientes  
da maior parte do  
que nos sucede.

---

---

Se recordamos a citação de Paul Klee – Arte é tornar visível o invisível –, podemos concluir que, com objetivos diferentes a Ciência e a Arte compartilham uma capacidade similar.

---

com dimensões e processos em que, até este ponto, não nos reconhecíamos. Exportamos atributos cognitivos dantes exclusivos do “animal racional” para suportes externos de vários tipos; em contrapartida, nosso mundo próprio passa a incorporar características que não somos biologicamente capacitados para apreender. Estranhos numa terra estranha, como reza o título da obra de Robert Heinlein.

O físico (e Prêmio Nobel) Frank Wilczek trabalha com uma noção muito interessante: o Universo, diz ele, é o lugar da abundância. Por exemplo, o espaço é abundante – olhamos para além da Terra e avistamos astros a distâncias dificilmente compreensíveis. O tempo tampouco exhibe escassez – estima-se que 13,7 bilhões de anos

tenham passado desde o estado quente e denso que nos acostumamos a chamar de “Big Bang”. Mas além disso, comenta Wilczek, o Universo tem abundância de outro componente fundamental – a matéria. Estima-se que haja algo como  $10^{80}$  partículas elementares (1 seguido de 80 zeros!), relacionando-se por meio de quatro tipos de interação (as chamadas “forças fundamentais”) para formar todos os tipos de estrutura, dos núcleons às supernovas. Duas dessas forças (nuclear forte e nuclear fraca) atuam somente em distâncias subnucleares, e garantem tanto a estabilidade (a força forte) quanto a eventual instabilidade (a força fraca) dos núcleos atômicos e de seus componentes; as duas outras (eletromagnetismo e gravitação) têm longo alcance e são assim responsáveis pelas formações materiais da escala atômica em diante.

Encontramos aqui um fato decisivo: essa miríade de partículas é composta na verdade por uma pequena variedade de entidades básicas: seis componentes chamados *quarks*, seis componentes chamados *léptons*, que se combinam por meio das quatro forças. De acordo com o Modelo-Padrão da Física de Partículas Elementares, *todas* as estruturas materiais que conhecemos são resultado de arranjos destes poucos ingredientes – dois tipos de “tijolos”, quatro tipos de “argamassas”. Para compreender a importância dessa afirmação, recordemos que, quando perguntado, nos anos 1990, se haveria uma única ideia que, transmitida às gerações seguintes após uma catástrofe que tivesse eliminado a civilização humana, permitisse sua reconstrução, Richard Feynman (eleito na época, por seus pares Prêmios Nobel, o “sujeito mais sabido do mundo”) respondeu incontinenti: a ideia de *átomo*, ou seja, de que todos os corpos materiais são combinações de uns poucos tipos de unidades básicas. Resumidamente: *quarks* se associam (via força forte) para formar componentes de núcleos, como prótons e nêutrons; núcleos se coligam com elétrons, que são *léptons* (via eletromagnetismo), formando os átomos dos elementos químicos da Tabela Periódica; átomos se conjugam através de ligações químicas (eletromagnetismo) formando moléculas, que, por sua vez, irão compor quatro modalidades estruturais de substâncias (sólidos, líquidos, gases e plasmas), formando de grãos de areia a galáxias, que enfim se distribuirão pelo Cosmos, graças

fundamentalmente à ação da gravitação. Ou seja, o mundo natural se organiza a partir de combinações de combinações. E aqui encontramos a fonte de outro atributo abundante do Universo: a *complexidade*.

Jorge Luis Borges, em *A Biblioteca de Babel*, compara de modo inesquecível o Universo a uma biblioteca – ou, antes, à Literatura. Temos as letras do alfabeto e os signos de pontuação; suas combinações produzirão *tudo o que pode ser dito*. O mais notável, porém, são os desdobramentos da metáfora: letras se somam formando fonemas; fonemas se associam formando palavras; palavras e signos de pontuação formam frases, que se encadeiam em parágrafos, que integram seções, que fazem capítulos, que compõem livros, que se distribuem, enfim, pelas estantes da biblioteca. A Literatura, assim, decorre da concatenação de uma série de regras justapostas mas distintas – a associação de palavras para formar frases tem de ser permitida pela associação prévia de fonemas para formar palavras, mas não é determinada por ela, ou a poesia seria impossível. Temos assim uma sucessão de estratos de modalidades de organização, em que o resultado da síntese de elementos de um dado nível servirá de unidade construtiva para a síntese seguinte. Cada operação de aglutinação de partes, em um nível, fornecerá um meio, ou contexto, para uma nova integração em um todo, e esta série de totalizações parciais prosseguirá até que esteja composto o sistema-como-um-todo, em interação com seu ambiente. Essa multiplicidade de relações todo-meio-parte, dando lugar a uma sequência de subsistemas, que são tanto elementos quanto contextos uns para os outros, é justamente o que caracterizará um sistema complexo.

Ora, se consideramos o Modelo-Padrão e os processos de geração de estrutura que esboçamos acima, compreendemos de imediato que a metáfora de Borges é precisa: as formações materiais de todos os tipos e em todas as escalas integram uma *Literatura-Mundo*. As constelações de corpos se dão segundo operações consecutivas de integração e diferenciação, de maneira inteiramente homóloga à da composição literária (ou musical). É claramente inútil tentar reduzir o comportamento de um sistema como uma floresta ou um planeta às leis que descrevem o funcionamento de seus componentes atômicos – seria como tentar ler um livro letra a letra. E discernimos também o sentido do termo complexidade: ao formular a dúvida hamletiana, a obra de Shakespeare (todo) confere um novo sentido ao verbo “ser” (parte) – ou seja, a atuação do sistema dobra-se ou rebate-se sobre seus próprios elementos (em latim, *dobro se diz plica ou plexo*).

Uma formiga, para se orientar em meio às muitas câmaras da vasta construção do formigueiro, usa um índice global, a densidade de feromônios de formiga, e se dirige em direção às áreas onde essa densidade de odores é menos intensa devido a uma menor ocupação prévia – isto é, se informa e atua a partir de características do conjunto do formigueiro (o todo afeta a parte). Todavia, ao se dirigir para o setor menos populado, a formiga irá igualmente modificar a distribuição global de odores (a parte afeta o todo). Esse dinamismo de dobramentos entre o sistema e seus elementos resulta em uma dupla contextualização: o sistema interage com um ambiente externo (o meio em que se encontra) e com um interno (sua própria constituição interior). O desempenho de um sistema complexo pode então afetar a própria arquitetura que preside sua presente estrutura, isto é, estes sistemas podem se adaptar, modificar-se em resposta a modificações no ambiente, e, a longo prazo, redesenhar-se, *evoluir*. A emergência dos seres vivos na Terra incorpora ao mundo natural uma nova linha de temporalidade, associada à extraordinária diversidade de formas decorrente dos cerca

de 4 bilhões de anos de evolução das espécies, e nessa linha estão entremeados tanto o tempo profundo dos ambientes naturais quanto a brevidade milionésima das mutações genômicas.

Combinações de combinações engendrando e operando sistemas de sistemas: eis o quadro básico de fundo pelo qual podemos apreender o atributo da complexidade em termos cósmicos. Dois aspectos são marcantes aqui: em primeiro lugar, a complexidade também é abundante, mas ao contrário do espaço, do tempo e da matéria, parece ser localizada, ou seja, pelo nosso melhor conhecimento atual, há um pico de complexidade no terceiro planeta do Sistema Solar, onde quatro fluxos – tectônicos, hídricos, atmosféricos e foto-solares – interagem para compor um dinamismo material que será o fundamento para um outro plano de complexificação, o dos seres vivos e sua integração em biomas e ecossistemas, em contínuo diálogo evolutivo com o substrato ambiental; por sua vez, as vicissitudes dos sistemas vivos darão lugar a capacidades sensoriais e cognitivas sempre mais sofisticadas, que eventualmente constituirão o campo do pensamento e de suas invenções. E em segundo lugar, e paralelamente, a complexidade parece aumentar, ou, mais precisamente, se intensificar, com o tempo. A sobreposição das dimensões da existência terrana – Matéria, Vida e Pensamento – implica justamente um processo temporal, histórico, de desdobramentos e precipitações que faz o Cosmos complicar-se sobre si mesmo e ser envolvido, ou embebido, pelo próprio pensamento que nele emergiu. A observação do filósofo John Myhill exprime com concisão esse dobramento tão paradoxal quanto essencial: *Nenhuma descrição do Universo pode ser completa se não for poética.*

A característica mais notável do atributo complexidade, porém, talvez seja sua *incompletude*. A partir de uns tantos elementos básicos – partículas, bases bioquímicas, alfabetos – podem ser geradas combinatórias rigorosamente inumeráveis, ou seja, o potencial de engendramento de substâncias, organismos ou ideias não tem limite aparente. O surgimento e desenvolvimento de sistemas complexos, em especial os dotados de capacidades adaptativas e autoafetivas, multiplica vertiginosamente os resultados possíveis de conjunções materiais, vitais e cognitivas; dito de outro modo, num Universo complexo a aparição de formas crescentemente inovadoras implica a proliferação cada vez mais ampla e veloz de configurações viáveis, isto é, de *possibilidades*.

Os sistemas complexos invocam assim a imagem de um presente essencialmente produtivo, um domínio sempre percorrido por potências atualizadoras, que podem exprimir tanto causação quanto errância. Tais sistemas são meios – nos dois sentidos, de instrumento e de contexto – de inovação, a partir de uma indeterminação coetânea e inseparável de sua própria atividade. A cada grau percorrido no espectro de complexidades do sistema de sistemas que é o Cosmos, emergem novas formas estruturais que exprimem novos diagramas funcionais, quer se trate das formações da Matéria, das organizações da Vida ou das invenções do Pensamento. Esta potência inovadora reflete a incompletude essencial dos sistemas abertos para si mesmos tanto quanto para o mundo, e conduz, se levada à última instância, ao conceito de um Universo *inacabado*, sempre ainda por se fazer.

Enfim, como famosamente observou Niels Bohr, um dos grandes cientistas do século XX, fazer previsões é um negócio complicado – especialmente sobre o futuro... Uma das assertivas menos controversas que se pode fazer sobre o futuro é, talvez, justamente a de que podemos imaginá-lo, pelas razões expostas acima, como um repertório de possibilidades que emergem das potências ativas no cerne do presente. Se tomamos o Universo como o análogo de um tabuleiro de xadrez,

então todos os estados-de-coisas possíveis corresponderiam a todas as disposições das peças sobre o tabuleiro. Contudo, levando em conta as leis da Natureza – isto é, as regras do jogo –, há claramente configurações que não são admissíveis (por exemplo, os reis adversários estarem dispostos lado a lado, aplicando-se mutuamente xeques pela infinidade afora). Assim, um modelo mais “realista” seria identificar o Universo ao conjunto de todas as partidas possíveis, ou seja, às sequências de jogadas em que as “linhas de universo” (os percursos existenciais de cada uma das peças) estariam entrelaçadas segundo as interações permitidas pelas regras.

Contudo, como sabem os praticantes do jogo, as jogadas em cada partida não são feitas arbitrariamente – ao contrário, invariavelmente envolvem uma análise

da disposição presente das peças e uma valoração estratégica dos movimentos que engendrariam as posições seguintes, segundo a perspectiva de buscar a vitória ou evitar a derrota, ao final da partida. Trata-se assim de, a partir de um diagnóstico do potencial de sucesso de cada conjuntura momentânea, escolher qual série de jogadas poderia alcançar o melhor resultado. Nesse sentido, antever os cenários futuros advindos das decisões presentes, tendo em vista as regras do jogo, é a capacidade que todo jogador necessita ter.

Se, por outro lado, desejarmos levar adiante esse exercício especulativo, promovendo a metáfora ao posto de uma homologia, podemos a seguir nos perguntar sobre como reproduzir este procedimento (diagnóstico da configuração presente combinado à avaliação de tendências de cenários futuros) quando o sistema sob exame for muito mais complexo – como seria o caso da própria civilização humana em avançado estágio de planetarização, tal como se encontra nestas pri-

meiras décadas do século XXI. O objetivo dessa exploração é o de aferir, dentre as configurações de mundo possíveis, quais seriam favorecidas ou selecionadas pelo plexo de forças atuando no mundo contemporâneo, ou seja, quais percursos para o futuro seriam os mais *prováveis*.

Todavia, o aspecto mais decisivo que se fará presente em qualquer esboço de diagnóstico da atualidade é exatamente a diluição das fronteiras que tipicamente demarcavam esses domínios, movimento que está implícito no conceito de Antropoceno. Com efeito, se as ações da Cultura levam-nos a despejar anualmente mais material particulado na atmosfera que o conjunto dos vulcões, onde se localiza exatamente a borda que distinguiria os domínios natural e artificial? A filósofa Jane Bennett aborda o problema observando que, perante as evidências do Antropoceno, é preciso reformular cadeias inteiras de conceitos: por exemplo, sempre

---

Jorge Luis Borges, em  
*A Biblioteca de Babel*,  
 compara de modo  
 inesquecível o  
 Universo a uma  
 biblioteca – ou,  
 antes, à Literatura.  
 Temos as letras do  
 alfabeto e os signos  
 de pontuação; suas  
 combinações  
 produzirão *tudo o  
 que pode ser dito*.

---

concebemos o campo da Geopolítica a partir da imagem de um território (*geos*) que podemos identificar à Natureza, sobre o qual se desempenham os conflitos e consensos característicos das práticas políticas da sociedade (*politeia*). Ora, trata-se na atualidade de compreender que o campo das injunções políticas, que abrange desde controvérsias parlamentares até disputas judiciais, comporta doravante efeitos ambientais marcantes – isto é, *Politeia* engloba *Geos*. Esta hibridação, de fato, sucede em variados domínios em que anteriormente vigorava uma distinção estrita, cartesiana, entre seres naturais e entes artificiais.

Com efeito, examinando as diretrizes de potencial mudança que podem ser discernidas no corrente estágio do Antropoceno, ressalta precisamente o caráter híbrido, decididamente não linear (isto é, o todo não se resume à mera soma das partes), de larga fração delas. Grandes tendências que deverão moldar as próximas décadas, como crescimento da população e aumento da longevidade; integração informacional global; emergência climática e perda de biodiversidade; avanços das biotécnicas e da cognição sintética; aceleração da produção de conhecimento e difusão da educação, dentre outras, implicam-se mutuamente, manifestando tanto o caráter de agentes quanto o de contextos para si mesmas e para o heterogêneo sistema global, Terrano, de forças. Seja pela amplitude, pela capacidade de autoafecção ou pelos efeitos duradouros, esse vasto conjunto de vetores de transformação parece apontar menos para uma crise dos fundamentos da civilização – uma ruptura localizada, suscetível de ser revertida por uma reforma, assegurando o retorno da vigência dos fundamentos – e bem mais para uma *mudança*, uma transição global em que o sistema-mundo se heterogeneíza em relação a si próprio, e que envolve tantas e tão profundas dimensões que se afigura mais a uma autêntica refundação.

Se no sistema-mundo da civilização humana atual está efetivamente emergindo uma mudança, é então necessário estabelecer as iniciativas éticas e políticas que, a partir de um plexo de escolhas que reconheça, compreenda e afirme o estado de mudança generalizada, possam definir os caminhos mais eficazes para converter os cenários de amanhã mais prováveis em configurações *desejáveis* – ou seja, conjunções de atividades que permitam a elaboração dos meios necessários para seguir adiante, de maneira durável. De fato, o grande desafio que os humanos, integrados nesta vasta construção comum, a civilização, deveremos enfrentar nas próximas décadas será o reformatar o ímpeto e as diretrizes das forças produtivas da sociedade de modo a harmonizá-las à manutenção e à prosperidade dos ambientes naturais e alinhá-las a um horizonte de longo prazo. O físico Stephen Hawking definiu “inteligência” como a capacidade de se adaptar a mudanças; trata-se, portanto, para os atuais agentes produtivos, nos mais variados campos, de promover ativamente essa adaptação multidimensional.

Há pelo menos dois obstáculos de grande porte para a implementação de qualquer programa de iniciativas que pretenda discernir os cenários desejáveis para o amanhã da civilização e do planeta e, ainda mais, seguir os passos para concretizá-los. Como é típico de sistemas densamente complexos, os dois fatores se mesclam e afetam de diversos modos.

O primeiro diz respeito à obsolescência, com vistas exatamente à tarefa de compor os amanhãs, da diretriz-motriz que consolidou, de maneira cabal, nossa entrada coletiva no Antropoceno: o Sistema-Capital, que sob o viés econômico chamamos de Capitalismo. Se o Capitalismo foi de uma eficiência excepcional em crescer geograficamente, o desafio doravante será o de perdurar ecologicamente

– não expandir-se no espaço, e sim estender-se no tempo. Será que o dinamismo sempre exponencial e o oportunismo sempre imediatista do regime capitalista poderão se compor com a moderação dos processos socioeconômicos alinhados com a continuidade dos ambientes naturais e, em paralelo, com a consequente frugalidade de uma sociedade mais equitativa? Em caso positivo, tal regime já não seria outro?

A segunda dificuldade diz respeito a um impedimento cognitivo que parece generalizado. Essa inércia, ou anomia, de perceber, planejar e atuar sobre aspectos cruciais da atualidade, como a adicção ao carbono fóssil ou a desigualdade econômica rampante, tem até agora resultado em alterações mínimas no percurso, conduzindo a uma colisão devastadora do trem da civilização contra a barreira intransponível das regras do jogo, dadas pelas leis inflexíveis da Física, da Química, da Biologia, da Ecologia, e demais leis da Natureza. Mesmo com o enorme volume de informações sobre as variadas evidências do Antropoceno já manifestas hoje em dia, ainda não se consolidou um entendimento claro sobre um fato decisivo: *já dispomos dos meios técnicos para realizar uma transição efetiva para o trajeto rumo a uma civilização sustentável e solidária*. Não carecemos de tecnologia, mas de visão e decisão – isto é, nossa dificuldade não é técnica ou científica, mas ética e política.

A dimensão global do plexo de mudanças que chamamos de emergência ambiental (no duplo sentido do termo, surgimento e urgência) requer, para seu equacionamento e para o desenvolvimento efetivo de soluções, de um sistema de cooperação igualmente global. O desafio é o de ampliar para setores produtivos inteiros, em todos os continentes, o planejamento e implementação de regulações e intervenções. As ações mais críticas são, sem dúvida, promover a descarbonização das fontes de energia; reformular a agropecuária intensiva no consumo de água e destruidora de solo fértil; preservar e recuperar áreas biodiversas em diversas regiões, em terra e nos oceanos; organizar as cidades para tornar mais eficiente o uso de recursos, gerar menos resíduos e reciclá-los amplamente; e remodelar o consumo das populações, evitando os produtos de uso único, em particular os de plástico, e a obsolescência programada. Todas essas iniciativas indispensáveis precisariam ser desfechadas em paralelo e incidindo em escala local, regional, continental e planetária. A tarefa, certamente, é gigantesca.

O dado decisivo a levar em conta na avaliação de um programa global de empreendimentos como esboçado acima é precisamente o de já dispormos, em todos esses setores, de tecnologias comprovadamente eficazes, conhecimento tecnocientífico lastreado em evidências para fundamentar o planejamento das ações, sofisticados recursos de administração e amplas capacidades de logística, e uma variedade de episódios historicamente

---

Já dispomos dos meios técnicos para realizar uma transição efetiva para o trajeto rumo a uma civilização sustentável e solidária. Nossa dificuldade não é técnica ou científica, mas ética e política.

---

validados que podem inspirar as operações em maior escala necessárias para implementar uma transformação civilizacional – como demonstrado pela profunda e rápida transformação de parques industriais inteiros por ocasião da Segunda Grande Guerra. Uma concertação semelhante de esforços, levada a cabo simultaneamente em múltiplos setores e países, poderia alcançar resultados nos prazos e escalas desejáveis. Consideremos a sugestão, provinda de diversos autores, de plantar em uma década um *trilhão* de absorvedores naturais, e eficientíssimos, de gás carbônico: árvores. A dimensão da proposta parece temerária, ou mesmo irrealizável. Ora, somos hoje cerca de 7,6 bilhões de almas. Se cada ser humano plantasse uma árvore por mês, em um ano seriam cerca de 90 bilhões, em 10 anos, 900 bilhões, e em 20 anos essas novas florestas teriam extraído carbono da atmosfera num grau suficiente, talvez, para definir um cenário de mudança ambiental de menor impacto. Por que não fazê-lo, então?

Os centros decisórios do poder político mundial ainda carecem, se poderia dizer, de uma visão larga como a do inventor Buckminster Fuller, que reconheceu a humanidade como tripulante da espaçonave Terra em sua navegação sideral, e afirmou que os imensos recursos destinados às forças militares em todo o globo não são senão um desperdício obsoleto. De fato, se convertidos para promover a transformação multidimensional rumo a um planeta durável, esses recursos seriam em princípio mais que suficientes para assegurar o encaminhamento de cenários de futuro desejáveis. O historiador David Christian, por outro lado, parte da evolução cósmica para nela situar a formação do Sistema Solar e da Terra, o surgimento e multiplicação da vida, e enfim o aparecimento da cultura e da civilização. Cada etapa dessa “Grande História” é assinalada pelo desenvolvimento de condições para mudança e a ocorrência de limiares em que essa mudança induz uma nova fase do processo como um todo. Visto desse ângulo, o Antropoceno seria apenas mais um limiar a partir do qual um novo estado-de-coisas se faria presente.

É ainda incipiente, no melhor dos casos, o entendimento de que o potencial de inovação, isto é, de complexificação crescente, que o Pensamento introduz no Cosmos ao emergir e recobrir seus suportes, a Vida e a Matéria, *não parece ter limites predefinidos* – como as realizações da Arte, da Ciência e da Filosofia ao longo da história, e até a presente época, sugeririam. Essa compreensão requer, como assinalou o biólogo E. O Wilson, nos darmos conta, pessoal e coletivamente, de que a forma humana está ela mesma em deslizamento, em mutação. Não sabemos que natureza teria uma conjetural civilização pós-capitalista, exceto pelo fato óbvio que não seria como a atual. E não sabemos, não podemos saber, o que nossa inventividade acabará por transmutar em nós mesmos. Uma página iluminada de Kurt Vonnegut Jr., em *Galápagos*, vem nos socorrer aqui: daqui a um milhão de anos, um descendente dos humanos que emigraram para outros sistemas estelares retorna à Terra, curioso para saber o que teria sucedido com seus longínquos ancestrais (não somos informados de qual aspecto físico esse descendente teria). Percorre o planeta em sua nave, sem achar sinais do que procurava. Paira por fim sobre Galápagos (o arquipélago na costa do Equador em que Charles Darwin fez observações essenciais para sua posterior elaboração do conceito de Evolução por Seleção Natural), e aí avista, descansando sobre rochedos que despontam no oceano, um bando de focas, roliças e luzidias focas. De repente, uma delas emite um sonoro traque, e as demais, surpreendidas, logo caem numa risada, e a foca mesma começa a rir também. Nesta foca que é capaz de rir de si mesma, sugere Vonnegut, o explorador encontra a marca do que é humano.

---

# O pensar holístico

---

*José Luiz Alquéres*

Engenheiro, polímata, editor, diretor do IHGB, ex-presidente de empresas, associações culturais e entidades da sociedade civil.

## Introdução

**D**esde que, há 2.500 anos, Platão hierarquizou os estudos dos grandes temas metafísicos colocando-os sobre os de filosofia natural (ou seja, as coisas da natureza que conhecemos por meio dos nossos sentidos), os estudiosos das humanidades acumularam preconceitos e ressentimentos em relação aos estudiosos de filosofia natural, que lhes pagam na mesma moeda.

Historicamente, essas duas áreas de estudo raramente foram objeto de interesse de um mesmo indivíduo. O mundo contemporâneo, porém, exige uma visão integrada – sem a qual a realidade aparecerá de forma distorcida e incompleta.

Este artigo traça um caminho para esta compreensão, partindo do princípio que todos devemos saber de onde viemos e para onde vamos. Assim, poderemos nos situar em meio à aventura maior da espécie humana.

Percorrendo a História, podemos perceber que as explicações de nossas origens e evolução foram muito marcadas por textos de natureza religiosa e não científicos. Em determinadas épocas, uma ótica enviesada – condicionada por fatores filosóficos, políticos, religiosos, repressivos ou orientação do sistema educacional – dificultou e atrasou a compreensão da realidade.

É, porém, da condição humana querer respostas para questões existenciais que existem desde sempre:

- saber mais do que os nossos sentidos alcançam, compreender coisas transcendentais, um impulso metafísico;
- conhecer a si mesmo, os outros e as coletividades, trazendo clareza quanto à singularidade das próprias aspirações;
- viver com saúde, curar suas doenças e se prevenir quanto a elas, viver mais e melhor;
- satisfazer sua vontade de poder, realizar, conquistar, dominar, vencer, possuir bens materiais em quantidade, ser invejado, mandar nos outros e ser obedecido; e
- o sentimento contrário, viver em paz consigo mesmo, com ética, usufruindo do prazer e da felicidade de fazer o bem, pela própria satisfação que isso traz.

A sabedoria é o caminho para equilibrar essas vontades, e a ciência aporta o complemento essencial às humanidades, permitindo a plena visão do todo.

Ciência, com a conotação que damos à palavra hoje, é algo que aparece no final do século XVII. A palavra que vem do latim *scientia*, significando conhecimento, teve seu emprego limitado ao ramo da filosofia natural. Seus estudiosos herdaram desta denominação a falta de prestígio que lhe atribuíam os que se dedicavam à chamada filosofia pura, voltada a assuntos mais elevados, como a metafísica, ou à reflexão sobre abstrações como a Beleza, a Felicidade ou o sentido da vida. Pior ainda, era a filosofia natural estudar assuntos voltados a finalidades práticas, tais como a fusão de metais, navegação e construção de embarcações.

Se no passado o distanciamento foi tolerável, no mundo atual a ciência precisa estar presente no *ethos* do homem. Temas diários com que ele se defronta exigem familiaridade com a ciência. Um exemplo é a questão das mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global. Outro exemplo é a atitude em relação às vacinas. É necessário o posicionamento ético do intelectual, do homem de cultura, frente a temas que dividem a sociedade. Para tanto, ele tem que estar próximo à ciência. Da mesma forma, a ciência deve se despir de suas barreiras linguísticas e formulações enigmáticas para se fazer presente e entendida.

Uma proposta para restabelecer a unicidade do conhecimento é refletir sobre a sua evolução ao longo de diferentes estágios da história. Aparecerão os fatores que são responsáveis pela clivagem atual e o quanto é imperioso que toda pessoa tenha uma visão integrada da vida. É o que pretendemos neste artigo.

Voltando às origens desse distanciamento, lembremos de Aristóteles que, em atitude crítica em relação a Platão, seu mestre, tentou eliminar esse preconceito nos ensinamentos de seu Liceu e em sua obra. Mais tarde, porém, a emergência do neoplatonismo, com os primeiros doutores da Igreja, empurrou para baixo a filosofia natural. O mundo era assim porque Deus quis e pronto. Na “cidade dos homens” é tudo pecado, como escreveu Santo Agostinho. O importante seria a “cidade de Deus”, à qual deveremos aspirar um dia chegar pela graça divina. A visão universal aristotélica, todavia, permaneceu como referência para os filósofos naturais até o fim do século XVII, quando deu lugar à visão newtoniana. Esta sobreviveu por pouco mais de três séculos, até que a investigação sobre a Relatividade e, depois, sobre a Física Quântica estabeleceu o novo paradigma.

Todo intelectual precisa estar familiarizado com a ciência de seu tempo. Este artigo pretende mostrar um pouco do essencial desse conhecimento e incentivar o interesse por ele. Nesta busca é muito relevante verificar a verdadeira revolução ocorrida no início do século XX. A compreensão do todo apareceu ao serem estudadas suas mínimas partes, o átomo e a célula. É como intuiu Demócrito. Deu-se uma inversão do esforço histórico, que se orientou do macro para o micro.

\* \* \*

Apenas pouco mais de três séculos depois dos rudimentares telescópios, pisamos na Lua e investigamos o *Big Bang*, o momento da criação do universo, do espaço e do tempo. Porém, o conhecimento que temos de nossos elementos constitutivos foi mais lento. Só recentemente encontramos no estudo das partículas que formam os átomos a chave para entender o universo. Em 2014, tivemos a mais importante comprovação da existência da partícula bóson de Higgs, logo apelidada pela imprensa de “partícula de Deus”. Os maiores progressos da Biologia, da mesma forma, só ocorrem a partir de 1950.

## O mundo como a nossa grande casa

Ao longo do percurso histórico revisto adiante, podemos identificar alguns momentos nos quais a percepção do mundo em que vivemos deve provocar atitudes que devemos adotar em relação à vida. Esse sentimento é mais forte à medida que avançamos no conhecimento. Ele mostra que o mundo é também resultado da forma como interagimos com ele. Posto isso, é importante ter uma visão do caráter sistêmico da vida e do universo.

O despertar de uma atitude interessada em relação ao todo incute em cada indivíduo um grau de responsabilidade para com ele. Embora individualmente tenhamos pouca influência sobre este sistema global, os instrumentos, recursos e equipamentos que estão à nossa disposição hoje em dia, combinados com uma ação coletiva, nos tornam poderosos.

Com efeito, a necessidade de procurar adotar uma visão integrada, holística das coisas e, assim, aproximar o indivíduo de apaziguar suas inquietações com relação aos questionamentos existenciais listados acima, é potencializada por enormes mudanças em tecnologias recentes.

Hoje dispomos de armas de destruição em massa de potência nunca vista. Computadores, *tablets*, *smartphones*, aviões, automóveis, televisores e tantos outros equipamentos que alteraram os modos de morar e trabalhar. Ao lado deles vivemos mais e melhor. Na medicina, temos aparelhos de ressonância magnética, tomógrafo, eletrocardiógrafos, bisturis elétricos e aparelhos de ultrassom. Trabalha-se para o fim dos problemas éticos em filas de transplantes, com a utilização de órgãos de animais, adrede criados, para serem transplantados em humanos. Um avanço impressionante.

Já podemos também desenhar a futura sociedade através de manipulações genéticas, com todas as variações possíveis entre sexo, identidade, afetividade, com renúncia aos usuais e milenares códigos de comportamento identitários.

Haverá legitimidade em dar limites a decisões individuais? Como voltar a tomar decisões de natureza ética que envolvam certa familiaridade com a ciência com o mesmo grau de conforto que tínhamos no passado?

Quando nos voltamos para os sistemas de produção ou de gestão política de grandes coletividades, temos que considerar o grau de interferência da Tecnologia de Informação (TI) e da Inteligência Artificial (IA) sobre as nossas vidas. Assistimos à eliminação da separação entre o público e o privado, entre o íntimo e o compartilhado. São fenômenos cuja consequência social ainda não é conhecida e a marcha da tecnologia continua crescente.

Todos esses pontos são relevantes para nos dar a consciência de que vivemos em um momento especial. Os seres humanos já não são o que costumavam ser (com seus sentidos e capacidades ampliados pela tecnologia), e sua ação não apenas pode afetar o planeta, mas extinguir a vida nele. Isso ocorre quando a sociedade não exige um sentido ético da ciência.

O progresso do conhecimento tornou aquele mundo de dimensões quase infinitas do passado em apenas uma “grande casa”. Nela, qualquer coisa tem a ver com o todo. Há que se ter a visão holística dessa casa. Só assim será possível administrá-la.

## Mais ética, mais sabedoria

A primeira coisa que devemos estudar é a nós mesmos. O nosso cérebro. Como ele funciona. Como ele comanda a nossa vida. Também o porquê de nos

comportarmos individualmente de uma certa forma. Em seguida, entender a psicologia das massas, o que será uma ótima oportunidade para termos aulas práticas de estatística, saber o que é uma amostra relevante, o que é margem de erro, curva normal, correlação linear simples e múltipla – aspectos da matemática que ninguém pode ignorar para não tomar decisões erradas. O mundo das ciências físicas e humanas tornou-se inteiramente dependente de estatística e probabilidades, e, a julgar pelos rumos atuais, a medicina também.

A ética não deveria ser apenas objeto de respeito a códigos de ética. Ela deve começar em família, nos anos iniciais da escola, e seguir pela vida afora. Aqui não é o caso de “respeitar o Código”, mas algo além: ser íntegro. Ético em relação à vida como um todo. O mundo precisa de pessoas boas e não só de boas leis e regulamentos.

Por fim, destacamos a necessidade de uma visão holística do mundo, da vida. Além dos pontos iniciais do autoconhecimento (preparo individual) e da ética no relacionamento com as pessoas e as instituições (preparo para viver em coletividade), há outro grande desafio em curso: a ética no relacionamento com todos os seres vivos e com o mundo natural.

O Antropoceno, o mundo que criamos para nós e nossos filhos, está ameaçado pela superexploração de alguns limites planetários (como capacidade natural de absorção do gás carbônico, por exemplo). Vemo-nos na contingência consensual de alterar todo o nosso modo de vida, mas estamos parados, presos por cadeias de interesses econômicos a uma inação doentia. Com a visão holística que a ciência nos daria, teríamos mais medo de não dar os passos necessários do que começar a agir enquanto é tempo.

Esses pontos sugerem reescrever a Ética, agora tratando além do homem, das relações entre eles e da ética nas relações com a natureza. Essa ação construtiva e responsável só virá na medida em que haja a compreensão, em cada um, da visão holística. É preciso sentir onde estamos e para onde estamos indo. Viver vai exigir de todos atitudes responsáveis, quase diárias, em relação ao mundo.

Acabo aqui lembrando uma das cenas finais do “Roma, cidade aberta”, um filme clássico (1945) de Roberto Rossellini, que conto com minhas palavras, a partir de lembranças distantes. O padre que colabora com a resistência italiana vai ser fuzilado pelos nazistas. Amarrado, esperando o tiro fatal, lhe enviam um outro sacerdote para ministrar os últimos sacramentos. Este se ajoelha ao lado e fala: *“Irmão, vim trazer a assistência espiritual para prepará-lo para entrar na outra vida.”* Ao que responde, indignado, o padre já prestes a ser fuzilado: *“Para a outra vida? Esta não me apavora. O que me incomoda, e a todos, é estar preparado para esta miserável vida aqui na Terra.”*

## A Ciência e a História

Na primeira parte deste artigo apontamos a importância do conhecimento holístico do universo para melhor nos situarmos frente aos desafios do futuro. Nesta parte, veremos que desde os albores da civilização o conhecimento contribuiu para o avanço maior de alguns povos sobre os outros. A história aponta que conhecimento é requisito para melhor qualidade de vida, menos desigualdades sociais, mais democracia, e mesmo a realização daquela busca metafísica por mais e mais saber, que tanto move os cientistas. A história também aponta

que não se constroem saberes sobre o nada. Saberes se constroem sobre saberes. Por isso, a importância da continuidade da investigação nas áreas humanísticas e científicas.

## Técnicas e tecnologias na Pré-história

Não se pode falar de ciência no período que permeia os 100.000 anos anteriores da era comum (AEC) até os 10.000 AEC, onde o homem se sedentarizou, e a partir dos quais seus registros arqueológicos são menos raros.

Naquele período o homem desenvolve técnicas. Uma ou outra tecnologia, entendida a palavra como conjunto de técnicas para obter um resultado almejado e previsível, mesmo sem saber exatamente o porquê, como é o caso da cerâmica e da metalurgia primitiva.

É um período de lento progresso, em que o homem aperfeiçoou instrumentos ligados às suas necessidades vitais. Embora já usasse o fogo há milhares de anos, somente há 50.000 anos ele domina a técnica de acendê-lo quando quiser. Outras utilidades são a agulha de costurar, para dar determinados formatos mais adequados às peles que vestiam; flautas, usando madeiras ocas ou ossos; as contas, para construir colares de uso ritual ou simples expressão de beleza. Ele cria objetos segundo sua hierarquia de necessidades, que passa por segurança, conforto e armas. Já confere, porém, usos simbólicos para alguns objetos como forma de distinção de riqueza ou poder.

O homem também se interessa em curar seus ferimentos, busca soluções e vai aprendendo a tratar das suas doenças. Cataplasmas de folhas que têm um efeito cicatrizante. Tisanas. É um período de lenta construção de conhecimento dessa medicina primitiva e logo xamânica, associando causas sobrenaturais a algumas curas.

No início desse período, a linguagem se limitava a sons muito simples e guturais. Depois, a necessidade de distinguir a quem você se dirige. Pensemos em um bando de primatas procurando chamar a atenção de um membro específico do grupo. A diferenciação é uma grande conquista, pois leva à criação da individualidade. Assim, também merece registro no Livro do Gênesis o momento em que Adão dá nome às plantas e às coisas. Uma fantástica função da linguagem. Após permitir a comunicação entre os homens, o novo progresso se dá na linguística, ao atribuírem nomes consensuais às coisas que os cercam.

A matemática era limitada em contar pequenas quantidades associadas aos dedos das mãos. “Uma mão, duas mãos.” Algumas tribos contando quantidades maiores em luas. São conceitos intuitivos de quantidade, de distância, de tempo. Uma mão de dias de marcha pode ser usada para representar a distância entre povoados, ou duas luas de marcha, em caso de local mais perto. Percebemos o espaço sendo medido com a unidade de tempo.

Creio que, ao final deste primeiro longo estágio, o homem, com mais tempo para pensar, já parava para observar as estrelas. Naquele momento, a centelha de uma motivação maior, de natureza metafísica, lhe trouxe a inquietação de não saber explicar aquilo tudo que via e a inventividade para ir criando cosmogonias em sua mente primitiva.

## As antigas civilizações

Entre 10.000 AEC até a civilização grega clássica, em 600 AEC, observam-se enormes mudanças qualitativas em relação ao período anterior. É o período das

grandes civilizações. Suméria, Assíria, Egito, impérios distantes nos vales do Yang-Tsé, do Ganges, e, em seu final, o período Minoico e Micênico, na Grécia.

Dos pequenos aglomerados humanos surgem as cidades no Crescente Fértil, a região entre os rios Tigre e Eufrates. A agricultura se desenvolve e emprega canais de irrigação, soluções inventivas para elevar água, comportas para desviá-la. A produção de alimentos em escala vai permitindo maior número de pessoas nas cidades, exércitos regulares, estruturas da sociedade por classes, na qual uma – a dos sacerdotes – se arvora em detentora dos maiores saberes e intermediária entre deuses e homens.

Sua busca por conhecimentos se volta às observações astronômicas e às medidas de superfície na terra. Já existe ciência voltada a aumentar a produtividade da agricultura, que se soma à das edificações monumentais, à da fabricação de armas e à da medicina.

Com o conhecimento da geometria, os astrônomos da Babilônia, que tem um sistema numérico de base 12 (daí a nossa dúzia vem do sistema de medidas imperial inglês), já conhecem o triângulo retângulo de lados proporcionais a 3, 4, e 5 módulos, com o ângulo reto formado entre os catetos. Lá, originalmente dividiu-se o círculo em 360 graus. Foi também no mesmo período que, com um compasso, traçaram um círculo e, com o raio, dividiram-no em 6 partes e inscreveram um hexágono no círculo.

Há o aprendizado do cultivo regular de alguns cereais comestíveis e recursos para armazená-los com conservação. Assim nos conta a Bíblia, Antigo Testamento, na história de José no Egito. Na medicina, vários procedimentos já são conhecidos, inclusive ligeiras intervenções cirúrgicas. Os egípcios também refinaram técnicas de embalsamar seus mortos para prepará-los para uma vida além da morte.

Desde 9.000 AEC o homem domestica animais. O primeiro é o cachorro. Um animal de companhia e vigilância. Depois, outros animais que o auxiliam nas tarefas de tração, elevar pesos ou girar moendas. Também há pássaros, porque aprecia o canto ou a plumagem.

A guerra se desenvolve com inúmeros apetrechos de ataque e defesa. A metalurgia do bronze e, depois, do ferro, cria instrumentos mais resistentes. Da mesma forma, as muralhas de pedra defendem as cidades ricas, e não mais as simples paliçadas.

Aqui temos investigação científica, finalmente. Em altas torres, sacerdotes egípcios e babilônios vão registrando séries longas de observações astronômicas e meteorológicas. Isso lhes permite propor calendários que norteiam os trabalhos produtivos agrícolas e os anais de registro de reis. A escrita surge em hieróglifos, caracteres cuneiformes, e, no mundo grego, no chamado “Linear A”, ainda não decifrado. O “Linear B” já está sendo empregado ao final desse período. Existem várias línguas, e elas estão diversificadas a ponto de merecerem o registro bíblico da torre de Babel.

Os povos mais cultos são os mais desenvolvidos e dominam os demais. Ao lado da preocupação do conhecimento se traduzir na dimensão metafísica, ele tem a sua vertente prática, pois o saber é essencial para conquistar e manter o poder. Isso aproximou a classe dos sacerdotes da classe dos guerreiros, união que, desde então, faz a força dos impérios. Em nossos dias, não por acaso, Putin levou a sede do patriarcado ortodoxo de volta ao Kremlin.

Nas grandes cidades, nas residências mais permanentes, passa-se a valorizar a beleza e as riquezas. São armas decoradas, jóias de metais raros e pedras preciosas, vasos rituais e ornamentais. A arquitetura de casas pequenas passa a conviver

com a de grandes casas, templos e palácios com pórticos, jardins suspensos etc., cuja execução requer domínio de técnicas variadas e conhecimento das diferentes resistências dos materiais.

O impulso de saber mais sobre a própria vida e as formas de prolongá-la desenvolve a medicina e a aproxima ainda mais da religião. Na Grécia Antiga havia o culto ao deus Esculápio, cujos sacerdotes eram os médicos.

A encruzilhada de troca entre as civilizações do Ocidente e do Oriente é o mar Mediterrâneo. Trabalhadores que povoaram as ilhas e que vendiam seus serviços aos egípcios vão se civilizando, enriquecendo e levando um avanço cultural às ilhas. Deram origem à forte civilização Minoica, da qual restam importantes testemunhos arqueológicos.

A ela se sucede, no continente europeu, a civilização Micênica, que ficará imortalizada no poema “Ilíada”. A narrativa, na Ilíada, da fabricação e escultura do escudo de Aquiles para lutar com Heitor, o campeão troiano, é um resumo da vida civil e militar daquela época e, também, das técnicas e culturas pelas quais se infere o avanço da ciência.

Ao final dessa época, o Crescente Fértil já não é tão fértil em face da superexploração de suas terras e desmatamento. É, possivelmente, a primeira devastação ambiental em grande escala provocada pelo homem que se tem notícia.

## O mundo grego e helênico

Entre 600 AEC até a queda da República Romana, em torno de 27 AEC, o mundo da cultura, do conhecimento, é de início grego e, depois, sua extensão helênica.

Tales de Mileto é considerado o primeiro cientista, na época filósofo natural, embora tenha atuado com sucesso no mundo dos negócios. Ele investigou os blocos constitutivos da natureza. Para ele, tudo viria da água, que poderia se apresentar nos estados sólido, líquido e gasoso. Estudou matemática, agricultura e a previsão do tempo, e atribuiu-se a ele o padrão ortogonal dos quarteirões de Mileto. Supõe-se que Pitágoras esteve algum tempo em Mileto, onde estudou com Tales, antes de viver na Babilônia, talvez na Índia e, por fim, no sul da Itália.

O interesse na ciência nasce nas mais de mil cidades-estado do mundo helênico. O tipo de competição entre elas é um ponto a se ter em mente ao pensarmos em futuros ambientes de inovação. A maioria de tais cidades se situa no lado oriental do Mediterrâneo, certamente beneficiadas pelo acesso à tradição cultural babilônica e egípcia. Depois surgem centros de estudo na Itália e na Sicília, esta ilha situada razoavelmente próximo, só 100 km de distância, das costas da Tunísia. Por fim, no quinto século AEC, Atenas desponta como o grande centro do conhecimento, ao tempo que floresce seu império comercial. Suas vitórias militares sobre duas invasões dos persas – com Dario II e com Xerxes – a consagra como potência econômica, militar e cultural.

Foi em Atenas que, no início do quarto século AEC, em 383, Platão fundou sua Academia. Nela perpetuou as lições de seu mestre, Sócrates, e as estendeu para outros campos. Alguns dos textos de Platão contêm críticas ao pensamento dos filósofos que o precederam, especialmente por se fixarem em estudar os fenômenos da natureza. Para Platão, os sentidos nos enganam, como procurou apontar no famoso texto dos prisioneiros na caverna. Ele conseguiu diminuir o interesse pela filosofia natural, e sua Academia se orientou para especulações metafísicas.

Quando Platão faleceu, Aristóteles, que lá estava por 17 anos, se afastou. Após se tornar assessor governamental de um tirano de uma cidade-estado, ele foi por dois anos o tutor de Alexandre, o Grande. Voltando a Atenas, fundou o seu Liceu. Aristóteles é um marco na história da ciência. Ele recolheu todo conhecimento antigo da época, citando autores que, em alguns casos, ficaram conhecidos apenas por meio de suas citações. Elaborou uma grande síntese do conhecimento existente, usando o que recuperou e o que pesquisou com o apoio de seus muitos discípulos.

A parte mais impactante de sua obra, além do tratado de lógica, são os estudos de biologia, enriquecidos pela dissecação de plantas e animais, onde sugere uma origem comum para toda vida na Terra. Para ele, tudo que existe resultaria da composição de quatro elementos: terra, ar, fogo e água, a que irão corresponder os quatro humores, descritos por Hipócrates em seu tratado de medicina. Essa crença perdurou até o fim da Idade Média. Assim se acreditava e era ensinado nas universidades.

Aristóteles organizou a visão do mundo grego sobre o universo, adotou o modelo geocêntrico e, por considerar o homem como a referência do todo, conferiu à Terra, que vê fixa, a condição de centro do universo, com todos os planetas e o Sol girando em torno dela em círculos perfeitos. Como veremos, essa visão vai prevalecer, com ajustes feitos por Ptolomeu, até meados do século XVII.

Para Aristóteles, o aperfeiçoamento do homem se dá na *Polis*, onde exerce seus direitos de cidadão se envolvendo na vida pública. Isso foi descrito nos tratados *A República*, de Platão, e *Política*, do próprio Aristóteles. O impulso individualista e libertário deve ser compatível com a vida em sociedade, pois o homem é um animal gregário. Esse conceito sobreviverá como uma importante contribuição do pensamento grego para nós. A felicidade está no procurar fazer o correto, como Aristóteles expõe em seus dois tratados de ética.

O advento do cristianismo valorizou Platão e contribuiu para deixar Aristóteles como um filósofo menor, até que, já no final da Idade Média, a Europa o redescobriu em traduções trazidas pelos muçulmanos. Com ele se revalorizam os pré-socráticos, como Tales, Parmênides, Heráclito, Demócrito, Pitágoras e Zenão, que fizeram notáveis contribuições para o pensamento científico.

Platão e, depois, Aristóteles, demonstraram apreço pela matemática, que se consagrou como a linguagem da ciência e das coisas precisas. É possível que Platão tenha tido contato direto com as obras de Pitágoras ou com algum discípulo dele.

*Os elementos de Geometria*, de Euclides, é o grande texto de matemática desta época. É estudado até nossos dias nas escolas. Euclides não é grego. Nasceu e viveu em Alexandria, no Egito, durante o reinado de Ptolomeu Sóter, um dos primeiros reis no período do helenismo, em torno de 300 AEC.

A medicina progride com Hipócrates, que, com seus filhos e genros, criou um centro médico importante na ilha de Cós. Para ele, a saúde resultava do equilíbrio entre os quatro humores presentes no corpo: fleuma, sangue, bÍlis negra e bÍlis amarela. Ele e seus discípulos escreveram mais de 100 tratados sobre vários aspectos do tratamento médico e do dever do médico para com seus pacientes. Trata-se de um posicionamento ético em relação à prática da medicina, que sobreviverá aos séculos.

As conquistas territoriais de Alexandre não resultaram em um império unificado politicamente, pois foram fracionadas entre seus generais. A cultura grega foi levada para estes reinos criados no Oriente, onde ela recebeu os aportes das culturas indiana, persa e egÍpcia. De todos os reinos, o Egito, governado pela

dinastia ptolomaica, foi o maior apoiador das ciências. O Museu e a Biblioteca fizeram de Alexandria, no delta do Nilo, o polo sucessor de Atenas no campo da cultura e da ciência.

O desenvolvimento científico penetrou eficientemente no dia a dia de então, na melhoria de equipamentos utilizados para usos militares em carros, catapultas, variadas armas, ligas metálicas e, também, para usos civis, tais como elevação de água para irrigação, medicina, construção de edificações e artes da marinharia.

Os princípios físicos que orientavam a construção desses equipamentos, como as teorias de polias, alavancas, balança, tiveram suas fórmulas também estabelecidas. É famosa a frase de Arquimedes sobre a alavanca: “*Deem-me um ponto de apoio e uma alavanca que eu moverei a Terra*”. Data do mesmo período a lenda do seu experimento com a coroa do tirano de Siracusa para comprovar se era de ouro puro, quando teria demonstrado as diferentes densidades do ouro e da prata, conforme o deslocamento da água que a imersão de tais metais provocava.

A língua foi se sofisticando e, além do uso em listas, relatórios etc., ganhou riqueza de palavras e sua utilização na tradução de sentimentos e situações. Pisístrato, tirano de Atenas no ano 540 AEC, comandou a primeira edição padronizada dos versos de Homero na *Ilíada* e na *Odisseia*, definindo o padrão da literatura grega.

Posteriormente, a língua se enriqueceu com as obras dos grandes trágicos, as comédias de Aristófanes e inúmeras outras obras nos mais variados estilos. Teogonias, cosmogonias, tratados práticos, orações e história, com Heródoto, Tucídides e Xenofonte.

A migração do centro de saber de Atenas para Alexandria, ocorrida no final deste período, deu à cultura um viés menos laico e mais sagrado, como é peculiar no Oriente.

Foram registrados progressos na astronomia, matemática e outras ciências. O segundo diretor da Biblioteca de Alexandria, Eratóstenes, foi um grande sábio e astrônomo. Provou que a Terra tinha um formato esférico e calculou sua circunferência com erro mínimo. Destaque-se: isso se deu mil e setecentos anos antes do reconhecimento de tais cálculos na Europa.

À medida que decaí a influência grega, decaí também o impulso do conhecimento especulativo. Na filosofia, os cínicos e, depois, os estoicos, levam os intelectuais a uma maior aceitação dos fatos da vida.

## Mundo romano e Idade Média –

### A ciência muda o foco

O Império Romano, fundado por Otaviano, depois mais conhecido como Augusto, se estende do ano 27 AEC até a queda de Constantinopla, em 1453 da era comum (EC). É um período no qual se assistiu ao esplendor imperial romano disseminando uma cultura derivada da grega, mas contaminada pela deplorável sede de poder absoluto, herança dos impérios orientais.

Assim, divinizaram o Imperador e passaram a adorá-lo nos anfiteatros. Depois, apesar de se separarem formalmente, Igreja e Estado se mantiveram juntos, por conveniência temporal e interesse na sobrevivência mútua.

Não há dúvida que o fervilhamento do interesse cultural, da inovação, se beneficia de um ambiente de competição entre muitos focos, como se viu no período

grego, já descrito, e se voltará a ver no Renascimento. Por isso, não é de estranhar que o peso do duplo autoritarismo, do Estado e da Igreja, atrofie o progresso científico neste período.

O Estado se orientou para a construção de um eficiente exército e uma grande burocracia e focou na sistematização dos processos aplicados nos campos da administração, gestão, engenharia de obras públicas, instituições jurídicas, organização de exércitos e marinhas.

Essencialmente não democrático, o Império Romano se sustentava no *panis et circensis* e no discurso populista com o lema “SPQR” (*Senatus Populus Que Romanus*), “O Senado e o povo de Roma”. Vindo desde a República, o lema era apregoado para cobrir um regime autoritário, centralizador, pretoriano e eficiente na área militar.

Os romanos sabiam tratar da sua sobrevivência institucional, sem engessar avanços em instituições, até mesmo na composição e funcionamento do Senado. Por isso, suas instituições chegaram a nossos dias. Sabiam compatibilizar a unidade de comando e submissão a Roma com a tolerância e respeito à cultura dos povos subjulgados. O preço em impostos pagos por povos dominados era muito alto e motivo de revoltas localizadas.

Em seus primeiros 300 anos, graças ao poderio militar, o Estado Imperial se manteve coeso. Bem cedo há uma pretorianização da sucessão imperial. É necessário que haja uma máquina de guerra para sustentar um centro – Roma – caro. A partir do final do terceiro século, Constantino percebe que a integralidade do seu império no Ocidente seria sempre questionada diante do viés libertário dos povos desta banda (sendo ele mesmo oriundo da Inglaterra). O lado oriental, por sua vez, era o contrário. Herdeiros de viver sob grandes impérios, verdadeiras sociedades hidráulicas, como as classificou Wittfogel, as populações eram mais imbuídas de um sentido de coletividade.

Constantino fundou sua capital em Constantinopla, sobre a antiga Bizâncio. Lá, por mais de 1.100 anos, seus sucessores combinaram o melhor e o pior do Ocidente e do Oriente, a serviço de um modelo de permanência no poder por quais meios fossem necessários para tanto.

A união dos poderes entre Igreja e Estado, dando-se as mãos para manter uma sociedade politicamente e humanisticamente arcaica, não favoreceu o desenvolvimento científico. Seu efeito castrador se fez sentir em todos os campos.

A novidade neste período se deveu à emergência de um povo guerreiro, inculto e fanático: os árabes, seguidores de uma nova religião de certezas. Tudo que o cristianismo ortodoxo não era naquele momento. Imerso em bizantinas discussões sobre temas da religião, tais como “a natureza divina ou não do Cristo” ou “qual tipo de pão usar na Eucaristia”... Enquanto isso, na Europa, o bispo de Roma, séculos depois conhecido como “Papa”, obcecado por uma primazia sobre todos os cristãos, tampouco oferecia um exemplo forte de liderança espiritual.

Os muçulmanos, por razões religiosas e militares, se voltam para conquistas. Mantiveram uma identidade religiosa e formaram estados liderados por religiosos, os Califas. Cedo mostraram enormes diferenças políticas. Foram os primeiros a adotar o terrorismo como arma política, mesclada com um mandato sagrado para cometer crimes.

Partindo da Península Arábica, conquistaram o Oriente Médio. Criaram uma capital em Bagdá, onde assimilaram o melhor da cultura persa, e a partir daí tiveram califados muito encorajadores da cultura. Fundaram uma Casa do Saber,

verdadeira Universidade Antiga, onde traduziram tudo que puderam, da Índia, da China, da Grécia. Dominaram a Península Ibérica e levaram para lá, especialmente para o sul, uma civilização que cultivou o saber e que, a partir de 1200 EC, vai rerepresentar os grandes autores clássicos em língua árabe à Europa. Autores que, por serem pagãos, tiveram suas obras devidamente incineradas pela Igreja séculos antes.

Desde que Constantino havia levado a capital para Constantinopla, sucederam-se as invasões dos povos anteriormente conquistados pelos romanos por toda a Europa. Empurrados pelos mongóis, os godos, visigodos, ostrogodos e lombardos se distribuíram pela Europa, norte da África e Sicília. A estes povos se juntaram os invasores provenientes da Escandinávia. Isso resultou em inúmeros estados, reinos organizados em torno de senhores feudais, pequenas cortes incultas, onde o poder se mantinha pela força através de guerras permanentes. Os escandinavos, porém, se estabeleceram na Normandia, de onde passaram para a Inglaterra. Na Rússia, com os príncipes de Nóvgorod, bem como, depois, os normandos, na Sicília, formaram impérios.

Em ambientes assim, dificilmente se nota progresso nas ciências e cultura. A grande aventura religiosa, patrimonial e econômica que foram as Cruzadas pouco trouxe de positivo do Oriente. A face mais violenta da Europa saqueou civilizações então mais cultas, mas acabou voltando escorraçada do Oriente. Indiretamente, elas provocaram mudança no modo de vida do campesinato europeu. O banditismo nos campos incentivou a vida em cidades, e o belicismo entre os senhores feudais fortaleceu a Igreja e as ordens monásticas.

Poucos dos estados então formados sobreviveram, dentre eles França, Bavária, a República de Veneza, o Condado Portucalense e a Inglaterra Anglo-Saxônica. Não é, portanto, de se admirar que o desenvolvimento científico e cultural europeu – tema que mais nos interessa neste ensaio – se concentre em trabalhos de indivíduos, e não em esforços mais orquestrados.

No início do Império, Roma atraiu o grande médico da época, Galeno, nascido em Pérgamo, na Turquia, e que fez sua formação como médico dos gladiadores, então treinados em Pérgamo e vendidos para os espetáculos em Roma e outras cidades. Outro expoente da é Ptolomeu, nascido e residente em Alexandria, que, com base em observações astronômicas disponíveis, reformulou o modelo geocêntrico de Aristóteles, mantendo a Terra no centro, os planetas e o Sol em órbitas circulares em torno dela, mas alguns desenvolvendo movimentos circulares de pequeno raio em torno de si mesmos. Com isso, resolveu um problema das observações astronômicas, que mostram alguns planetas às vezes tendo surpreendentes movimentos retrógrados. Sua engenhosa matemática deu sobrevida de 1.500 anos ao modelo aristotélico, até Galileu sepultá-lo.

O importante disso era que a Terra continuava sendo vista como um caso particular do firmamento, algo único. Reforçava a visão platônica da Terra como o ideal e o homem em seu centro de preocupações.

Houve um período, em torno do ano 800 EC, com Carlos Magno e seu ministro Alcuíno, em que uma reforma no ensino foi adotada nas chamadas “escolas das catedrais”. Algumas delas favoreceram a criação das universidades centenas de anos mais tarde. Somente quatro séculos depois, aparece o grande tratado do saber, a *Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino*, que pode ser considerada um *aggiornamento* e reabilitação de Aristóteles.

Foi uma época infeliz para a ciência. A investigação era tolhida e mesmo perseguida. O pensamento vigente era, basicamente: “As coisas são do jeito que são porque

*Deus assim o quis.*” Nos últimos duzentos anos deste período, a presença das universidades começou a contribuir para melhorar este quadro.

A ciência e o desenvolvimento tecnológico vinham dos artistas e arquitetos ou dos construtores de fortificações. Artistas e alquimistas, os químicos de então, muitos deles médicos e astrólogos, viviam errantes, dependendo das graças de um mecenas eventual. Para a ciência, os escritos de Guilherme de Ockham, ao rejeitar causas sobrenaturais aos fatos da Terra, são um alento. Seu critério radical de analisá-los fica consagrado como “a navalha de Ockham”.

A decadência do Império do Oriente vai provocar uma migração de pessoas cultas, vindas de Constantinopla, trazendo velhos pergaminhos em grego com as obras clássicas e algumas técnicas esquecidas no Ocidente. Na Itália, onde descendentes de velhos *condottieri* truculentos se arvoram em ricos patronos da cultura, muitos destes artistas encontram abrigo. Lá e na Borgonha tem início a grande onda da revalorização da cultura clássica. Apareceram geniais pensadores e artistas, como Dante, Petrarca, Boccaccio, Leonardo da Vinci, Brunelleschi e outros.

## Renascimento, Iluminismo, Revolução Científica

Como não há mal que sempre dure, o próximo período é um dos grandes momentos da humanidade em termos de avanço do conhecimento, embora coexista com guerras de religião e truculência sem par no trato de povos escravizados e povos descobertos no Novo Mundo.

O enfraquecimento da centralidade da Igreja, com o surgimento de várias igrejas reformistas, as guerras de formação de estados nacionais, o conhecimento do mundo trazido pelas grandes navegações e a maior popularização da cultura facilitada pela imprensa mudaram a face cultural do mundo e favoreceram as artes e as ciências em muitos focos autônomos de estudos que então surgem.

De início, observou-se a volta aos estudos clássicos e dos grandes filósofos do passado. A arte livrou-se da temática exclusivamente religiosa. Paládios e outros constroem magníficos edifícios nas proporções clássicas.

A esse período do Renascimento se sucedeu intensa atividade reflexiva. Grandes pensadores, como Erasmo de Roterdã, Thomas Morus e, mais tarde, Descartes, Pascal e Francis Bacon, esvaziaram o conceito de que a investigação das causas naturais fosse uma espécie de afronta a Deus. Pelo contrário, para eles, Deus gostaria que os homens tivessem interesse em entender sua obra. A ciência seria, então, uma maneira de se aproximar dele.

Não foi uma mudança fácil. A Igreja criou núcleos de reação, como a Inquisição. Proibiram as universidades de ensinar teorias que contradissem Aristóteles.

Começaram, todavia, a surgir evidências de que aquele modelo aristotélico, inspirado na ideia de perfeição metafísica do “Deus-artesão”, não mais traduzia o mundo cósmico. Inicialmente Copérnico, em meados do século XVI, levantou a ideia do heliocentrismo e das órbitas elípticas, corroborada pelos cálculos de Kepler. Tycho Brahe observou o surgimento de novas estrelas, desmontando a ideia bíblica de firmamento e imutabilidade dos céus. Galileu, por fim, com seu telescópio descreveu que Júpiter e suas luas formavam uma espécie de minissistema solar e, também, demonstrou que o planeta Vênus apresenta fases, como a Lua, mas muito irregulares. Consolidou-se a ideia do modelo heliocêntrico, não antes, porém, de Galileu ter abjurado de sua teoria

para salvar a própria vida no tribunal da Inquisição – e ter vivido seus últimos anos em prisão domiciliar.

A Igreja começou, finalmente, a mudar alguns dos seus conceitos. A ordem dos jesuítas, formada por 12 ex-alunos da Sorbonne, criou o “Colégio de Roma”, que se dedicou a estudos científicos. Construíram telescópios, observaram os céus e constataram que Galileu estava certo. A pedido do Papa, criaram o calendário gregoriano, substituindo o juliano (em uso desde Júlio César). Levaram o cristianismo para a Índia, China, Japão e para o Novo Mundo. Escreveram as primeiras gramáticas e dicionários nas línguas desses povos.

O que tudo isso significou foi a perda da singularidade da Terra no universo. Tais avanços da ciência fizeram com que os sábios a considerassem apenas mais um corpo no universo. Nós, homens, continuamos a ser vistos como criaturas de Deus, porém.

A mudança é global, e as igrejas luteranas, calvinistas, anglicanas e outras, interrompendo o fluxo de dinheiro para Roma, deixaram mais ricos vários principados e reinos. As escolas dominicais luteranas alfabetizaram a Alemanha, a princípio para ler a Bíblia, traduzida do grego por Lutero, mas contribuindo para o aumento generalizado da cultura. Houve um forte questionamento do que se entendia por civilização, como o belo ensaio “Os canibais”, de Montaigne, deixa a nu.

As perseguições aos judeus fizeram a Europa perder um contingente de pessoas muito preparadas. As guerras de religião – dentre elas a mais sanguinária da

história, a Guerra dos 30 Anos – chegaram a reduzir a menos da metade a população da Alemanha.

Chegaram as notícias, depois as narrativas e, por fim, se deu a emigração para o Novo Mundo. Muitos partiram para buscar a riqueza, a felicidade ou a liberdade religiosa nas férteis terras ou nas minas.

O Iluminismo -- a valorização das coisas do saber e da razão – conferiu o suporte filosófico ao aprofundamento dos estudos científicos. Francis Bacon, em sua magnífica obra, *Novum Organum*, sintetizou este espírito no aforismo 95, “A fábula das formigas, das aranhas e das abelhas”. As formigas são os trabalhadores que carregam o saber que colhem para seus formigueiros e lá o acumulam. As aranhas, como os intelectuais voltados para dentro, mergulham em seu interior e cospem teias, sem que considerem o que existe fora, no mundo real. Os sábios deveriam ser como as abelhas, que não só colhem o néctar das flores e o processam em suas colmeias, mas também proporcionam um produto de extrema utilidade e prazer para todos.

---

Grandes pensadores,  
como Erasmo de  
Roterdã, Thomas Morus  
e, mais tarde, Descartes,  
Pascal e Francis Bacon,  
esvaziaram o conceito  
de que a investigação  
das causas naturais  
fosse uma espécie  
de afronta a Deus.  
Pelo contrário, para  
eles, Deus gostaria  
que os homens  
tivessem interesse em  
entender sua obra.

---

Na Inglaterra e na França, investigações passam a focar o campo da filosofia natural: o que é a luz? O que são as cores? Como calcular com correção o percurso do Sol? Dos planetas? Como construir um bom canhão? Que carga de pólvora deve ser utilizada para a bala atingir uma determinada distância? Procurar o conhecimento, mas também as respostas para empregar na solução de problemas práticos.

Na Inglaterra e na Alemanha, cresce o interesse pela geologia e se começa a mapear o subsolo do país em busca de carvão, o combustível da nascente revolução industrial. Na França, o foco é a química e suas utilizações, como no tingimento de tecidos. Após a expansão otomana no Mediterrâneo Ocidental ficar contida na Batalha de Lepanto, as relações com o Oriente governado por Suleiman, o Magnífico, são quase cordiais. Na Europa, cristãos matam cristãos até a primeira metade do século XVII por guerras de religião e independência.

Na ciência, o panorama é outro. Isaac Newton, desde meados do século XVII, dirige a *Royal Society*, onde cientistas de vários países apresentam suas descobertas. Newton propôs uma teoria da luz, uma teoria das cores, a lei da gravitação universal.

Newton viveu algumas poucas décadas depois de Galileu e buscou nova formulação holística para o Universo, que não vê como estático, mas, por excelência, em movimento. Ao estudar as formas de movimento é que propôs – usando muitos conceitos de Galileu, como massa, energia potencial e outros – a sua lei da gravitação universal. Isso permitiu a representação matemática do movimento da Terra, dos planetas e, também, da famosa maçã que cai da árvore. É o fim da singularidade terrena.

Os salões passaram a apresentar as novidades científicas, além das discussões literárias e filosóficas. As universidades, após uma certa lentidão, abraçaram aos poucos novos campos de estudo, especialmente Cambridge, *alma mater* de Isaac Newton, e também a Universidade de Oxford.

A medicina progrediu com Vesálio, Harvey e seguidores. A suspensão da proibição da dissecação de cadáveres permitiu compreender o funcionamento do corpo humano, do aparelho circulatório e do aparelho respiratório.

França e Inglaterra disputavam a primazia em campos como o conhecimento e a utilização dos gases e do vapor. A Inglaterra demonstrou enorme criatividade na fabricação de máquinas a vapor e suas aplicações na indústria. Passaram a medir as coisas de forma padronizada – distâncias, tempos, temperaturas, pressão de gases etc.

A Alemanha se notabilizou na metalurgia do ferro, na fabricação dos aços especiais e no conhecimento e estudos de geologia e tectônica. Por sua vez, a França se distinguiu na Química, que rebatizou de Química Racional, para diferenciá-la da antiga tradição alquimista, da qual, diga-se de passagem, Isaac Newton foi adepto.

Quando a Revolução Francesa, no pico do Terror, decapitou Lavoisier porque ele tinha a concessão para cobrar impostos em nome do rei, ele havia recém-relacionado o conhecimento de mais de 30 elementos químicos, entre outras descobertas e contribuições.

Ao lado desses experimentos de gabinete, desde o século XVI, com a descoberta do Novo Mundo e das rotas marítimas para o Oriente, houve um surto de interesse científico no traçado de mapas, na coleta de plantas e animais, para levá-los a zoológicos e museus e aclimatá-los em regiões diferentes das de suas origens. Lineu, Buffon, Lamarck são os pioneiros, mas figuras fantásticas, como Joseph Banks e outros, marcaram este espírito do naturalista-explorador, que terá grandes representantes até o século XIX.

Dos estudos de Newton vem nova proposição do universo, não mais feito pelo Deus-artesão de Platão, mas o universo do Deus-matemático, onde as relações entre as coisas podem ser traduzidas por fórmulas e números. A razão explicaria tudo. Os métodos indutivos valorizados pela escola inglesa, em conjunto com os dedutivos da escola francesa de Descartes, não deixariam nada sem explicação.

Newton desenvolveu o cálculo diferencial e integral, a matemática das tendências e dos limites. Isso ocorreu mais ou menos ao mesmo tempo que Leibniz, outro gênio. Até morrer disputaram ferozmente a primazia da descoberta. Laplace avança no desenvolvimento da matemática e da Teoria das Probabilidades.

O francês, o inglês e o alemão são as línguas do mundo científico. A Itália, berço do Renascimento, inclusive na formação, com Dante e Petrarca, da língua da unidade italiana cinco séculos antes da unidade política, aparece mais no plano artístico do que científico. A disputa entre os três blocos científicos marca o fim deste período com a ascensão, após o Terror Revolucionário de Napoleão Bonaparte – para uns, o precursor da unidade europeia. Para outros, o Anticristo.

Este é o período do homem. Da declaração dos seus direitos, feita na França revolucionária. É, também, o nascimento da curta e grande Constituição Americana, que começa por: “*We, the people...*”.

Este inebriante sentimento de tudo saber que contaminou os homens de ciência começou a ser questionado pelo lado humanista. O progresso material e a húbris do “tudo posso” já davam mostras de que muitos seriam excluídos de suas benesses. Jean Jacques Rousseau, então exilado, em sua última obra *Rêveries d'un Promeneur Solitaire*, preconizava, ao vagar em uma floresta entre plantas, cantos de pássaros, zumbidos de insetos e marulhar longínquo do oceano, que deveria haver algo mais do que a soma das partes para fazer a beleza e a magia da natureza. Pregava que, apesar da ciência ter ganho terreno sobre a metafísica, a natureza mostrava ser inatingível o sonho de, somente pela ciência, tudo saber explicar e tudo dominar.

## O século XIX e a Primeira Guerra Mundial

A reação ao Iluminismo e ao sentimento de onipotência da ciência não se baseia na negação à ciência, mas na reafirmação do espaço da metafísica. Immanuel Kant é o grande filósofo do período e estabelece o cânone a ser adotado em suas duas obras, *Crítica da razão pura* e *Crítica da razão prática*. É seguido por grandes autores alemães, como Goethe, Schelling e outros, que estabelecem a corrente denominada Romantismo alemão.

Dela são adeptos novos cientistas que saem dos laboratórios para descobrir o mundo. Lyell, geólogo. Darwin, Wallace, Spitz, Martius, Bougainville, Alexander von Humboldt. Tanto os cientistas se interessam pelos temas humanísticos, como os humanistas se interessam pelos temas científicos. Goethe escreve um substancial tratado sobre as cores. Darwin embarcou no navio *Beagle* para obter provas de que Deus criou o mundo e compatibilizar a narrativa bíblica com a ciência.

Eles conseguem mudar a mentalidade e ampliar os horizontes da ciência já no primeiro momento. Depois, por meio de suas obras, levam a uma deificação da natureza e semeiam o que virá a ser o ambientalismo no século XX. Devotam enorme admiração e respeito no conhecer e coletar espécimes da natureza e relacioná-los com seus ambientes. Isso lhes dá a percepção da interação sistêmica entre o que então se chamava os reinos da natureza – o animal, o vegetal e o mineral.

A motivação de saber mais e fazer disso a missão de sua vida é o que buscam os cientistas. A obra magna de Humboldt chama-se *Cosmos*, coletânea de conferências que ministrou na Universidade de Berlim, onde seu irmão era reitor. O Rei da Prússia lá compareceu para assistir a tais conferências. Nelas, além de reorganizar a visão aristotélica, agora em torno da visão newtoniana, Humboldt ensaia várias conexões entre as humanidades e a ciência, o homem e o ambiente, apontando a riqueza dessa interação. A tradução em inglês apareceu em meados do século XIX e causou enorme impacto nos meios culturais.

É um século que se move pelas grandes alterações nos sistemas produtivos, com a máquina a vapor, o navio sem velas, as estradas de ferro e, depois, a eletricidade e os avanços na siderurgia, na metalurgia e na química industrial. As cidades se modificam e se adensam.

O progresso, porém, decorrente da aplicação da ciência em invenções, acentua a desigualdade na sociedade. A revolta popular é enorme e supranacional. Agora são lutas de classe, pobres contra ricos, trabalhadores contra patrões. Todos vão às ruas em defesa de uma nova ordem econômica e social.

Como não podia deixar de acontecer, há a tendência à cientificação dos estudos econômicos, sociais etc. Eles são ciências comportamentais, e não é a matemática das certezas, mas a estatística e o cálculo das probabilidades que vão tentar explicá-las. Adam Smith e David Hume no século anterior, Marx, Stuart Mill, Auguste Comte, Freud e outros, do início até meados do século XIX, atuam para que a política, a economia, a sociologia e, mais tarde, quase no fim do século, a psicologia, ganhem foros de ciência.

Nesta visão a história aponta um porvir inescapável para o homem, foco de um futuro planejado, sem respeito à sua individualidade. Tudo isso para protegê-lo do mercado, que o condenaria a uma alienante divisão do trabalho a bem da produtividade.

Tais ideologias, de fortes consequências políticas, vão subverter o mundo que, após as guerras napoleônicas, havia sido organizado pelo Tratado de Viena, em 1815. A necessidade de ganhar escala, seja nos processos produtivos, seja na dimensão dos seus impérios coloniais, passa a ser a palavra de ordem. Governantes ambiciosos vão impondo nova geopolítica entre as nações, já de olho em recursos naturais necessários para alimentar a nova era de enorme desenvolvimento material e científico.

Os países da América do Sul tornam-se independentes. Os Estados Unidos integram seu território com a aquisição da Louisiana, do Alasca e da anexação do Texas. Itália e Alemanha unem seus principados dispersos. Áustria e Hungria se fundem e dominam a Iugoslávia, a Sérvia, a Bósnia e Montenegro. A Inglaterra organiza em bases institucionais seu império ultramarino com Índia, Canadá, Austrália e outras possessões. A África, com a maior sem-cerimônia, é partilhada entre as nações europeias. Enquanto isso, o Japão se industrializa e vai limitar a expansão da Rússia para o leste. A China é desmontada e saqueada por potências ocidentais. Nos Estados Unidos, a escravidão sobrevive até 1861. No Brasil, até 1888.

Ao longo das adversidades, os Estados aprenderam o quanto a ciência é fundamental. A Alemanha passa a se destacar ao mesmo tempo que os Estados Unidos vão aumentando seu poderio. Por razões que não cabe aprofundar aqui, a América do Sul e a Central quase rejeitam a ciência, abraçam seu passado agrícola e extrativo, e, salvo raros defensores, como o nosso José Bonifácio, a ciência aqui é algo quase malvisto.

O progresso industrial vai impor um conhecimento muito mais profundo dos materiais e das suas possibilidades de emprego. Na virada do século XVIII para

o XIX eram conhecidos mais de 30 elementos químicos. Cem anos depois, eles já eram quase 100, muitos utilizados em ligas e compostos artificiais. Materiais criados pelo homem para explorar melhor suas propriedades.

A agricultura experimenta um primeiro ciclo de mecanização, e o comércio internacional de alimentos, hoje diríamos *commodities agrícolas*, contribuiu para o que se chama a divisão internacional do trabalho. Há o país que exporta café, outro que exporta lã de carneiro e um terceiro que exporta banana. A bem de suas metrópoles, melhor dizendo, matrizes. Um novo imperialismo de zonas de comércio privilegiadas caracteriza o mundo.

As universidades fora dos grandes centros mundiais se inserem no quadro de dependência, vocacionando-se para apoiar o interesse comercial imediato das economias de seus países. Na América do Sul se destacam os estudos de Direito, na obsessão de formar bacharéis. Os países periféricos praticavam uma industrialização retardatária, como o Brasil, Índia, Rússia e outros, com suas indústrias têxteis e de mineração.

A medicina se desenvolveu com o auxílio de um ferramental que cada vez mais procurava medir, visualizar os corpos e descobrir as reações químicas no seu interior. Pasteur e a microbiologia, as vacinas, a medicina tropical e o controle das doenças transmissíveis entraram na ordem do dia ao final do século XIX, bem como o saneamento urbano, responsável pela eliminação de várias doenças infecciosas.

Em 1870, França e Alemanha entraram em guerra e a França foi derrotada. Ao analisar as razões de sua derrota, identificou um certo desprezo do povo e do sistema educacional pela ciência. Após a paz, patrocinou os livros de Júlio Verne para que se estimulasse a proximidade da juventude, das ciências e das descobertas; e investiu na pesquisa por mais eficazes máquinas de guerra.

A guerra de 1914 tem um ar de revanche da anterior e envolve o mundo inteiro. Aqui pode ser constatada uma visão macabra de “campeonato das ciências aplicadas ao extermínio alheio”. Estúpida e sem a menor consideração por populações civis, ou mesmo pelos soldados, a guerra matou em fétidas trincheiras uma geração de jovens. Foram batalhas sujas, longas e por causas medíocres. Viu-se a utilização de produtos sinistros, como o gás clorídrico, posteriormente banido até mesmo em guerras.

Para piorar, a paz pactuada em seu final tornou incontornável a ocorrência de outro conflito. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, extinguiram-se cinco impérios: russo, chinês, otomano, alemão e austro-húngaro, além de ficar lavrada a sentença de morte do inglês.

Os estudos da matéria e da física, em especial, progrediram mais do que os da biologia. Avançou-se na decomposição do átomo e formulou-se ao final do período, em torno de 1905, o que seria uma nova visão, esta einsteiniana, denominada a Teoria da Relatividade, com importantes descobertas sobre a propagação da luz, o fracionamento do átomo, as leis da gravidade e do eletromagnetismo. Até 1920, os progressos, nesta área, do físico dinamarquês Niels Bohr e dos cientistas de Cambridge, chefiados por Rutherford, serão impressionantes.

No campo das tecnologias, os motores de combustão interna, o estudo dos fenômenos elétricos e de suas aplicações levam a uma mudança radical na logística de transporte e da produção industrial. O petróleo se consagra como o novo combustível para o mundo, e a petroquímica começa a ensaiar grandes passos.

Desde então, impera a motivação militar para o desenvolvimento científico com a formação do chamado complexo industrial-militar e a corrida por equipamentos de destruição em larga escala. As demandas de uma sociedade consumista

conseguem aproveitar e reciclar produtos dessa corrida armamentista para utilizações civis. Os investimentos são enormes para alimentar a corrida tecnológica, o que os limita a ocorrer em pouquíssimos países.

## Os últimos 100 anos

O último estágio deste percurso nos traz para o momento atual.

Ao longo dos últimos 100 anos a velocidade das descobertas científicas fez a pessoa comum desistir de entendê-las e acompanhá-las. Entre a formação de uma geração de professores e o momento em que eles começavam a ensinar, o conteúdo do ensino da ciência ficava ultrapassado e, ainda, a complexidade do tema fazia que ele fosse abandonado e enviado para outros fóruns que não a escola.

A visão do estágio da ciência, tão importante para a pessoa se sentir inserida em seu tempo, foi ficando perdida. A ciência para o homem comum foi ficando parecida com uma coleção de curiosidades ou avanços incompreensíveis.

Desde 1905, Einstein e outros pesquisadores vinham comunicando sucessivas descobertas no campo da Física, das partículas atômicas e subatômicas. Em 1914, Einstein fez comunicações mais incisivas e, entre 1920 e 1930, formulou a Teoria da Relatividade. Ela oferecia uma explicação para o que já estava disseminado no ambiente científico.

O átomo, intensamente estudado desde o século anterior, teve sua partícula denominada “elétron” descoberta por J. J. Thompson, do Laboratório de Cambridge. Ele também orientou Rutherford, que viria a propor a estrutura planetária para o átomo, um núcleo de carga positiva e os elétrons girando em volta, ainda hoje muito usada – indevidamente, diga-se – como símbolo de atividades nucleares. Thompson e Rutherford receberam o Prêmio Nobel por suas investigações nesta área.

O grande nome da ciência no século XX é Albert Einstein. Em 1905, com apenas 25 anos, já apresentava trabalhos revolucionários. Uma década mais tarde, esboçava a sua Teoria da Relatividade Geral, sucedendo sua própria Teoria da Relatividade Restrita, caracterizando a existência de ambientes inerciais uns dentro dos outros. Isso se verificava com experiências simples, tais como quicar uma bola dentro de um avião em movimento (estando o avião em velocidade mais ou menos constante é, para o jogador, como se estivesse parado, ou seja, o chão não se move em relação à bola. Enquanto ela está no ar, ambos se deslocam). A teoria da propagação da luz retoma um ponto levantado por Isaac Newton de que ela não seria apenas uma onda, mas também um campo de fótons, minúsculas partículas e, portanto, influenciadas pelo campo gravitacional. Na década de 30 começam a surgir os trabalhos que, desde então, caracterizam uma nova concepção do universo, nascido da ação de cinco campos de força, o último dos quais teve sua existência provada apenas em 2012.

O modelo relativista para o universo, de Einstein, é superado pela proposição da chamada Física Quântica, um território que, ainda hoje, em 2022, está sendo explorado, embora já não receba os questionamentos que o próprio Einstein a ela dirigiu.

A teoria quântica propõe uma nova estrutura do átomo. Hoje se identifica que mais de 30 partículas entram em sua composição, e a teoria desenvolveu, na forma de cinco campos de força, como essas partículas se agregam para formar tudo que existe no universo, a partir da identidade entre massa e energia.

Foram tantas as descobertas revolucionárias da Física no século XX que, nas universidades, passou-se a dividi-la em Física Clássica e Física Moderna. Os conceitos

da Física Clássica, embora menos precisos, foram os que ampararam acontecimentos como o lançamento de sonda a Marte e a ida do homem à Lua. Sua aproximação é suficiente para tal. Já a Física Moderna mostra as fundações de todo novo arcabouço probabilístico quântico da ciência do século XX e XXI, que formula sua visão do universo a partir das forças que agem sobre as partículas subatômicas.

A ciência invade tudo na sociedade do século XX. Do entretenimento às mais complexas pesquisas. As distâncias se reduzem com o progresso de transportes, mas, principalmente, com as comunicações virtuais. Os computadores se desenvolvem muito e se tornam aparelhos de uso pessoal, transportáveis no bolso.

O modelo de desenvolvimento americano, civilização de consumo, começa a crescer após a Primeira Guerra Mundial e explode após a Segunda, criando cada vez mais a necessidade de mecanismos automatizados de gestão. Essa gestão e seus necessários fluxos de dados alimentam uma nova ciência da informação, que evolui ao longo do tempo para áreas como inteligência artificial, trabalho a distância e outras.

Hoje, estes aspectos profissionais da Tecnologia da Informação, combinados com a difusão das redes na web, conferiram a qualquer indivíduo a capacidade de produzir notícias e divulgá-las para o mundo sem o necessário compromisso com a verdade. Isso coloca a sociedade em situação delicada e vulnerável.

Os abomináveis usos para fins bélicos, a extrema complexidade de entender a nova física do átomo e suas divisões, bem como os enormes progressos na biologia, dificultaram que o intelectual humanista se mantivesse atualizado em muitos aspectos da ciência.

O progresso da biologia na compreensão da origem e funcionamento dos seres vivos trouxe concepções totalmente novas. Artigos em revistas científicas com temas como clonagem de seres vivos, fertilização *in vitro*, sequenciamento do genoma e utilização de células-tronco na cura de doenças viram surreais conversas corriqueiras, poluindo o interesse de se aprofundar nas matérias, tamanho os disparates que se ouvem. Logo, outro fato se registra e o fenômeno científico mais parece que retrata um tipo de história ficcional do futuro, cheia de incongruências.

Compreender o estágio de desenvolvimento da ciência deve partir de uma visão holística; os estudos da biologia e da física das partículas chegaram a uma admirável convergência. Sem conhecimento deles, qualquer debate será assimétrico e não levará a um entendimento.

Temas atuais que requerem não só decisões, mas conhecimento lastreado em compreensão científica e fundamentação ética, como vacinas, aquecimento global, arsenais atômicos, não podem continuar a ser tratados na base do “eu acho”. A seriedade de tais questões exige a luz do melhor conhecimento existente.

## Conclusão

A pessoa de cultura ou humanista que desconhece a ciência básica do seu tempo e o cientista que despreza a ética e a cultura mais ampla são figuras de um passado onde se hierarquizaram esferas do conhecimento como mais ou menos nobres.

Está cada vez mais claro que o progresso do conhecimento é inclusivo. Nenhuma pessoa que se dedique a estes estudos pode se permitir ignorar fatos e saberes que caracterizam a humanidade em sua plenitude.

Dentre estes saberes, ter uma visão holística do universo e do nosso papel nele é a prioridade.

## Movimentos culturais

# Rasga o coração<sup>1</sup>

*José Miguel Wisnik*

Professor sênior de literatura brasileira na Universidade de São Paulo, ensaísta e compositor. Entre outras obras, escreveu *O Som e o Sentido – Uma outra história das músicas* (1989) e *Maquinação do Mundo – Drummond e a mineração* (2018).

**A** Semana de Arte Moderna é, hoje, uma pauta cultural e midiática que rememora a eclosão de cenas de modernismo explícito em fevereiro de 1922 no Theatro Municipal de São Paulo. A cidade explodia na condição de polo do comércio mundial do café, passando em ritmo acelerado de província à miragem da metrópole (“risco de avião entre Mogi e Paris”, diz um verso irônico de Mário de Andrade na *Pauliceia desvairada*). Nela, o peso tradicional das oligarquias contracenava com a presença de multidões, de imigrantes de variada proveniência e de movimentos operários incipientes mas já organizados, como se viu na greve geral de 1917, cujo impacto paralisou a cidade por vários dias.

A frenética expansão urbana se dava a reboque dos interesses privados, sem projeto que não fosse o da aliança do monopólio dos serviços de transporte, de água, de gás e de luz (controlados pela Light) com a especulação imobiliária. O pai de Oswald de Andrade, por exemplo, ficou mais rico do que já era loteando o bairro de Cerqueira César, enorme extensão entre a avenida Doutor Arnaldo e o Largo da Batata. Mas o escritor virará muitas vezes do avesso as marcas dessa origem, com seu “fundamental anarquismo” e suas espetaculares traições de classe, o que faz de sua figura, literariamente transfigurada em *Memórias sentimentais de João Miramar* e em *Serafim Ponte Grande*, uma espécie de Brás Cubas não póstumo, ativo e autoparódico, exibindo descaradamente em vida o descaramento de seus pares, com brilho sarcástico e fulminante. A seu modo, a biografia de Oswald já é ela mesma um índice da história do crescimento anômalo de São Paulo e a perfeita tradução da cidade como *avesso do avesso*, condição que ele levou a dimensões insuspeitadas e extraordinariamente fecundas.

A profusão de estilos arquitetônicos importados e misturados dava à paisagem urbana um quê de miscelânea e de pastiche, num clima de hibridismo polifônico e “arlequinal”. O antropólogo Claude Lévi-Strauss, que foi professor da USP nos seus inícios, nos anos 1930, disse mais tarde que a metrópole dos tristes trópicos ostentava uma vida intelectual novidadeira até o limite da inconsequência, mas, no extremo, surpreendente; que ladeava arranha-céus com terrenos baldios e quase

<sup>1</sup> Texto publicado originalmente no caderno Ilustrada Ilustríssima da *Folha de S.Paulo* (C4-C7), em 13 de fevereiro de 2022, dia em que se completava um século do primeiro festival da Semana de Arte Moderna.

selvagens; e que a metamorfose indômita que nela se vivia contribuiu mais, em poucos anos, para a sua própria chegada ao pensamento estruturalista do que a longa convivência com as seculares e sedimentadas cidades europeias.

São Paulo era, na verdade, um acontecimento urbano e humano em que se insinuavam alguns aspectos da vida mental das metrópoles industriais, quando a sensibilidade é exposta, em modo de aceleração, à eletricidade dos estímulos, à exaltação e ao trauma. Mas tudo isso na periferia do capitalismo (“galicismo a berrar nos desertos da América”, outro verso da *Pauliceia*) e em atrito com o marasmo dos hábitos arraigados de uma cidade que tinha cerca de 20 mil habitantes em 1872, 60 mil em 1890, quase 600 mil em 1922 e um milhão em 1930. A curva demográfica fala por si só do tamanho do empuxo, e do quanto o fenômeno paulista era diferente do Rio. São Paulo era uma onda em processo de arrebentação. Uma cidade que deixava de ser provinciana sem chegar a ser cosmopolita, à força de suas próprias contradições gritantes, que a abismavam entre o passado conservador estreito da província, limitado e ancorado nas suas oligarquias e nos seus hábitos morigerados, e um futuro galopante e irrefreável que se abria concretamente a uma nova complexidade da sociedade e da cultura, na base da fricção e do choque. “Não era moderna, mas já não tinha mais passado”, diz Nicolau Sevcenko. Brotava “como um colossal cogumelo depois da chuva” e como um enigma devorador “para seus próprios habitantes”.<sup>2</sup>

Não à toa o modernismo paulista vocalizou pela primeira vez no Brasil, de maneira programática, com alarde exibicionista e provocador, questões então candentes como a quebra dos tabus estéticos da representação realista da natureza, da linearidade sintática, da poesia metrificada, da consonância tonal em música, rupturas que marcariam a linguagem artística do século XX. Anunciava com estrépito, embora as obras daquele momento em geral não acompanhassem o tamanho do espalhafato, uma arte não linear, não naturalista, não aprazível e liberadora de novas potências. Na *Pauliceia desvairada*, escrita em 1921 e publicada no ano da Semana, Mário de Andrade praticou e teorizou, como ninguém até então, uma poesia simultaneísta, que ele associou com excepcional agudeza ao harmonismo e ao polifonismo em música.

A Semana poderia perfeitamente ter se resumido a um episódio datado, um roubo curioso e sintomático num momento localizado de transformações urbanas. Mas acontece que dela participaram três dos maiores artistas brasileiros do século, Mário, Oswald e Villa-Lobos, cujas obras terão desdobramentos e consequências fundamentais, aprofundando as promessas do movimento com o imponderável de suas criações singulares. Queira-se ou não, a Semana foi uma conjugação artística de São Paulo e Rio.

Muita água rolou depois desses primeiros embates, e o arco das questões do movimento modernista ampliou-se, dos anos 1920 aos anos 1940, abrindo-se às

---

**2** “(...) São Paulo não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem europeia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; não era tropical, nem subtropical; não era ainda moderna, mas já não tinha mais passado. Essa cidade que brotou súbita e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para seus próprios habitantes, perplexos, tentando entendê-lo como podiam, enquanto lutavam para não serem devorados”. Nicolau Sevcenko, *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 31.

interpretações do Brasil, à pesquisa e ao engajamento social, ao mesmo tempo em que se abriam suas rachaduras internas e suas fraturas políticas. Na conferência de 1942 (“O movimento modernista”), pronunciada no Rio, quando avaliava criticamente a Semana vinte anos depois, Mário deixa explícito que foi a oligarquia cafeeira quatrocentona, de corte aristocrático e já decadente, por isso mesmo disponível, na figura do empresário intelectual Paulo Prado, que deu suporte material ao movimento, desejando acertar passo com a modernidade da Segunda Revolução Industrial, por um lado, e confrontando a burguesia do dinheiro pelo dinheiro, por outro (o “burguês burguês”, “a digestão bem feita de São Paulo”, conforme a *Pauliceia*).

Mário esboçava então uma análise das bases de classe do movimento e criticava o alheamento das responsabilidades sociais e políticas que marcou, segundo ele, a “orgia intelectual” dos anos 1920 (“vivemos uns oito anos”, diz ele, “até perto de 1930, na maior orgia intelectual que a história artística do país registra”).<sup>3</sup> Muita crítica que se tenta fazer hoje ao modernismo já está feita ali com mais lucidez. Mas Mário a fazia não porque negasse o modernismo, mas porque afirmava em âmbito nacional o seu vetor construtivo, as conquistas da cultura moderna brasileira, “o direito permanente à pesquisa estética”, a “atualização da inteligência artística” e a estabilização de suas instituições, sempre penosamente sustentada. Em outras palavras, o que ele defendia naquele momento eram os pilares daquilo que hoje está sob o ataque atroz do bolsonarismo, com a sua corrosão antimoderna dos valores intelectuais e dos símbolos artísticos acumulados durante esses cem anos, e com sua política de desmantelamento das instituições culturais.

Restrita em grande parte, na sua época, aos contornos paulistas, com o tempo a Semana tornou-se uma referência histórica, uma data reverencial e um mito de origem, consolidando-se depois como marco da vida brasileira no século XX. Profanação do templo da cultura burguesa tradicional sem deixar de ser uma cerimônia de elite, autopublicitária já na origem, como costumavam ser as manifestações da vanguarda artística europeia que ela emulava, sem imitá-las à risca, a Semana recebeu na altura dos seus 50 anos (1972) outras camadas de consagração institucional que incitam, por sua vez, ao desmanche de sua mitologia. O que resulta na mistura confusa, que temos no ar, hoje, de profanação datada com consagração da profanação e profanação da consagração.

Nenhum desses formatos corresponde propriamente a uma reavaliação crítica capaz de identificar as potências e os limites do movimento segundo as perspectivas atuais. Avaliação crítica não se confunde, por exemplo, com sanha diminuidora pautada pela querela localista, com *petite histoire* dos bastidores e com a manipulação arbitrária do anedotário, tudo baseado numa visão rasa da literatura que jamais enfrenta as obras. Ruy Castro põe aquelas comemorações oficiais do cinquentenário da Semana, em tempos de ditadura, na conta de Mário e Oswald, como se isso comprovasse uma vocação originária do movimento modernista para a direita.<sup>4</sup> Mas o que havia de apropriação oficial e mumificante do ideário da Semana, em 1972, vinha justamente da articulação de remanescentes ligados às correntes ufanistas do Verdamarelismo e da

**3** Mário de Andrade. “O movimento modernista”, *Aspectos da literatura brasileira*. 5ª. ed. São Paulo: Martins, 1974, p. 238.

**4** Cf. Ruy Castro, “A vanguarda oficial”, caderno Ilustrada Ilustríssima da *Folha de S.Paulo*, 6 fev. 2022, C4-C5.

Anta, isto é, Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, ainda vivos àquela altura e vendo na ocasião política uma oportunidade para recuperar o prestígio que a obra deles nunca teve.

Os artistas de oposição, os que não só lutavam contra a ditadura, mas estavam fazendo obras seminais para a iluminação crítica e criadora do período, estavam encenando *O rei da vela*, de Oswald de Andrade, como Zé Celso no Oficina em 1967, filmando e encenando *Macunaíma*, de Mário de Andrade, como Joaquim Pedro de Andrade em 1969 e Antunes Filho em 1978. Ou Julio Bressane, mais tarde, fazendo em *Tabu* (1982) um contraponto entre Oswald e Lamartine Babo. Outros intelectuais e pesquisadores difundiam o modernismo dentro dos meios institucionais possíveis e dentro de uma perspectiva crítica resistente e antiautoritária. A exposição internacional promovida pelo Ministério das Relações Exteriores, que Ruy Castro cita como exemplo de franca cooptação, trazia à frente a frase “Toda canção de liberdade vem do cárcere”, extraída do “Prefácio interessantíssimo” à *Pauliceia desvairada*.

---

## As obras dos autores modernistas fortes se irradiaram participando vivamente do caldo de uma cultura brasileira cujo índice inicial ficou sendo retroativamente a Semana.

---

O movimento modernista só poderia ter irrompido em São Paulo, pelas especificidades locais já apontadas. Mas desenvolveu variantes virais poderosas em outros lugares, por contágio e irradiações recíprocas, como se vê nos livros de Manuel Bandeira, Drummond e Murilo Mendes lançados em 1930. Os penetrantes retratos de Oswald e de Mário traçados por Pedro Nava em *Beira-mar* relembram o momento em que os paulistas chegavam a Belo Horizonte em 1924. O poema de Carlos Drummond de Andrade, “No meio do caminho” (“no meio do caminho tinha uma pedra”), que vale por um movimento inteiro em dez versos, sendo já a compactação madura do modernismo, também

foi alvo de intensa profanação e consagração cruzadas. Talvez porque o Brasil, “condenado ao moderno” (segundo a famosa frase de Mário Pedrosa) sem nunca chegar a sê-lo, agarre-se ao fetiche de uma imagem compulsória que nunca atinge e nunca supera, do mesmo modo como acontece com a Semana, reivindicada por campos ideológicos opostos, cultuada e apedrejada, sintoma e ídolo polêmico, pauta jornalística que retorna e repete *ad infinitum* as mesmas perguntas.

Quando Mário morreu, em 1945, Drummond escreveu uma elegia (“Mário de Andrade desce aos infernos”, em *A rosa do povo*) que é, além de um depoimento afetivo profundo, o reconhecimento de que o poeta da rua Lopes Chaves encarnava a entidade Brasil, e tinha se tornado um ponto crucial de ligação entre as muitas dimensões simbólicas do país. Quem o ler há de ver que a importância nacional de Mário de Andrade não é uma invenção fraudulenta da USP nos anos 1960 e 1970 (como defende Luís Augusto Fischer), mas tinha entrado na corrente sanguínea da cultura desde muito tempo.

As obras dos autores modernistas fortes se irradiaram participando vivamente do caldo de uma cultura brasileira cujo índice inicial ficou sendo retroativamente

a Semana. Mito de origem inventado *a posteriori*, certamente, como todos esses marcos históricos, mas que “colou” como sintoma e como promessa das possibilidades do país no século XX. Acompanhar essa irradiação diz muito mais do que a volta aos “fatos” e fofocas feita na base da marcha a ré apequenante.

De Di Cavalcanti e Anita a Tarsila, Brecheret, Cícero Dias, Portinari, ela ressoa nos artistas visuais que redesenharam a face do país. Sérgio Buarque de Holanda faz parte disso no campo do pensamento. A obra do carioca Heitor Villa-Lobos, cuja presença em 1922 foi marcante e definidora (Fischer o omite, em seu artigo sobre o modernismo na Ilustríssima, para não embarçar a tese monocórdica do paulistismo estrito do movimento),<sup>5</sup> está profundamente presente em três artistas tão poderosos quanto diferentes: Tom Jobim, Glauber Rocha e Zé Celso Martinez Corrêa; a música popular, o cinema e o teatro; Rio, Bahia e São Paulo.

Villa era o ídolo musical e o modelo de Tom, que dialoga expressamente com ele no álbum sinfônico “Urubu”. Mesmo tendo sido o braço musical e pedagógico da política de massas do Estado Novo,<sup>6</sup> com o programa do canto orfeônico, Villa-Lobos foi parar com toda a força no cinema do subdesenvolvimento de Glauber Rocha, irrigando sonoramente “Deus e o diabo na terra do sol” e “Terra em transe”, inconcebíveis sem ele. Zé Celso concebeu o estraçalhamento de Penteu nas *Bacantes* de Eurípedes com base no extasiante coro do *Choros n. 10*, conhecido como “Rasga o coração”, cujos meandros polifônicos são sustentados por todo o elenco num verdadeiro *tour de force*. No mesmo movimento, resgata as palavras de Catulo da Paixão Cearense sobre música de Anacleto de Medeiros, que Villa-Lobos tinha tomado como referência na parte coral-sinfônica da obra, e rasga o coração da nossa dor mergulhando-a na “prismatização da luz solar” que vem da música brasileira.

Volto então a Oswald, para esclarecer um ponto crucial e urgente. Ao procurar chocar admiradores mais ingênuos de Oswald e Mário trazendo à tona facetas menos conhecidas dos dois autores em sua juventude, Ruy Castro transcreveu em sua coluna na *Folha de S. Paulo* trechos de um artigo racista do jovem Oswald sobre o pugilista negro Jack Johnson (“Oswald vs. Jack Johnson”, 17/10/2021). O texto, que saiu em *O pirralho* na altura de 1914, cerca de oito anos antes da Semana, é certamente um atestado da origem de classe do escritor e um comprovante dos estereótipos violentos que circulavam livremente entre os pares burgueses, naturalizando a estigmatização do negro e expressando, de quebra, o ressentimento diante de um homem preto e vencedor. O interesse histórico do documento só se completa, no entanto, quando posto em perspectiva.

Em 1937, Oswald foi convidado da Frente Negra Brasileira a discursar numa cerimônia de homenagem a Castro Alves, que se realizou no Theatro Municipal. Apenas dois outros brancos, além dele, foram chamados ao palco. Em seu discurso, feito no tom solene que a circunstância exigia, e na dicção de um tribuno das arcadas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, que ele também era, Oswald invoca Zumbi dos Palmares e afirma que os negros “são a vanguarda dos que pedem a justiça social”. Concita a uma aliança afro-indígena

<sup>5</sup> Cf. Luís Augusto Fischer, “Os mitos da Semana”, caderno Ilustrada Ilustríssima da *Folha de S. Paulo*, 12 dez. 2021, C4-C5.

<sup>6</sup> O assunto é tratado extensamente em José Miguel Wisnik, “Getúlio da Paixão Cearense (Villa-Lobos e o Estado Novo)”, *Música – O nacional e o popular na cultura brasileira*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 129-91.

com os “humilhados dos três continentes”, “irmanados pela má alimentação e pela péssima moradia, pela doença e pela falta de escola” – “brancos, amarelos e índios” organizando-se “sob as bandeiras heterogêneas mas unidas da democracia”. E ressalta que cabe aos negros o protagonismo nessa luta, pois são eles que vieram do fundo tenebroso do navio negreiro e que fazem parte da “população mesclada do outro navio de escravos”, que é a própria sociedade brasileira, na qual arcam com “as fornalhas do trabalho e os duros serviços da tripulação”. Suas marcas de nobreza, arrancadas “do tronco infame, das cadeias e do chicote”, dão à população negra, diz ele, “direitos enormes”. Em suma, afirmação da dimensão racial da luta política.

Oswald relata ainda que a Frente Negra Brasileira, “uma das mais belas organizações sociais que tivemos”, era perseguida e agredida impunemente pelos “roncos” e “ameaças” dos “camisas-verdes” integralistas, que, na ocasião, tomaram metade do teatro, fardados, tentando sabotar o ato. O discurso, proferido em meio a vaias, constitui, segundo Oswald, “uma das maiores alegrias de [sua] vida de lutador”. Naquele momento, diz ter se sentido, como nunca antes, num lugar para além “dos salões futuristas de 22”.<sup>7</sup>

Toca-me profundamente que a imagem do navio negreiro, no discurso da Frente Negra Brasileira, lembre um trecho de “O santeiro do Mangue”, peça teatral que Oswald escrevia nessa época, e que o Teatro Oficina encenou com o nome de “Mistérios gozosos”. A canção “Coração do mar”, que eu musiquei sobre palavras dele, faz parte dessa peça sobre a zona do Mangue no Rio de Janeiro. Elza Soares a escolheu, em 2015, para abrir o álbum “A mulher do fim do mundo”, desembocando no refrão “É o navio humano quente / Nегreiro do Mangue”, que ela fez questão de cantar a capela, ostentando na voz a dor, a nudez e a força das palavras. Palavras às quais Zé Celso tinha já acrescentado, em consonância com o original: “É o navio humano quente / Guerreiro do Mangue”.

Elza não teve qualquer dificuldade para entender imediatamente a dimensão profunda dessas canções oswaldianas, ela que é a expressão total da antropofagia popular tal como Oswald a define, capaz de absorver diferentes estilos e fundi-los com amor e humor, como faz com o “Mambo da Cantareira”, interpretado como se fosse uma peça de flamenco (*Elza Soares & João de Aquino*), ou “Fadas”, de Luiz Melodia, como se fosse Astor Piazzolla (“Do cóccix até o pescoço”). Gravou “Flores horizontais”, expressão da voz da mulher prostituída e violentada, também sobre texto de “Mistérios gozosos”, rasgando a voz e o coração, e me contou que seu refrão (“Com Deus me deito / Com Deus me levanto”) era uma oração íntima dos negros pobres no Brasil, que ela rezava com o pai antes de dormir.

Em suma, se você aperta Oswald de um lado, ele cresce de outro. Morreu no ostracismo em 1954, mas foi reconhecido em alto nível pelo grupo da poesia concreta e pelos músicos-poetas tropicalistas, por sua poesia, seus manifestos, seus romances (o par *Miramar / Serafim*) e seus escritos filosóficos tardios, nos quais se combinam de modo próprio Nietzsche, Freud, Marx e o pensamento selvagem. Haroldo de Campos identificou na sua poesia a radicalidade da linguagem

---

**7** O discurso foi transcrito por Oswald em sua coluna “Banho de sol”, publicada no periódico *Meio Dia*, em 14/3/1939, com o título “Comemorando Castro Alves”. Encontra-se na antologia do jornalismo oswaldiano organizada por Vera Maria Chalmers e publicada com o nome de *Telefonema* (Civilização Brasileira, 1974, p. 56-57). Já a narrativa do ato encontra-se em “Sobre Castro Alves”, publicada em 30/3/1944 no *Correio da Manhã*, e recolhida no livro *Telefonema*, organizado também por Chalmers (Globo, 2007, p. 114-116). Agradeço a Alexandre Nodari a preciosa indicação desses textos.

ligada ao *ready made*, à visualidade e à síntese.<sup>8</sup> Roberto Schwarz a relacionou com o “potencial materialista e rebelde da obviedade bem escolhida” que “se encontra na poética de Brecht”, como já tinha sido lembrado por Haroldo, fazendo uma análise aguda do seu sentido crítico, de seus ambivalentes vínculos com a oligarquia cafeeira, e reconhecendo-a dialeticamente como “um dos momentos altos da literatura brasileira”.<sup>9</sup> Recentemente, a antropologia de Eduardo Viveiros de Castro destaca a sua intuição surpreendente do perspectivismo ameríndio. Oswald identificou a crise da posição patriarcal no mundo contemporâneo e augurou a utopia de uma vida humana sem finalidade mercantil, à altura do seu destino e “à espera serena” da devoração do planeta pelo imperativo cósmico, sem precipitá-la em nome do lucro e sem abdicar da alegria (como Ailton Krenak).

Oswald é discutível, polêmico, anárquico e incorreto até a medula, mas a crítica não tem como negar-lhe as dimensões da grandeza e da complexidade. O negacionismo de Ruy Castro faz par com o de Lobão, quando este malha Oswald e emula Olavo de Carvalho em seu livro *Manifesto do nada na Terra do Nunca* (com mais conhecimento de causa, aliás, e mais envolvimento na leitura do texto, mesmo que completamente equivocado, do que as avaliações puramente externas de Ruy).<sup>10</sup>

Para mim, o que há de mais significativo, hoje, sobre o acontecimento em si da Semana de Arte Moderna não está contido nem na cena nem nos bastidores do Municipal, mas no poema final da *Pauliceia desvairada* de Mário de Andrade, que se chama “As enfibraturas do Ipiranga”. É um poema longo, meio descalibrado, escrito ainda em 1921, mas que tem o efeito de uma espécie de antevisão alucinada e sintomática, como só a poesia poderia fazer, dizendo nas linhas e nas entrelinhas aquilo que os programas explícitos não dizem.<sup>11</sup>

Mário figura a população de São Paulo reunida no vale do Anhangabaú para cantar em coro um grande “oratório profano” com acompanhamento sinfônico. Não se trata de um coro unitário, mas de um campo conflagrado de blocos corais que se enfrentam numa “grita descompassada”, acompanhados de uma orquestra agigantada e caótica. Entrincheirados nos terraços e janelas do Theatro Municipal estão os artistas acadêmicos, parnasianos e beletristas (“Orientalismos convencionais”) entoando com voz grandiloquente a marcha fúnebre da conservação universal dos costumes e dos padrões estéticos. Com os pés no fundo do vale, assumindo a própria desafinação e a falta de ensaios, os modernistas (“Juvenilidades auriverdes”) deblateram uma espécie de “hino à alegria” tropical que faz pensar numa parada *gay avant la lettre*. Não porque tematize a questão de gênero, mas porque levanta um clamor erótico no sentido mais amplo da palavra – o de Eros como expressão fusional da existência, afirmando a multiplicidade polimorfa do desejo contra o paredão conservador, refratário às linhas mutáveis da vida. Nas sacadas elegantes do lado oposto do vale, a burguesia endinheirada (“Senectudes tremulinas”) exhibe sua posição de privilégio apoiando de maneira caricata o bloco conservador. Postados no viaduto do Chá, trabalhadores (“Sandapilários

**8** Haroldo de Campos, “Uma poética da radicalidade”, em Oswald de Andrade, *Pau Brasil*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Globo, 2003 (Obras completas de Oswald de Andrade), pp. 19-84.

**9** Roberto Schwarz, “A carroça, o bonde e o poeta modernista”, *Que horas são?* 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 11-28.

**10** Lobão, “A utopia antropofágica revisitada – Carta aberta de Lobão a Oswald de Andrade”, *Manifesto do nada na Terra do Nunca*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013, pp. 197-233.

**11** Desenvolvo o argumento em “A república musical modernista”, em *Modernismos 1922-2022*, organizado por Gênese Andrade. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 170-195.

indiferentes”) assistem ao entrevero burguês e vão tanto os “passadistas” como os “futuristas”, mais interessados na ópera (tradição importante para a cultura operária italiana) e nos sucessos da nascente música popular urbana, em que despontava o recente “Pé de anjo” de Sinhô.

Colocando-se o embate não dentro, mas fora do teatro, a cidade é vista como aquilo que ela passava a ser: palco social explícito, anfiteatro aberto de choques. Comparecem os grupos que participaram, mas também os que não participavam do acontecimento no Municipal, fazendo parte de uma batalha campal de forças comportamentais e artísticas, encenando suas contradições gritantes. Enquanto ricos, apresentados como decrepitos, dão as mãos ao moralismo esteticamente reacionário, o poema não esconde que há entre modernistas e trabalhadores, mais que uma distância, uma fratura. A polêmica estética acontece dentro de um arregaço maior que engolfa classes e grupos sociais em reações díspares e autocontraditórias. A arte erudita da cultura dominante não rege a sociedade de massas. O café com leite das oligarquias não dá mais conta da escala dos novos embates socioculturais. A própria exaltação modernista namora com a autoaniquilação decadentista. Sob um regime de polifonia acirrada, a batalha ritual passa por um processo de fricção, fritura e fratura, rompendo-se afinal o tecido esgarçado sem que seja vencido o bloco conservador. Recobertas pelo manto de uma “enorme vaia de assovios, zurros, patadas”, as “juvenilidades auriverdes” morrem como sementes no solo do Anhangabaú, augurando-se sua utópica redenção futura num tempo mais propício.

Mário passava longe, como se vê, de uma previsão eufórica e triunfante sobre o destino do movimento modernista. Trata-se de uma encenação dramática e francamente problemática da instauração do moderno no Brasil, não só do ponto de vista artístico, mas do ponto de vista social e político, enquanto abertura a uma sociedade complexa e desigual cuja crise Mário pensou sanar depois com o resgate da cultura popular e, mais tarde ainda, com uma agônica adesão à arte engajada. O poema de 1921 é um índice convulsionado da funda dificuldade de mudança que nele se constata e anuncia. Não deixa de nos soar estranhamente atual a presença de uma agressiva e empedernida ação antimoderna acumulada com a casta empresarial, como se já assistíssemos, cem anos antes, à dança de Damares com Faria Limers.

A face luminosa dessa atualidade encontra-se no emblemático show de Emicida no Theatro Municipal de São Paulo, em 2020, que costura a matéria documental e artística do filme “AmarElo – É tudo pra ontem” (Netflix).

---

O show de Emicida no Theatro Municipal de São Paulo, em 2020, dialoga diretamente com a Semana de Arte Moderna e mostra como o teatro e o vale do Anhangabaú permaneceram ao longo do tempo como o eixo de referência das pulsações culturais da cidade para os invisibilizados e postos à margem.

---

O espetáculo é uma assumida profanação (enquanto ocupação do espaço interdito, tomando-o para usufruto dos excluídos) ao mesmo tempo que uma consagração do espaço público destinado a todos. Emicida dialoga diretamente com a Semana de Arte Moderna, elege uma epígrafe de Mário de Andrade (“nosso modernista favorito”), homenageia a antropofagia oswaldiana (“só o que é do outro me interessa”) e mostra o quanto o Theatro Municipal e o vale do Anhangabaú permaneceram ao longo do tempo como o eixo de referência das pulsações culturais da cidade para os invisibilizados e postos à margem. Resgatando as enfiaturas históricas da negritude em São Paulo, chama a atenção para o fato de que o Movimento Negro Unificado, o MNU, elegeu as escadarias frontais do Municipal como espaço de suas manifestações históricas, em 1978, e como as batalhas de ritmo e poesia do movimento hip-hop escolheram o largo São Bento como seu território, homenageando o escravizado-arquiteto Tebas, construtor de igrejas no século XIX.

“AmarElo” resgata, assim, um arco de tempos e espaços contendo múltiplas manifestações políticas e criativas, individuais e coletivas, de modo a construir, a partir das periferias, uma inesperada ponte sobre a fenda, apontando para o Anhangabaú. Se há algum lugar onde se cumpre o desejo adormecido no sonho convulsionado e inconcluso do poema final da *Pauliceia*, para além de si mesmo, não é nas frenéticas comemorações da Semana, mas nesse acontecimento.

A força e a fraqueza do grande arco da cultura moderna no Brasil, que vai dos anos 1920 aos anos 1960, consiste na aliança entre o erudito e o popular com base na mediação da classe média. Esse arco poderoso incluiu a literatura, as artes visuais, a música de concerto e chegou à MPB e ao Cinema Novo, apontando para um salto social que a ditadura interrompeu.

Acontecimento decisivo no campo cultural mais recente é a emergência de um sujeito periférico que se encarrega das próprias mediações, a começar do “Sobrevivendo no inferno” dos Racionais Mc’s, em 1997. Emicida leva adiante essa chama. Sabe das diferenças com os modernistas. Mas não abre mão da grandeza inspiradora de quem acrescenta mundos ao mundo.

Oswald de Andrade distinguia a alta e a baixa antropofagia. A alta antropofagia reside basicamente na capacidade de *ser outro* ao reconhecer o outro em si (trata-se de uma operação de rigor que não se confunde com a indiferenciação do consumo onívoro nem com o ato de comer e “vomitar” influências). Já a baixa antropofagia, ele resumiu, no “Manifesto antropófago”, em quatro palavras: inveja, usura, calúnia e assassinato. Não é difícil reconhecer essas forças nefastas no panorama atual, na forma da cultura do ressentimento (inveja), do liberalismo oportunista (usura), das *fake news* (calúnia) e da necropolítica ostensiva (assassinato).

O recente assassinato de Moïse Mugenyi Kabagambe é a evidência horrenda da baixa antropofagia dada em espetáculo dantesco – a consumação do Brasil como o cu do mundo arreganhado e à mostra. “A mais triste nação / Na época mais podre / Compõe-se de (...) / Grupos de linchadores”, diz a canção de Caetano Veloso (“O cu do mundo”). Por uma ironia cruel, alegórica e quase surrealista, o quiosque junto ao qual se dá o ato inominável se chama “Tropicália”. Tropicália, além de nos remeter a Caetano e a Hélio Oiticica, associa-se a Oswald e, num passo, estamos de volta ao espectro da Semana de Arte Moderna, na encruzilhada entre o século XX e o XXI.

Trata-se de transformar o horror em totem. Marcar e venerar o lugar de Moïse, como o de Marielle, e de todos e todas que ela e ele representam. Revirar e reexistir. Tornar inadmissível a normalização do inadmissível. Rasgar o coração, banhar a imensidão do nosso penar na prismatização da luz solar.

Em 2022, o Brasil está espremido entre a alta e a baixa antropofagia. Eis a questão.

# Memória e desmemória da Semana de 22

*Antonio Carlos Secchin*

Ocupante da Cadeira 19 na Academia Brasileira de Letras.

**U**ma narrativa costuma apresentar protagonistas, antagonistas e coadjuvantes. E, na história da literatura brasileira, nenhum evento foi tão propício à criação de personagens quanto a Semana de Arte Moderna de 22. Não só por ser considerada, com ou sem exagero, como uma espécie de refundação da literatura do Brasil, quanto pelo caráter coletivo de que se revestiu.

À diferença dos movimentos anteriores – romantismo, parnasianismo, simbolismo –, o modernismo dispõe de um grandioso e específico acontecimento público para chamar de seu. Ora, exatamente por essa dimensão coletiva, não apenas pelo número de participantes, mas também pela congregação de um colegiado de artes – literatura, música, pintura, arquitetura, escultura –, as versões se acrescentam, se justapõem, se contradizem, a ponto de podermos dizer que parece ter havido diversas Semanas eventualmente até conflitantes abrigadas numa só Semana, a acreditarmos no que sobre ela disseram seus protagonistas, antagonistas e coadjuvantes.

Nossa proposta é a de apresentar um sucinto balanço de algumas manifestações retrospectivas, sob forma de artigos, depoimentos, ensaios e livros escritos por alguns dos autores/atores das apresentações de 1922, num arco cronológico que se estende de 1932 a 1976. Manifestações que, com menor ou maior distanciamento cronológico, já se prestassem a propor uma espécie de legado do famoso evento, aqui retratado basicamente em sua dimensão literária, isto é, sem considerações sobre as demais artes que compuseram a programação da Semana.

O que logo avulta é que, nas lembranças do que ocorreu no Theatro Municipal de São Paulo, ninguém, praticamente, pretende assumir papel coadjuvante. O protagonismo foi alvo de revisões pelo filtro implacável da História. Algumas estrelas de 22 hoje são poeira cósmica no mapa literário. Porém, mesmo contribuições modestas, de natureza administrativa, tendem a se automagnificar, por meio de narcísicas lentes de aumento.

Citemos o exemplo do hoje esquecido escritor paulista René Thiollier. Epígono de Eça de Queirós e de Coelho Neto, nada tinha a ver com o espírito modernista, salvo a circunstância de ser amigo de Paulo Prado, este, sim, um proeminente e abastado mecenas organizador do movimento. Coube a René a missão de assinar o contrato de aluguel do Teatro, no valor de 847 mil réis (em torno de 60 mil

reais), para a realização dos encontros de 13, 15 e 17 de fevereiro de 22. Thiollier também integrou o comitê de patrocinadores, num total de nove pessoas, mas, até por incompatibilidade de estilo, não teve qualquer participação artística no festival. Isso, porém, não o impediu, na conclusão de um folheto editado às suas expensas em 1954 (data atribuída), de assim vangloriar-se: “por mais extravagante que possa parecer, quem organizou a ‘Semana de Arte Moderna de 1922’ fui eu” (Thiollier, 1954, p. 62).

Se Thiollier, em sua generosa autoavaliação, se declara o organizador da Semana, outros reclamam a paternidade do evento, sem que exista um exame de DNA literário inquestionavelmente confiável.

A maioria dos estudiosos, todavia, tende a atribuir a um coadjuvante de 22, o artista plástico Di Cavalcanti, a ideia de realizar o evento. No livro *Viagem da minha vida*, de 1955, Di relata que vivia em trânsito entre o Rio de Janeiro, onde morava, e São Paulo, onde ia ganhar dinheiro. Num desses deslocamentos, encontrou-se na Pauliceia com o já citado Paulo Prado, cafeicultor, empresário bem-sucedido, cosmopolita, culto e generoso. Di Cavalcanti cogitou da realização de uma semana de arte moderna no Theatro Municipal, proposta de imediato encampada por Paulo, que convocou um grupo de amigos da alta burguesia paulistana para apoiar financeiramente o projeto. Escreve o pintor: “Eu sugeri a Paulo Prado a nossa semana, que seria uma semana de escândalos literários, de meter os estribos na barriga da burguesiazinha paulistana” (Cavalcanti, 1955, p. 115). Tudo leva a crer ter sido plantada nesse encontro a primeira semente da Semana. Mas outra pessoa também reivindica a primazia da sugestão: Nazareth, irmã de Paulo Prado, com quem o escritor e diplomata Graça Aranha, nome muito importante da Semana, mantinha um apaixonado relacionamento extraconjugal. Declarou Nazareth Prado: “Pode parecer presunçoso, mas eu fui a causadora da Semana de 1922. Naquela época, eu estava em São Paulo, em casa de minha família, e Graça Aranha necessitava de qualquer pretexto para me ver. A Semana de Arte foi um belo pretexto” (Prado, acessado em 17/1/2022). Vemos, portanto, que o tema se torna mais complexo. Além da paternidade, agora há que se conjecturar também sobre a maternidade da Semana.

Hoje soa espantosa a proeminência então conferida a Graça Aranha. Escritor secundário, já havia sido bafejado pelas benesses do destino quando, aos 30 anos, em 1898, foi convidado a integrar o quadro de fundadores da Academia Brasileira de Letras, e, caso único, sem haver escrito um livro sequer. Dele, sobreviveram apenas, e sem maior relevo, o romance *Canaã*, de 1902, e um belo ensaio introdutório à correspondência entre Machado de Assis e Joaquim Nabuco. Mas, como quer que seja, coube-lhe a honra de abrir a Semana de Arte Moderna, proferindo uma conferência algo frouxa e confusa intitulada “A emoção estética na arte moderna”, no dia 13 de fevereiro de 1922.

Atribuem o prestígio de Graça junto a Paulo Prado não ao fato de o escritor, ao namorar Nazareth, haver-se tornado cunhado, mesmo oficioso, do empresário, mas à sua atuação como diplomata, quando teria desenvolvido importantes negociações com a Alemanha e a França em favor do café brasileiro. Sua reputação no meio modernista, para dizermos pouco, não provocava entusiasmos, por isso o convite para sua participação no festival funcionaria principalmente como manobra a fim de angariar o aval de um nome veterano e respeitado nas letras, algo estrategicamente vantajoso para os mais jovens.

Sobre o romancista, escreve Di Cavalcanti: “Não era homem de profundidades e, juntando-se ao nosso grupo de modernistas, deu ao movimento de 1922 um

tom festivo irreconciliável talvez com o sentido de transformação social que para mim deveria estar no fundo de nossa revolução artística e literária” (Cavalcanti, 1955, p. 116). Di transcreve uma notícia do jornal *O Estado de S.Paulo*, datada de 29 de janeiro de 1922: “Por iniciativa do festejado escritor Sr. Graça Aranha, da Academia Brasileira de Letras, haverá em São Paulo uma Semana de Arte Moderna” (Cavalcanti, 1955, p. 117) – em mais uma atribuição de paternidade...

Poucos anos mais tarde, após expor-se, e indispor-se com a própria ABL, a Academia Brasileira de Letras, Graça Aranha seria rejeitado e ridicularizado pelos autores que ajudara a promover. Numa carta aberta de 1926, escreve Mário de Andrade: “você confundiu

a função de orientador com a de tiranete e chefe político de comarca (...) você se tornou o maior blefe do Modernismo” (Andrade, 1926). O escritor, de fato, nunca aderiu, senão tangencialmente, aos novos valores, permanecendo numa espécie de limbo, sem querer ser passadista e sem conseguir ser modernista.

Tinham-no, porém, como incontestado padrinho ou patriarca do movimento, ao menos até 1924, como se constata pela encomiástica homenagem de Manuel Bandeira, sob forma de dedicatória autógrafa num exemplar de *Poesias*: “A Graça Aranha, Manuel Bandeira; ao mestre da perpétua alegria, o seu eterno aprendiz. Rio, junho de 1924” (Bandeira, 1924, p. 1). No transcurso da história, operou-se uma inversão de papéis: Graça Aranha, então protagonista, tornou-se coadjuvante; e Bandeira, então coadjuvante, tornou-se protagonista.

O poeta, como se sabe, não participou diretamente da Semana de 22, mas permitiu que um de seus poemas, “Os sapos”, sátira contra o neoparnasianismo, fosse lido por Ronald de Carvalho. Voltaremos à questão. No memorialismo do *Itinerário de Pasárgada* (1954), Bandeira contradiz a dedicatória de 1924: “não conseguimos até hoje impor a verdade, a saber, que nunca fomos discípulos de Graça Aranha” (Bandeira, 1954, p. 67). E admite, sobre o modernismo: “Pouco me deve o movimento; o que eu devo a ele é enorme” (Bandeira, 1954, p. 67).

Do ponto de vista literário, é consenso que quatro foram os autores de destaque da Semana, todos eles paulistas: Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Menotti Del Picchia e Oswald de Andrade.

Desses, apenas Guilherme de Almeida não legou memórias. Prolífico, habilidoso verzejador e tradutor, eleito por votação popular de uma revista o “príncipe dos poetas” brasileiros, foi o primeiro modernista a ingressar na Academia Brasileira de Letras, eleito já em 1930. Ressalvemos, porém, que Guilherme não entrou na ABL na condição de modernista. Ironicamente, o fundador da cadeira de Guilherme, a de número 15, fora Olavo Bilac, o parnasiano-mor, o mais fustigado pelos rapazes de 22; como se não bastasse, o antecessor imediato de Almeida foi Amadeu Amaral, outro parnasiano; e, para culminar, o novo acadêmico escolheu para saudá-lo Olegário Mariano, um neoparnasiano e feroz inimigo do modernismo;

---

Escreve Di Cavalcanti:  
 “Eu sugeri a Paulo Prado  
 a nossa semana, que  
 seria uma semana  
 de escândalos  
 literários, de meter os  
 estribos na barriga  
 da burguesiazinha  
 paulistana”.

---

sintomaticamente, tal palavra não é citada nenhuma vez nos discursos de Guilherme e de Olegário, que, num arroubo, chega a declarar: “o entrechoque das escolas não conseguiu contaminar a vossa fibra virginal de poeta autêntico” (Mariano, acessado em 17/1/2022).

Del Picchia, outro que, como Graça Aranha, foi realocado historicamente de protagonista a coadjuvante, talvez fosse, em 22, o mais inflamado defensor do modernismo. O discurso vago de Graça Aranha proclamava a arte como “a realização da nossa integração no cosmos”, pelas emoções e sentimentos que “nos levam à unidade suprema com o Todo Universal” (Aranha, 1925, p. 12). Já a conferência de Menotti trazia a arte para o século XX: “As ninfas modernas dançam maxixe ao som do jazz (...) Morra a Hélade! (...) Morra a mulher tuberculose lírica (...) Organizemos (...) para dar uma vaia definitiva e formidável nos deuses do parnaso” (Del Picchia, 1927, p. 25). Nas memórias de *A longa viagem* (1972), ele relata que a grande imprensa era avessa à renovação artística, mas paradoxalmente foi num jornal de linha política conservadora, o *Correio Paulistano*, que, sob o pseudônimo de Hélios, encontrou espaço para a divulgação do novo ideário estético. Prossegue Menotti: “Vou, sem consultar apontamentos, fixar o pitoresco dessa inesquecível batalha [a Semana] tal qual ainda a tenho na memória” (Del Picchia, 1972, p. 133). Sobre a noite de abertura, deprecia a conferência de Graça Aranha: “era, como peça oratória, uma exposição filosófica e doutrinária monótona” (Del Picchia, 1972, p. 134). E destaca: “O tumulto deveria explodir na segunda noite [dia 15]. Fora eu o escalado para dirigi-la” (Del Picchia, 1972, p. 134). “Chamei Oswald de Andrade. Foi então que, sob o comando dos piquetes de vaia, rompeu no Theatro Municipal a maior assuada que me foi dado ouvir na vida. Uivos, gritos, pateadas no assoalho, risadas” (Del Picchia, 1972, p. 136).

Após Oswald, apresentaram-se vários poetas, cabendo o desfecho das leituras a Ronald de Carvalho. No saguão, Menotti se dispôs a explicar a arte cubista para um público afeito ao classicismo. Por fim, Menotti transcreve a carta irônica que, no dia seguinte, recebeu de Mário de Andrade: “Estamos célebres! Enfim! Nossos livros serão comprados! Ganharemos dinheiro! Seremos lidíssimos! Insultadíssimos! Celebérrimos” (Del Picchia, 1972, p. 142).

A destacar nas memórias de Del Picchia o tom cordial com que, no cinquentenário da Semana, em 1972, ele se refere a dois escritores que se tornaram desafetos, Mário e, sobretudo, Oswald de Andrade. Como se sabe, juntos em 1922, em 1928 se separavam, numa cisão de natureza ideológica: de um lado o grupo vencedor aos olhos da posteridade, politicamente mais à esquerda, representado por Mário e Oswald. E o grupo da direita, de que fariam parte Menotti e Plínio Salgado, este, um discreto coadjuvante da Semana, posteriormente fundador e líder da Ação Integralista Brasileira, versão nacional do fascismo italiano. Chegou a candidatar-se à presidência da República em 1955, tendo obtido 8,28 % dos votos.

Outro ponto diz respeito à motivação das hostilidades contra a Semana. Havia, decerto, extremada reação contra o que parecia ser um circo literário. Cassiano Ricardo, importante nome do modernismo, e que em 1926 se associaria a Menotti e Plínio, confessa sua dificuldade inicial em romper com o padrão antigo, no livro de memórias *Viagem no tempo e no espaço*, de 1970: “Um soneto à moda do tempo se tornara tão escravizador que só mesmo heroicamente poderia o viciado sair dele. De modo que a Semana de Arte Moderna foi, ao começo, escarnejada por mim, como coisa louca (Ricardo, 1970, p. 33). “Pouco depois, minha entrada para a redação do *Correio Paulistano*, onde já se encontravam Menotti Del Picchia e Plínio Salgado, me tornou um modernista convicto e até um teórico do Movimento”

(Ricardo, 1970, p. 35). Oswald havia descoberto o Brasil na Europa; queríamos descobrir o Brasil no Brasil mesmo; (...) Verdamarelismo contra futurismo italiano, contra dadaísmo francês, contra expressionismo alemão” (Ricardo, 1970, p. 36). “Oswald, com a sua genialidade, *blagueur* incorrigível, gostava de briga e nos insultava com uma alegria pantagruélica que dava gosto” (Ricardo, 1970, p. 38). “Sei que Mário não me apreciava [...] Nada tenho que alegar. Trata-se de uma fase polêmica, e a maior vantagem era um não gostar muito do que o outro produzia” (Ricardo, 1970, p. 39).

A conversão de Cassiano não foi a regra. Muitos se pronunciavam pela rejeição categórica dos novos valores. Um recurso reiterado para depreciar as vanguardas era rotulá-las indiscriminadamente de “futuristas”, eliminando-se as diferenças entre os diversos movimentos artísticos para assim serem globalmente desqualificados, como subprodutos tardios do ideário de Marinetti, cujo primeiro manifesto remontava a 1909, e era tido como símbolo da vanguarda velha, se relevamos o paradoxo. Ainda em 1960 encontram-se ecos dessa posição conservadora, conforme se lê no ensaio-conferência *O modernismo*, de Nilo Bruzzi, onde o autor não hesita em recorrer a considerações racistas para desqualificar Mário de Andrade: “É um misto de caipira e mulato pachola opinando. Sua obra valerá muito, futuramente, não como contribuição artística, mas como contribuição para o estudo do mulato, ora pela arrogância, ora pela falsa modéstia, (...) tudo mesclado de forte dose de ridículo” (Bruzzi, 1960, p. 44).

Bastante crítico aos valores da Semana foi um importante movimento modernista do Rio de Janeiro, o do grupo Festa, que publicou, com esse título, a partir de 1927, um “mensário de pensamento e arte”, capitaneado pelo poeta católico Tasso da Silveira.

Diversamente do movimento paulista, Festa propunha uma arte universalizante, espiritualizada, em diálogo com a herança simbolista, e teve como assídua e mais proeminente colaboradora a poetisa Cecília Meireles. Em *Definição do modernismo brasileiro*, de 1934, Tasso da Silveira, sem adotar um tom belicoso, defende a anterioridade do modernismo carioca sobre o de São Paulo: “como éramos desde o princípio renovadores, não tivemos a necessidade de dar a cabriola futurista, ou cubista, à imitação de Marinetti e de Cendras (Silveira, 1934, p. 82). “Concordo em que era preciso o barulho. (...) Mas perpetuar a pilhéria é simplesmente idiota” (Silveira, 1934, p. 84). “E, contudo, apesar de tudo, festa, festa, festa! Aceitamos alegremente a vida como a vida é. Quer dizer: como realidade divina e humana” (Silveira, 1934, p. 88).

As 141 páginas de *A grande semana de arte moderna* (1976), de Yan de Almeida Prado, talvez se constituam na mais extensa coletânea de recordações do tema. Na dedicatória à esposa de Paulo Prado, lê-se “À Marinette Prado, que teve a ideia da Semana de Arte Moderna” (Prado, 1976, p. 5). Vê-se, portanto, que não apenas a paternidade, mas até a maternidade da Semana é matéria controversa, visto não estar esclarecido se tal honraria cabe à mulher ou à irmã de Paulo Prado. O título do livro, publicado às custas do autor, é enganoso, pois se trata de um rancoroso e agressivo ataque contra o evento – o capítulo 6 se intitula “A malfadada Semana de Arte Moderna” – fundamentado em dois argumentos repetidos à exaustão: 1) a Semana, quando realizada, não foi levada a sério e obteve mínima repercussão, pois teria representado somente uma pilhéria para escandalizar e divertir a alta sociedade paulistana; 2) Mário e Oswald dela se aproveitaram para uma gigantesca operação autopromocional, e para isso tiveram que artificialmente inflar a importância e a repercussão do festival. Em suma, desejavam ser reconhecidos como escritores de mérito graças à propaganda contínua de seus papéis à frente da

Semana. Com sarcasmo, Yan reduziu a um só – “Marioswald” – o nome dos dois e provocou: “Não havia recurso que deixassem de empregar em desesperado afã tendente a manter viva a Semana, de que dependia a sobrevivência da dobradinha” (Prado, 1976, p. 15). Queriam “Marioswald de Andrade (...) na qualidade de seus donos, saírem das trevas em que se encontravam” (1976, p. 114). O curioso é que esse, um dos mais veementes e hostis libelos contra a Semana, foi escrito por alguém que dela participou! Sim, 54 anos depois, Yan fez seu tardio ajuste de contas, numa época em que seus alvos preferenciais já estavam há muito tempo mortos: Mário em 1945; Oswald (contra quem chegou a entrar com ação criminal) em 1954. Até então, as críticas à Semana provinham ou de adversários visceralmente hostis à vanguarda, como Bruzzi, ou de autores que, de início contrários, como Cassiano Ricardo, posteriormente reviram seu posicionamento. Do catálogo original da Semana de 22 consta, com modesta participação, Almeida Prado, na seção de Pintura, para a qual contribuiu com dois desenhos.

O galardão de mais importante testemunho sobre a Semana de 22 costuma ser atribuído à conferência “O movimento modernista”, realizada por Mário de Andrade em abril de 1942. Nela, num discurso desencantado, Mário assinala a distância entre os objetivos e o efetivo alcance da Semana. Reconhece-lhe os méritos e aponta-lhe as insuficiências. Entre os méritos, destaca-se um trecho que se tornou de citação quase compulsória por todos os estudiosos do período. A Semana teria facultado “O direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira; e a estabilização de uma consciência criadora nacional” (Andrade, 1942, p. 45). O ensaio é bastante atento às condições sócio-histórico-políticas que envolveram a Semana. Tal contextualização costuma estar ausente

na maioria dos depoimentos. Mário enfatiza o caráter beneficentemente destruidor desse primeiro modernismo, situado entre 22 e 30. Trata-se de um balanço geracional bastante difundido, com justiça, pela pertinência e agudeza das reflexões desenvolvidas ao longo de suas 81 páginas.

Considera-se Oswald de Andrade o mais modernista dos modernistas, por ter sido, até o fim, um ortodoxo praticante dos postulados de 22, enquanto os demais desenvolveram várias fases ao longo de seus percursos. O Carlos Drummond de Andrade de *Alguma poesia*, de 1930, e o de *Claro enigma*, de 1951, são dois autores diversos que habitam a mesma pessoa. Já o Oswald do derradeiro poema “O escaravelho de ouro”, de 1947, é bastante parecido com o Oswald *Pau Brasil*, de 1925.

Conhecido pela verve polêmica e sarcástica, emitia juízos bastante volúveis, sujeitos a rompantes, circunstâncias ou conveniências. Em seus artigos jornalísticos, o que havia de constante era a inconstância. Declara o poeta Domingos Carvalho da Silva: “Conheci pessoalmente o sr. Oswald de Andrade em 1947, e desde esse

---

Para Mário de Andrade,  
a Semana teria  
facultado “O direito  
permanente à pesquisa  
estética; a atualização  
da inteligência  
artística brasileira;  
e a estabilização de  
uma consciência  
criadora nacional”.

---

ano o sofri alternadamente como amigo e inimigo. Admiro sua curiosa contribuição para o movimento modernista, a cuja massa falida permanece fiel como um rabino agarrado ao Velho Testamento” (Andrade, 1990, p. 206). Cassiano Ricardo, em 1944, foi chamado de “ratazana em molho pardo” (Andrade, 2007, p. 171), mas, num artigo de 1952, viu-se alçado ao posto de “maior poeta vivo do Brasil” (Andrade, 2007, p. 552).

No que tange, porém, à Semana, dela ele foi sempre, *et pour cause*, ardoroso defensor. Referiu-se ao acontecimento em numerosas crônicas, conferências, entrevistas, embora jamais tenha esclarecido as causas de seu radical rompimento com Mário de Andrade, em 1929, tendo sido tão próximos na Semana de 22, e mesmo antes, desde o ano de 1917. A amizade surgiu quando ambos convergiram na defesa de uma exposição de pinturas de Anita Malfatti. Cinco anos antes da Semana, já começava a tomar corpo o projeto modernista. É consenso que fevereiro de 22 não foi o ponto de partida do modernismo, e sim o marco simbólico de legitimação pública de um processo em curso, cujos melhores frutos seriam posteriores à Semana, com a Geração de 30, e as estreias de Drummond, Murilo Mendes e de um Manuel Bandeira modernisticamente repaginado no livro *Libertinagem*.

As razões da ruptura entre os Andrades permanecem até hoje no terreno nebuloso das especulações. A primeira referência de Oswald ao ex-amigo, em 1929, traz as marcas do ressentimento – “Como se o sr. Mário de Andrade, antes, durante e depois da amizade que teve por mim, não fosse acima de tudo um cínico! Quanto a mim o que sempre me impressionou no Mário foi o barítono” (Andrade, 1990, p. 50). Em outras entrevistas, porém, há elogios ao desafeto: “Mário foi um grande estímulo e, sob certo aspecto, gostei dele por narcisismo, pois a sua literatura vinha provar que as minhas tendências eram certas” (Andrade, 1990, p. 163). Foram inúteis as sinalizações oswaldianas de reconciliação, Mário se mostrava irreduzível a qualquer tentativa de reaproximação. Numa carta duríssima endereçada a Murilo Miranda, em 10 de julho de 1944, Mário de Andrade desabafou, sem citar nominalmente Oswald: “o único ódio que me depaupera”, “um indivíduo que chafurdou nas maiores baixezas do insulto e da infâmia pessoal...” “Porque sei que se trata em toda rica extensão da palavra ‘miserável’, tanto usada pra leprosos, como pra qualquer indigente ou qualquer bandido: esse miserável” (Andrade, 1981, p. 167).

Em *Os dentes do dragão*, de 1990, foram reunidas 43 entrevistas de Oswald de Andrade; em 20 delas, há referências centrais ou periféricas à Semana. Da terceira à antepenúltima entrevista, o modernismo e seus personagens ocupam espaço privilegiado. Em 1926, manifestou-se sobre Graça Aranha: “Esse literato é um simples pedante que pretende elevar a sua confusão de ideias importadas à altura de um fenômeno brasileiro” (Andrade, 1990, p. 22). Em junho de 1954, a menos de cinco meses da morte, manifestou-se uma vez mais sobre Mário e sobre a literatura que se seguiu à de sua geração: “O movimento que iniciamos tão bem com Mário de Andrade sofreu um retrocesso com a literatura linear e primária do Nordeste. (...) O Brasil letrado (pouco letrado) estava muito mais preparado para receber o romance de cordel dos srs. José Lins do Rego e Graciliano Ramos do que as altas cogitações estéticas da Semana de Arte Moderna de 1922” (Andrade, 1990, p. 237).

Percorremos diversas recordações da Semana. Para o desfecho, convém agora mudar o ângulo e investigar não o que se disse, mas o que não se disse, o que permanece até hoje lacunoso. Em vez da memória, a desmemória da Semana.

E logo constatamos algo surpreendente. Seja por meio de depoimentos posteriores, seja pelos divulgadores coetâneos, ainda desconhecemos, um século depois da Semana, a quase totalidade dos poemas que foram ao palco na condição de

supostos representantes da arte moderna. Com exceção da poesia da *Pauliceia desvairada* de Mário de Andrade, teriam sido modernistas os poetas e os poemas da Semana de Arte Moderna? Não. O enorme sucesso posterior do evento se daria muito mais pelas intenções renovadoras e provocativas do que pelos textos propriamente ditos, que, em teoria, deveriam materializar tais intenções.

Em busca desses poemas esquecidos, não identificados inclusive pelos seus autores, recorremos à maior fonte de consulta relativa aos coevos à Semana: o livro *22 por 22*, organizado por Maria Eugênia Boaventura, que coligiu mais de duas centenas de matérias jornalísticas sobre a Semana, seus participantes e suas propostas, fossem os artigos favoráveis, fossem, na maioria, hostis.

“Os sapos”, de Manuel Bandeira, se tornou o poema-símbolo entre todos os apresentados no evento. Sérgio Buarque de Holanda chegou, com exagero, a considerá-lo “uma espécie de hino nacional dos modernistas” (Holanda, 1944, p. 28), sem, todavia, referir sua apresentação no palco do Theatro Municipal. Pois bem: nenhuma das 231 matérias coligidas no livro de Maria Eugênia cita “Os sapos” ou seu autor, tampouco o nome do poeta consta da programação oficial de 22. Portanto, foi *a posteriori* que esse texto adquiriu dimensão superlativa, inexistente para a plateia e para os críticos na noite de 15 de fevereiro, quando, então, teria sido apenas mais um entre tantos outros poemas estrepitosamente vaiados pela assistência. A rigor, nem se trata de peça alinhada aos postulados transgressores do modernismo: é vazada em versos pentassilábicos de métrica e rimas convencionalmente regulares. Critica o “parnasianismo aguado” e anacrônico de então, mas não o parnasianismo original. No *Itinerário de Pasárgada*, Bandeira foi claro: “A propósito desta sátira, devo dizer que a dirigi mais contra certos ridículos do post-parnasianismo” (Bandeira, 1954, p. 54). “Nunca atacamos [ele e Ribeiro Couto] publicamente os mestres parnasianos, nunca repudiamos o soneto” (Bandeira, 1954, p. 67). Num paradoxo aparente, podemos dizer que, com o *Itinerário de Pasárgada*, foi a partir de 1954 que o poema começou a fazer um grande sucesso em 1922.

De todos os escritores da Semana, apenas três se destacam atualmente no cânone da literatura brasileira: Bandeira, Mário e Oswald. Bandeira, em 22, como vimos, ainda distante da adesão franca ao modernismo; Oswald, naquela noite, não compareceu como poeta, preferindo ser apupado como ficcionista. Leu trechos do romance *Os condenados*, uma narrativa muito aquém das técnicas vanguardistas que exibiria em *Memórias sentimentais de João Miramar*, de 1924. De Mário de Andrade não há certeza do poema apresentado: alguns apontam “Ode ao burguês”, que se conclui com “Fora! Fu! Fora o bom burguês!...” (Andrade, 1941, p. 13). Num jogo de espelhos, Mário teria sido vaiado pelo público, ao ler um verso em que vaiava o público. Outros dizem que o poeta declamou “Inspiração”, que se abre com o brado “São Paulo! Comoção de minha vida” (Andrade, 1941, p. 9). O escritor nunca informou o título do poema que leu, e também, nos 23 anos seguintes, ninguém parece ter demonstrado curiosidade em esclarecer junto a ele essa grande dúvida.

O que predominou na Semana foram os poetas pré-modernistas, ou de um modernismo tão moderado que jamais poderiam ser considerados paradigmas de revolução ou mesmo de renovação literária. São os casos de Ronald de Carvalho e de Ribeiro Couto. A obra mais “moderna” de Ronald é *Toda a América*, de 1926, em que a crítica detecta forte influência de Walt Whitman. Ribeiro Couto foi expoente do chamado “penumbrismo”, tendência literária a que faltavam ironia, humor e viés crítico. Em 22, Menotti Del Picchia e Guilherme de Almeida se vinculavam poeticamente à tradição, pois somente em 1925 publicariam livros modernistas;

Menotti com *Chuva de pedra*, Guilherme com *Raça*. Sérgio Milliet teve seu poema em língua francesa interpretado por um amigo suíço, Henri Mugnier. Plínio Salgado mal pode ser considerado poeta: sua incursão no gênero limitou-se, em 1919, ao medíocre *Tabor*, obra jamais reeditada, de fatura subparnasiana. Completando o elenco, dois poetas de muito escassa produção, postumamente publicados: Tácito de Almeida e Luis Aranha – esse, o caçula do grupo, o único nascido no século XX, em 1901. Por fim, um outro, nunca acolhido em livro próprio: Agenor Barbosa.

Seriam esses de fato os representantes daquilo que se pretendia considerar poesia moderna? Ou será que o ideal de renovação conseguiu expandir-se à revelia desse incipiente elenco modernista? Foi o que efetivamente acabou ocorrendo, mas nunca saberemos com que intensidade e velocidade o fenômeno do modernismo ter-se-ia propagado e consolidado sem o aparato publicitário e o trampolim da Semana.

Embora tenham abrigado várias artes, os três dias do festival privilegiaram em especial a música, com a entronização de Villas-Lobos quase como um gênio da raça. Mas não há dúvida de que foi pela literatura que o evento se notabilizou. Desde aquela época, a poesia modernista sempre esteve no centro das discussões, ora para ser desqualificada como “futurista”, ora para ser louvada como “avanguardista”.

O leitor de hoje, interessado em inteirar-se do que foi efetivamente apresentado nos dias 13 e, sobretudo, 15 de fevereiro, depara com a desinformação. Das cinco conferências anunciadas no programa, desconhecemos por inteiro o teor de três: as de Ronald de Carvalho, Renato de Almeida e Mário de Andrade, nunca transcritas ou localizadas. E não se pense que a ausência de documentação textual se limite aos discursos. Do conjunto de poemas que subiram ao palco, só temos certeza da presença de “Os sapos” e, por ironia, de um texto do mais obscuro participante, Agenor Barbosa, autor de “Os pássaros de aço” (Barbosa, 1921), mescla estilística não muito bem-sucedida de simbolismo e modernismo:

No aeródromo, o aeroplano  
 Subiu, triunfal, na tarde clara,  
 Grande e sonoro, como o Sonho humano!  
 Ó bandeiras da audácia!  
 Da Terra que a ambição dos Paulistas povoara  
 De catedrais e fábricas imensas  
 Que, por áreas extensas,  
 Se centimultiplicavam em garras e tentáculos,  
 A Cidade assistia indiferente,  
 Naquele início de poente,  
 Com seus divinos céus, luminosos e imáculos  
 Seu mare magnum, seu oceano,  
 O seu bazar cosmopolitano,  
 O seu surdo rolar de esquares e de praças,  
 Todos os seus florões, todas as suas raças,  
 O seu belo brasão heráldico e minúsculo.  
 À ascensão maravilhosa do crepúsculo  
 E um outro aeroplano  
 Alçou o voo, logo após, medindo o espaço  
 Como um estranho pássaro de aço.  
 E pano...

E em semicírculos, como uma ave de rapina,  
 Subiu num rufo de motor  
 Dominador,  
 Pela amplidão dos céus, solitária e divina! (1921)

As conferências e poemas lidos na Semana que lograram chegar aos livros mal devem ultrapassar a vintena de páginas. Há uma grande desproporção entre a exiguidade do que foi publicado e a enormidade do que sobre a Semana se escreveu. Seu legado reside muito mais no conjunto de textos que ela provocou do que no conjunto de textos que ela produziu. Certamente não há relação necessária entre a dimensão diminuta de um documento e a amplidão de sua posteridade, haja vista a repercussão alcançada pelas pouquíssimas linhas inscritas na tábua de Moisés. Mas nesse caso talvez falte, para alento de professores e historiadores, um décimo primeiro mandamento: “Não pesquisarás em vão.” Seria extraordinário se pudéssemos localizar o material dado como perdido, e assim talvez entender melhor em sua inteireza a gênese da poesia modernista, com a compilação da totalidade de palestras e poemas levados à cena há cem anos no Theatro Municipal de São Paulo. Hoje ainda estamos bem longe de tal situação. Mas quem sabe esse desígnio não se transforme em realidade até 2122, a tempo de integrar as comemorações do segundo centenário da Semana de Arte Moderna?

## Referências bibliográficas

- ANDRADE, Mario de. Carta aberta a Graça Aranha. In: São Paulo: *A Manhã*, 12/1/1926.  
 ----- . *Cartas a Murilo Miranda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.  
 ----- . *O movimento modernista*. Rio de Janeiro: CEB, 1942.  
 ----- . *Poesias*. São Paulo: Martins, 1941.  
 ANDRADE, Oswald de. *Os dentes do dragão*. São Paulo: Globo, 1990.  
 ----- . *Telefonema*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2007.  
 ARANHA, Graça. *Espírito moderno*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1925.  
 BANDEIRA, Manuel. *Itinerário de Pasárgada*. Rio de Janeiro: Jornal de Letras, 1954.  
 ----- . *Poesias*. Rio de Janeiro: Revista de Língua Portuguesa, 1924.  
 BARBOSA, Agenor. Os pássaros de aço. In: São Paulo: *Jornal do Comercio*, 21/6/1921.  
 BATISTA, Marta Rossetti et alii. *Brasil: 1º tempo modernista – 1917/29 – Documentação*. São Paulo: Instituto de Estudos brasileiros, 1972.  
 BOAVENTURA, Maria Eugenia (Org.). *22 por 22. A Semana de arte moderna vista pelos seus contemporâneos*. São Paulo: EDUSP, 2000.  
 BRUZZI, Nilo. *O modernismo*. Rio de Janeiro: Aurora, 1960.  
 CAVALCANTI, E. Di. *Viagem da minha vida*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955.  
 DEL PICCHIA, Menotti. *A longa viagem*. São Paulo: Martins, 1972.  
 ----- et alii. *O curupira e o carão*. São Paulo: Hélios, 1927.  
 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Cobra de vidro*. São Paulo: Martins, 1944.  
 MARIANO, Olegário. Discurso de recepção a Guilherme de Almeida. Disponível em: Guilherme de Almeida | Academia Brasileira de Letras  
 PRADO, Nazareth. Disponível em: Uns poucos modernos – CartaCapital  
 PRADO, Yan de Almeida. *A grande semana de arte moderna*. São Paulo: EDART, 1976.  
 RICARDO, Cassiano. *Viagem no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1970.  
 SILVEIRA, Tasso da. *Definição do modernismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forja, 1932.  
 THIOLLIER, René. *A semana de arte moderna* (depoimento inédito). São Paulo, Cupolo, s/d.

## O Cine Academia

*Carlos Diegues*

Ocupante da Cadeira 7 na Academia Brasileira de Letras.

**A**ffonso Beato, o grande diretor de fotografia do cinema brasileiro, sempre foi um de meus melhores, mais antigos e íntimos amigos. Passamos alguns carnavais adolescentes em Teresópolis, com Davi Neves e meu irmão Fernando, e fomos parceiros em várias experiências e tentativas cinematográficas, desde “Domingo”, um curta-metragem em que ele atuou como produtor, meu primeiro filme exibido fora do país.

Foi Affonso quem me fez retomar o projeto do CineAcademia, que eu havia lançado assim que tomara posse na Academia Brasileira de Letras, dando sequência a uma ideia de Nelson Pereira dos Santos, o mestre cineasta a quem eu sucedia na Cadeira 7. Nós tínhamos perdido Flora, nossa filha, para um tumor no cérebro. Tanto eu quanto Renata vivíamos dessa tristeza sem reparação, quando recebi um telefonema de Affonso, numa manhã de agosto, dois meses e tal desde que nos havíamos visto no funeral de Flora. Muito masculinamente, Affonso nos chamava, a mim e a Renata, uma certa atenção para voltarmos a nossos projetos e obrigações com tanta gente que esperava de nós muito mais ação e energia. Nesse dia, o projeto do CineAcademia voltou a existir.

Tratava-se de criar uma espécie de clube de cinema para ajudar a ver alguns filmes brasileiros antigos e modernos, aqueles que tinham alguma relação com o que poderia se tornar o nosso futuro cinematográfico, ou seja, a história de nosso cinema. No fundo, nossa pretensão era a de, com a escolha de alguns títulos especiais, se possível essenciais, mostrar o rumo que tomou e seguia tomando o fazer cinematográfico entre nós. Para isso, além das pessoas já envolvidas, precisávamos também de especialistas que podiam nos ajudar nessas descobertas e revelações.

Decidimos, em primeiro lugar, que as sessões não deveriam ser na cabine do Museu de Arte Moderna nem no teatro da ABL. Tínhamos que procurar uma tela no meio do caminho, um lugar que tirasse o eventual espectador do seu local de trabalho, no centro da cidade, e não o levasse à alternativa manjada do MAM. Com essa terceira tela, teríamos a sensação evidente, para o frequentador, de que a projeção de filmes brasileiros não seria a continuação de uma obrigação funcional nem um modo de ganhar tempo para o programa da noite. E o objeto de nossa escolha já era evidente: o circuito Itaú de cinema. Procuramos Adhemar de Oliveira, responsável por esse circuito, e fizemos com ele um acordo que poderia ser mudado a cada nova série de projeções.

Para aquela primeira série, a de filmes brasileiros significativos para nossa cultura e nossa história, já tínhamos o sistema armado – uma iniciativa da Academia

Brasileira de Letras, com o apoio da Cinemateca do Museu de Arte Moderna e a participação do Circuito Itaú de Cinema. Pronto.

Enquanto discutíamos como iria funcionar nosso CineAcademia, promovemos a exibição de três filmes brasileiros que, sem nenhum apoio de ordem funcional, poderiam significar muito como previsão do que pretendíamos que viesse a ocorrer. “Rio, 40 graus”, de 1955, dirigido por Nelson Pereira dos Santos; “Ganga Bruta”, de 1933, Humberto Mauro; e “Limite”, realizado em 1929, por Mário Peixoto. As exibições foram programadas nessa ordem, embora as datas de produção fossem exatamente opostas.

Na primeira quarta-feira seguinte, dia 4 de setembro, às 15h30, exibimos o documentário “Elogio da liberdade”, dirigido por Bianca Comparato, sobre a trajetória intelectual, política e poética de nossa Acadêmica Rosiska Darcy de Oliveira, que esteve presente no Teatro Raimundo Magalhães Júnior. Além disso, apresentamos, nessa mesma sessão experimental, o belíssimo documentário sobre outro importante Acadêmico, o professor Alberto da Costa e Silva, o maior especialista brasileiro na cultura africana e afrodescendente.

Para melhor situar a experiência, chamamos alguns mestres do cinema brasileiro para discutirmos os filmes com o público – Walter Salles, Marco Lucchesi, Affonso Beato, Hernani Heffner, Ricardo Cota, Cláudio Faissal, Ana Maria Machado e Sérgio Augusto se tornaram nossos parceiros, em um movimento cujo resultado não tínhamos ideia de como seria. A primeira grande surpresa foi o interesse do público, que lotou a sala do Espaço Itaú de Cinema – Botafogo, durante essas três noites, desde a primeira exibição da série que chamamos, sem compromisso, de “Fundação do Cinema Brasileiro”. Tivemos que abrir uma espécie de exceção para os membros da ABL, que poderiam entrar na sala mesmo que estivessem praticando um horário equivocado.

Numa mensagem que enviei a Ana Maria Machado, disse que essa primeira experiência, improvisada e não muito bem-organizada, nos permitia planejar

---

Tratava-se de criar uma espécie de clube de cinema para ajudar a ver alguns filmes brasileiros antigos e modernos, aqueles que tinham alguma relação com o que poderia se tornar o nosso futuro cinematográfico, ou seja, a história de nosso cinema.

---

a exibição dos filmes regulares com mais sabedoria e efetivo proveito para todos. “Iniciaremos o programa”, dizia eu, “com projeções realizadas em data fixa. Formaremos uma comissão de Curadoria, um Conselho de Programação formado por acadêmicos e membros da Cinemateca. Esse Conselho programará as sessões do CineAcademia, que serão sempre temáticas, a partir de um assunto escolhido para justificar a exibição dos filmes. Contrataremos um programador, que ficará responsável pelas cópias dos filmes e demais condições para a exibição deles. Precisaremos marcar um encontro com os responsáveis pela Cinemateca do MAM e pelo Grupo Itaú, para aprovarmos os detalhes do projeto. De nossa parte”, eu concluía, “fica a critério seu e do Presidente Marco Lucchesi a data desta reunião.”

Com o apoio indispensável do pensador do cinema e crítico Sérgio Augusto, organizamos finalmente a série projetada. E iniciamos a exibição dela no dia 5 de novembro, inaugurando formal e oficialmente nosso CineAcademia. Sérgio Augusto se tornou o responsável pela programação de toda a série. O primeiro filme apresentado foi, mais uma vez, “Limite”, de Mário Peixoto, atendendo a muitos pedidos dos que não o puderam ver na programação prévia. Em dezembro, mostramos “Argila”, de Humberto Mauro, e em janeiro, “Rio, 40 graus”, de Nelson Pereira dos Santos. Em fevereiro, fizemos uma pausa de verão, para retomar as projeções em março de 2020, justamente quando a ABL foi paralisada pela crise da pandemia. Já tínhamos alugado as cópias dos filmes anunciados, fomos obrigados a devolvê-las sem tê-las usado.

O início da série não podia ser mais bem-sucedido. Todas as sessões estavam programadas para serem seguidas de uma mesa de debates, formada por cineastas, críticos, pensadores ou professores ligados de algum modo ao filme exibido. Convidamos para a primeira mesa o cineasta Walter Salles, um amigo próximo de Mário Peixoto, e Marco Lucchesi, nosso presidente e conhecedor da obra literária de Mário. O mediador dessa primeira mesa de debate foi Hernani Heffner, diretor da Cinemateca do MAM.

Já fazíamos os convites para a terceira noite da série, quando Margareth Dalcomo nos sugeriu suspender toda atividade da Academia ligada ao exterior dela. Na verdade, como pouco tempo depois constatamos, ela nos advertia para a suspensão de toda a atividade da ABL, para evitar a propagação do vírus pandêmico. Suspendemos imediatamente as atividades da Academia, os encontros e, naturalmente, as convocações de gente para atividades coletivas. Conversei pessoalmente com Sérgio Augusto e combinamos guardar o material de uso coletivo para quando voltássemos a nos reunir. Já se passaram quase três anos que tomamos esses cuidados.

De qualquer modo, temos arquivados na ABL todos os materiais de uso indispensável para a retomada de um sistema como o do CineAcademia, no caso de uma situação sem perigos extras. Penso nisso quase diariamente e sei que muitos amigos nossos também gostariam de testemunhar essa oportunidade. Aguardamos pacientemente esse momento, que há de acontecer para o melhor conhecimento do cinema e, muito especialmente, do cinema brasileiro.

---

O primeiro filme apresentado foi “Limite”, de Mário Peixoto.

Em dezembro, mostramos “Argila”, de Humberto Mauro, e em janeiro, “Rio, 40 graus”, de Nelson Pereira dos Santos. Em fevereiro, fizemos uma pausa de verão, para retomar as projeções em março de 2020, justamente quando a ABL foi paralisada pela crise da pandemia.

---

---

# O teatro põe a literatura dramática na vertical

---

*Fernanda Montenegro*

Ocupante da Cadeira 17 na Academia Brasileira de Letras.

## *Entrevista a Rosiska Darcy de Oliveira*

**Você chega à Academia Brasileira de Letras aos 92 anos, trazendo consigo, nessa longa e bela vida, uma bagagem imensa de experiências, sucesso, admiração que as plateias lhe dedicam, de amor que você encontrou na sua vida, um casamento de sessenta anos, seus filhos e netos, seus incontáveis amigos. Machado de Assis dizia que pertencer à Academia, “esta a glória que fica, eleva, honra e consola”. Fernanda, com essa vida tão luminosa, quais são seus planos de futuro?**

A cada dia a sua agonia, ou, a cada dia a sua esperança ativa, não sou da esperança sentada, olhando o infinito, sou da esperança ativa, senão não é esperança. Nós estamos vivendo uma hora misteriosa, louca, o início de um século. Eu nasci no fim dos anos 20 do século passado. Acho que é nos primeiros vinte anos de um século que se consolida o que esse século será. Eu já vivo o meu século, não viverei esse novo século. Daqui para a frente cada dia é uma surpresa, é um agradecimento. Você amanhece, agradece; vai dormir, agradece; acorda no outro dia, agradece; passou o dia, apesar de qualquer problema, agradece. Então eu espero, um pouco tensa, as notícias são muito ruins, sabe?, então eu fico me lembrando daqueles anos vinte do outro século, um século em que houve Hitler, Stalin, Mussolini, até a bomba atômica que foi um horror. E, ao mesmo tempo, no campo da arte uma explosão extraordinária. Se você lembrar os escritores, os músicos, o teatro que se fez, enfim, toda a arte, foi um século de produção cultural extraordinária. Então eu não vou ver esse novo século, porque não vou durar mais 80 anos. Se não for bom, que passe rápido; se der uma melhoradinha, aguenta um pouquinho, na esperança de um dia poder dizer “Meu Deus, que dia maravilhoso!”.

**A Academia será uma experiência nova na sua vida. Você tem no seu imaginário algumas ideias sobre isso?**

Tenho. Eu acho que o fato da Academia Brasileira de Letras, caminhando para 125 anos, se abrir para uma atriz e para um músico da qualidade e da dimensão do Gil, também um poeta com uma lírica tão extraordinária, nós não somos aqueles designados como escritores ou com uma formação extremamente acadêmica, quer na medicina, na filosofia, no direito. Não, a gente vem de uma área que é na

vertical, que é o palco. Nós fazemos do nosso corpo o instrumento da ação cultural. Na minha área, a gente pega a literatura dramática e põe na vertical. O corpo humano está ali, a possibilidade de interpretar de múltiplas maneiras pelos séculos afora. De quando em quando pegamos um clássico, um texto grego, ou mesmo do Renascimento, até mesmo desse século XX. Cada hora tem uma leitura, dependendo da transcendência da encenação com que você vai contribuir, então somos um instrumento de carne, osso e alma, uma respiração com uma personalidade dentro. O mesmo personagem pode ser feito de infinitas maneiras.

Eu acho que a Academia abriu a porta do gabinete e saiu para a calçada, saiu para o palco e saiu para uma comunicação física, carnal, sem deixar de ser emocional, sem deixar de ser intelectual. O todo é extremamente cultural. Quando vamos para o tablado ao vivo, concordemos ou não, não ficamos ausentes da avaliação. É imediato: vai lá, apresenta, é aceito ou rejeitado na hora, para infelicidade ou não. Às vezes algo que foi detestado, alguém gostou, e, às vezes, algo que foi amado por todos, alguém não gostou, porque existe a presença livre da opinião diante do fato artístico, e o ator, que está ali, presente, recebe diretamente a aceitação ou a rejeição.

É um momento bonito estarmos sendo aceitos na Academia, é uma resistência cultural desse país. Esse país que, de vez em quando, entra em buracos assassinos, onde pegam os punhais e cravam na gente, mas a gente renasce.

### **Nas nossas conversas, eu ouço muito você falar em resistência, e me parece que o teatro é para você – e talvez sempre tenha sido – o locus dessa resistência.**

O teatro é sempre a primeira coisa a ser perseguida. Nos dias de hoje, os atores são os bandidos da Lei Rouanet. Os canais oficiais de apoio ao teatro foram fechados. Sobrou para nós, atores, mas isso faz parte da nossa herança. Somos nós que estamos presentes.

### **Você, Fernanda, mais do que uma peça ou um personagem, você encarna o teatro brasileiro.**

Na nossa área de arte não existe solidão, não existe uma só referência. Não estou dizendo isso por demagogia. Ninguém representa a nossa arte. Eu sou o resultado de milhares de companheiros de cena, não só de atores, mas de autores, diretores, produtores, público, porque se o público não vem não existimos. Até quando se faz monólogo tem que ter alguém atrás, mesmo que seja em praça pública. Tem que ter uma pessoa sentada ali, para o processo palco-ator-plateia acontecer.

---

O que o ator exprime  
é a humanidade.

---

### **Essa natureza efêmera do teatro, para um ator ou uma atriz, faz parte desse ofício?**

Você não pode ser guardado, a não ser que você faça um filme, mas aí já não é teatro. Você deixa gravada uma voz, você deixa gravado um radioteatro, mas isso já é eletrônica fixando para o futuro. Não tem nada a ver com o processo palco-ator-plateia.

### **E a Acadêmica Fernanda Montenegro?**

A Academia hoje, diante do momento político em que vivemos, é uma resistência cultural ampla. Tenho muito orgulho de ter sido aceita, porque um ator engloba,

como intérprete, toda a possibilidade da vida. Seja um cientista, um navegador, um rei, um presidente ou um mendigo. O leque dos personagens do teatro, o que o ator exprime é a humanidade.

A minha eleição não deixa de ser um momento muito especial dentro dessa cultura esmagada que nós estamos vivendo, principalmente porque, como sempre, a maldição está em cima do ator.

Outra questão, o ator existe na sua língua. O ator fala com a língua da sua terra, da sua cultura e da sua alma, que é a do país no qual nasceu e cresceu. Por mais que eu possa falar uma língua estrangeira e me sair bem, não é como estar no palco do seu país falando na sua língua. O ator é a sua língua.

**Albert Camus, no *Mito de Sísifo*, conta uma história que você menciona em seu belo livro *Itinerário fotográfico*. Ele conta a história da atriz Adrienne Lecouvreur, que, no leito de morte, quis se confessar e comungar, e acabou recusando a extrema-unção porque pediram que ela renegasse o seu *métier* de atriz. Preferiu morrer sem a extrema-unção e guardar a sua identidade. Camus diz então que a identidade de ator é mais forte que a eternidade. Que identidade é essa, Fernanda? Qual é o sortilégio desse ofício?**

Há certas posições na vida que vêm de vocação. Eu acho que o teatro, o palco, é uma importante vocação que pesa sobre um ser humano, porque tudo é contra. Hoje ainda há essa coisa eletrônica das novelas, mas eu sou de uma geração em que o teatro era no palco.

Você pode estreiar extraordinariamente bem, como Sergio Cardoso estreou um Hamlet, um espetáculo maluco e ele arrebatava. Ele tinha se formado em direito. Jovem, eu vi 18 vezes o Hamlet de Sergio Cardoso.

Essa vocação não é só do ator, é do homem do teatro. Ele pode querer começar sendo ator porque viu determinado ator. Pode ser que não tenha talento para ser ator, mas como ele ama aquele teatro, aquele mundo de faz de conta, ele vai ser até contrarregra, cortineiro e vai viver ali dentro, seja fazendo Hamlet ou varrendo palco. Ele vive ali dentro. E isso eu amplio até o circo, porque o circo não deixa de ser o nosso espaço.

**Eu tive o privilégio de ouvir você falando para um grupo de jovens atores num jantar que nós tivemos uma noite em Friburgo, durante uma temporada do monólogo “Viver sem tempos mortos”. Esses jovens vieram, sentaram-se à mesa e pediram que falasse sobre teatro. Uma das coisas que você disse, e que eu não esqueci, foi que quem não acreditasse que aquelas três paredes e aquele chão de tábuas são o mundo inteiro não deveria ser ator.**

Isso está em Shakespeare. É um referencial, é o criador do mundo contemporâneo e está lá, no palco. Assim como está tanto em Sófocles quanto em Beckett. Tudo isso está guardado na literatura. Mas, quando há perseguições políticas, quando há destruição da cultura geral, o teatro está sempre em primeiro lugar; o palco na primeira hora, ele vem na vertical, corporificado. Por isso é que Shakespeare disse essa frase: “todos nós somos atores porque o mundo é um palco”. E eu tenho certeza que ele disse isso não como hoje falamos, como uma frase poética, não, porque também sofria horrores, perseguições de sobrevivência artística. Por que aquele homem vai embora com cinquenta e poucos anos para a terra dele e morre? Quando ele disse que o mundo é um palco e todos nós somos atores, ele queria dizer: deixem de nos perseguir, deixem de nos acusar de crimes que não cometemos, deixem de falar que nós é que roubamos o governo atual. Não! Procurem o

verdadeiro ladrão, o verdadeiro assassino, procurem o verdadeiro marginal. Essa frase do Shakespeare é o seguinte: não nos persigam, não nos botem em segundo plano, porque nós todos somos atores e porque esse mundo não é nada mais do que um palco. Temos que nos agarrar a essas definições sacramentadas.

**Lendo seu *Itinerário fotográfico*, me deparei com uma carta que você escreveu a Clarice Lispector e que Clarice pediu licença para publicar na crônica dela no jornal. Nessa carta, num dado momento, você pergunta: “E o nosso mundo Clarice?” E eu lhe pergunto: E o nosso mundo, Fernanda?**

Pois é, está dando um certo espanto. Esse início de um século, esse vírus que se transmuda sem parar, há tanta mudança nesse bicho. Estamos com um governo impossível, uma gerência que não faz nenhuma gerência. Consolidaram uma direita assassina. O emblema é uma mão como se fosse um revólver ou um membro masculino em pé. Temos que esperar passar isso, ou mudar isso e transformar em coisas que deem esperança de vida ativa, porque estamos todos sendo desmontados, desplugados.

**São Paulo**

De São Paulo recebi uma carta de Fernanda Montenegro. Telefonei-lhe pedindo licença para publicá-la. Foi dada.

Clarice

É com emoção que lhe escrevo, pois tudo o que você propõe tem sempre essa explosão dolorosa. É uma angústia terrivelmente feminina, dolorosa, abafada, educada, desesperada e guardada.

Ao ler meu nome, escrito por você, recebi um choque não por vaidade mas por comunhão. Ando muito deprimida, o que não é comum. Atualmente em São Paulo se representa de armá no bolso. Polícia nas portas dos teatros. Telefonemas ameaçam o terror para cada um de nós em nossas casas de gente de teatro. É o nosso mundo.

E o nosso mundo, Clarice?

Não este, pelas circunstâncias obrigatoriamente político, polêmico, contundente. Mas aquele mundo de que nos fala Tchêkhov: onde repousaremos, onde nos descontrairemos? Ai, Clarice, a nossa geração não o verá. Quando eu tinha quinze anos pensava alucinadamente que minha geração desfaria o nó. Nossa geração falhou, numa melancolia de 'canção sem palavra', tão comum no século XIX. O amor no século XXI é à justiça social. E Cristo que nos entenda.

Estamos aprendendo a lição seguinte: amor é ter. Na miséria não está a salvação.

Quem não tem não dá. Quem tem fome não tem dignidade (Brecht). Clarice, estou pedindo desculpas por este palavrório todo. Mas deixe que eu mantenha com você esta sintonia dolorosa dos que percebem alguns mundos, não apenas este ou aquele, porém até mesmo aquele outro, embora linearmente – como é o caso.

Nossa geração sofre da frustração do repouso. É isso, Clarice? A luta que fizemos, não o faremos pra nós. E temos uma pena enorme de nós por isso. É assim que explico pra mim estas frases que você põe no seu artigo: 'Eu que dei pra mentir. E com isso estou dizendo uma verdade. Mas mentir já não era sem tempo. Engano a quem devo enganar, e, como sei que estou enganando, digo, por dentro, verdades duras.' A luta, a que me refiro lá no alto, seria aquela luta bíblica, a grande luta, a que engloba tudo.

Voltando às 'verdades duras' de que você fala: na minha profissão, o enganar é a minha verdade. É isso mesmo, Clarice, como profissão. Mas na minha intimidade toda particular, sinto, sem enganos, que nossa geração está começando a comungar com a barata. A nossa barata (Fernanda se refere a um livro meu). Nós sabemos o que significa esta comunhão, Clarice. Juro que não vou afastá-la de mim, a barata. Eu o farei. Preciso já organicamente fazê-lo. Dê-me a calma e a luz de um momento de repouso interior, só um momento.

Com intensa comoção.

Fernanda."

Carta de Fernanda a Clarice Lispector publicada na coluna semanal da escritora no *Jornal do Brasil*. In: Clarice Lispector. *A descoberta do mundo*, Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 145.

Carta de Fernanda Montenegro para Clarice Lispector

Outra coisa. Também está entrando uma nova cultura, uma nova era, uma nova e real época histórica, que é o botão. No princípio era o verbo, nessa nova era é o clique. É assim mesmo, as eras se sucedem. Se não é mais palavra, é o botão. Deverá vir toda uma nova vivência, um novo código que vai abranger tudo. Toda atividade humana vai estar a serviço dessa nova língua. O alfabeto já mudou: também é “tb”, que é “q”.

### **Essa nova era, que é muito mais que uma mudança de geração, coloca desafios à arte cênica?**

Isso eu não sei. A ação dramática vem vindo desde o cinema, acho que desde a fotografia. Na fotografia já se armava uma melhor cena. Os homens, na maioria, ficavam sentados e as mulheres em pé para mostrar a roupa. Como a máquina era lenta, tínhamos que ficar quietos. Todos tinham uma cara séria porque a máquina levava um tempo para fotografar. Hoje em dia você não tem mais foto, vive-se no celular. Estou fazendo uma série de álbuns com fotos de 30 por 40 que sobraram da família, dos espetáculos, dos encontros e das viagens. Daqui a duzentos anos talvez seja vista como uma obra de extrema qualidade artística, porque não fazem mais fotos. A não ser que se copie do celular.

Qual vai ser a linguagem do teatro? Deverá continuar, nem que seja celularmente. O teatro já foi um grande comunicador físico, mas veio a eletrônica, depois veio o rádio, os teleteatros. Nathalia Timberg, Sergio Brito, Ítalo Rossi, Fernando Torres – foram 10 anos de teleteatro. Fizemos tudo, menos Shakespeare e os gregos, respeitamos porque não íamos dar conta. Comecei na TV Tupi em dezembro de 1950; já em fevereiro de 1951 fiz Fedra, retrospectiva do teatro universal, da noite para o dia. Tinha naturalmente que ser feito com gente de teatro. Éramos pioneiros, fizemos Sófocles, Plauto até Pirandello. Paramos em Pirandello. Fizemos também uma retrospectiva do teatro brasileiro com os Autos dos Jesuítas e viemos até Silveira Sampaio. Isso no começo da TV. Foi preciso buscar uma linguagem levando em conta a publicidade que iria sustentar o processo. Os autores começaram a fazer suas novelas com as cenas tendo começo, meio, esperando alguma situação de expectativa para entrar o anúncio, continuar a cena ou deixar para daqui a pouco. Então o teatro físico deverá continuar.

### **Nós temos um desafio: um teatro na Academia. Esse teatro precisa de mais vida do que ele tem. Nele já se fizeram muitas coisas, leituras dramáticas e shows. A sua presença na Academia chama imediatamente um desejo de dar mais vida a esse teatro.**

Eu acho que esse teatro tem que existir culturalmente, não só a serviço da Academia. Tem que botar o homem comum lá dentro porque é um palco. De acordo com a Academia, claro. O Projeto Pixinguinha no teatro João Caetano, às seis e meia da tarde, somente de música popular brasileira, foi uma programação importante que durou anos. Enquanto não se ia para casa, o público ia lá e assistia. Eu acho que se houver uma programação no teatro da ABL num final de tarde, o homem que está no seu trabalho e quer esperar um pouco antes de ir para casa vai comparecer. Tem que começar a fazer, criar o hábito e fazer uma boa divulgação. Este ano Paulo Autran, Tônia Carrero e Bibi Ferreira fazem 100 anos de nascidos. O trio tem filmes gravados, tem shows. Tenho pensado nisso, de acordo com a Academia. Também podemos fazer leituras de alguns textos, temos que ensaiar, preparar, que seja comunicativo, de início nada muito complexo. O teatro pode ter uma vida intensa, não à noite, porque o Centro está vazio, talvez na hora do almoço, no finzinho da tarde. Ideias nós temos.

### Os nossos seminários costumam ser exatamente no fim da tarde.

Pois é, não é que o teatro não tenha vida, eu já estive lá, mas penso que é muito a serviço da Academia, não totalmente e deve continuar, mas deve também abrir para o homem da calçada. Senão como é que eu fui aceita? Eu sou meu instrumento, tenho que tocar meu instrumento...

### A cultura é a alma de um país, memória e projeto. Você é uma figura exponencial da cultura brasileira. Como você vê o momento pelo qual passa a cultura no nosso país?

Existe a cultura da morte, existe a cultura da traição e existe a cultura da falência, tudo pode ser uma cultura. Nós estamos vivendo, no momento, a cultura da falência e a cultura da morte, a cultura do nada. A cultura das artes é algo muito inquieto, muito provocador, é uma cultura que tem que ser da liberdade, da contestação e também da aceitação. Essa, no Brasil, não existe mais. Se você prestar atenção, não tem mais nada acontecendo que provoque a presença de uma plateia. Ainda mais com o vírus ... O que se destrói primeiro é a cultura das artes, porque é onde cada um existe plenamente, ouvindo música, lendo um livro, indo ao teatro ou a uma praça para ouvir um cantor popular, uma escola de samba que está saindo. Todas as interpretações folclóricas brasileiras, para tudo. Atualmente há alguns espetáculos em que o público vem de máscara ou traz o atestado da vacina. Porém lá de cima não vem nada, é um estrangular a gente. Nós sobrevivemos a um período militar. Foram 21 anos, sobrevivemos. Não se deixou de produzir, não se deixou de ir para a rua protestar, não se deixou de nos massacrar, até matando, mas havia uma potência de protesto vivo, tanto que saímos vivos e produtivos.

Agora está estranho, tudo está existindo através da eletrônica, tanto o melhor quanto o mais porco, mais sujo, mais traidor. Estamos entrando numa nova era. Teremos que ter um código, não é censura, não estou falando isso, ou então será um vale-tudo, o que vier está bom, o que vier faz parte.

Eu estou com a idade que estou, e se tiver mais três anos de uma possibilidade física de estar presente em um ato ao qual eu pertença a mais de 80 anos, estarei. Eu não esperava isso, não esperava esse desmonte. Nós já tivemos uma presença, mesmo durante o terror militar, na música, no cinema, no teatro, na literatura, no calor das nossas personalidades, em todos os campos.

Agora, há um silêncio. Então é isso? Será que todo mundo abaixo do Equador é nada? Porque lá em cima estão armando uma guerra. E o vírus, esse monstro mítico.

### Em duas circunstâncias, eu lhe assisti e achei muito interessante a sua presença. Uma delas foi há muitos anos, quando houve no Rio uma apresentação do Ivaldo Bertazzo, um balé formidável no Teatro Carlos Gomes. Ivaldo fazia um trabalho lindo de recuperação de jovens pela arte.

Ele ia buscar os jovens e tinha essa coisa do gerenciamento cênico. Os jovens faziam tudo como profissionais.

---

Quem não  
acreditasse que  
aquelas três paredes  
e aquele chão de  
tábuas são o  
mundo inteiro não  
deveria ser ator.

---

Houve um momento lindo, no fim do espetáculo, quando você subiu no palco e dançou com Ivaldo. Foi um voto de confiança que você deu ao trabalho dele. Foi comovente e não me surpreendeu. E eu me lembro de ter escrito uma crônica sobre o espetáculo, em que eu dizia: “Fernanda está sempre no lugar certo.” Houve um segundo momento, mais recente, quando eu estava assistindo a um filme de alta qualidade chamado *Amarelo*. Mostra um espetáculo do rapper Emicida, no Teatro Municipal de São Paulo, que teve um papel importante na promoção de um outro mundo para a população negra. Em dado momento, ouve-se a sua voz e eu pensei: “Fernanda de novo”, porque você tem essa característica de estar presente sempre onde existe uma luta pela liberdade, por uma melhoria de vida, por alguma coisa mais justa, mais igualitária. Isso é uma vocação?

É que você tem que estar no seu tempo. O Emicida, esse maravilhoso artista, me deu uma chance de ser contemporânea. Não fui eu que fui dar nada. Quando ele me convidou, eu aceitei e pensei: graças a Deus ele me chamou. Você tem que estar no seu tempo, tenha a idade que tiver. Até mesmo se não andar mais, mas se está com seu raciocínio com alguma possibilidade ainda, então se me convidam para esses momentos, eu vou de joelhos porque por um mistério qualquer me acham viva.

É como eu entrar para a Academia... nem é um ator, é uma atriz, e lá tem poucas mulheres acadêmicas. Isso vai mudar, não é que os nossos poderosos

homens não possam estar ali, não sei criar um negócio que só entra mulher. A radicalização às vezes é criminosa. Então eu só escrevi aquela carta para Clarice porque ela me citou numa crônica dela, não me lembro bem a frase, uma frase bonita. E era a propósito do momento em que se vivia naquela hora, de um terror político, prisões, mortes. Eu mandei aquela carta porque pensei: o que vamos fazer da vida? Conseguimos sair, retomamos, agora estamos nisso, mas uma hora isso vai acabar. Porque eu já vi, com essa idade que estou, tanta coisa começar e acabar que você não faz ideia.

**E você vai ver de novo, porque pouca gente está tão viva como você. Muito obrigada, Fernanda.**

Nós estivemos juntas na encenação de *Viver sem tempos mortos* em que interpretei Simone de Beauvoir. Aquela experiência foi muito interessante. Os burocratas da Lei Rouanet nos recusaram patrocínio alegando “imagina, levar Simone de Beauvoir para as favelas!”

---

O Emicida, esse maravilhoso artista, me deu uma chance de ser contemporânea. Não fui eu que fui dar nada. Quando ele me convidou, eu aceitei e pensei: graças a Deus ele me chamou. Você tem que estar no seu tempo, tenha a idade que tiver.

---

---

Uma favelada se levantou na plateia e disse: “Essa Simone não é de nada, porque ela fica só cuidando desse homem que não dá nada para ela. Mulher livre sou eu, não tenho homem nenhum, tenho meus filhos, sustento meus filhos.” Acabou ali com a Simone de Beauvoir que era escrava de Sartre.

---

### **Eu me lembro, bem.**

O ministro da Cultura era um sociólogo, isso muda muito. Minha produtora perguntou: “O senhor é sociólogo, Simone de Beauvoir não pode ser levada para as favelas?” A comissão tinha dito não, ele aprovou e, como você viu, fizemos e ficamos lotados. Tivemos debate depois com o público, e eu vou contar aqui. Uma favelada queria entrar e nós dissemos: “Se você entrar com a criança, ela vai chorar.” Ela disse: “Se chorar, eu dou maminha.” No fim, ela levantou e disse: “Essa Simone não é de nada, porque ela fica só cuidando desse homem que não dá nada para ela. Mulher livre sou eu, não tenho homem nenhum, tenho meus filhos, trabalho, sou independente, sustento meus filhos. Se aparecer um homem, tudo bem, se não aparecer, não tem importância.” Acabou ali com a Simone de Beauvoir que era escrava de Sartre.

### **Uma outra me perguntou se a Simone não era uma escrava da liberdade. Eu escrevi sobre isso depois.**

O que você respondeu?

**Uma relação amorosa não é sem risco. Pode ser que ela tenha sido uma escrava da liberdade. Expliquei por que não era, tudo que tinha representado para minha geração, como ela tinha mudado o mundo. Simone, quando escreveu *O segundo sexo* nos anos 50, quebrou um paradigma milenar. É claro que eu disse isso com palavras muito mais simples.**

Ela coordenou o histórico do feminismo, *O segundo sexo* é uma estrutura muito francesa, cerebral, do processo do feminino. Quem tinha feito isso antes? Ela foi a primeira mulher sujeito, verbo e predicado, virou uma bíblia.

**Antes dela talvez tenha havido só uma personagem que também foi muito importante no pensar o feminino. Virginia Woolf, com o seu livro *Um quarto só para si*, fez um histórico da suposta ausência das mulheres da cultura, que é admirável.**

Eu acho que elas se completam Virginia e Simone, o que a Simone fez foi trazer para o raciocínio histórico, com o rigor francês. Do cérebro chega ao coração, o resto do mundo é do coração para o cérebro, mas para os franceses é do cérebro para o coração. Não é o rasgar, não, é o pensar que chega à tragédia, porque o pensamento é que te leva a apunhalar o teu peito.

**Bravo, Fernanda! Muito obrigada.**

---

# O que é o Ciclo de Conferências?

---

*Joaquim Falcão*

Ocupante da Cadeira 3 na Academia Brasileira de Letras.

## 1. O caleidoscópio

**P**or analogia, diria que o Ciclo de Conferências é um caleidoscópio. Mas o que é mesmo um caleidoscópio? E por que a analogia?

Explico melhor. Caleidoscópio é um tubo, em geral de metal ou papelão, com três espelhos simétricos e várias pequenas pedras coloridas. Ao girar o tubo, as pedras compõem novas imagens.

Foi inventado no Inglaterra, em 1817, pelo cientista escocês David Brewster. A palavra originou-se da junção dos termos gregos *kalos* (“belo”/“bonito”), *eidos* (“imagens”, “formas”) e *skopeo* (“olhar para observar”).

Portanto, por analogia, o Ciclo de Conferências é, pois, palavras. Palestras que refletem um olhar cuidadosamente escolhido e significativo que a ABL realiza permanentemente para observar nossa cultura. Nossa língua. Nossa literatura. O Brasil e o mundo.

Explicando ainda melhor. O caleidoscópio é um jogo de imagens (as conferências) simétricas e de reflexão. O desenho (o próprio Ciclo) que se forma deve ser apreciado com delicadeza (pelas audiências) porque, ao menor movimento, irá se desfazer. E a probabilidade matemática de se repetir (o conhecimento que o conjunto de palestras produz) é praticamente nula.

## 2. Seu fazer

Nos últimos tempos, este Ciclo foi coordenado por Ana Maria Machado. Que lhe deu imensa presença e atualidade. Cada subconjunto do Ciclo, por sua vez, é composto por, em geral, quatro ou cinco conferências, entrelaçados por um tema e com um coordenador especial. Como já o foram, por exemplo, Zuenir Ventura, Antônio Torres, Cacá Diegues, Evaldo Cabral de Mello e tantos outros.

Em 2006, o então presidente Marcos Villaça inovou e criou um ciclo especial denominado “Brasil, Brasis”. Inspirado talvez, mas com certeza, no título de seu

clássico estudo com Roberto Cavalcanti – “Coronel, coronéis”. Colocou lente de aumento para olhar a nós mesmos, brasileiros. E ao mesmo tempo olharmos a oportunidade de encontrar os rumos dos melhores “Brasis” possíveis. Domício Proença Filho é, hoje, seu coordenador.

Em 2017, Ana Maria Machado inovou outra vez. Criou outro ciclo específico denominado “A cadeira 41”. Somos, pelo estatuto, apenas 40 acadêmicos. A cadeira 41 pertenceria a outros intelectuais brasileiros que poderiam ou deveriam ter entrado na ABL. E, por alguma circunstância, não o foram. Gilberto Freyre, por exemplo, nunca se candidatou. Brincador de palavras e conceitos, dizia à sua maneira que não o fizera porque, por sua natureza, ele era “inacadêmico”.

Deveriam ter estado também, ao nosso lado, Clarice Lispector, Nelson Rodrigues, Carlos Drummond de Andrade, Jorge de Lima, Lima Barreto e tantos outros.

Finalmente, temos outro subciclo específico para homenagearmos os que não estão mais conosco. Acadêmicos ou não. São as efemérides. No passado, já celebramos com as “Efemérides Acadêmicas”, via *podcast* durante a pandemia, João do Rio, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e Ferreira Gullar.

### 3. Perguntas e respostas

“Os cérebros de Mozart e Einstein: o que eles têm que eu não tenho?”, perguntou, em conferência de 2015, o neurocientista Roberto Lent, líder da comunidade científica e membro da Academia Brasileira de Ciências. Difícil dizer sobre Einstein. Mas quanto a Mozart, incluindo ainda os músicos de jazz, houve a revelação de maior estímulo do lobo frontal, bem descrito por Paulo Niemeyer em seu livro *Nos labirintos do cérebro*. É a região criativa, artística e sensível do cérebro. A poética é precedida pela neurociência?

“Para quem se faz uma gramática?”, perguntou nosso filólogo e linguista-mor Evanildo Bechara. Não só a norma culta, mas as variedades sociais e regionais da linguagem devem ser estudadas para despertar a sensibilidade em relação ao nosso idioma – ensinou-nos.

Foram e são tantas conferências-perguntas que se entrelaçam.

“Como eu escrevo?”, foi a autorreflexão ensinante de João Ubaldo Ribeiro.

O que dizer da “Crítica psicanalítica de Machado de Assis”, na vez de Sérgio Paulo Rouanet?

“O que é a interpretação?”, filosofou Emmanuel Carneiro Leão.

E a grave “É possível republicanizar a República?”, com José Murilo de Carvalho.

“Leitura? Leitura!”, exclamou Marisa Lajolo.

“Existe uma utopia brasileira?”, provocou-nos Eduardo Giannetti.

Mas atenção. Não somente perguntas nos fizemos. Respostas e propostas trouxemos também. O Ciclo pretende-se e pode ser visto como dialógico. Sem obrigatoriamente ser.

“Uma certa ideia de Brasil”, propôs Pedro Malan.

“Um futuro pior que o passado”, teme com sapiência Rubens Ricupero, sem que a tanto nos faça saudosistas.

“Inteligência artificial e cultura”, modernizou-nos o sempre arguto Muniz Sodré.

Afinal, foi “o Rio [que] inventou a marchinha”, comprovou Rosa Maria Araújo.

O violão levou Villa-Lobos à encruzilhada, apontada pelo militante da música brasileira Turibio Santos.

Rosiska Darcy captou em “Antígona: o feminino como crime político”.  
Com “A voz que narra no escuro”, Nélida Piñon iluminou e iluminou-se.  
“Abrir ou Abrir, eis a questão”, diria até hoje Edmar Bacha.

As reflexões (as conferências) de nosso caleidoscópio são simétricas na excelência das escolhas, dos temas e dos palestrantes. Mas o desenho do conjunto que se produz no correr do ano, a probabilidade matemática de se repetir, é praticamente nula. Este é um dos principais ativos da ABL.

Quantas instituições do Brasil podem ter construído o privilégio da continuidade na excelência por 125 anos? Capaz de reunir tantos e outros brasileiros, como os que mencionei, e muitos, muitos outros, para fazer da palavra, da língua, da cultura sua e nossa própria identidade? A maturidade de uma nação mede-se pelas permanências e também pelas mudanças de suas instituições públicas ou privadas.

## 4. Características principais

Podemos constatar, dos Ciclos de Conferências, algumas características principais.

Primeiro é a diversidade. A pluralidade. O sermos múltiplos. Há na formação dos Ciclos, seja de forma aleatória ou intencional, o resultado das vozes para muitos e todos.

Quase um coral de solistas, poderíamos dizer.

Pluralidade além do disciplinar, do interdisciplinar, do transdisciplinar. Pluralidade além da razão, mas das emoções também. Dos gestos, dos substantivos e adjetivos. Se possível, de uma ABL de Bom Humor, como queria Murilo Melo Filho.

Outra característica é que não se enfoca somente o lado de reflexões e espelhos centrados na língua e literatura. Nas letras, como indica nosso nome, no correr dos anos. A Academia expandiu-se e encontrou-se com a música, com a ciência, com a política, com a economia, com o direito e tantos outros processos do saber.

A própria composição de nossos 40 membros vem aos poucos demonstrando tal inevitabilidade. Aos poucos, vamos nos livrando dos muros do positivismo radical que dividiu não somente a ciência, como também a cultura. Não se faz cultura com muros. Mas derrubando muros.

Uma terceira e última característica da ABL propriamente dita foi apontada por Celso Lafer com prudência diplomática. É a do pensar sem corrimão. Sem bengala, diríamos. Sem preconceitos, ou, hoje em dia, sem paradigmas ou plataformas solitárias incomunicadas.

Não é incompatível – ao contrário, é indispensavelmente complementar – nossa inserção no mundo cada vez mais globalizado, onde nos confundimos e discutimos em valores e origens e objetivos. Com a centralidade ou a prioridade de brasileiros pelo Brasil. É quase um destino genético.

## 5. O que se anuncia

Duas grandes datas nos levam a maiores comemorações.

Os 125 anos da ABL, quando teremos o próprio Presidente Merval Pereira no comando e na seleção do Ciclo de Aniversário.

E o Bicentenário da Independência, quando José Murilo de Carvalho, ao lado de Arno Wehling e Evaldo Cabral de Mello, coordenará as conferências. A centralidade deverá ser sobre nossas relações Brasil/Portugal. Mas talvez e não somente. E deverá não apenas pensar a Independência como história, mas também como presente e futuro.

Como andam hoje em dia as relações entre nossos países? Quando Portugal se atrai mais e mais pela Europa? E quais os desafios comuns que temos de enfrentar?

Começamos com um Ciclo sobre a Semana de 22, tão importante quanto o respectivo conjunto de infindáveis interpretações e saudável polêmica. Comanda Geraldo Carneiro. Na verdade, a Semana faz parte de movimentos culturais mais amplos.

A Semana de 1922 provocou tantas boas polêmicas e saudáveis revisões não somente no meio intelectual, mas também artístico e político. Gilberto Gil aproximará a Tropicália da Antropofagia, com seu saber de experiência feita. Julio Ludemir nos dirá de outro Brasil Moderno, o de Pixinguinha e seus Batutas, na ida à Europa. Uns de lá vêm. Outros para lá vão. E Eduardo Giannetti com suas utopias tropicais.

Teremos também nova edição de “A cadeira 41”, sob o comando de sua fundadora Ana Maria Machado, homenageando outras personalidades, como Nelson Rodrigues.

Um Ciclo sobre nossas relações com a medicina é necessário. Em uma instituição que obteve no correr de sua existência mais de 20 acadêmicos médicos, este Ciclo será coordenado por Paulo Niemeyer. Margareth Dalcolmo, certamente, trará o tema da epidemia e deverá estar conosco.

Vamos homenagear, com Rosiska Darcy de Oliveira à frente, Darcy Ribeiro e outros acadêmicos que se foram, como Dias Gomes e Otto Lara Resende.

O já tradicional “Brasil, Brasis...”, sob o comando de Domício Proença Filho, vai, entre outros temas, tratar da

censura. Das diversas formas de censura, que sempre se renovam em sua sutileza ou em sua reptilidade. As diversas formas de censura não só governamental, mas também empresarial, comunitária e orçamentária. Ayres Britto, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, deverá estar conosco. E, diante da censura, avisamos logo que estamos com Nara Leão: “Eu não mudo de opinião”.

Resta uma palavra final. A epidemia, a guerra, a corrupção, o dilema entre a descentralização do poder do voto e a centralização do poder da renda, que nos cercam, deverão, de uma forma ou de outra, estar como cenário posto. Às vezes mais perto, às vezes menos. Mas nunca via política partidária.

A defesa da liberdade, dos direitos humanos, da democracia, da dignidade do viver, sem pobreza destrutiva – são horizontes a não esquecer neste caleidoscópio que somos todos nós.

Se quando faz escuro, eu canto, como ensinou o poeta Thiago de Mello. Fala-se também. Eis aí a essência de nosso Ciclo: falar para e a favor do Brasil.

---

A defesa da liberdade,  
dos direitos humanos,  
da democracia, da  
dignidade do viver, sem  
pobreza destrutiva  
– são horizontes a  
não esquecer neste  
caleidoscópio que  
somos todos nós.

---

---

# As bibliotecas da Academia Brasileira de Letras

---

*Arno Wehling*

Ocupante da Cadeira 37 na Academia Brasileira de Letras.

**A**s bibliotecas foram valorizadas e preservadas em diferentes culturas e sua eventual perda, como a mais simbólica delas, a da Biblioteca de Alexandria, vista como prejuízo irreparável para o conhecimento humano. Por isso o papel cultural, científico e educacional das bibliotecas não precisa ser enunciado: impõe-se por si próprio, pelo menos em nossa cultura, a qualquer pessoa. É verdade que o livro – e por extensão a biblioteca – possui concorrentes de peso, a começar atualmente pelos recursos disponibilizados na internet.

Isso não significa, entretanto, que tenhamos de optar radicalmente entre os diferentes meios de armazenamento do conhecimento. Sempre haverá espaço, física ou virtualmente, para cada um deles ou até para sua complementariedade. Qual o pesquisador que ainda não leu um livro raro em um site da internet – leitura que há poucos anos o teria obrigado a se deslocar a uma grande biblioteca, em seu país ou mesmo fora dele? Ou um estudante que não tenha consultado *on-line* vários manuais para elaborar seu trabalho escolar consultando mais de um ponto de vista?

O papel disseminador do conhecimento amplia-se, e ao mesmo tempo, refina-se quando se trata de importantes bibliotecas institucionais, que se tornam grandes repositórios de informações e fonte inesgotável para pesquisas. As bibliotecas da Academia Brasileira de Letras cumprem esse papel como, no Rio de Janeiro, outras instituições de significação o fazem: a Biblioteca Nacional, a Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a da Fundação Casa de Rui Barbosa, a do Real Gabinete Português de Leitura e a da Fundação Oswaldo Cruz, entre outras.

No caso da ABL, as coleções dividem-se em duas bibliotecas, cada qual com sua finalidade: uma, dedicada a reunir as obras dos próprios acadêmicos, a *Biblioteca Lúcio de Mendonça*; e a outra, a *Biblioteca Rodolfo Garcia*, de caráter geral. Os patronos foram também acadêmicos. Lúcio de Mendonça, além de jornalista e advogado, participou do movimento republicano e foi procurador-geral da República e ministro do Supremo Tribunal Federal. Na sede da então *Revista Brasileira* – nome hoje em dia da principal publicação periódica da ABL –, propôs a Machado de Assis e a Joaquim Nabuco a fundação de uma Academia Brasileira. É, assim, considerado seu fundador e passou a ocupar, quando da criação da entidade, a cadeira número 11. A Biblioteca Lúcio de Mendonça cultiva, assim, a memória dos acadêmicos pela preservação de suas obras. A homenagem faz, desse modo, justiça a quem se empenhou pela criação da instituição.

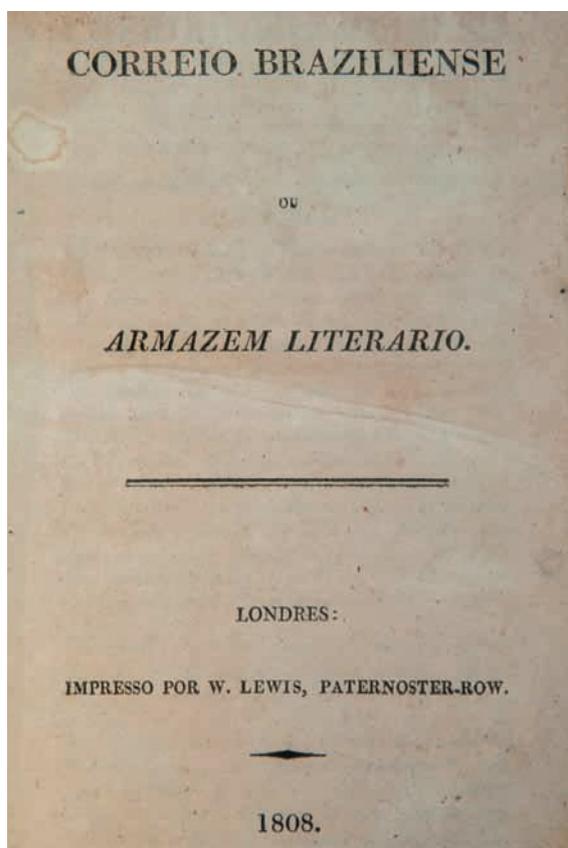
A Biblioteca Rodolfo Garcia homenageia o historiador que publicou importantes trabalhos sobre o Brasil colonial e estudos linguísticos, ocupando ainda cargos de direção em instituições como a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico Nacional. Na ABL, ocupou a cadeira número 39, para a qual foi eleito em 1934.

O que podemos destacar nas bibliotecas da ABL?

Há vários critérios pelos quais elas podem ser abordadas. Por autor, certamente, em especial os acadêmicos, já que estes possuem uma biblioteca a eles reservada. Pelas primeiras edições das diferentes obras, critério por meio do qual se valoriza a antiguidade da obra – embora muitas vezes não sua melhor performance, já que frequentemente há edições “revistas e melhoradas”. Pela raridade, sem dúvida, e todas as “grandes bibliotecas” possuem um setor dedicado às “obras raras”. E ainda por temáticas, já que nas coleções da Academia existem temas naturalmente de maior incidência, em especial pelo perfil intelectual dos acadêmicos, a principal origem das obras – seja porque a eles pertencerem, seja porque sua aquisição foi por eles indicada.

Assim, a *Biblioteca Lúcio de Mendonça* reúne a produção dos acadêmicos e, entre os muitos destaques que poderiam ser assinalados, devem ser registradas as coleções de Machado de Assis, Olavo Bilac e Manuel Bandeira. Nestas, estão não apenas as obras de que foram autores, porém suas bibliotecas pessoais, que acabam por se tornar fonte para o estudo das redes de sociabilidade dos intelectuais, pois a maioria dos livros a eles oferecidos contém dedicatórias.

## As primeiras edições



*CORREIO Braziliense* ou *Armazém Literário*. London (Inglaterra): W. Lewis, 1808-1822. 29

Se considerarmos o critério das primeiras edições, existirão destaques muito significativos. Podemos nos referir às primeiras edições *stricto sensu* – as edições *princepes* – ou de modo mais amplo a uma segunda ou terceira edição que se revele significativa por algum motivo.

Se pensarmos na obra do fundador e grande patrono da Academia que foi Machado de Assis, surgem obras como *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de 1881, com uma terceira edição de 1896 e uma tradução uruguaia ainda em vida do autor, de 1902; *Histórias da meia-noite*, de 1873; *Histórias sem data*, de 1884; *Iaiá Garcia*, de 1878; e *Relíquias de casa velha*, de 1906.

De Paulo Barreto – pseudônimo de João do Rio, segundo ocupante da cadeira número 26 –, são *Alma encantadora das ruas* na “nova edição” de 1910; *Dentro da noite*, do mesmo ano; *Portugal d’agora*, de 1911, crônica de viagem

do momento em que o país vivia a convulsão da implantação da República; e *Na conferência da paz*, de 1919, sobre o encontro internacional que se seguiu à Primeira Guerra Mundial e redesenhou o mapa mundial.

De Euclides da Cunha, segundo ocupante da cadeira número 2, além da primeira edição de *Os sertões*, de 1902, há uma segunda de 1903 e uma terceira, de 1905, ambas “corrigidas”.

De Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro e patrono da cadeira número 39, a Biblioteca possui a *História geral do Brasil*, principal obra da historiografia brasileira oitocentista, editada em dois volumes em 1854 e 1857.

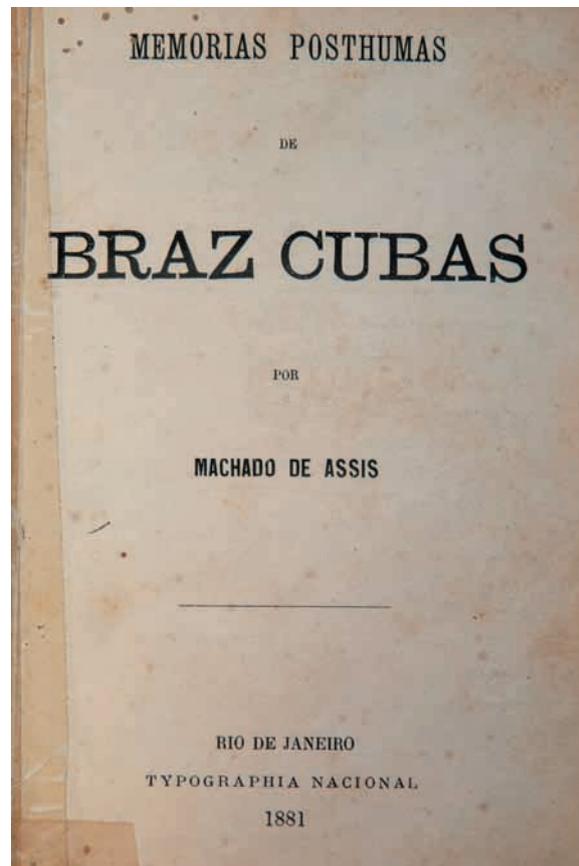
A enumeração poderia se estender por centenas de patronos, fundadores e sucessores com suas respectivas obras, mas os exemplos certamente permitem ajuizar da riqueza desse recorte do acervo.

## Coleção Brasileira

A Brasileira das Bibliotecas Lúcio de Mendonça e Rodolfo Garcia é particularmente rica, permitindo estudos e pesquisas extensas sobre o processo de formação e desenvolvimento do país. Tomando o Brasil como tema central, podemos considerar como critério o destaque de obras sobre o período colonial, o século XIX – quando se dá um efetivo “redescobrimto” do Brasil pelos próprios autores brasileiros e por numerosos autores estrangeiros – de viajantes (estes permitindo um recorte transversal às diferentes épocas) e obras do século XX.

De autores do período colonial, estão representados na Biblioteca Rodolfo Garcia os intelectuais Gaspar Barleus e João de Laet, ambos tratando da época das invasões holandesas na atual região nordestina; o médico renascentista Garcia da Orta; e o cronista e governador do Estado do Maranhão, no século XVIII, Bernardo Pereira de Berredo, com seus *Anais históricos*, estes na segunda edição de 1849, com introdução do poeta Gonçalves Dias.

Do século XIX, cujas obras predominam largamente no recorte da Brasileira, há trabalhos de crônica e historiografia, como a *História do Brasil*, de John Armitage, que cobre o período de 1808 a 1831; a *História do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1810*, de Alphonse de Beauchamp; a *Corografia brasílica*, de Aires do Casal; a *História do Brasil*, de Francisco Solano Constâncio; os livros de Ferdinand Denis, *O Brasil e Histoire géographique du Brèsil*; a *Geschichte von Brasilien*, de Heinrich



ASSIS, Machado de *Memorias posthumas de Braz Cubas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.

Handelmann; e a *History of Brazil*, de Robert Southey, além da mencionada obra de Varnhagen e do *Atlas do Império do Brasil*, de 1868, de Cândido Mendes de Almeida.

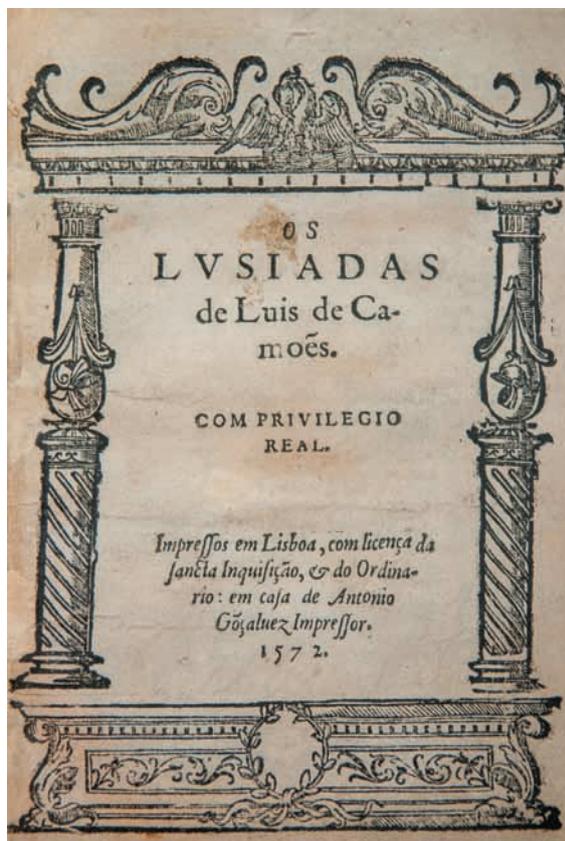
Da produção dos viajantes sobre o Brasil oitocentista, a coleção é das mais completas. Estão presentes, a maior parte em primeiras edições, as viagens no Amazonas e no Xingu pelo príncipe Adalberto da Prússia; a *Voyage au Brésil*, do casal Luís e Elizabeth Agassiz; o *The naturalist on the river Amazonas*, de Henry Bates; o menos conhecido *Voyage aux provinces brésiliennes du Pará et des Amazonas en 1860*, de Alexandre de Belmar; a *Reise nach Brasilien*, de Hermann Burmeister, de 1853; a *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, de Debret; o *Brazil and the Brazilians*, de Daniel Kidder; a *Reise in Brasilien*, de Karl Philipp von Martius e Johann Spix; e as descrições de John Luccock e John Mawe, também nas primeiras edições. As menções estão longe de esgotar o manancial, mas podem dar a ideia da riqueza do material e das inúmeras possibilidades de leitura e investigação que propicia.

Sobre a temática específica da colonização, tema tão importante no século XIX, há livros como *Brazilian colonization from na European point of view*, de 1873; *Pioneering in South Brazil: three years of forest and prairie life in the province of Paraná*, de 1878; *O Brasil: colonização e imigração: esboço histórico baseado no estudo dos sistemas e vantagens que oferecem os Estados Unidos*, de 1876; e *Études sur le Brésil au point de vue de l'émigration et du commerce français*, de 1858. A própria *História do Brasil*, de Handelmann, foi pensada como propaganda de imigração, na Alemanha, para o Brasil.

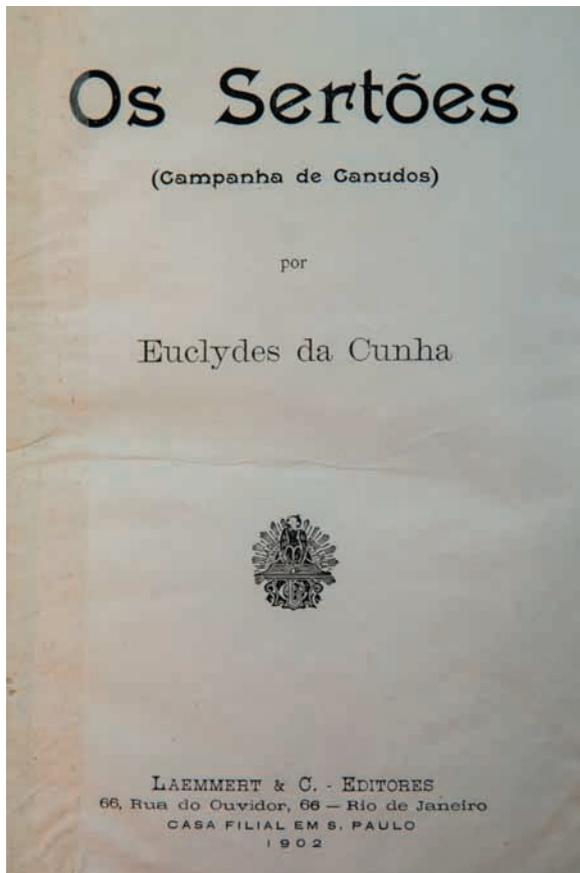
## Coleção Brasiliense

A Coleção Brasiliense foi selecionada pelo critério de identificar escritores brasileiros escrevendo sobre o país até o fim do século XIX. Naturalmente, tal recorte em várias situações justapõe-se ao da Coleção Brasileira.

Nela, encontram-se também obras de natureza historiográfica, além de documentos, depoimentos e manifestações e obras literárias, de poesia e ficção. No primeiro tipo, estão livros como a primeira edição, de 1818, da *Memória dos benefícios políticos do governo de El Rei Nosso Senhor D. João VI*, de José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, escrito em comemoração da Aclamação do Rei no Rio de Janeiro e a primeira edição das *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*, do padre Luís Gonçalves dos Santos (Padre Perereca), publicado em 1825, além dos livros



CAMÕES, Luís de. *Memorias posthumas de Braz Cubas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.



CUNHA, Euclides da. *Os sertões: Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.

de Aires do Casal, de 1817, e Francisco Adolfo de Varnhagen, de 1854-1857. Outras referências historiográficas aí presentes são os *Anais do Rio de Janeiro*, de Baltasar da Silva Lisboa, a *Crônica da rebelião praieira*, de Jerônimo Ferreira de Melo, as *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, de Inácio Cerqueira Acioli, e os livros de Melo Moraes sobre a história política do século XIX.

Dos documentos, depoimentos e manifestações, há coletâneas legislativas importantes, como a de 1860 sobre a legislação fundiária, que se seguiu à implementação da Lei de Terras; a referente ao direito eclesiástico brasileiro; o *Repertório geral das leis do Império do Brasil*, de 1847; e descrições e análises sobre exploração de diamantes e de ouro e obras sobre embates e momentos políticos da época, como o do republicano Saldanha Marinho, *O rei e o partido liberal*, com fortes críticas a dom Pedro II, no que ficou conhecido como o “golpe de Estado do Imperador”

, de 1868, e o do monarquista Eduardo Prado contra o governo republicano, *Fastos da ditadura militar no Brasil*.

Nas áreas de língua e literatura da mesma coleção, há obras como o *Parnaso maranhense*, de 1861, antologia de poetas daquela província do Império; as *Poesias americanas*, de Pessoa de Barros, de 1862; e um *Compêndio da língua brasílica*, de 1858, entre outros.

## Obras raras

As obras raras da Biblioteca Rodolfo Garcia podem ser distinguidas em obras de natureza geral, de cultura luso-brasileira e especificamente sobre o Brasil.

No primeiro caso, estão uma edição da lógica de Aristóteles editada em Frankfurt no ano de 1592, em texto bilíngue grego e latino; e a *Política indiana*, do jurista espanhol Juan de Solórzano Pereira, de 1703, uma das principais obras de referência sobre o governo, a administração e a legislação da América espanhola, aliás também muito utilizada pelos operadores jurídicos luso-brasileiros do século XVIII.

Predominam nesse recorte as obras da cultura luso-brasileira, geralmente editadas em Portugal nos séculos XVI, XVII e XVIII. Destaca-se, entre todas, uma primeira edição de *Os lusíadas*, de 1572. Do século XVII, há muitas obras de inspiração religiosa, como os *Exercícios espirituais*, de Manuel Bernardes; os *Sermões genuínos e práticas espirituais*, do frei Antônio das Chagas; e os *Sermões vários*, do padre Rafael de Jesus. Também existem obras sobre a história portuguesa, algumas com

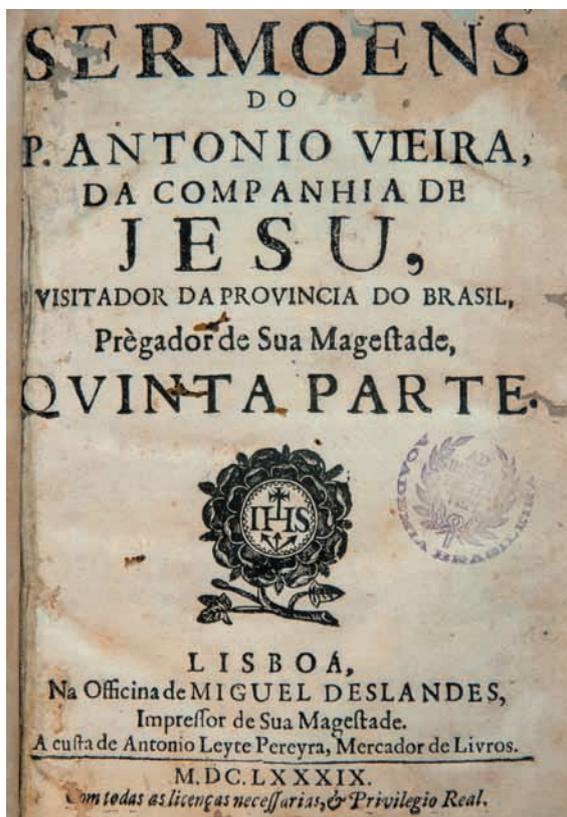
menções ao Brasil, além de *Nova Lusitânia – história da guerra brasílica*, de Francisco de Brito Freire, sobre as invasões holandesa; e a *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil*, do padre Simão de Vasconcelos. Não poderiam faltar, também, as obras do padre Antônio Vieira em edições dos séculos XVII e XVIII.

Da legislação da época e do direito aplicado tanto em Portugal quanto no Brasil colonial, há a obra do jurista Manuel Mendes de Castro, ainda utilizada até o século XIX nos tribunais brasileiros: o *Repertório das Ordenações do Reino de Portugal*, em oito volumes.

## Periódicos

Os periódicos são outros destaques nas grandes bibliotecas atualmente. Originados nas “gazetas” noticiosas da época barroca, evoluíram para formas diversificadas de publicações. Com o desenvolvimento da tecnologia, foram introduzidas ilustrações cada vez mais sofisticadas, que fizeram enorme sucesso em diferentes países. Entre as várias coleções de que dispõe a Biblioteca Rodolfo Garcia, destacam-se as de *Correio Braziliense* – o mais antigo periódico brasileiro, publicado por Hipólito da Costa em Londres desde 1808 –, *Almanaque Garnier*, *A Maçã*, *O Tico-Tico*, *Dom Casmurro*, *Jornal de Timon*, *Kosmos*, *Revista Brasileira* e *Semana Ilustrada*. Do exterior, vale lembrar a importante *Revue des Deux Mondes*, editada em Paris e por décadas influente no Brasil e em outros países.

\* \* \*



VIEIRA, Antonio. *Sermoens do P. Antonio Vieira, da Companhia de IESV, prêgador de Sua Alteza*. Lisboa: Officina de loam da Costa, 1679-1748. 17.

A Academia Brasileira de Letras, Casa de Machado de Assis, tem um patrono que amava os livros e as bibliotecas. Frequentava a Biblioteca Nacional e a do Real Gabinete Português de Leitura, e ele próprio foi duas vezes na vida bibliotecário, a primeira ainda bem jovem, em 1861, na Sociedade Arcádia Brasileira, e a segunda na maturidade, no Clube Beethoven. E era um leitor aplicado e sistemático, a ponto de reclamar que “a Biblioteca Pública só está aberta às horas em que ninguém precisa dela”.

Para se subtrair à ironia do fundador da ABL, as Bibliotecas Lúcio de Mendonça e Rodolfo Garcia procuram facilitar a consulta aos leitores, quer presencialmente – com as exceções impostas pela pandemia – quer virtualmente. Desse modo, todas as obras destacadas, bem como as demais do acervo, estão disponíveis à consulta.

---

## Arquivo Múcio Leão

---

### *José Murilo de Carvalho e Maria Oliveira*

José Murilo de Carvalho é ocupante da Cadeira 5 na Academia Brasileira de Letras.

Maria Oliveira é Chefe do Arquivo Múcio Leão da ABL.

**A** ideia da criação de um arquivo já estava presente nos rascunhos e minutas dos Estatutos e Regimento Interno da ABL, datados de 1896, ano anterior à fundação da Instituição, que se deu em 20 de julho de 1897. O Arquivo foi institucionalizado em 23 de dezembro de 1943 por iniciativa do acadêmico Múcio Leão, que foi seu primeiro diretor. Ao longo desses quase 80 anos, foi dirigido por acadêmicos com grande representação na história e na cultura da sociedade brasileira, como Cândido Mota Filho, José Honório Rodrigues, Celso Cunha, José Cândido de Carvalho, Nélida Piñon, Evaristo de Moraes Filho, Sergio Paulo Rouanet e, desde 2013, José Murilo de Carvalho.

O Arquivo tem por finalidade coletar, organizar, descrever, preservar e dar acesso à documentação recebida, seja por doação ou recolhimento. Seu acervo está dividido em duas linhas: o Arquivo dos Acadêmicos e o Arquivo Institucional. A primeira linha compõe-se da documentação pessoal doada pelos acadêmicos, membros efetivos e sócios-correspondentes ou por seus descendentes; a segunda é constituída pela documentação administrativa e funcional da Academia. Pela dinâmica de formação e evolução da Casa, o acervo de valor permanente e histórico cresce exponencialmente. Atualmente, conta com quase mil metros lineares de documentos textuais e mais de 60 mil documentos audiovisuais e iconográficos.

O Arquivo dos Acadêmicos é formado por cerca de 300 fundos arquivísticos e coleções de documentos, incluindo manuscritos de livros, poesias, contratos de publicação, milhares de correspondências, fotos e vídeos, recortes de jornais e curiosidades como cardápios de jantares, entre outros. Os arquivos de Machado de Assis e Roquette-Pinto foram incluídos pela Unesco no Registro Nacional do Programa Memória do Mundo (Documentos 1 ao 4).

O Arquivo Institucional contém documentos administrativos preservados desde a fundação da ABL até os dias atuais, como atas de reuniões, estudos para a elaboração dos originais dos estatutos, emendas para reformas do regimento interno, cartas de inscrição de candidatos, registros contábeis e relatórios de atividades, além de registros audiovisuais e fotográficos de todos os eventos produzidos pela ABL, como posses, entregas de prêmios, exposições, peças de teatro, conferências, ciclos de debates e concertos (Documento 5).

Em 1997, ano do Centenário da ABL, sob a presidência da Acadêmica Nélida Piñon e sob a direção do Acadêmico Evaristo de Moraes Filho, foi implantado

Este original autógrafa da  
 meu avô Eça de Queiroz, re-  
 presente um capítulo de uma  
 primeira forma do Primo Ba-  
 zílio - quando Bazílio ainda  
 se chamava João, e Luíza, su-  
 vezes, tinha o nome de Amé-  
 lia. José Luíza d'Eça de Queiroz.  
 Lx - Julho - 1948. 100.C9

No intertanto Luíza  
 me viu e me reconheceu  
 tendo recebido de João  
 um pequeno bilhete: tan-  
 tanta. escreve, etc, palavra  
 - Christo. te. l. l. m. d. m. p.  
 ta. O nome parava e para  
 do 9º andar. hoje. lu. asi-  
 ta. te. lu. de. janela. Vrei  
 a. em. tes. segundo. da. L.  
 a. 3: - De. duas. a. tres  
 Joana. saltem. citava. in-  
 tenção. com. marido.  
 do. verdadeiramente. apu-  
 a. primeira. vez, que. elle. se  
 julgava. culpado: quando  
 perdura. em. João, n'apella  
 real, o. me. abandonou, ma-  
 pre. um. acto. de. me. diti-  
 do: de. fallecer, mas. se. der.  
 um, apre. ire. o. seu. raço.

1888

<sup>8-4</sup>  
9 de Janeiro 1888

Ora bem, faz hoje um anno que voltei definitivamente da Europa. O que me lembrou esta data foi, estando a beber café, o prepão de um vendedor de varas e espanadores: "Vae vae varas! vae espanadores!" Costumo ouvir-o outras manhãs, mas desta vez trouxe-me á memoria o dia do desembarque, quando cheguei aposentado á minha terra, as men Cattale, á minha lingua. Era o mesmo que ouvi ha um anno, em 1887, e talven foze a mesma boca.

N<sup>o</sup> 28

Rio de Janeiro, le 10 juin 1893

Monsieur Garnier,

Je viens de recevoir une demande d'autorisation pour la traduction de mes ouvrages en allemand. C'est de la part de Madame Alexandrina Highland, qui demeure à Saint-Paul (Brésil) et doit retourner en Allemagne dans huit mois. Comme je n'ai pas réservé, dans notre contrat, le droit de traduction, je vous écris pour demander votre autorisation directe à cette dame.

Pour moi, Monsieur, je ne lui exigerais aucun bénéfice, trouvant que c'est déjà un avantage de me faire connaître dans une langue étrangère.

17

R. Paulo 15-VII-28

RP: Ant | I | EI 008

Roquette Pinto,  
 muito obrigado pelo aplauso e pela conferên-  
 cia já lida. Foi muito prazeroso pra mim receber  
 tudo isso de um homem que eu cultivei sempre  
 pelo valor que tem.  
 O seu aplauso me... dinamizou. Tenho mais  
 umas coisas que me pareciam interessantes  
 de discutir sobre o assunto da musica coral  
 e do ritmo brasileiro, considerados sob o novo  
 ponto de vista social brasileiro. Citando o  
 pedagógico da palestra de você, vou encerrar  
 uma "Carta aberta a Roquette Pinto" no Diá-  
 ri Nacional. Quando sair hei de mandar.  
 E vou lhe mandar tambem meu Inacunaína  
 que está pra sair. É possível que consiga inter-  
 ressar você por causa do conteúdo largo e da  
 deformação rítmica ~~que~~ do popular bra-  
 sileiro. Não é livro de arte não. É uma rati-  
 ra feroz aos defeitos brasileiros. Principiando  
 pelo nome do livro: "Inacunaína, o herói sem  
 nenhum caracter".  
 Sou paga mesmo a você uma gentileza que  
 não deve ficar pequena. O Museu si, faz de vez  
 em longe, publicações uma distribuição é vasta.  
 Não se esqueça de mim. Tudo quanto é brasi-  
 leiro me interessa o espirito de uma maneira  
 formidavelmente particular. Nada será inútil  
 pra um individuo assim.  
 E quando for aí no Rio, na certa que irei conlu-  
 cer pessoalmente você, pra conversas uteis.

Com a millor camaradagem  
 do  
 Mário de Andrade

8  
 Sessão inaugural em 20 de julho de 1897.

Ata

Presidência do Sr. Machado de Assis.

As vinte de julho de 1897, em uma das salas do Palacete, presentes os Sr. Chaves Jr., <sup>1º</sup> Secretário Especial, Paulo de Loreto, Filinto de Almeida, Graça Sampaio, Guimarães Torres, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Machado de Assis, Olavo Bilac, Rodrigo Octavio, Silva Ramos, Sylvio Romero, Teixeira de Alencar, Urbano Decoreti, Visconde de Tamnari, o Sr. Presidente abriu a sessão, justificando a ausência por carta o Sr. Lucio de Alencar e Valentinella Gathau (2); acharam-se ausentes desta cidade os Sr. Affonso Celso, Alberto de Oliveira, Mirim Especial, Celso Peçolano, Domício de Gama, Eduardo Prado, Jorcio de Sampaio, Luiz Guimarães, Machado de Assis, Oliveira Lima, Raymundo Corrêa e Salvador de Alencar (12); desistiram de comparecer os Sr. Almeida Guimarães, Carlos de Lacerda, Coelho Neto, José de Patrocínio, Luiz Alvimar, Medeiros e Albuquerque, Pedro Rabello, Pereira da Silva, Ruy Barbosa e Inglês de Souza.

Atendendo o Sr. Presidente que proferiu uma allocução, ao declarar aberta a sessão, o Sr. Rodrigo Octavio 1º Secretário, leu a Memoria Historica dos trabalhos preliminares para installação da Academia e o Sr. Joaquim Nabuco, Secretário Geral proferiu um discurso inaugural.

um projeto para a revitalização e a reorganização do Arquivo. O setor ganhou instalações apropriadas e modernas e equipamentos condizentes com a nova realidade. Com uma equipe formada por arquivistas, implementou-se uma nova metodologia de tratamento documental, utilizando as normas nacionais e internacionais preconizadas pelas principais instituições arquivísticas. Iniciou-se um sólido programa de estágio para graduandos do curso de Arquivologia que contribuiu positivamente com a formação profissional de mais de quase 200 estudantes. Para dar suporte à nova estrutura, foi necessário refazer rotinas de trabalho, além de criar normas sobre a aquisição, o recebimento, o tratamento e a disponibilização do acervo para consulta. Foi também ampliado o acesso aos documentos para usuários externos.

No que concerne à documentação administrativa e funcional da Casa, a partir do ano 2000, o Arquivo intensificou a gestão da documentação e informação arquivística na fase corrente, com o intuito de implantar um conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à tramitação, ao uso, à avaliação e ao arquivamento dos documentos produzidos e acumulados pela instituição no exercício de suas atividades-meio e atividades-fim. Desse trabalho, foram gerados os instrumentos técnicos Manual de Arquivo, Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos, que estão passando por um processo de atualização e revisão.

Em 2013, na presidência da Acadêmica Ana Maria Machado e sob a direção do Acadêmico José Murilo de Carvalho, o Arquivo passou por mais uma reforma de modernização de suas instalações físicas, com a implantação de eficientes sistemas de extinção e proteção contra incêndio pelo gás FM-200; o controle ambiental, com a climatização para toda a área de guarda; o monitoramento por TV; e o controle de acesso, consolidando-se como um dos mais modernos da cidade. Outra mudança relevante foi retirar o Arquivo do controle do Centro de Memória e lhe dar autonomia na definição de suas metas e seus procedimentos. A ele, vinculou-se o Núcleo de Conservação Guita Mindlin.

Visando ao amplo acesso e à difusão do acervo arquivístico, assim como sua preservação, foi intensificado o projeto de digitalização dos documentos. Além das atas das sessões da ABL, digitalizadas em 1998 e do Arquivo Machado de Assis em 2004, a partir de 2016, seguindo os mais recomendados padrões e requisitos técnicos, foram digitalizados os arquivos dos 40 patronos, dos 40 fundadores, o Livro de Posse e o acervo de plantas arquitetônicas. Isso gerou um acervo de cerca de 60 mil imagens com qualidade arquivística e capacidade de interoperabilidade, evitando-se ao longo do tempo a necessidade de se refazer a digitalização. Ciente da doação de novos acervos de acadêmicos e do recolhimento dos documentos produzidos pela instituição no desenvolvimento de suas atividades-fim, a digitalização dos documentos torna-se uma atividade permanente e contínua.

Com isso, criou-se para o Arquivo um novo desafio: a gestão e a preservação de seu acervo digital, resultante dos projetos de migração de suportes analógicos para digitais e da produção documental contemporânea gerada diariamente. Visando à preservação e à garantia do acesso a esse acervo para gerações futuras, o Arquivo implementou o projeto de Preservação Digital, utilizando o Sistema de Arquivamento em Nuvem.

O desafio de manter um projeto de preservação e difusão de um acervo documental extremamente rico e potencialmente útil, formado por fontes primárias, disponível para a sociedade de forma gratuita, traz a necessidade de busca constante

de atualização e aperfeiçoamento. Para isso, todo o trabalho é balizado por um planejamento estratégico que abrange as ações relativas às políticas de aquisição, tratamento, preservação, acesso e difusão, que envolvem questões jurídicas, sociais e científicas.

A demanda de pesquisadores que nos visitam é grande e, nas salas de consulta presencial, eles podem acessar os documentos originais. Com o constante processo de informatização e digitalização do acervo, é possível ao pesquisador, a distância, acessar os documentos na Base de Dados do Arquivo, através do Portal da ABL.

## Núcleo de Conservação e Restauração Guita Mindlin

Com o objetivo de promover a salvaguarda dos documentos foi criado em 1998 o Núcleo de Higienização, hoje rebatizado como Núcleo de Conservação e Restauração Guita Mindlin, hoje parte integrante do Arquivo. O Núcleo foi concebido com a finalidade de atender prioritariamente ao acervo documental. Ele é a porta de entrada dos acervos recebidos pelo Arquivo. Nele, cada documento recebe um tratamento meticuloso que envolve o diagnóstico do estado de conservação, a pesquisa histórica, o registro fotográfico e a restauração propriamente dita, tendo em vista aumentar a “expectativa de vida” dele. O Núcleo também é responsável pela conservação preventiva dos documentos, que envolve ações de preservação que vão desde o suporte do documento até às recomendações quanto à construção e ao gerenciamento das instalações físicas que abrigam o acervo. Diante das possíveis contingências e sinistros, como inundações, incêndios, infestação de pragas, vandalismo e furtos, entre outros torna-se necessária a elaboração de um plano de gerenciamento de riscos, esse instrumento estará em constante atualização. O Núcleo mantém com o Setor de Encadernação da Academia uma parceria nas atividades de conservação e restauração das obras e documentos encadernados. Nos últimos dois anos, o Núcleo de Conservação e o Arquivo elaboraram um plano de gestão de riscos.



## Revista Brasileira: onde nasce a ABL

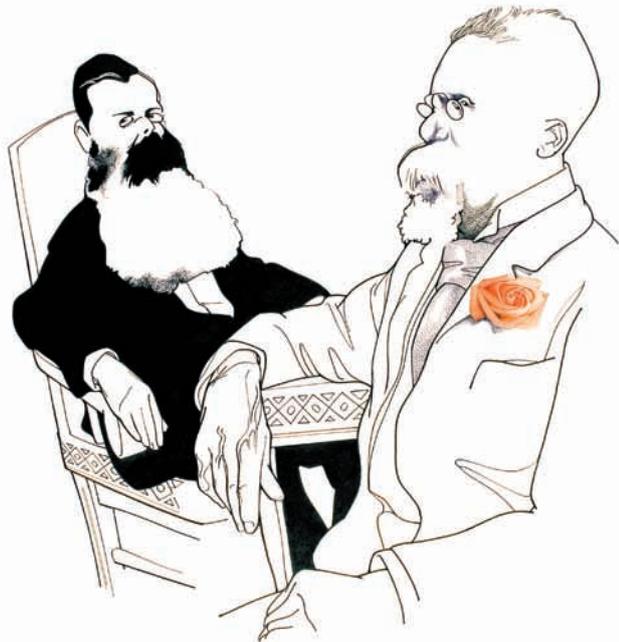
### Mateus Campos

Jornalista e pesquisador. Publicou entrevistas, artigos de opinião e reportagens sobre cultura e sociedade em veículos como *O Globo*, *UOL* e *The Intercept Brasil*. Mestre em Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela PUC-Rio.

“**A**o verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver dedico como saudosa lembrança estas memórias póstumas”. A famosa dedicatória de Machado de Assis no romance *Memórias póstumas de Brás Cubas* foi lida pela primeira vez nas páginas da *Revista Brasileira*.

A *Revista* foi a responsável pelo lançamento de obras inéditas de grandes autores. Não apenas Machado de Assis, mas também Sílvio Romero, Euclides da Cunha e José de Alencar foram alguns dos autores que colaboraram com a prestigiada *Revista Brasileira* em seus primeiros anos. Cem anos depois, nela encontraríamos os textos de Ariano Suassuna, Vinicius de Moraes, Fernando Sabino e Odylo Costa Filho, entre tantos outros.

Nos fins do século XIX, em sua redação, localizada junto à Travessa do Ouvidor, reunia-se boa parte dos intelectuais do país. Prova incontestada de sua influência é que o local sediou as reuniões que culminaram na fundação da Academia Brasileira de Letras em 20 de julho de 1897. A partir daí, a *Revista Brasileira* consolidou-se como veículo no qual acadêmicos, futuros acadêmicos e intelectuais consagrados expressam suas ideias acerca de temas como literatura, política e ciência.



Caricatura de Machado de Assis e José de Alencar. 2003, Cássio Loredano, técnica mista sobre papel, 51 × 36,5 cm. Da Série Fundadores e Patronos, Cadeira 23.

Ao longo de 167 anos, a *Revista Brasileira* passou por diversas metamorfoses em sua existência e em sua razão de ser. Essas mudanças foram condensadas pelos historiadores em ciclos, cada um com propostas e periodicidades distintas. No início, a publicação tratava principalmente de temas científicos e, ao longo do tempo, inclinou-se na direção de assuntos literários.

Os ciclos mais celebrados são o terceiro e o quarto, dirigidos por Nicolau Midosi (entre 1879 e 1881) e José Veríssimo (1895-1899), respectivamente. Neles, o Brasil pôde conhecer em primeira mão os originais de livros que viriam a se firmar como clássicos.

No entanto, hoje existe o consenso de que a história da publicação se inicia em 1855 com Francisco de Paula Meneses. Com apenas um número, datado de 14 de julho daquele ano e composto por apenas 13 páginas, tinha como título *Revista Brasileira, Jornal de Literatura, Teatros e Indústria*. Inicialmente prevista para ser quinzenal, a revista não teve boa aceitação crítica e não prosperou além de sua edição de estreia.

O segundo ciclo, que durante anos alguns historiadores e acadêmicos reputaram como o primeiro, tinha como líder o matemático Cândido Batista de Oliveira, acadêmico brasileiro formado nos bancos da Universidade de Coimbra, como era comum entre os integrantes da elite intelectual da época. A publicação, veiculada entre 1857 e 1861, apresentava-se como uma “transformação” do periódico *Guanabara*, agora expandido e com circulação trimestral.

Nesse ciclo, ganham importância artigos científicos sobre temas como ornitologia, geologia e botânica. Na época, era rara a divulgação de trabalhos dessa natureza assinados por nomes respeitados na imprensa nacional. Quanto à literatura, ainda incipiente em suas páginas, destaca-se a publicação de *A Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, além de poesias da lavra de Gonçalves Dias e Manuel de Araújo Porto-Alegre, entre outros. Ligeiramente mais duradoura do que sua antecessora, a revista encerra suas atividades após a publicação de seu terceiro tomo.

O celebrado ciclo Nicolau Midosi, que se estende de julho de 1879 a dezembro de 1881, encapsula 30 números, publicados de maneira regular a cada mês. Com volumes extensos, de 500 páginas, a *Revista* tornou-se ainda mais relevante, sobretudo pelo corpo de redatores, pelas polêmicas suscitadas em suas páginas e pela publicação de originais. Em 1881, por exemplo, a *Revista* publica “Introdução à história da literatura brasileira”, de Sílvio Romero. Transformado em livro pela Garnier em 1888, o texto se tornaria item basilar nos estudos das letras nacionais. É em tal fase que se pode ler grande parte dos escritos de Machado de Assis para a *Revista Brasileira*. Além de *Memórias póstumas*, o grande Machado, publicou a comédia *Tu*



Caricatura de José Veríssimo e João Francisco Lisboa. 2003, Cássio Loredano, técnica mista sobre papel, 51 × 36,5 cm. Da Série Fundadores e Patronos, Cadeira 18.

só, tu, puro amor... e os poemas “A mosca azul” e “Círculo vicioso”, além do ensaio *A nova geração*.

Destacam-se também o polêmico artigo “A emancipação dos escravos”, em que Romero critica asperamente Joaquim Nabuco, e o clássico perfil literário de José de Alencar, escrito por Araripe Júnior. Por conta disso, os 30 volumes do terceiro ciclo da *Revista Brasileira* oferecem um mapa da cena literária da época e servem como instrumento importante para as pesquisas que enfocam a literatura brasileira até os dias de hoje.

O quarto ciclo, compreendido entre 1895 e 1899, ficou a cargo do escritor paraense José Veríssimo que, como Afrânio Peixoto nota em discurso na ABL em 1941 por ocasião da refundação da *Revista*, “exerceu, no Rio de Janeiro, uma verdadeira magistratura da crítica, sobre o país”. Este período é rico em ensaios, discursos, poemas, contos, romances, peças teatrais, traduções, artigos e tratados científicos. Constituiu-se de 19 tomos com 93 fascículos, além de um 20.º e raro tomo de 384 páginas.

Nas palavras de seu diretor, a *Revista* pretendia “servir, com dedicação e sinceridade, a causa da cultura nacional” e levar por todo país “as vozes daqueles que nas letras, nas ciências, nas artes são os órgãos do sentir e do pensar nacionais”. Durante tal período, Veríssimo teve entre outros méritos o de reunir na publicação novos e veteranos autores, bem como representantes de correntes antagônicas da literatura nacional. Românticos, simbolistas, parnasianos e naturalistas nela defenderam seus ideais estéticos.

O prestígio da publicação era tamanho que foi natural que em sua redação se reunissem aqueles que, em 1897, fundaram a Academia Brasileira de Letras. O periódico registrou os discursos proferidos por Machado de Assis, presidente; Joaquim Nabuco, secretário-geral; e Rodrigo Octávio, primeiro-secretário, além da lista dos primeiros integrantes e seus respectivos patronos.

Apesar do esforço de Veríssimo, a publicação existiu durante apenas quatro anos. No primeiro semestre de 1899, a revista sucumbiu às dificuldades econômicas e fechou sua redação.

A Academia Brasileira de Letras só assumiu a *Revista Brasileira* em 1941, quando Levi Carneiro, então presidente da entidade, propôs o lançamento de três ou quatro edições anuais da publicação, contendo apenas artigos inéditos de autores que não fossem membros da ABL.



Caricatura de Rui Barbosa e Evaristo da Veiga. 2003, Cássio Loredano, técnica mista sobre papel, 51 x 36,5 cm. Da Série Fundadores e Patronos, Cadeira 10.

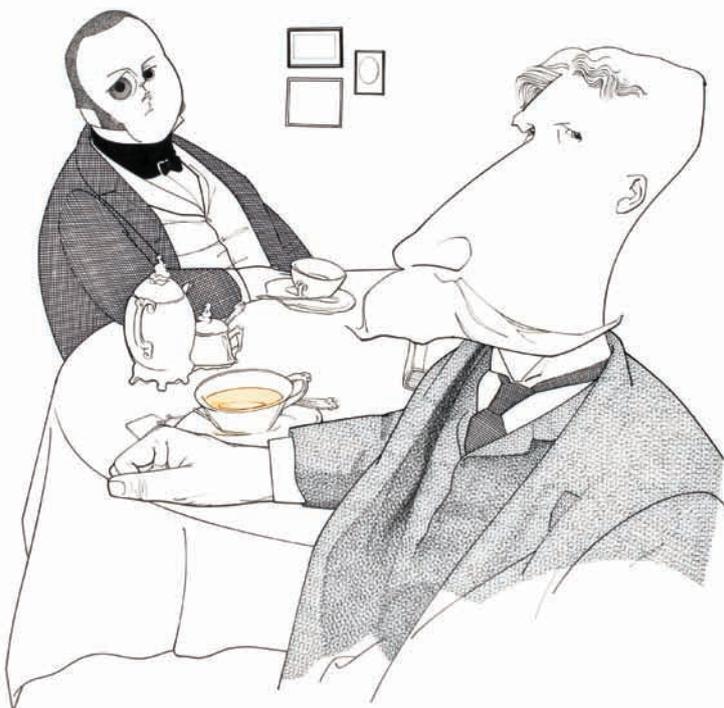
A proposta original sofreu algumas alterações, com a eventual publicação de textos de acadêmicos. Mas, no geral, a publicação seguiu os rumos planejados por seu idealizador e, de fato, serviu como a antessala para a Academia para diversos intelectuais, como Raquel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda, Otto Lara Resende e Austregésilo de Athayde. Com grande irregularidade entre suas edições, inclusive com uma longa interrupção entre 1960 e 1964, a revista deixou de circular em seu número 29.

O período Levi Carneiro foi sucedido pelo ciclo Josué Montello, autor que, inclusive, havia assinado alguns artigos na mais recente existência da *Revista Brasileira*. Em seus escritos, Montello avaliou as diferentes encarnações da publicação: “E o certo é que, se têm sido periódicas as mortes da *Revista Brasileira*, elas também abrem caminho para sua ressurreição – pela geração que desponta logo a seguir”. Entre 1975 e 1980, cada número seria dedicado a um mestre brasileiro, eleito pela Academia ou não. Foram homenageados Marques Rebelo, Cassiano Ricardo, Ivan Lins, Hermes Lima e Elmano Cardim. A *Revista*, no entanto, esbarrou na concorrência com os meios de comunicação de massa e com os preços do papel e mão de obra.

Na contemporaneidade, a *Revista Brasileira* viveu mais três ciclos. O do Acadêmico João de Scantimburgo, que trimestralmente publicou 69 edições do periódico, ocorreu entre 1994 e 2011. Seguiu-se, com um projeto gráfico moderno e atualizado, e direção do Acadêmico Marco Lucchesi, um novo ciclo que durou 24 números, entre 2012 e 2017. As mais recentes publicações da *Revista* foram dirigidas pelo Acadêmico Cícero Sandroni, que direcionou a publicação para os novos tempos das mídias digitais.

Ao longo dos séculos, a *Revista Brasileira* consolidou-se como um espaço importante para a divulgação e o debate da literatura nacional. Este número inicia mais um ciclo da *Revista Brasileira*, agora sob a direção da Acadêmica Rosiska Darcy de Oliveira, a primeira mulher a dirigir a revista, em sua longa história. Neste ciclo, a *Revista Brasileira*, será dedicada à cultura, à ciência e aos grandes temas da atualidade brasileira. Vem com cara nova, em uma programação visual de Felipe Taborda, que bem exprime o novo espírito da Revista.

Buscando um leque mais amplo de novos leitores, universitários, intelectuais e qualquer pessoa interessada nesses assuntos, estará nas livrarias e no *site* da Academia Brasileira de Letras, com periodicidade de quatro números a cada ano.



Caricatura de Joaquim Nabuco e Maciel Montello. 2003, Cássio Loredano, técnica mista sobre papel, 51 × 36,5 cm. Da Série Fundadores e Patronos, Cadeira 27.

## Discurso de posse na ABL

**Fernanda Montenegro**

Ocupante da Cadeira 17 na Academia Brasileira de Letras

**W**

illiam Shakespeare deixou eternizado este conceito estrutural como afirmação de uma Arte: “o mundo é um palco e todos nós, seres humanos, somos atores sobre esse palco”.

Agradeço, e muito, – com o meu coração e a minha razão – estar sendo aceita nesta Casa por este elenco protagonista, referencial, da nossa mais alta Cultura, que é a Academia Brasileira de Letras.

Emocionada, tomo posse neste momento da Cadeira n.º 17, pedindo às Senhoras e aos Senhores Acadêmicos compreensão pela maneira como expressarei esta pulsação de vida que trago comigo neste ato.

Como prólogo desta minha fala, devo esclarecer que sou uma incansável autodidata, cuja origem intelectual, emocional sempre me chegou e ainda me conduz através da vivência inarredável de um ofício: atriz. Sou atriz.

Venho dessa mítica, mística arte arcaica, eterna, que é o Teatro.

Sou a primeira representante da cena brasileira, do palco brasileiro, a ser recebida nesta Casa como Acadêmica.

Solicitaria a paciência das Senhoras, dos Senhores Acadêmicos e demais presenças, para trazer, sem me estender, algumas vivências, memórias, desta minha profissão – já que por ela existir – aqui estou.

Esse meu ofício – não para todos –, esse meu ofício expressa uma estranheza compreensível.

A raiz desta arte está na complexidade de só “existir” através do corpo e da alma de um ator ou uma atriz ao trazer a literatura dramática para a verticalidade cênica.

É a carnificação da dramaturgia escrita. Do “ser ou não ser” sobre as tábuas de um palco.

Não se cumpre essa profissão sem devoção, sem obstinação, sem coragem.

É um ofício de absoluta solidão, em que “o outro” é fundamental. Buscar “o outro”. Somar com “o outro” numa só estrutura. Daí, estarmos sempre, falo de atores de teatro, na esperança de total e imediata aceitação: da tragédia à comédia, do drama à farsa, à sátira.

Albert Camus, filósofo e escritor, define o ator como a configuração de sua visão filossófica. Para Camus este ofício simboliza “o absurdo do existir”.

Pequeno trecho do seu extraordinário ensaio *O mito de Sísifo*. Diz Camus:

“O ator reina no domínio do mortal. De todas as glórias do mundo, sabemos que a sua é a mais efêmera. E é também o ator quem mais percebe, entre os homens, que tudo deve morrer um dia.”

Sim. Na nossa Arte o ato cênico exige do ser humano aceitar como criatividade, “Morrer e renascer”. “Morrer e renascer”. “Morrer e renascer.” É uma opção de vida inquietante. Abstrata – embora corporificada. Uma sobrevivência desafiadora. Sem escamoteio. É ou não se é. De imediato, aceita ou renegada. É a existência humana numa absoluta liberdade criadora, tendo não só o corpo, mas a alma do ator como instrumento.

É a sublime Arte Amoral. É uma Arte Amoral – da qual somos os oficiantes criadores. Para alguns, esta é uma profissão marginal como comportamento.

Nenhum pai e mãe nenhuma aceitam com tranquilidade um filho – muito menos uma filha – optar profissionalmente pelo palco. Amadoristicamente até podem. Como profissão, não.

Mas a vida nos palcos, nas arenas, existe nessa “Terceira margem do rio” há milhares, milhares e milhares de anos.

Como histórica referência, lembro Molière – gênio criador de uma grande e sublime dramaturgia. Antes de alcançar um lugar nobilíssimo nas enciclopédias desse mundo, Molière foi um ator. Um ator vocacionado. O protagonista absoluto do seu próprio elenco. Como Shakespeare, na Inglaterra. Ambos foram intérpretes titulares, suplantando todas as condenações moralizantes existentes desde sempre. Na distância do tempo, devemos a eles, na criação cênica, o homem contemporâneo.

Molière pode ter tido até a glória de ter-se sentado à mesa de seu rei, mas, como todos os comediantes de seu tempo, foi enterrado fora do cemitério como qualquer marginal da época.

Senhoras e Senhores Acadêmicos, importantes personalidades presentes, queridos amigos, já são 300 anos da presença do Teatro no Brasil, precedidos de mais dois séculos de catequização jesuítica, encenando autos religiosos, portanto – Teatro.

Nesses três séculos, tivemos gerações e gerações de artistas nas nossas praças, arenas, palcos, picadeiros, anfiteatros.

Alcançamos a era eletrônica, digital, com o radioteatro, teleteatro, telenovelas, telesséries. Chegamos ao cinema e ao streaming, apresentando o nosso caráter cênico brasileiro com reconhecido sucesso, com total respeito, através de incontáveis premiações nacionais e internacionais.

Ressalto que, como nesta minha profissão a solidão não existe, a minha vida cênica traz sempre comigo incontáveis e memoráveis companheiros, sem os quais nem eles nem eu teríamos dado conta, através dos nossos pulmões, dos nossos corações, da nossa criatividade, de todo um conjunto inimaginável de encenações de obras referenciais da grande dramaturgia.

Graças aos Deuses – e a nós mesmos – sou testemunha, sou integrante, sou parte do que o Teatro no Brasil realizou no período maior do século XX. Sempre, sempre, diante de plateias que também prestigiavam ousadas, corajosas propostas cênicas. Um público que não negava se juntar a nós nos memoráveis protestos públicos, quando exigíamos liberdade de expressão, liberdade política, diante daquela violenta asfixia militar pela qual o país passou.

Nesses meus quase 80 anos de vivência teatral, enfrentei, sim, personagens desafiadoras, oriundas de uma sublime dramaturgia que me alimentou, me culturalizou – de Sófocles a Plauto, de Shakespeare a Molière, a Cervantes. De Corneille a Racine. De Goethe a Goldoni, a Ibsen, a Strindberg, Bernard Shaw, Pirandello, O’Neill. De Tchecov a Brecht, a Fassbinder, a Harold Pinter, a Beckett.

Na nossa literatura dramática, de Martins Pena a Castro Alves, a Gonçalves Dias, a Machado de Assis, José de Alencar, Artur Azevedo. De Oswald de Andrade a Millôr Fernandes, a Ariano Suassuna.

E a Nelson Rodrigues – a quem devo uma presença absolutamente referencial na minha vida profissional. Foram três peças escritas a nosso pedido: “O beijo no asfalto”, “Toda nudez será castigada” e “A serpente”. O meu primeiro trabalho em cinema devo a ele, em “A falecida”, direção de Leon Hirszman. Além de três novelas de tevê: “A morta sem espelho”, “Pouco amor não é amor” e “O desconhecido”.

Nelson Rodrigues é o cronista visceral do comportamento do homem brasileiro. E é um memorialista comparável a Pedro Nava. Dele, já faz tempo, apresento pelo Brasil “Nelson Rodrigues por ele mesmo – Memórias”, com total aceitação de plateias de todos os tamanhos, de todas as idades, de todos os níveis sociais.

Fecho esta saudação a Nelson Rodrigues com esta sua frase tão humana: “Aprendi a ser o máximo possível de mim mesmo.” Esse é o Nelson.

Na área de intérpretes, saúdo, como primeira referência de atriz, a figura histórica de Estela Sezefreda.

E sigo, trazendo a esta Casa a memória de Apolônia Pinto; Itália Fausta (que vi em cena); Lucília Perez (com quem contracenei); Henriette Morineau (minha mestra básica); Eva Todor; Tônia Carrero; Maria Della Costa; Dercy Gonçalves; Alda Garrido; a grande Cacilda Becker; Cleyde Yáconis; Marília Pêra; Ruth de Souza; Dulcina de Moraes (a mais orgânica, a mais completa e importante personalidade do Teatro Brasileiro). E Bibi Ferreira. Bibi querida. “A atriz que eu sonhava ser quando crescesse.”

Quanto aos atores, honro e louvo de João Caetano a Procópio Ferreira; de Paulo Gracindo a Chico Anysio – e a Paulo Autran – atores símbolos.

E, particularmente, para sempre, meus “irmãos” Sérgio Britto e Ítalo Rossi, com os quais convivi e contracenei celularmente durante 50 anos.

Na minha eterna e imensa saudade, o homem de teatro, Fernando Torres – uma vocação sem igual. Minha incansável e louca retaguarda. A ele eu devo 60 anos de uma busca de realização artística pelos muitos e muitos e muitos palcos deste nosso Brasil. E, como o máximo encontro do nosso existir, devo a Fernando Torres “a particular Tribo de Oficiantes Vocacionados” – nossos filhos.

E chegamos a este novo século com uma inarredável presença vocacionada de criadores cênicos plenos de talento: atrizes, atores, encenadores, dramaturgos, cenógrafos, figurinistas.

Somos uma raça indestrutível mesmo diante dessa brutal, trágica posição governamental contra a cultura da artes que, no momento, estamos vivendo no Brasil.

Mas resistimos.

Resistimos. Sempre.

Somos eternos.

\* \* \*

Encerro assim este prólogo, esta minha explanação geral sobre o mundo de onde venho. Para mim, um mundo cultuado porque sagrado.

\* \* \*

Senhoras, Senhores Acadêmicos e importantes presenças,

Frequento a Academia Brasileira de Letras faz muitos anos. Com algumas personalidades desta centenária Casa, tive e tenho o privilégio de conviver. Recebi, algumas vezes, sugestão para me propor a esta Instituição – gentileza do Acadêmico Marcos Vilaça, do Presidente Merval Pereira.

Muito me aproximei do Acadêmico Domício Proença Filho quando da leitura de sua obra *Capitu – Memórias póstumas* – aqui, no Teatro Raimundo Magalhães

Júnior. Trago também o nome da Acadêmica Rosiska Darcy de Oliveira, que esteve ao meu lado nos debates que se seguiam após a apresentação do espetáculo “Viver sem tempos mortos” – de Simone de Beauvoir.

Mas, de forma especial, quero reverenciar, nesta Cerimônia de Posse, a pessoa da Acadêmica Nélida Piñon.

Querida, muito querida Acadêmica Nélida Piñon – personalidade artística, cultural, humanista – não só desta Academia – deste nosso país. Tive na sua pessoa uma generosa conselheira, uma condutora.

Por tanta atenção, crença e respeito, receba o meu reconhecimento, a minha benquerença, o meu grande, imenso e eterno obrigado.

\* \* \*

Sigo, então, cumprindo o ritual da Cerimônia de Posse, trazendo as figuras altamente importantes que me precederam na cadeira n.º 17, cujo patrono é Hipólito da Costa – um consagrado brasileiro, um revolucionário, uma brava e histórica figura na luta pela nossa Independência. Hoje inscrito no “Livro dos Heróis da Pátria”.

Hipólito da Costa, nascido em 1774, formou-se em Filosofia e Direito na Universidade de Coimbra. Acusado e condenado pela Inquisição por defender e propagar a Maçonaria em Portugal, após quase três anos de cárcere, foge para a Inglaterra, ali permanecendo até o fim de sua vida. Na luta heroica pela liberdade de nosso país, em 1808, funda o *Correio Braziliense*, que circulou, mensalmente, por 14 anos, sendo ele o único editor e redator. Esse personagem deixou 29 tomos de críticas e análises objetivas, sólidas, em defesa da liberdade do nosso país.

Segue dele este pequeno trecho tão revelador do seu humanismo:

O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela, e cada um deve, segundo as suas forças físicas ou morais, administrar em benefício da mesma os conhecimentos ou talentos que a natureza, a arte, ou a educação lhes prestou. As luzes que ele espalha tiram das trevas aquele que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia e do engano.

Hipólito da Costa falece em 1823, já vendo concretizada a nossa Independência por ele tão sonhada.

Quando da fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, o historiador, ensaísta, crítico literário excepcional, o memorialista destemido Sílvio Romero, já como Acadêmico, proclamou Hipólito da Costa Patrono da Cadeira n.º 17, cadeira esta criada pelo próprio Sílvio Romero.

O Acadêmico Sílvio Romero morre aos 63 anos de idade.

Esta cadeira passa a ser comandada por Joaquim Osório Duque-Estrada, poeta, crítico literário, ensaísta.

Nascido no município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, viveu apenas 57 anos. É dele, em versos decassílabos, a letra do Hino Nacional Brasileiro.

É, então, que em 1928 chega a esta Casa o antropólogo Roquette-Pinto – autor de um clássico de nossos estudos antropológicos: *Rondônia*.

Historicamente, o Acadêmico Roquette-Pinto é a figura pioneira, referencial, da comunicação eletrônica no Brasil. Em 1922, esse extraordinário brasileiro cria e comanda a importante Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

Em 1936, numa doação, ele transfere para o Ministério da Educação e Cultura esse milagroso sistema moderno de radiodifusão. Nasce, então, a Rádio Ministério

da Educação e Cultura – a Rádio MEC – cuja programação passou a transmitir um sistema educacional, cultural, organizado e supervisionado por escritores, professores, jornalistas, músicos, compositores clássicos e folclóricos, transmissão de óperas, concertos, aulas de literatura, de história, de filosofia, sociologia.

Houve necessidade de preparar intelectualmente redatores, adaptadores, locutores e radioatores com aulas de dicção, de recitação, de prosódia, noções de logopedia e o estudo da matéria a ser interpretada em adaptações de obras literárias para o radioteatro.

Formou-se, então, um elenco de radioatores.

Em 1945, eu, aos 16 anos, depois de, em um teste, ler uma poesia, fui aceita profissionalmente no elenco da emissora.

Permaneci na Rádio MEC por 10 anos como locutora, radioatriz e responsável, durante alguns anos, pelo programa “Passeio Literário”, baseado em adaptações de obras referenciais.

A Rádio MEC foi a minha vibrante “Universidade”.

Devo a esse educador, a esse corajoso visionário – Roquette-Pinto – o início da minha atividade artística. Eu o tenho como o meu particular Patrono.

Esse importante homem esteve presente nesta vida por 70 anos.

O slogan para a Rádio MEC, criado por esse grande brasileiro, Roquette-Pinto, permanece eterno na minha memória: “Pela cultura dos que vivem em nossa Terra; pelo progresso do Brasil”.

\* \* \*

Na sequência das personalidades que me antecederam nesta Instituição, faço presente a figura obstinada de brasilidade de Álvaro Lins, advogado, professor, memorialista, importante jornalista e sólido crítico literário. Esse grande homem público, sempre a serviço de nossa cultura, nos deixa aos 58 anos de idade.

Antonio Houaiss torna-se então o quinto ocupante da cadeira. Foram 28 anos de uma participação ampla, calorosa, como crítico literário, tradutor, diplomata, ministro da cultura do governo Itamar Franco, filólogo e enciclopedista.

Na sucessão acadêmica, quem me precede como sexto ocupante é o Acadêmico Affonso Arinos de Mello Franco –, Affonso Arinos Filho – professor, doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, escritor, deputado, memorialista, diplomata, embaixador do Brasil na Bolívia, no Vaticano e na Holanda.

Prezadíssimas Acadêmicas, Prezadíssimos

Acadêmicos, muito prezadas personalidades,

Simone de Beauvoir afirma que “O acaso tem sempre a última palavra.

O que motivou uma mulher a aceitar aceitar se candidatar e estar, neste momento, na Cerimônia de Posse de uma cadeira nesta Casa?

Como o “acaso” se apresentou?

Nas minhas primeiríssimas vindas à Academia, certo dia, um belo e elegante senhor de presença altamente civilizada, com quem eu nunca trocara uma palavra, veio ao meu encontro. E, de uma maneira determinada, clara, direta, irmanada, sem sorrisos, com total cumplicidade e delicadeza, intimou:

“Fernanda, entre para a Academia. Escreva um livro e entre para a Academia.”

Permanecemos um instante nos olhando. Voltei da minha surpresa. Agradei. E logo ele seguiu em direção a outras pessoas ali presentes.

Nesta importante Sala, toda vez que o via, sabia que ele viria ao meu encontro. E no tom de um “cúmplice comando”, delicadamente ordenava: “Fernanda, escreva um livro e entre para a Academia.” Eu sempre agradecia e ele seguia adiante.

Nos olhos daquele homem sempre li uma objetividade comovente.

Por que a insistência, tão surpreendente, daquele acadêmico para comigo? Por que achar, com absoluta crença e respeito, que uma mulher de teatro, uma mulher do palco, teria o direito de estar na Academia Brasileira de Letras? Candidatura essa, para alguns, impensável.

A razão desse comando tão fraterno feito a mim por Affonso Arinos de Mello Franco – Affonso Arinos Filho – é que esse ser humano era um ativista cultural real. Na pele, um artista. Um irmão da mesma fé.

Além de escritor, um potencial cantor, ator. Um feliz e saudável boêmio. Companheiro de grandes figuras da nossa dita “criatividade popular” – “criatividade popular” da qual eu faço parte, como igualmente o nosso grande, grande artista absoluto Gilberto Gil. Somos artistas populares – sim – com a graça de Deus e de todos os Deuses, somados, deste nosso Brasil.

O Acadêmico Affonso Arinos Filho teve, no seu convívio, entre tantos artistas referenciais, Tom Jobim, Antônio Maria, Rubem Braga, Zé Ketí. Frequentava o Grêmio Recreativo Escola de Samba União de Vaz Lobo. Entre alguns famosos bares: o Beco das Garrafas se destacava, pois era onde ia ouvir cantar Dolores Duran. Tinha como grande amigo Vinicius de Moraes, não mais diplomata, mas um grande poeta, um compositor, uma presença encantatória em memoráveis shows, quando ouvíamos “o nosso poetinha” saudar e cantar a nossa extraordinária e eterna música, dita – graças aos anjos e arcanjos – música popular.

Registro, aqui, trechos de um de seus livros de memória, ele já nos seus 69 anos de idade, quando aceitou mais um desafio artístico: ser um dos atores no espetáculo “Chuveiro iluminado”.

Escreve ele em suas memórias:

Desde os anos 50, eu me habituei a falar em comícios, rádios e televisões, nas assembleias políticas, nas reuniões diplomáticas. Também o fizera, quando jovem, tocando violão pelas ruas em Ouro Preto, em Recife, em casa de parentes e companheiros. Agora, porém, a coisa muda de figura. O que começara como uma brincadeira entre amigos tomou forma quando Boal, o grande diretor de “Opinião” e “Arena conta Zumbi”, criador do Teatro do Oprimido, concordou em escrever um roteiro e dirigir-nos. Para encurtar razões: estamos apresentando desde o princípio de março, na Casa de Cultura Laura Alvim, um musical composto por canções, sambas, marchas, tangos e boleros que fizeram sucesso em nossa mocidade. Até agora não houve um só lugar vazio nos espetáculos que se realizam nos fins de semana, de sexta-feira a domingo. Atribuo sinceramente o êxito inegável do grupo de amadores, à competência criativa deste homem de teatro que é Boal.

Affonso Arinos Filho sabia que Augusto Boal era e é um homem importante na história do teatro brasileiro. Personalidade cultural com quem trabalhei e de quem fui amiga.

“Chuveiro iluminado” tinha como abertura Affonso Arinos Filho, acompanhando ao violão, cantando “Chão de estrelas”, de Orestes Barbosa. E do elenco de sete pessoas faziam parte duas atrizes amadoras, Cecília Boal e Laura Sandroni.

Essa encenação, depois de dois meses em cartaz no Rio de Janeiro, seguiu para Paris e foi apresentada no belo Théâtre de l’Épée de Bois, isso graças às relações de Augusto Boal com o meio cultural ministerial francês, que também o apoiou na fundação do seu Théâtre de l’Opprimé, criado pelo próprio Boal, na França, quando do seu exílio imposto pela ditadura militar no Brasil.

Affonso Arinos de Mello Franco – Affonso Arinos Filho – tomou posse da cadeira n.º 17 no dia 26 de novembro de 1999.

Quem o saudou na cerimônia foi o Acadêmico José Sarney num pronunciamento vigoroso, nobre, sobre o grande caráter, sobre a personalidade tão civilizada, tão sensibilizada desse brasileiro.

Dessa saudação, destaco estas palavras do Acadêmico José Sarney:

Podemos analisar sua vida e sua obra por três grandes vertentes – o homem de estado, o político, o escritor. Temos, no homem de estado, o servidor público, o diplomata, o embaixador, o negociador e operador de relações internacionais, marcando sua carreira não pela burocracia, a consumir-se no cotidiano de suas tarefas, mas com espírito público, com posições nítidas, defendendo políticas públicas, colocando ideias claras voltadas sempre pela compreensão de que os interesses do Brasil não se esgotam nos assuntos específicos do país, mas na visão de sua inserção no mundo, no destino dos homens, na revisão das injustiças, a começar pelas desigualdades sociais. [...]

Affonso Arinos rompeu as camisas-de-força do formalismo [...] para cumprir a fidelidade de seus ideais cristãos e de humanidade.

Estas são palavras do Acadêmico José Sarney.

O Acadêmico Affonso Arinos Filho faleceu em 15 de março de 2020.

Diante da morte desse homem – um ser humano tão dimensionado na sua vivência tão existencial – eu me perguntei: por que não obedecê-lo? Por que não aceitar aquele comando, vindo de um brasileiro que, como eu, sabia o que representa a transcendência de um palco?

Ousei obedecê-lo. Saudá-lo.

Aceitei esse desafio à minha vocacionada vida vivida nos incontáveis e resistentes palcos deste nosso país.

Uma mulher de teatro, uma atriz, se candidata à Academia Brasileira de Letras. É aceita.

Fato emblemático.

Detalhe do “acaso” a sublinhar:

Nessa cadeira n.º 17, que eu ocupo a partir desse momento, nela, o meu Patrono Roquette-Pinto, Affonso Arinos de Mello Franco e eu – por Imortalidade Acadêmica – estaremos para sempre juntos. Para sempre. Como diz o bardo: “Há mais coisas entre o céu e a terra do que sonha nossa vã filosofia.”

\* \* \*

Prezado Presidente da Academia Brasileira de Letras, Acadêmico Merval Pereira,  
Prezadas Senhoras Acadêmicas,  
Prezados Senhores Acadêmicos,  
Prezados amigos aqui presentes,  
Minha querida família,

Falo, neste momento, como uma Acadêmica desta Casa. Esta conquista não está circunscrita à minha pessoa. É uma ação abrangente.

A sublime e resistente história dos nossos palcos agradece a esta Casa o reconhecimento cultural da nossa Arte Cênica.

Os 300 anos do Teatro no Brasil, em estado de aleluia, saúdam a Academia Brasileira de Letras por este ato tão íntegro, tão civilizador e tão libertário.

O nosso muito obrigado.

---

# Tributo a Fernanda Montenegro

---

*Nélida Piñon*

Ocupante da Cadeira 30 na Academia Brasileira de Letras

**E**pidauro, Delfos, todos os teatros gregos e os anfiteatros romanos regozijam-se com Fernanda Montenegro, que ingressa nessa noite na Academia Brasileira de Letras. Sob a guarda dos deuses do teatro, dos mistérios de Elêusis, dos que regeram as claves da dramaturgia, entra nesta Casa pela porta grande da arte cênica. Como intérprete maior do pátio dos milagres que é a vida, ressalta Dionísio, cuja ferocidade mítica cedeu à humanidade o vinho da palavra que inebria e salva-nos. Aquele verbo fecundado pelo Ágora grego, pelos miseráveis que resguardam no casulo as réstias do mistério da criação.

Nesta cerimônia histórica que nos congrega, a Academia Brasileira de Letras ganha as memórias vividas por Fernanda Montenegro. A matéria cristalina sorvida no palco ao longo de mais de setenta anos. Sua aventura cênica ensejou o advento de uma arte que nos trouxe desde Ésquilo, Sófocles, Eurípides, Aristófanes, Menandro, Shakespeare, Racine, Molière, Lope de Vega, Gil Vicente até Ariano Suassuna e Nelson Rodrigues. Todos eles, Xamãs da escrita, deram luz a uma dramaturgia que afeita à explosão do trágico e do risível correspondia às aspirações humanas. E que alcançaram a posteridade através de artistas como Fernanda Montenegro, que frequentaram o abismo da escritura ao fazerem aflorar em cena as mazelas e as quimeras dos personagens. Em adesão tão abrasiva que permitiria a ela reivindicar a coautoria do texto. Exigir o selo inerente à criação da linguagem teatral.

Sob a custódia do Brasil, a nova acadêmica soube que interpretar era também deslizar sobre as ruidosas ripas do palco. A serviço dos reveses, dos assombros emocionais, de tudo que nunca esteve à margem do humano. Talvez se sentisse um corifeu atento à eclosão do drama que, consonante com o mistério da fé e da acústica do coração, recrudescia a cada amanhecer.

Ausculto a genealogia de Fernanda. Afinal somos todos filhos da nossa origem. Uma gênese que marca quem viremos a ser. Sua grei, duplamente peninsular, proveio da Sardenha e do norte de Portugal, uma gleba heroica de caráter épico, que cruzou o Atlântico sendo testada pela sorte e pelas provações do destino, tão logo estabeleceu-se no Brasil. O ramo italiano, de nome Pinna e Piras, foi vítima das iniquidades que as autoridades de então reservavam aos imigrantes trazidos até nós sob falsas promessas. Quando, sob condições vergonhosas, levados para o interior de Minas, viveram a odisseia da dor e das privações. Embora tratados

como servos, jamais esmoreceram. Bradaram as armas interiores da coragem e fugiram da boca do inferno, instalando-se no Rio de Janeiro, dispostos a travarem o bom combate. Por não serem Capuletos e Montecchios, repartiram entre si o pão e os frutos de cada dia.

A linhagem portuguesa foi um legado precioso que o pai, Victorino Pinheiro Esteves da Silva, encarnou. Uma figura exemplar, tanto no lar quanto no trabalho de operário em oficinas de modelagem industrial, que lhe inculcou o cumprimento do dever, a devoção ao ofício que escolhesse, o destemor, a inquietação pela obra humana, e a noção das injustiças sociais, que ela arrasta consigo como uma sombra da qual não se desvincula. Regras jamais postas à parte, reforçadas pelo empenho dela de vencer simbolicamente o cabo Bojador, igualando-se aos portugueses de outrora.

O coração de Fernanda nunca se rendeu ou faltou em reconhecer os signos familiares que incorporados ao seu humanismo tornaram-na universal.

Como esqueceria ela a avó Maria Francisca, a mãe Carmen que, conquanto no início se opôs à carreira artística da filha, mais tarde, em atitude visionária, insurgiu-se contra a transferência do casal Montenegro-Torres para a Europa à guisa de aperfeiçoar-se.

A pátria das memórias familiares, de seres que espargiram nela afetos, exemplos e constituíram uma inabalável retaguarda afetiva, foi imortalizada no seu esplêndido livro *Prólogo, ato, epílogo*, uma narrativa que excede os limites biográficos para proclamar a grandeza do teatro brasileiro.

Fortalecida, pois, como filha do Brasil, ela ostentava na proa da alma os fundamentos ancestrais da lavoura portuguesa e do pastoreio dos sardos. Ambas as heranças, refúgio igualmente da imaginação, a ajudavam a harmonizar contradições e conflitos, acolher os sortilégios da arte para ela ainda incipiente. Aqueles mandamentos prestes a doutriná-la no trato com os impulsos do drama, do calvário que cada personagem reservava ao intérprete.

Algumas vezes confessou-se tribal. Por ser de uma família coesa que, ao não despojá-la de seus bens naturais, facilitou-lhe aliar-se às encruzilhadas civilizatórias. Entendendo sobretudo o peso das ilusões nos sonhos da filha. Nas ocasiões que a ensinaram a conciliar tradição e as rupturas poéticas inseridas no cotidiano enquanto semeavam a liberdade.

Desde o início a nova acadêmica foi precoce. Estreou aos oito anos de idade na peça portuguesa intitulada “Os dois sargentos”. Uma experiência inusitada em uma família apartada das práticas artísticas. A vida urdia sua trama a fim da menina Fernanda sentir-se atraída pela arte cênica. Começando pelo próprio nome Arlete escolhido pela mãe, que admirava a atriz francesa Arlette Marchal. E antecedentes próximos, como o avô Pedro e a tia Vicenza, que trabalharam no Theatro Municipal. Tinha ainda a avó Maria Francisca, que ao contar histórias dava curso à fantasia. A música ecoava casa adentro, desde árias italianas ao cancionero brasileiro, enquanto ao piano a tia Valentina animava os saraus. Contava ela com o hábito dos pais levarem as filhas amiúde ao cinema e ao circo quando ele os visitava.

Foi, porém, aos quinze anos que ingressou na Rádio MEC, no programa “Radio-teatro da Mocidade”, no qual atuou como redatora, locutora e atriz. Esse convívio, de alta difusão cultural, equivaleu a uma cátedra universitária.

Sua agenda laboral acumulou em seguida a Rádio MEC, a Rádio Guanabara, as aulas de português ministradas a estrangeiros na Biarritz, e seu curso de Madureza, porém nunca negligenciou a vida cultural com idas ao cinema e ao teatro, atenta à sua formação que vicejava.

Cedo educou-se à sombra dos dramaturgos de variadas expressões que dissecaram as criaturas com o prestígio do verbo. Valendo citar José de Anchieta, que nos primórdios brasileiros inaugurou nosso teatro, e outros gênios que suscitam em nós vertigens estéticas.

Tornou-se igualmente voraz leitora da literatura brasileira e estrangeira, sendo contemplada com a produção, adaptação e apresentação do programa “Passeio literário”, que lhe abria o mundo do livro. Antecipando assim, décadas antes, sua filiação à Casa de Machado de Assis.

Em 1948, ao assistir a Hamlet pela primeira vez, com Sérgio Cardoso, curvou-se à magnitude da peça. Sob os efeitos da encenação, querendo impregnar-se de seu mistério, assiste a ela dezoito vezes. O palco impunha-se como ideal de vida.

Posteriormente integrou o elenco da peça “Alegres canções na montanha”, de Julien Luchaire, que mereceu encômios da crítica. Logo é contratada como primeira atriz pela TV Tupi do Rio de Janeiro, recém-inaugurada, participando do teleteatro intitulado “História do Teatro Universal”, onde estreia com “Antígona”, de Sófocles. Por dois anos, a cada quinze dias, encenava um novo clássico. Uma iniciação que lhe propiciou acesso a um exemplar repertório da dramaturgia mundial e a convivência com extraordinários colegas de peleja.

Durante a década de 1950 acumulou feitos. Pisa o palco na peça “Está lá fora um inspetor”, J. B. Priestley, dirigida pelo respeitado João Villaret. Recebe então o prêmio de atriz revelação, enquanto é convidada para integrar a egrégia companhia teatral Os Artistas Unidos, tendo à frente a memorável atriz francesa Henriette Morineau.

Após esses eventos, Fernanda abandona a TV Tupi e assume o protagonismo de obras que colocarão a descoberto o enredo do mundo, a força motriz da arte. Fiel a um ofício milenar que tem em mira alargar o palimpsesto brasileiro, preencher as lacunas culturais existentes, realçar o manancial poético da pátria.

Volta-se para o palco. Enlaça seu destino ao de Fernando Torres. Um tratado conjugal que envolvia também um preito a uma profissão árdua, embora fascinante. Juntos, elegeram prosseguir sem desalento. Mudam-se para São Paulo, engajam-se à companhia de Maria Della Costa e Sandro Polloni, onde acontece “A Moratória”, de Jorge Andrade, tendo Fernanda no insuperável papel principal e consagrador, arrebatando o maior prêmio da época, Sacy, como melhor atriz. Marco do teatro brasileiro, marco na vida de Fernanda. Depois o casal seguiria para o TBC – Teatro Brasileiro de Comédia, com Ítalo Rossi, Sérgio Britto e, como diretor, Gianni Ratto. Porém, com o declínio financeiro do TBC e o retorno de Ratto para a Itália, o quarteto firma contrato com a TV Tupi, do Rio, para inaugurar o programa “Grande Teatro”.

Durante oito anos encenaram na tela incontáveis peças assinadas por renomados luminares da dramaturgia. No entanto, ao sentirem mais tarde a penosa falta do palco, da tradição cênica, fundaram o “Teatro dos Sete”, enriquecido agora com o retorno de Gianni Ratto. De novo o clã reunido, mas premido pela escassez financeira, lançam uma campanha com o intuito de arrecadar recursos, que consistia na venda prévia de assinatura para apresentações de peças futuras sequer definidas. Sob um impulso utópico, e confiantes na lealdade dos admiradores que os seguiram na televisão, obtiveram inesperado e efusivo apoio.

Estrearam no Theatro Municipal com “O mambembe”, original de Artur Azevedo, contando com cerca de 80 participantes, orquestra, cenário grandioso. Foi quando os deuses do teatro que respondiam pela majestade do texto, e o próprio público arrebatado pelo espetáculo, confabularam em harmoniosa sintonia em

favor desses artistas, concedendo-lhes a prorrogação da peça em um teatro que completava cinquenta anos, e ainda filas intermináveis na bilheteria. Semanas que louvavam um autor que se batera pela construção desse mesmo templo.

Semelhante temporada impôs a soberania do teatro brasileiro. Quanto à reação emocional da plateia após cada apresentação, Fernanda Montenegro suspeita dever-se a mesma ao fato do Rio de Janeiro ter perdido sua condição de Capital Federal, de estar sendo cruelmente esvaziado sem as devidas compensações. Portanto a audiência extravasava ao mesmo tempo inconformidade e gratidão pelo tanto que o Rio representava e dera ao Brasil. Assim, ao gritarem, chorarem e acenarem com os lenços ao término de cada encenação, despediam-se de uma desconsolada metrópole. Certamente arrebatados com a realidade e a fala final da peça:

Diz Frazão ao cair da cortina:

“...Ao Brasil... Só lhe falta um teatro...”

Em seu livro, Fernanda afirma não ter vivido experiência tão emocionante quanto aquela. Talvez devida à pujança com que o elenco, em conjunto, ajustou-se à magnitude da arte teatral e ao texto de um autor imerso no limbo.

Sem temer os impasses financeiros, o “Grupo dos Sete” levava ao palco peças de alta estirpe, enquanto preparava a próxima estreia.

Sob a regência de Ratto, os quatro atores debruçavam-se sobre personagens inovadores que brotavam da fabulação dos dramaturgos. Fruíam eles os dons advindos de um teatro capaz de redimi-los a despeito de um cotidiano modesto, das dívidas contraídas.

Fernanda, no trabalho de mesa, esmiuçava cada frase, emprestando voz e as fibras do corpo ao texto, e, ultrapassando limites, fazia soar a magia do verbo, tornava-se cúmplice da matéria que havia nele.

Os embargos prosseguiram, apesar do sucesso das peças. Após dez anos, o grupo se desfez. Contudo, o palco seguia sendo para o casal Montenegro-Torres o outro lar onde ocorria o milagre de depurado humanismo, assim optaram por palmilhar o Brasil afora, levando na bagagem as agonias humanas, o que a escrita deixava revelar. E como bandeirantes, desrespeitando as divisas impostas pelo Tratado de Tordesilhas, conquistaram com seu teatro o território estético das urbes e dos grotões.

No exercício da profissão, também assemelhavam-se aos andarilhos de antigamente que intercambiavam a beleza de suas peças por ovos e batatas. Em troca ganhando o linguajar popular que esculpia metáforas tantas vezes à deriva. Uma cultura resultante do coração sob forma de madeira, de nota musical, do verbo composto. Um sopro de matriz ecumênica que liberou a sensibilidade da atriz.

Nessas visitas ao território nacional, Fernanda Montenegro colheu manifestações de um público que sucumbia a uma arte que enfeitiçava e exercia neles uma pedagogia cívica e livre.

Ainda que suas atividades se multiplicassem, o casal dera vida aos filhos tão desejados, Fernanda e Claudio Torres, hoje proeminentes presenças da cultura brasileira.

Mesmo com o passar do tempo, Fernanda não cedeu um átimo no amor ao ofício. Ancorada na cultura cênica nascida dos primeiros vagidos humanos, entregava-se à cultura pátria. Pisar as tábuas do tablado era render-se a uma dramaturgia colossal. Significava ter adestrado o verbo cênico nos imponentes teatros brasileiros, alguns surgidos do Segundo Reinado. Quando o mundo, então familiar, dava guarida ao acervo teatral que acomoda riqueza, antagonismos, insídia, espírito libertário, o fôlego regenerador das civilizações.

Para Fernanda Montenegro especular sobre as nomenclaturas da atuação ampliava seus domínios verbais. Levava-a às terras onde seu povo estivera muito antes dela e ensinava-lhe restaurar sentimentos milenares e fazê-los compatíveis com as ânsias modernas. Por assim crer que se apropriaria dos instigantes códigos estéticos, o aparentemente esquecido.

Não houve falha em Fernanda Montenegro no amor à arte de interpretar, nem na veemente defesa da condição humana. Para tanto não alijou a memória que enaltecia ancestrais e expoentes pregressos que deram às novas gerações razão de seguir suas pegadas heroicas. Sem cessar de glorificar tantos intérpretes que já partiram, como uma irrepreensível Bibi Ferreira, a excepcional Dulcina de Moraes, atriz injustamente esquecida, uma mulher de rara valentia que lutou em prol do teatro nacional. Além de Paulo Autran, seus irmãos de alma Ítalo Rossi e Sérgio Britto, seu companheiro de vida, Fernando Torres, e tantos mais. Tal altruísmo da parte sua que, afinada com seus preceitos estéticos, compromete-se com uma galeria de nomes que ficaram atrás, mas cobram urgentes retificações históricas. Daí sua índole moral fustigar os verdugos da nação, que asfixiam as artes. Na sua rigorosa crença do Brasil não vir a ser um país pleno sem educação e cultura para seus cidadãos.

Mas cá estou eu diante do xadrez da realidade, a enfrentar o enredo da nova acadêmica com resumos certamente equivocados e imprecisos, a submeter-me ao juízo implacável da História. Contudo afirmo que Fernanda foi tecida pela urdidura familiar, pelo mistério de uma vocação jamais oscilante, e pela fervorosa adesão ao Brasil. Pilares estes que, conjugados, propiciaram a uma artista atingir o ápice da grandeza.

A argamassa da atriz composta de substância sincrética não subtrai nela a brasilidade que coleta de todos nós aquele cotidiano indecifrável e tão favorável a se fazer matéria da arte.

É natural que a sigamos nestes anos vencidos. Foram admiráveis décadas de profissão, quando galgou ela os degraus ígneos de seu Gólgota, e triunfou. Erigiu um currículo que abrangeu todas as expressões artísticas. As cifras contabilizadas surpreendem. São mais de 200 apresentações em teleteatro, mais de 60 peças teatrais, mais de 30 filmes, mais de 50 novelas e séries, e outros incontáveis trabalhos. Muitos deles firmados pelos brasileiros Machado de Assis, José de Alencar, Artur Azevedo, Jorge Andrade, Ariano Suassuna, Millôr Fernandes, Nelson Rodrigues. E havendo sido filha de Sófocles, encenou autores como Beckett, Pirandello, Bernard Shaw, Cervantes, Racine, Tchékhov, Simone de Beauvoir, entre tantos não citados.

Em todas as searas de sua arte, prestigiosos prêmios brasileiros e internacionais lhe foram outorgados, não lhe faltando reconhecimentos e reputadas condecorações, comendas, títulos.

No teatro, abarcou as maiores honrarias nacionais, como nos históricos desempenhos de Ersilia Drei, de “Vestir os nus”, Luigi Pirandello; Lucília, de “A moratória”, Jorge Andrade; Petra, das “Lágrimas amargas de Petra Von Kant”, Rainer Werner Fassbinder.

As telas cinematográficas deram-lhe projeção internacional. Brilhou no “Eles não usam black-tie”, de Gianfrancesco Guarnieri, vencedor do Festival de Veneza de 1980. Foi a primeira atriz brasileira indicada ao Oscar em 1998, graças à sua brilhante atuação no “Central do Brasil”, de Walter Salles, e vencedora do notável Urso de Prata do Festival de Berlim e do Golden Globe Awards, Hollywood, como melhor atriz, pelo mesmo filme. Sem esquecermos o Emmy de melhor atriz pela sua atuação no papel de Dona Picucha na minissérie “Doce de mãe”, de Ana

Luiza Azevedo, Jorge Furtado, Janaína Fischer, Márcio Schoenardie e Miguel da Costa Franco, recebido em Nova York, no ano de 2013.

Sua trajetória é inigualável. Aprumou-se com “pompas e circunstâncias” no decorrer de uma missão a qual serviu com denodo, segundo o esplendor da arte. Afinal, reverberava nela o legado dos clássicos, como também respingava a aventureira lembrança dos saltimbancos saídos do medievo.

Os sentimentos teatrais sempre ecoaram nela. O tablado de qualquer teatro tornara-se a ara reservada aos gregos, ao Hamlet de Elsinore, às arenas encharcadas de sangue e fé. O lugar, enfim, onde os deuses puniam os que bocejavam sacrificando o que a vida trazia à tona. O trágico, o burlesco, a palavra do ator.

Sob o signo da esperança que teimava em atribuir à vida um manto púrpuro, Fernanda confiou sempre nos dias por virem. Entendeu e traduziu os cânones que se impunham à cena. Aqueles mandamentos entre sagrados e profanos que perturbavam as vinhetas da arte. A apontarem por onde seguir, que melhor uso fazer dos seus atributos.

Havia no entanto que desvendar os interstícios da dramaturgia, ir além da escrita cirúrgica, prever até como o corpo deslocava-se sobre as ripas de madeira do palco. Afinal cabia modelar personagens, dar-lhes inequívoca autonomia.

Nunca foi fácil perpassar os umbrais da arte. As noções imemoriais que a criação espargue e que lhe chegavam por meio das entranhas dos autores e fazê-las ressoar em seu ser. Devia pois assenhorar-se da fala que transfigurasse o texto até acreditar ser seu autor, e acatar a linguagem que o teatro impunha.

É mister supor que o palco lhe é medular. Nele arfa e é alada. Dele se fez discípula e senhora. Domina suas variações temáticas, o temperamento pejado de linguajar poético, o teor trágico da dramaturgia universal.

Onde estivesse, Fernanda foi registrando por escrita e falas esparsas um caudal de ordenações estéticas e humanísticas. Reflexões abarcando marcas íntimas do ofício, do seu civismo e de sua visão moral. Preciosas sentenças comprometidas com a consciência própria e a alheia, em afirmar onde se situava enquanto talhava o seu ser. Sem dúvida posicionamentos que enveredavam alma adentro, pelos labirintos ilusórios da arte teatral. Por estar sempre, como intérprete, diante da cólera de personagens como aquelas criaturas que concebidas há milênios cristalizaram ainda hoje dores e penas no espaço cênico. Um pensar o seu que vocaliza com precisão quando tem em vista uma realidade de irradiações intraduzíveis.

Confesso há muito acompanhar os alicerces do seu pensamento que se debruça igualmente sobre o cotidiano e a liturgia do texto. O que guia os autores defrontados com os fundamentos, os estertores do coração, os acertos e desacertos do humano ao descrevê-los com o talento e a pena que claudicam.

Vale enveredar pelos apanágios de Fernanda. A finura com que ela objeta e esclarece a respeito de seu feudo. Com este intuito clarifica e depura sobre a natureza teatral sem abdicar da complexidade, do sentido aventureiro da ribalta. Na convicção de que sua arte, como outras expressões criadoras, provém do caos, sendo ambígua, maligna, volátil, antes de se eternizar.

Como se tivesse nascido na manjedoura de um cenário, Fernanda Montenegro gravita em torno das narrativas entrelaçadas com entidades verbais que nutriam os dramaturgos que seguiram no encalço de Shakespeare, cobrando filiação. Ávidos por uma maestria inalcançável.

Nas trilhas de seus registros sobressai-se o ajuizamento com que avalia a eficácia da palavra em seu ofício. Como emprestá-la ao personagem dando-lhe sentido

cênico, deflagrando ação dramática com inesperado desfecho? Com traços de leveza ou de gravidade, esclarecendo mesmo as entrelinhas teatrais que dão sequência natural ao andamento narrativo.

Aprendemos com ela que tudo sabe dos silêncios, das pautas, da voz metálica, do que se origina do bojo da criação. De uma esteira de montagem que deve pecar pelos excessos da imaginação. É mister que se inaugurem outros mundos.

A formação intelectual da nova acadêmica enlaça tradição e modernidade, duradouras vizinhas da liberdade de criar, sem se descuidar dos rapsodos homéricos, líricos e épicos, que ocuparão sempre o epicentro cênico. Assim, nas paredes da sua alma de atriz, ajustam-se o pranto e o riso. As raízes estéticas que abonam a suntuosidade da terra e do teatro, que testemunharam a odisseia humana.

Orgulha-se de sua gente. De haverem transportado eles para a ribalta a produção humana, os sobressaltos do coração. Em obediência à máxima de Terêncio, segundo a qual – nada do humano era-lhe estranho. Uma vez que convinha arrastar para a cena o que brotasse do enigma verbal, do personagem que por inteiro, com suas doloridas arestas, era o centro do duelo narrativo.

E o que é o personagem senão o outro. Aquele de que não se renuncia. De quem o intérprete depende antes mesmo de se lançar à arena do palco. Quando antes, pura carcaça, revestia-se súbito da divindade de Dionísio por força do seu mito.

Tantas vezes havendo sido personagem, Fernanda credita a esta criatura cênica valores fraternos. Ao ser sempre o outro, estende-lhe benefícios e agruras imbuídos de entroncamentos humanitários.

Daí a eloquência com que defende o teatro brasileiro. Como alçou a voz durante a ditadura militar, o regime de exceção que tanto mal causou a nação. Sobretudo quando à época exacerbava a iníqua censura que agia asfixiando a classe artística. Mesmo agora, nos tempos atuais, não se poupa, compromete-se. Reconhece que a abolição do cenário eucarístico das artes significaria uma interrupção democrática. Tem sua crença posta na arte. Valoriza os escaninhos da alma.

Os pronunciamentos de Fernanda Montenegro associam-se à confiança na vida. Nos poderosos vestígios de uma memória que espelha o que ficou atrás, o passado que ainda está em nós. Pois, ao ter uma ancestralidade de tocaia e as luzes da ribalta sempre presentes, ela soma saberes e ousou inaugurar o novo. Faz-se contemporânea na medida justa, sem renunciar aos postulados clássicos. Do advento do ideal que desponta e é complemento do teatro.

Move-se bem no turbilhão do seu pensar. Sente-se a gosto expor conceitos no particular, entre amigos, e na esfera pública. No entanto não se julga solitária quando fala. Sente-se parte do cortejo de atores e demais amantes das artes e da liberdade. De um cenário que leva o nome do Brasil, perante o qual se insurgem e falam. De uma pátria que escrutinam pensando no futuro.

Assim, como brasileira, apraz-me saber o que a grande atriz fala de nós. Como avalia a própria arte que em épocas pretéritas despojou de bens estes seres destemidos, e crucificou-os nos autos de fé. E que, no entanto, em meio aos andrajos, ou com trajes de arlequim e colombina, levavam aos tabladados sem pejo textos sórdidos e sublimes já prenunciando o cânone ocidental.

Convém ouvi-la atribuir ao ofício prerrogativas soberanas. A visão transcendente de uma escrita anímica na qual transparece a ilusão da matéria-prima de realidade cênica. Assim, ao ser ela Medeia, cuja insanidade amorosa diz-nos quem foi, traz-nos intacta a Grécia eterna, quando submissa às regras de ouro da tragédia. No entanto, graças à Fernanda os personagens, ao saírem do papel e habitarem o palco, ganham credulidade. Não morriam, antes imortalizavam-se.

Os testemunhos escritos e falados, além de seus livros, giram em torno do palco, que é o seu frontispício, onde transcorre a identidade de quem, sendo oficiante da arte teatral, é grega, é romana, é renascentista. É tudo o que o passado foi, o que subsiste dos entreveros mantidos pela dramaturgia tangida pela pulsão da vida e da morte.

Neste percurso com abstrações e concretudes, Fernanda vasculha as instâncias do real que ia além do seu imediato alcance. Cabia-lhe afinal, como intérprete, ser parte também do público. Perscrutar o que estivera por séculos nos baús da arte, ainda enigma. Alertando para os meandros linguísticos e cênicos, limava corpo e alma com inclemência, pondo-os a serviço da sua dramaturgia. Concedia-lhes o timbre adequado para assenhorar-se das feições benevolentes ou malélicas de certo personagem. Pronta a provar dos frutos da árvore do bem e do mal.

Como membro da seita teatral, tinha em si encrustados os valores humanitários associados à sua condição. Fazia a exegese do mundo. Sempre disposta a resgatar aqueles autores imersos no Hades para liberá-los dos grilhões do esquecimento. E impedir que se esvanecesse mínima porção civilizatória.

No afã diário deixava-se subjugar pelas correntes estéticas oriundas da perplexidade humana e zelava pelos rastros de seus imigrantes, cujas adversidades testavam sua origem. Afeita às memórias nascidas do prodígio da sua gente e da grei teatral, atentava aos ditames de uma arte que se sabia imortal. Ciente decerto que ao acercar-se desta arte responderia por sua excelência. Deveria fazer dela um fato real, magnânimo. Parte, portanto, de uma dramaturgia, cujas fundações resistiriam às intempéries do tempo. Pois assim Fernanda entendia os efeitos da cultura na sociedade humana. Seu régio transcurso desde a caverna.

Fernanda Montenegro e sua forte presença na cultura brasileira chega a esta Casa graças a seus soberbos méritos. Mas ao ter encenado anos antes acadêmicos como Machado de Assis, Artur Azevedo, Martins Pena, Jorge Amado, Ariano Suassuna, Dias Gomes, Ferreira Gullar, Domício Proença Filho, Carlos Diegues, e ter reproduzido palavras deles, pressagiu seu ingresso na Instituição.

A Academia Brasileira de Letras, uma entidade que, ao se insurgir contra estatutos que escravizam o espírito, corroborou com a criação e o pensamento, abraçou os anárquicos, os inovadores, os pilares da tradição, as matrizes do eterno onde a alma e a grandeza do Brasil estão fincadas.

Diante do Brasil e de nós, a nova acadêmica responde a qualquer exigência. Estética, moral, cívica. E graças à sua dinastia ganhamos a essência da arte teatral e da dramaturgia dos que a precederam. Temos, pois, o divino Eurípedes, e outros mais, entre nós. Traz-nos, sim, o palco com o qual aprendeu a viver e fruir dos seus arcanos, enquanto agasalhava os intérpretes que foram um dia goliardos, peregrinos da palavra. Cientes todos de que valia a miséria vivida por conta de um lampejo da perfeição.

Neste recinto do *Petit Trianon* celebramos a notável brasileira, cujo pensamento cênico assegurou-nos, junto a Leopoldo Fróis, João Caetano, Procópio Ferreira, Dercy Gonçalves, e tantos outros, a nobreza do teatro, esta forma superior de arte.

Hoje, entre nós, Fernanda encarna aqueles brasileiros de outrora que se imolaram no cumprimento do ofício, o que estava escrito nos incunábulo, nos pergaminhos, na prensa de Gutenberg, nas ripas da madeira dos velhos teatros.

Nesta noite, plenos de orgulho e júbilo, damos as boas-vindas a esta Casa à Acadêmica Fernanda Montenegro. A esta atriz que tem o tamanho do Brasil.

## Celebrações | Prêmio Machado de Assis 2022

# Saudação a Ruy Castro

*Cicero Sandroni*

Ocupante da Cadeira 6 na Academia Brasileira de Letras

**M**eu caro amigo e colega Ruy Castro,  
Contava-nos o inesquecível Acadêmico Lêdo Ivo: na saudação de novo confrade na Casa, mesmo quando quem recebe e quem ingressa são amigos de infância, o tratamento era o da segunda pessoa do plural, o *vós* majestático igualmente usado na entrega do Prêmio Machado de Assis. Exemplo:

“Conheci-vos na aurora da vossa vida quando empináveis papagaios e jogáveis bolas de gude.”

Os tempos mudaram, o cerimonial foi para o museu das antiguidades e, se em alguns casos ainda é convocado para servir à decrepita tradição, de nada nos serve aqui.

Ambos jornalistas, nossos destinos marcaram encontro em meados dos anos 1960 na redação do *Correio da Manhã*. Você, jovem repórter, também escrevia na condição de foca, a exemplo da reportagem sobre a posse de Guimarães Rosa, nesta Academia, que precedeu em setenta e duas horas sua morte. Pela primeira vez você entrava nesta casa, réplica fiel do Petit Trianon, construído no espaço de Versailles como pavilhão de caça e mais tarde abrigo das festinhas de Maria Antonieta. No seu arquivo encontra-se foto, publicada na biografia escrita por Heloísa Seixas, sua companheira de vida e de literatura, na qual você aparece ao lado de Rosa, atento às palavras do autor de *Grande sertão: veredas* ao pronunciar o discurso de posse.

Encontramo-nos numa redação histórica para a qual Edmundo Bittencourt e, mais tarde, seu filho Paulo convocaram grandes nomes do jornalismo brasileiro, a exemplo de Costa Rego, Antonio Callado, Franklin de Oliveira, Otto Maria Carpeaux, Luis Alberto Bahia e o poeta José Lino Grünwald, e para a qual, eu primeiro e você depois, entramos como focas.

Você vinha de Minas Gerais, onde surgiu a vocação e a prática do jornalismo e da pesquisa. Com a mudança da família para o Rio e, em seguida, com o diploma da Faculdade guardado em gaveta da casa, passou pela rua Gomes Freire, sentiu-se atraído pelo prédio do *Correio da Manhã* e, convidado pelo poeta José Lino Grünwald, então do corpo de editorialistas do jornal, ocupou uma das mesas de ferro

da redação, cujo redator-chefe era Oswaldo Peralva. A mão pesada instaurada pela ditadura tornava cada vez mais dura a censura à imprensa. Sobrevivemos, você e eu, até à invasão do jornal por tenentes do Exército, o que levou o *Correio da Manhã* ao seu amargo fim. Encontramo-nos de novo em terreno isento da colaboração dos repressores, a redação da *Manchete*. A revista ilustrada era anódina, não incomodava os militares e lá você encontrou um amigo, um irmão em letras, Carlos Heitor Cony, amizade que perdurou até a morte de quem seria um dos quarenta integrantes desta Casa.

A exemplo de outros jornalistas do Rio, você foi atraído pelos bons salários da imprensa de São Paulo, onde seu talento o destacou e de lá partiu para as aventuras profissionais pelo mundo. Sua passagem para a biografia e a história foi rápida, e rápido tenho que ser eu, para evitar o sempre alegado e famoso clichê das reuniões noturnas, o adiantado da hora.

*Nonada*, ou não é nada, na linguagem rosiana, mas, para descrever e estudar a obra de Ruy, seria bom convocar um seminário. E aqui cito alguns dos seus livros publicados ou em véspera de publicação:

- *Chega de saudade: A história e as histórias da bossa nova* – 1990; edição revista – 2016;
- *O anjo pornográfico: A vida de Nelson Rodrigues* – 1992;
- *Estrela solitária – Um brasileiro chamado Garrincha* – 1995 (prêmio Jabuti em 1996);
- *Ela é carioca* – 1999;
- *Bilac vê estrelas* – 2000;
- *Carmen – Uma biografia* – 2005;
- *Rio bossa nova* – 2006;
- *A noite do meu bem – a história e as histórias do samba-canção* – 2015.

Seus dois últimos livros, *Metrópole à beira-mar – O Rio moderno dos anos 20* (2019) e *As vozes da metrópole – Uma antologia do Rio dos anos 20* (2021), ambos pela Companhia das Letras, propõem a tese de que o Rio não precisou ser modernista em 1922 porque já era moderno.

Entregue à Companhia das Letras encontra-se um romance “histórico”, *Os perigos do Imperador – Um romance do Segundo Reinado*, que se passa em Nova York em 1876, durante a visita do Imperador D. Pedro II às comemorações do Centenário da Independência americana. Sairá em junho próximo. E você escreve as últimas páginas de *A vida por escrito – Ciência e arte da biografia*, livro paradigmático sobre a produção das biografias.

## Prêmios

Prêmio Nestlé de Literatura por *O anjo pornográfico*; um prêmio de Livro do Ano pela APCA, por *A noite do meu bem*, e cinco Jabutis, incluindo dois Livros do Ano na Categoria Não Ficção, por *Estrela solitária* e *Carmen – Uma biografia*.

O prêmio por *Estrela solitária* foi concedido pela Câmara Brasileira do Livro em 1996, quando o livro estava proibido de circular – a primeira biografia a sofrer este problema. Rachel de Queiroz foi uma das vozes que defenderam o livro contra a proibição.

A todas essas conquistas soma-se agora o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, a mais destacada láurea da literatura brasileira.

## Celebrações | Prêmio Machado de Assis 2022

# Discurso do Vencedor

## Ruy Castro

Jornalista, com vasta passagem pela imprensa carioca e paulistana desde 1967, e escritor. Entre seus livros estão *Metrópole á beira-mar: O Rio moderno dos anos 20* (2019), *A noite do meu bem: A história e as histórias do samba-canção* (2015), *Carmen: Uma biografia* (2005), *Estrela solitária: Um brasileiro chamado Garrincha* (1995), *O anjo pornográfico: A vida de Nelson Rodrigues* (1992) e *Chega de saudade: A história e as histórias da Bossa Nova* (1990), todos pela Companhia das Letras. Além do Prêmio Machado de Assis, recebeu o Prêmio Esso de Literatura (1967), o Prêmio Nestlé de Literatura (1994) e cinco Jabutis.

**E**xcelentíssimo Sr. Presidente da Academia Brasileira de Letras, Acadêmico Merval Pereira,  
 Excelentíssima Sra. Secretária-Geral, Acadêmica Nélide Piñon,  
 Excelentíssimo Sr. Primeiro-Secretário, Acadêmico Joaquim Falcão,  
 Excelentíssimo Sr. Segundo-Secretário, Acadêmico Celso Lafer,  
 Excelentíssimo Sr. Tesoureiro, Acadêmico Evaldo Cabral de Mello,  
 Excelentíssimo Sr. Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes,  
 Excelentíssimos senhores acadêmicos e demais autoridades e convidados,  
 Senhoras e senhores:

Peço licença para retomar o episódio mencionado por meus amigos Cicero Sandroni e Antonio Carlos Secchin.

Estávamos em novembro de 1967, uma segunda-feira. Dali a três dias, na quinta-feira, João Guimarães Rosa finalmente tomaria posse de sua cadeira na Academia Brasileira de Letras, para a qual fora eleito em 1963. Justino Martins, diretor da revista *Manchete*, chamou o jovem repórter, que era eu, e me mandou entrevistar o escritor.

Não entendi por que Justino me confiou a tarefa. A revista estava cheia de repórteres experientes – dois deles, os poetas Lêdo Ivo, futuro acadêmico, e Homero Homem, certamente amigos de Guimarães Rosa. Eu tinha menos de um ano de profissão e acabara de chegar à *Manchete*, vindo do *Correio da Manhã*. Mas foi assim. Justino me convocou à sua mesa, deu-me o número do telefone de Rosa no Itamaraty e só me recomendou que o chamasse de embaixador – o que Rosa também era.

Telefonei e Guimarães Rosa, em pessoa, atendeu. Apresentei-me e disse o que queria: uma entrevista “definitiva” para a *Manchete*, uma conversa “em profundidade” sobre sua obra. Na onipotência dos meus 19 anos, eu me julgava à altura da tarefa – seis meses antes, ganhara o Prêmio Esso de Literatura para Universitários, com um pretensioso ensaio sobre a “técnica cinematográfica” do escritor. A comissão julgadora do prêmio fora formada pelo Acadêmico Josué Montello, o também futuro Acadêmico Eduardo Portella e Elysio Condé, proprietário do histórico *Jornal de Letras*. Por isso, como eu saberia depois, Justino me escolhera. E, delirante, eu já me via no apartamento de Guimarães Rosa em Copacabana,

durante horas, quem sabe dias, entre seus livros e gatos, com Rosa discorrendo para mim sobre a gênese de *Diadorim*, a simbologia faustiana entre Riobaldo e o Diabo, e a constelação verbal de *Grande sertão: veredas*.

Mas Rosa logo me despertou do sonho. Disse-me que sua posse na Academia estava às portas e ele ainda não terminara de escrever seu discurso. Não podia parar para conceder entrevistas, “nem mesmo para a *Manchete*”, acrescentou. Insisti: “Mas, embaixador...”. E ele, firme mas gentil, me autorizou a telefonar de novo no dia seguinte, quem sabe já teria terminado o discurso. Fiz isto e sua resposta foi a mesma – não conseguira, ainda estava “lutando com as palavras”. Sugeriu-me que procurasse sua filha Vilma, no Leme: “Ela sabe tudo sobre mim.” E insistiu em que eu comparecesse à posse e me prometeu uma cópia autografada do discurso.

Assim, nos dias seguintes, fiquei sabendo tudo sobre Guimarães Rosa pelos olhos de Vilma. Na quinta-feira, fui à cerimônia e, neste salão pela primeira vez, vi-me postado, de pé, a dois metros do púlpito de onde Guimarães Rosa leu seu discurso – um perfil apaixonado de João Neves da Fontoura, seu antecessor na Academia e mestre no Itamaraty. E leu-o com voz firme e musical, sílabas escandidas com nitidez, sem o desperdício de uma consoante ou vogal. Era como se tivesse a consciência de estar falando para a eternidade. Findo o discurso, Rosa desceu do púlpito sob uma tempestade de palmas, palmas que continuaram enquanto ele era abraçado pelos acadêmicos. E então saiu pelo auditório, muito alto e aprumado, estendendo ele mesmo a mão para todos os presentes. Parecia hipnotizado. Quando apertou a minha, falei-lhe baixinho sobre a cópia autografada, mas ele não escutou.

Na sexta-feira, na redação da *Manchete*, na rua Frei Caneca, cometi um alentado perfil analítico sobre Rosa, que foi mandado a compor na oficina, paginado com as fotos de Antonio Trindade e titulado e legendado por um redator. *Manchete* só sairia na quarta-feira seguinte. Mas, dois dias depois, na noite de domingo, Guimarães Rosa sofreu um infarto fatal em seu apartamento.

Era o que ele, médico e cardíaco, tanto temia – não resistir à emoção. Na segunda-feira de manhã, Justino Martins cancelou meu artigo e pediu a Magalhães Júnior, principal redator da revista, acadêmico e amigo de Rosa de longa data, que escrevesse um texto mais pessoal. Era a coisa certa a fazer, e Magalhães a fez muito bem. Mas não me abati porque tive um insuperável consolo: saí na foto de página dupla que abria a matéria de Magalhães, de papel e caneta na mão, ao lado do púlpito de onde Rosa falava para uma plateia emocionada.

Poucos sabiam que, na noite da posse, por determinação do Presidente Austregésilo de Athayde, Guimarães Rosa, assim que chegara à Academia, fora recebido por três acadêmicos médicos, Clementino Fraga, Antônio da Silva Melo e Peregrino Júnior. Eles ficaram ao seu lado enquanto a sessão não começava, como se lhe medissem simbolicamente o pulso e a respiração. Entraram com ele no salão, levaram-no ao púlpito e se sentaram nas primeiras filas. Rosa falara a Athayde de seu medo de o coração não aguentar – medo este que o fizera adiar sua posse por quatro anos. E ele tinha suas razões para isso.

Para Rosa, a Academia seria o reconhecimento definitivo de sua obra – o fim das controvérsias sobre ela. Sim, porque, em 1967, acreditem ou não, *Grande sertão: veredas* não estava a salvo de críticas, mesmo que sussurradas, em livrarias e redações.

Para alguns, era uma obra-prima frustrada. Para outros, sua trama era implausível, e, para ainda outros, o romance era mais fácil de ser lido em alemão, na tradução de Curt Meyer-Clason, do que no original. E esse era o gracejo que mais magoava Rosa, segundo me contaram dois de seus interlocutores mais chegados, Franklin de Oliveira e Geraldo França de Lima, este também futuro acadêmico.

Para Rosa, só o fardão calaria de vez essas dissensões – porque, em 1967, entre outros grandes nomes da cultura, a Academia era Manuel Bandeira, Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Gilberto Amado, Vianna Moog, Pedro Calmon, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Afonso Arinos de Melo Franco, José Américo de Almeida, Afrânio Coutinho, Álvaro Lins, Augusto Meyer, Adonias Filho, Marques Rebelo, Jorge Amado. E ele fora eleito por unanimidade. Tendo esses homens como pares, quem poderia criticá-lo? Mas o destino tinha outros planos. Contra todas as probabilidades, seu coração o poupou durante a cerimônia. Deixou para traí-lo 72 horas depois, quando ele, certamente pacificado, já dispensara as defesas, abriu-se para a emboscada.

No dia seguinte, vim ao seu velório na Academia. E, pela quantidade e qualidade das pessoas que eu via ao seu redor, convenci-me de que ele atinja a definitiva unanimidade.

Guimarães Rosa foi o primeiro gigante literário em quem enxerguei a fragilidade do ser humano. Ali, ainda adolescente, comecei a aprender que talvez fosse isto que os tornava gigantes – o fato de enxergarem em si a humanidade que emprestavam a seus personagens.

---

É como se, aqui, a  
convivência entre  
esses homens e  
mulheres permitisse  
à Nação limar arestas,  
promover harmonias e  
plasmar compreensões.  
Compreender, como  
sabemos, não significa  
apenas perceber,  
assimilar, absorver.  
Mas também abarcar,  
englobar, abranger.  
É como vejo a Academia  
Brasileira de Letras –  
como a casa que, em  
todos os sentidos,  
compreende o Brasil.

---

\* \* \*

Ao receber o Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras, essa constatação de fragilidade me assoma. Ao ler a lista dos ganhadores do Prêmio desde sua instituição em 1941, assusta-me a responsabilidade de estar na companhia deles.

Digo isso não apenas porque desde sempre os admirei de obra, mas porque conheci pessoalmente e apertei a mão de vários desses ganhadores, como o próprio Guimarães Rosa. Outros com quem de alguma forma privei e privo foram, pela ordem de conquista do prêmio, Rachel de Queiroz, Franklin de Oliveira, Sábato Magaldi, Maria Clara Machado, Fausto Cunha, Carlos Heitor Cony, Joel Silveira, Fernando Sabino, Antônio Torres, Ana Maria Machado, Antônio Carlos Villaça, Ferreira Gullar, Rubem Fonseca e Ignácio de Loyola Brandão.

Nenhum deles um burocrata da escrita. Ao contrário, vários veteranos de ditaduras, revoluções, golpes, perseguições políticas, desemprego, prisões, censura,

livros proibidos e recolhidos, e exílio. Um deles esteve no front de uma guerra mundial, a dez graus abaixo de zero, de farda e capacete – e lápis na mão: Joel Silveira. Essas experiências os temperaram. Mas o que lhes valeu o Prêmio Machado de Assis foi o que eles fizeram delas no papel.

De alguns, fui colega de bancada no jornalismo. No trato diário, na vertigem das redações, se eu já os admirava como profissionais, convivi também com eles como seres humanos. Dividimos não apenas sala e mesa e a mesma ferramenta – a palavra –, mas também aflições e temores sob chefes às vezes injustos e patrões ameaçadores. Juntos, desenvolvemos defesas e resistências contra essas ameaças. Muito depois, ao ficar sabendo que um desses companheiros, já distante no tempo, se impusera pelo valor de sua obra literária e ganhara o Prêmio Machado de Assis, eu sabia como ele construía essa obra – frase a frase, palavra por palavra, em sua casa, à noite, depois da estiva dos fechamentos com hora marcada e das máquinas rosnando, esperando para rodar. Essa obra só fora construída porque era mais forte do que ele. Porque precisava sair.

E sua conquista do Prêmio não começara pelo primeiro texto desta obra, lá no passado remoto. Começara ainda antes, em criança, no primeiro livro que ele abriu e que o fez se apaixonar pelas palavras. Ou, antes ainda, nos primeiros garranchos a lápis num caderno escolar ou na parede. Ali estava o embrião da obra. E, dali continuaria, nos primeiros milhares de livros abertos e devorados, às vezes sem que se entendesse seu sentido. E, depois que tudo que se leu neles foi esquecido, restou a pessoa que essa criança se tornou, e que passou a processar tudo aquilo nas coisas que escreveu.

Por isso, talvez o Prêmio Machado de Assis não seja só pelo conjunto de obra. Mas também pelo conjunto de vida, de uma vida dedicada à segunda coisa mais nobre ao nosso alcance: aprender.

A primeira, naturalmente, é ensinar.

\* \* \*

Nenhuma casa representa mais essa vocação para a semeadura e a colheita, a do aprendizado e do ensino, do que a Academia Brasileira de Letras. De todas as instituições que têm como território de estudos o Brasil, ela é a instituição-síntese, porque, desde o começo, além dos ficcionistas, poetas e ensaístas, recebeu praticantes de todas as disciplinas: historiadores, juristas, filósofos, diplomatas, economistas, médicos, cientistas, educadores, linguistas, cientistas sociais, inventores, religiosos, políticos, militares, artistas e jornalistas.

Muitos deles estiveram na linha de frente dos destinos nacionais e, por mais que a História “se fizesse lá fora”, como queria Machado, pode-se sentir, entre essas paredes, o Brasil flagrante e fragrante. É como se, aqui, a convivência entre esses homens e mulheres permitisse à Nação limar arestas, promover harmonias e plasmar compreensões. Compreender, como sabemos, não significa apenas perceber, assimilar, absorver. Mas também abarcar, englobar, abranger.

É como vejo a Academia Brasileira de Letras – como a casa que, em todos os sentidos, compreende o Brasil.

À Academia, a minha gratidão e a consciência de que ser premiado por ela redobra minha responsabilidade como escritor e como brasileiro.

Muito obrigado.

---

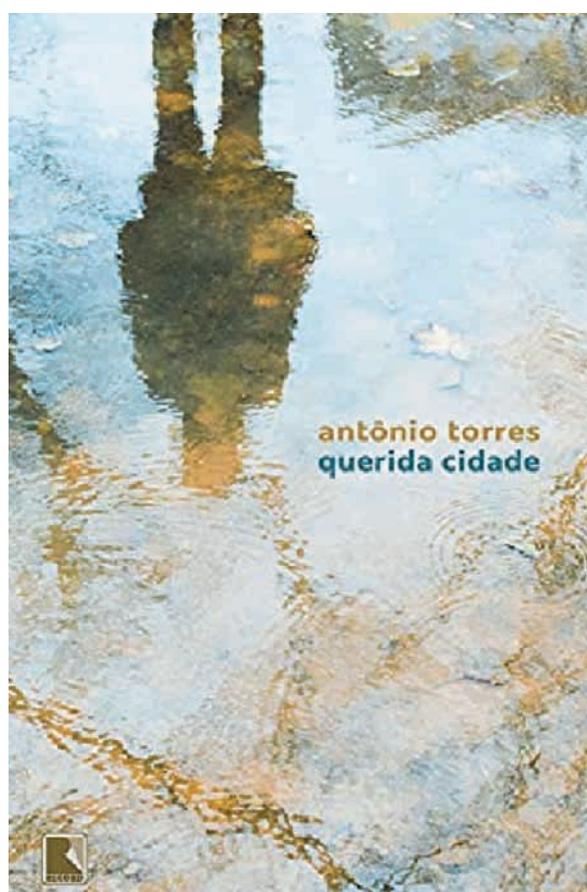
## Querida cidade

---

**Antônio Torres**

Ocupante da Cadeira 23 na Academia Brasileira de Letras.

**Q**uerida cidade (Record, 2021) é meu 12.º romance e levou 12 anos para ser escrito. Seu ponto de partida foi um sonho, no qual eu acordava no último andar do edifício mais alto de uma cidade completamente ilhado. Daí me veio a ideia de um personagem se vendo como um naufrago a buscar salvação agarrando-se às correntes rítmicas que as águas do tempo lhe trazem. E com elas os sonhos que o levaram a viver de cidade em cidade, em uma viagem movida pela trilha sonora de um mundo que parece só existir em sua memória. E embalada por tudo o que esse mundo lhe deu: afetos, desafetos, prazeres, sofrimento, ilusão, arte, beleza. Esperança. Em última instância, a de existir quem venha ouvir sua história.



## Trecho do livro

*Esta manhã ainda me maravilha a imagem viva e distante da terrível paisagem jamais contemplada por olhos mortais.*

Não, não se trata dos sortilégios de um poeta parisiense do século dezenove, encharcado de absinto, ópio e haxixe até a alma, e a se autopromover a arquiteto orgulhoso do seu gênio. Neste cenário, aqui e agora, não há fontes e cascatas sobre o ouro fosco e polido de um palácio infinito, babel de arcadas e escadarias, cortinas de cristal, cataratas suspendendo-se deslumbrantemente de muralhas metálicas, gigantescas náiades como mulheres, ondas mágicas, espelhos encantados com o que refletem, abismos de diamantes, túneis e predarias. Aqui e agora há somente águas a engastarem a sua glória à luz do sol, ao raiar de um dia treslustrante. Água, muita água, a alastrar-se até o infinito, numa embriagadora monotonia. E nada mais. Tudo para os olhos, nada para os ouvidos, como num sonho do francês Charles Baudelaire recontado pelo argentino Jorge Luís Borges.

Por baixo dessa imensidão de água repousa, no mais profundo silêncio, uma rainha da beleza tropical que, ao sucumbir espetacularmente às trepidações do mais agitado dos seus dias, levou com ela um dos mais fascinantes capítulos da história do continente americano. Era uma vez uma cidade de encher as vistas. De deixar a respiração em suspenso. De sensualidade a se insinuar até nas curvas das montanhas que a delineavam. De pedir perna para andar, pimpona, fagueira, malandra, bandida. Tão cheia de vida e aflições, em seu cotidiano ameaçado pelo caos, a rimar alegria e agonia, graça e desgraça, amor e dor.

Tudo misturado: festa e guerra.

De meter medo.

Principalmente isto:

### **O medo.**

Era o pedágio que ela cobrava para um trânsito entre o deslumbramento e o terror por ruas *honestas*, ruas *ambíguas*, ruas *sinistras*, ruas *depravadas*, ruas *puras*, ruas *infames*, ruas *tão velhas que bastavam para contar a evolução de uma cidade inteira*, ruas *guerreiras*, ruas *revoltosas*, ruas *medrosas*, ruas *spleenéticas*, ruas *snobes*, ruas *aristocráticas*, ruas *amorosas* – que davam aos seus transeuntes a sensação de perambular com inteligência –, ruas *covardes* – “sem um pongo de sangue” –, conforme uma das páginas mais encantadoras de uma história que se foi por água abaixo, enquanto aquele ali, tal um padre a fazer o seu último sermão para os peixes – sem deixar de evocar os seus prazeres e sustos naquelas ruas –, se via a recordar, como fecho para a sua peroração, algo lido num livro cujo nome do autor havia esquecido:

*Tudo está à deriva.*

*Tudo.*

*Até o destino.*

– O seu destino – as águas o contraporiam...



## Livros

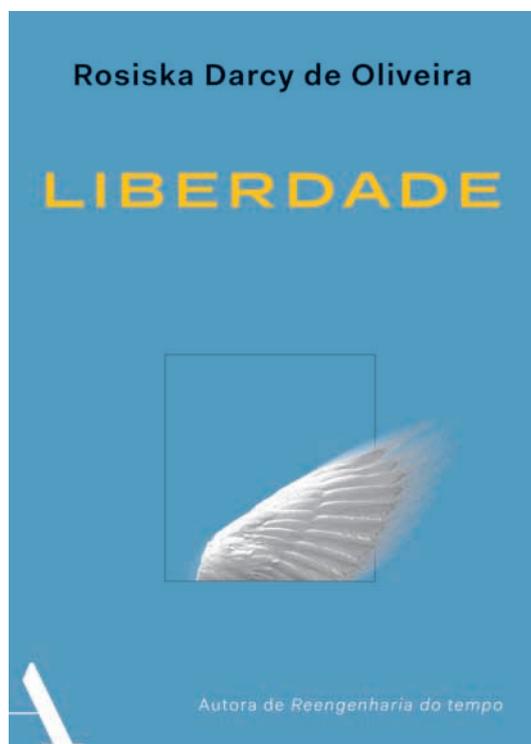
# Liberdade

## Rosiska Darcy de Oliveira

Ocupante da Cadeira 10 na Academia Brasileira de Letras.

O livro *Liberdade* foi sendo escrito aos poucos, revelando em diferentes momentos minha atração por essa palavra que, assim como esperança, é recorrente. Mais do que uma palavra, que “não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”, nos versos de Cecília Meireles, liberdade é uma aspiração do espírito humano que iluminou minha vida, minhas escolhas, meus embates. Foi a linha do meu horizonte.

Escrevi tal livro para surpreender diferentes maneiras de viver a liberdade, dando-lhe concreção para além de um ideal abstrato. Convoquei o testemunho de uma personagem da literatura da Antiguidade, Antígona, de uma autora contemporânea, Clarice Lispector, das multidões de anônimas e anônimos que, nos movimentos sociais, vão saindo de um lugar de não eu, transformando por dentro as sociedades que os tornaram invisíveis, denunciando a intolerância à alteridade que nos leva a ver o nada no que não nos reflete e descreve o diferente como ausente. Por palavras, obras literárias e atos, todos afirmam uma incurável liberdade. Foram elas e eles que escreveram comigo esta obra.



## Trechos do livro

Este livro é um ato de resistência. Um esforço de leitura do mundo contemporâneo para além das aparências que suscitam pessimismo e desalento, uma busca das presenças da liberdade lá onde essa fênix rebelde ressuscita, no acidentado cotidiano de homens e mulheres que amam e ganham suas vidas fazendo escolhas, seguindo seus desejos, afirmando contra o conformismo do senso comum denominadores incomuns, exercendo a exigente arte de viver. [...]

\* \* \*

Essa onda obscurantista não brotou do nada e justifica a perplexidade que provoca. Ela é o melhor testemunho do avanço das liberdades e do medo que elas provocam. Nos últimos cinquenta anos o avanço das ciências e da tecnologia e o movimento da sociedade criaram nos espíritos mais toscos um sentimento profundo de insegurança. A decadência das normas que geriam as relações humanas desenhando o perfil das famílias, das relações de trabalho e da sexualidade, a liberdade e o direito de escolha que ganharam corpo nas sociedades democráticas, são sentidas por muitos como uma insuportável ameaça. [...]

Em volta de mim, nesse dia, ventava muito. Lembrei-me então do vento em Delfos que zunia enquanto eu pensava como é antigo e aflito o desejo de adivinhar o futuro. Deve ter sido esse barulho do vento que parecia uma voz contando ao Oráculo o que ninguém ainda sabia, que levava os poderosos de então a buscar conselho de quem podia prever o amanhã. Tantos erros, tantas guerras, quem sabe levadas pelo errático conselho dos ventos. Fiz essas anotações no meu diário de bordo na primeira viagem que fiz à Grécia.

O desvalimento humano, a angústia diante da incerteza, atravessaram os séculos, tão doloridos que, em todos os cantos da terra, uma bola de cristal ou uma simples vidente de subúrbio trazem um parco alívio a quem se pergunta o que vem por aí. Diante do absurdo da morte muitos se amparam na promessa da vida eterna. [...]

\* \* \*

A incerteza fez-se a regra do mundo, o princípio que rege todas as coisas e conviver com ela é o verdadeiro purgatório contemporâneo, sem que nenhum céu mais adiante seja de fato garantido, abandonados que somos ao jogo incerto do acaso e da necessidade. O destino se cumpre na medida em que se escreve, afirma um dos meus autores preferidos, o prêmio Nobel de medicina Jacques Monod.

O futuro não é uma história pronta que um vidente vai buscar em algum lugar secreto ou que o vento sussurra. O futuro não está em lugar nenhum, ele não existe senão como expectativa presente. O futuro não está escrito senão na ilusão de jogadores que multiplicam apostas, ele é uma página em branco onde um autor imaginativo pode, a qualquer momento, escrever o improvável. O jogo mais desafiante e paradoxal é o cálculo das improbabilidades. Nada nos resta pois senão, a cada dia, fazer escolhas assumindo a autoria de nossos destinos.

## Livros

# A África e os africanos na história e nos mitos

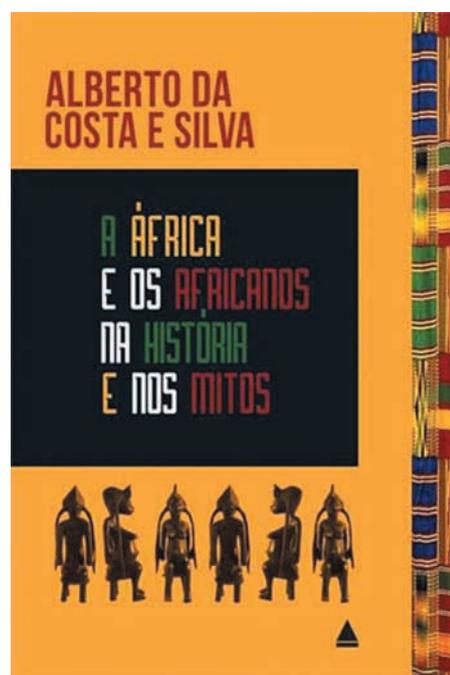
**Alberto da Costa e Silva**

Ocupante da Cadeira 9 na Academia Brasileira de Letras.

**H**á algum tempo, os amigos me cobram um pequeno livro com o que escrevi, e publiquei em revistas especializadas, sobre o embaixador que o rei (ou obá) do Benim e o rei (ou *ologun*) de Lagos enviaram a D. Pedro, reconhecendo a independência do Brasil, a *Memória sobre o reino do Daomé*, de Luís Antônio de Oliveira Mendes, e o depoimento de Menezes Drummond sobre o que José Bonifácio de Andrada e Silva recolheu de suas conversas com africanos. Reuni os três textos e convenci-me de que, embora longos, não davam para sustentar um livro. Lembrei-me então de vários outros trabalhos que pediam releitura e que, somados, contavam como me aproximei da história da África e dos mitos que ela abriga. Todos esses textos pertencem ao meu passado e refletem perplexidades, inquietações e dúvidas de quem se via diante de pessoas e fatos que reclamavam reconhecimento e estudo. Em algumas dessas prosas pareço até mesmo sentir a tristeza de ter de propor aos leitores que façam as tarefas para as quais me falta tempo. Por exemplo, a história do uso do turbante pelas mulheres nas duas margens do Atlântico, como adereço a indicar *status*. Se combinasse esses escritos com os que retirara do esquecimento e os meus amigos cobravam que republicasse, cumpriria a boa promessa. Pediam um livro. Eis o livro.

## Trechos do livro

Em 1324, durante sua peregrinação a Meca, Mansa Musa, o rei do Mali, na África Ocidental, contou no Cairo que seu antecessor estava convencido de que o oceano possuía, como os rios, uma outra margem e que era possível chegar até ela. Para isso, aprestou duzentas embarcações e mandou-as na direção do ocidente. Só um dos barcos voltou, para contar que os demais



tinham sido engolidos pelo mar. Inconformado, o rei ordenou que se preparasse outra frota, de duas mil canoas. E embarcou numa delas. Não se soube mais dele. Se tivesse chegado às praias do outro lado do oceano e delas retornado, teria descoberto a América para o mundo islâmico, como Colombo faria, quase duzentos anos mais tarde, para a Europa cristã.

Poucas décadas se passaram da chegada de Cabral a Porto Seguro, e já desembarcavam em nossas terras africanos escravizados. E o século XVI não terminaria sem que se observasse a presença de caboclos brasileiros no reino do Congo.

Mais depressa do que os homens, atravessaram o Atlântico, e ganharam o interior da África, vegetais levados do Brasil, como o milho e a mandioca, que, na passagem do século XVI para o XVII, começavam a mudar radicalmente a dieta de povos africanos. Em contrapartida, espalharam-se pelo território brasileiro, trazidos da África, entre muitas outras árvores, o coqueiro e a mangueira. E, com essa troca, foram ficando semelhantes as paisagens nas duas margens do oceano.

Em 1641, quando os holandeses, que ocupavam parte do Nordeste do Brasil, enviaram uma esquadra para conquistar Luanda e garantir o acesso à mão de obra escrava, levaram com eles três companhias de "brasileiros", sendo duzentos ameríndios. Já nas expedições saídas do Brasil para retomar Luanda aos holandeses, seguiram não só ameríndios, mas também soldados negros, africanos e crioulos.

\* \* \*

De que África teria saudades um africano no Brasil? Certamente, de sua aldeia ou do bairro da cidade onde ficou sua infância. No Brasil deixara de ser conhecido por sua terra natal, pelo seu clã, pelo nome que o seu povo se dava a si mesmo ou recebia dos vizinhos. Exceto para si próprio e para os conterrâneos que encontrava no exílio, não era mais um iaca ou um gun: passara a ser chamado angola ou mina, e africano, e negro. Na fazenda ou na cidade onde penava, podia haver que falasse o seu idioma ou outro próximo, e até quem fosse de seu vilarejo e seu malungo, ou companheiro de barco na travessia do Atlântico. Por toda parte, porém, encontrava gente estranha, de outras Áfricas que não a sua, com tradições, crenças, valores, costumes, saberes e técnicas diferentes. Este, em sua terra, andava de camisolão até os pés e gorro na cabeça, aquele não tinha mais do que um pano entre as pernas, amarrado na cintura. Aqui, as mulheres entrançavam os cabelos com contas e conchas; ali, cobriam a cabeça com véu ou turbante; acolá, raspavam o crânio. Umas vestiam-se apenas com miçangas, outras com bubus ou envolviam o corpo com panos coloridos, e todas exibiam muitos colares e argolas nos braços e nos tornozelos.

Cada um de nós não domina mais do que uma pequena parcela de sua cultura. Nem todos os sossos da Guiné e outros africanos que produziam ferro de alta qualidade sabiam operar um forno ou uma forja; mas alguns poucos, sim. No Brasil, aqueles que já eram ferreiros ou que apenas conheciam rudimentos do ofício construíram fornos conforme o modelo predominante em sua terra. Isso explica o fato de terem existido em Minas Gerais fornos tão diferentes: eles correspondiam a distintas tradições.

Os africanos não foram somente os pioneiros da metalurgia de ferro no Brasil. Desde muito acostumados à cata do ouro – do qual, durante séculos, algumas regiões como rio Falemé, o alto Níger, o país acã e o planalto de Zimbabué foram os principais fornecedores da Europa e do mundo muçulmano – trouxeram com eles as técnicas da bateia e de escavação de minas. Alguns eram bons ourives, que criavam, na África, joias de grande beleza, como as dos axantes, e passaram a fazê-las no Brasil.

## Livros

# Tantos Ricardo

**Joaquim Falcão**

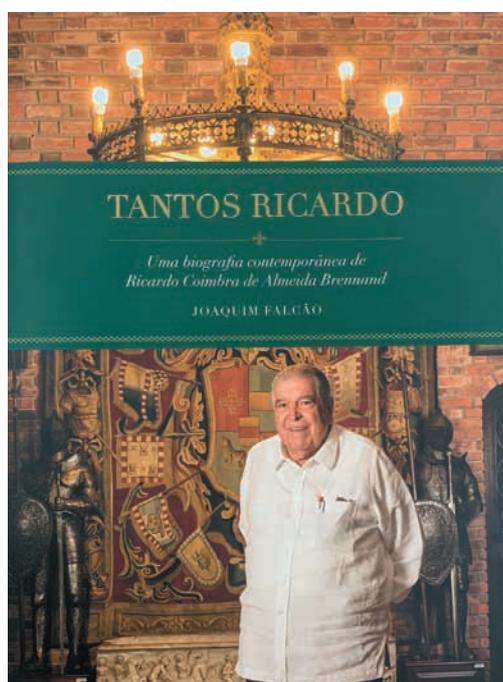
Ocupante da Cadeira 3 na Academia Brasileira de Letras.

**P**or muitos anos, escrevi *snapshots*. Perfis curtos para jornais, revistas ou prefácios sobre amigos e personalidades culturais, políticas e jurídicas. Alguns, no correr dos anos, foram publicados em livros: *Quase todos* e *Muitos outros*. Neste ano de 2022, está a sair o terceiro, *Entre tantos*, pela editora Massangana.

Biografia mais densa e extensa, de começo, meio e fim, nunca tinha escrito. Somente esta – *Tantos Ricardo: uma biografia contemporânea*, em 2021, com a inestimável ajuda de Max Perlingeiro e Mario Helio. Começa assim: “Biógrafo é fazedor do outro. Espião da história alheia. Que, ao descrevê-la, reconstruí-la e registrá-la, a interpreta. Melhor, a recria. Ao recriá-la, tem a ilusão de que captou o biografado. Encontrou o outro. E um diálogo começou.”

Este diálogo pretendi ter e tive com Ricardo Coimbra de Almeida Brennand. Mas quem é Ricardo Coimbra de Almeida Brennand?

“Alguns homens, mulheres também, nascem poucos. Outros, nascem muitos. Doutor Ricardo nasceu muitos. Não existe um Doutor Ricardo. Existem infindáveis Doutores Ricardo. São tantos e tão variados que, às vezes, não cabem em si mesmos.



Às vezes convergem, mas às vezes divergem-se. Brigam e concorrem entre si. Mas sempre se complementam e extrapolam-se. Sua marca não é homogeneidade. É auto-heterogeneidade.”

Ao seu lado, não existem vácuos...

Este foi desafio principal. Quais as características comuns que uniriam tanto múltiplo? Qual sua identidade peculiar? Seu DNA nestas terras? Que ao mesmo tempo estivesse presente no industrial, no banqueiro, no usineiro, no vendedor, no empresário imobiliário, no líder comunitário, no empreendedor cultural, no colecionador de tudo: de canivetes a Tintoretos? E presente, sobretudo, no pai de família, chefe de clã nordestino, sem deixar de ser tanto pernambucano quanto brasileiro e internacional?

Ao longo de três gerações. De três diferentes Brasis. Morreu de covid com 92 anos. Depois de ter dezenas de descendentes diretos. Ter sido considerado dono de uma das maiores fortunas do Brasil e de seu Instituto Cultural Ricardo Brennand, com seus museus e coleções. Considerado por revistas especializadas um dos melhores do mundo.

O que tanto o uniu em si próprio? Muito. Tudo. Sublinho dois amálgamas.

O primeiro é o que chamo do capital da confiança. Indispensável para o sucesso no mundo econômico e financeiro. Um capital invisível, mas palpável. Confiança não somente dos que com ele negociavam, mas de seus funcionários, clientes, banqueiros, artistas, fornecedores. Doutor Ricardo não era um balanço, um contrato, um orçamento. Era confiança.

Uma segunda característica peculiar era como ele dizia: “Eu sou um copista”.

Isto é, ele tudo copiava. Máquinas, processos, atitudes, planejamento. Tudo. Tanto nos negócios quanto nas artes. Como empresário e colecionador compulsivo que sempre foi. Obsessivo, melhor dizendo. “Sem obsessão não tem solução”.

Mas diria o senso comum jurídico que isso é ilegal. É violar o direito autoral ou de marcas e patentes. É justamente trair a confiança. Depende. Sua compreensão de copiar era diferente. Não era o copiar para ser igual. Era copiar para ser melhor. Ou seja, havia um componente de criação e inovação em seu copiar e que lhe era próprio. E faz sentido.

No mundo competitivo dos negócios, a cópia sozinha, no máximo, iguala. A cópia seria a plataforma inicial para inovar e vencer. Por isso, como colecionador, colecionava transgressão. Seu acervo hoje, incluindo a maior coleção de Frans Post do mundo, acima mesmo da coleção dos reis da Holanda, não teve curador. Teve apenas obsessão. Como sua coleção de armas brancas, só perde para a do British Museum e da Coleção Rothschild. É um colecionador de transgressão.

Sem falar na cópia consentida pelo copiado, recebida quase como um agradecimento, uma homenagem. Construindo um prédio de apartamentos de luxo no Recife, de súbito encontrou o exato prédio que queria construir já construído. Mas em Miami!

Pesquisou. Encontrou o proprietário. Um bilionário europeu. Historiou, pediu licença, queria fazer o seu exatamente igual e, em poucos dias, recebeu todas as plantas para construí-lo.

No começo, pensei que uma biografia, além das descobertas psicológicas, era apenas um quebra-cabeça. Um jogo de armar o tempo. Não é. É mais. É um caleidoscópio. Daí porque o leitor é indispensável. Para girar e mudar o texto. Pelo menos sua perspectiva e, intrigado, se perguntar: terá sido mesmo assim? É este mesmo o *Tantos Ricardo*? Incrível.

Foi tantos em tantas épocas e tantos lugares que nunca saiu da Várzea, no Recife, onde estão paisagens de Frans Post.

## Livros

# Vestígios

## Ana Maria Machado

Ocupante da Cadeira 1 na Academia Brasileira de Letras.

**D**urante esse isolamento social, lancei três livros infantis, um volume de memórias de encontros com leitores (*Rastros e riscos*) e *Vestígios*, uma coletânea de contos. Este foi meu primeiro livro no gênero, após publicar dez romances premiados e traduzidos. Mas, na verdade, não foi escrito durante a pandemia. Já estava programado para sair desde antes e reuniu narrativas que eu vinha escrevendo ao longo de muitos anos e só agora resolvi editar. Poucos desses relatos são recentes, mas quase todos são inéditos. Seu lançamento foi adiado algumas vezes pela impossibilidade de aglomeração e acabou indo para as livrarias muito discretamente, sem chamar a atenção.



A rigor, considero-me mais romancista do que contista. Sinto-me mais à vontade na lenta construção de atmosferas, na paulatina apresentação de personagens, na cuidadosa elaboração de uma trama que se revela aos poucos, tecendo indícios aqui e ali, carregados de sentidos em camadas diversas, de modo a contextualizar a realidade ficcional em seus diferentes aspectos sociais, históricos e políticos. A concisão do conto, encaminhando-se rapidamente para um desfecho brusco e cortante, desafia-me e exige uma agudeza que não me caracteriza. Mas, de vez em quando, cometo algum.

Para esse livro, reuni pouco mais que uma dezena de contos. Em comum, tratam de relatos que exploram memórias que deixam marcas do passado no presente. Ou eventos que irão se completar no futuro, só então adquirindo sua significação plena.

## Trecho do livro

Era em pleno tempo do ainda não.

Ainda não havia luz. Só que, aos olhos do menino, nunca houve tantas luzes. E isso fazia parte do encanto das férias.

Diferente da cidade, onde viviam o ano todo, no sítio do avô não havia eletricidade. Agora até tinham uma geladeira a querosene. E grandes planos: mais adiante iam ter um gerador. Talvez daí a uns dois anos. Mas, por enquanto, não.

Nesse tempo ele ainda era pequeno. Não se lembrava bem e misturava as datas. Muitas memórias se apagaram. Outras iluminariam para sempre. Nunca esqueceria que jantavam cedo, quando o dia mal acabava e precisavam da luz de um lampião que espantasse as trevas para os cantos da sala.

Se a avó não tivesse o cuidado de fechar as janelas ao entardecer, teriam visitantes indesejados. Uma porção de mariposas e besourinhos invadiam a sala, atraídos pelo brilho do Aladim – novidade que, apesar do nome, não era uma lâmpada maravilhosa, mas a marca do lampião poderoso que clareava mais do que as lamparinas e velas de chama trêmula, a criar sombras dançantes nas paredes. Um Aladim sem gênios ou tapetes voadores, que ficavam apenas nas histórias que o avô contava, falando em califas e vizires de países distantes. Bem diferentes dos relatos da avó, capazes de alternar assombrações que viviam na mata ao lado com fadas e príncipes de antigamente.

(Parágrafos iniciais de conto do livro  
*Vestígios*, de Ana Maria Machado,  
Editora Alfaguara, São Paulo, 2021.)



## Livros

# Fatos e dúvidas de linguagem

**Evanildo Bechara**

Ocupante da Cadeira 33 na Academia Brasileira de Letras.

**F**atos e dúvidas de linguagem, saído pela editora Nova Fronteira em 2021, é o primeiro livro da série de três volumes intitulada “Uma vida entre palavras”, uma coletânea, criteriosamente selecionada, de textos publicados ao longo de meus quase 75 anos dedicados ao estudo da Língua Portuguesa.

A escola visa ao preparo do aluno para figurar não como mero espectador, senão como ator no cenário das relações sociopolíticas e culturais que o dia a dia da vida social proporciona. Nesse mister, o uso da língua, em texto oral e escrito, revela-se instrumento precioso para que sejamos ouvidos e considerados como cidadãos partícipes no seio da sociedade.



Os textos deste primeiro volume dizem mais respeito ao contato do professor com o aluno na referência e discussão de fatos da língua que costumam apresentar dúvidas aos iniciantes da matéria, sem considerar o aluno um técnico da língua, mas um usuário competente, capaz de expressar ideias e pensamentos com correção, exatidão temática e efetivo conhecimento dos termos empregados para sua melhor compreensão e de seu ouvinte, o leitor.

A obra, no entanto, apresenta questões que interessam não apenas ao professor, sempre comprometido com a melhor estratégia pedagógica para fazer da aula de Língua Portuguesa um instrumento de formação cidadã, mas a todos os envolvidos na esfera educacional.

*Fatos e dúvidas de linguagem* – com a preciosa apresentação do ilustre estudioso e professor Ricardo Cavaliere – é essencial não só àqueles que desejam aprofundar e ampliar seus horizontes no mundo da cátedra, mas também a todos os usuários e amantes do nosso idioma.

\* \* \*

Evanildo Bechara, filólogo, linguista e lexicógrafo, é professor titular e emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua nos cursos de pós-graduação e de aperfeiçoamento para professores universitários e de ensino fundamental e médio. É membro do Comitê Científico da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (como representante da Academia Brasileira de Letras), membro da Comissão Nacional do Brasil junto ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), membro da Academia Brasileira de Filologia, Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, doutor *honoris causa* da Universidade de Coimbra, membro da Société de Linguistique Romane, membro da Academia Brasileira de Letras e da Comissão de Lexicologia e Lexicografia da mesma instituição e o representante brasileiro do novo Acordo Ortográfico. Em 2018, em sua homenagem, foi criada pelo Instituto de Letras da UERJ a Cátedra Evanildo Bechara, com o objetivo de promover eventos sobre a língua portuguesa e estudos linguísticos no Brasil e no exterior.



## Livros

# No país dos contrastes: memórias da infância ao Plano Real

Edmar Lisboa Bacha

Ocupante da Cadeira 40 na Academia Brasileira de Letras.

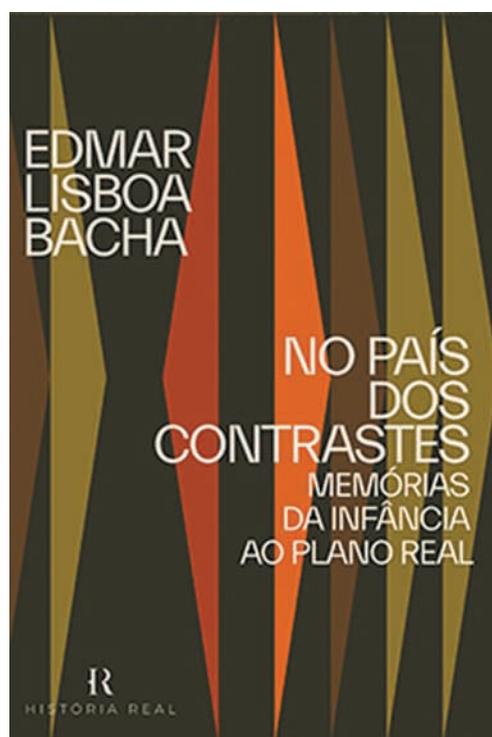
**A**lguém disse que meu livro de memórias – *No país dos contrastes: memórias da infância ao Plano Real* (Rio de Janeiro: História Real, 2021) – tem formato heterodoxo. De fato. A primeira parte são recordações familiares e escolares, situadas em Lambari e Belo Horizonte. A segunda são crônicas dos Estados Unidos, extraídas de cartas para minha mãe quando estudei na Universidade de Yale. A terceira relata minhas experiências em Brasília, primeiro na UnB, depois no Plano Cruzado e finalmente no Plano Real. As perspectivas são distintas, mas mantive um tom leve e coloquial mesmo quando trato de temas econômicos. Seguem trechos que ilustram minhas experiências na vida pública.

## Trechos do livro

Em agosto de 1972, estava em meu escritório no Departamento de Economia da UnB quando recebi um chamado do vice-reitor, José Carlos Azevedo, dizendo que Filinto Müller gostaria de conversar comigo. Sabia desse personagem apenas dos livros de história, conhecido como o impiedoso chefe da polícia política da ditadura de Vargas. Era então presidente da Arena e líder do governo militar no Senado e me chamava para uma conversa particular! Enchi-me de coragem e bati à porta de seu apartamento. Estava como no meu cotidiano, cabelo e barba compridos, camiseta jeans, sandálias franciscanas. Ele abriu a porta, disse-lhe quem era, ele me olhou de alto a baixo e perguntou:

– Seu pai veio com você?

Duvidava de que aquela figura barbada e descabelada à sua frente fosse o Bacha de que Franco Montoro falava no Senado.



\* \* \*

Ao final de novembro de 1986, passadas as eleições que o PMDB ganhou de lavada, foi decretado o Cruzado II. Anos depois, Presidente Sarney diria para sua biógrafa:

– O maior erro que eu cometi na minha vida foi o Plano Cruzado II. Eu preferiria ter cortado a minha mão a ter assinado aquilo.

Para mim, foi a gota d'água. Com enorme tristeza, naquele mesmo dia me demiti da presidência do IBGE, o primeiro da fila. Dois meses depois, Fernão Bracher deixou o Banco Central. Em março, caiu Sayad e, em abril, Funaro. Triste fim para um plano que, melhor concebido e melhor executado, poderia ter dado certo, poupando anos de equívocos na política econômica.

\* \* \*

Ao demitir-me da presidência do IBGE em novembro de 1986, não podia antever que teria uma segunda chance no governo. A amarga experiência do Plano Cruzado me deixara convicto de só voltar para o governo como membro de um movimento político, nunca mais como um tecnocrata cujas opiniões podiam ser descartadas ao sabor das necessidades eleitorais. Em 1988, afiliei-me ao PSDB logo que foi fundado porque vi nele um partido em cujas decisões teria peso efetivo, por minha amizade com Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro, José Serra e Tasso Jereissati. Em maio de 1993, Fernando Henrique assumiu o Ministério da Fazenda. Quando eu titubeei em ir junto, Mário Covas me disse:

– Bacha, essa não é uma decisão individual do Fernando, é uma decisão do partido, você é o economista do partido, tem que vir conosco.

A sorte estava lançada: era a vez do Plano Real.

\* \* \*

Em minhas tratativas no Congresso, acumulei frases que podem fazer parte de um manual de negociação parlamentar:

– Você é PhD e coisa que tal. Mas não ache que pode nos enganar. Aqui o mais bobo foi eleito.

– Verba é bom, mas o que o pessoal gosta mesmo é de palanque e prestígio.

– Político tem adversário, não tem inimigo.

– Por que você não se candidata? Com o nome que tem, não precisa nem fazer campanha.

– Isso da primeira vez, e da segunda?

– Aí você vai ter que ralar.

\* \* \*

Em 18 de agosto de 1993, Fernando Henrique levou-me ao Palácio do Planalto para conversar com Itamar Franco. Na saída, pedi ao presidente um autógrafa para meus filhos. Ele fez mais do que isso, mandou-me um recado: “Para Julia e Carlos Eduardo, o abraço amigo e o meu desejo que peçam ‘muita velocidade’ ao querido pai, em benefício do nosso Brasil. Em 18/9/93, Itamar Franco”.

Querida velocidade, mas soube esperar nove meses até a criança nascer.

---

## Desafios da democracia

---

Merval Pereira

Ocupante da Cadeira 31 na Academia Brasileira de Letras.

**Q**ueria selecionar um pouco do que escrevi sobre questões que dizem respeito à cultura, aos valores democráticos, à cobertura das eleições americanas, ao futebol como expressão do diálogo entre culturas e países, ao debate sobre o papel da mídia e da tecnologia no mundo moderno e a temas urgentes da pauta contemporânea sobre os quais a ABL tem procurado refletir com a colaboração de importantes pensadores do Brasil e do exterior.

O Brasil atravessa um momento *sui generis* em sua vida política e cultural. Temos assistido, quase diariamente, a ataques à cultura e à liberdade de expressão, seja da parte do próprio presidente da República, ou de pessoas nomeadas com esse fim, seja de vaidosos e irresponsáveis gurus digitais.

Espero que a leitura de, pelo menos, alguns dos artigos aqui reunidos em ordem cronológica certifiquem a quem se dispuser a examiná-los que minha obsessão permanente tem sido a defesa da ordem liberal contra os desmandos do autoritarismo e do populismo mesclado com a corrupção, além da defesa da liberdade de imprensa e opinião contra os arroubos da retórica autoritária não só no Brasil, mas em países onde vivi ou que visitei profissionalmente.



## Trecho do livro

### A moral do dinheiro

Em tempos de “indignados” acampados em praças ao redor do planeta, cuja mais perfeita tradução é o “Ocuppy Wall Street”, que de Nova York se espalhou por diversas cidades dos Estados Unidos e do mundo, nada mais atual do que a exposição “Dinheiro e Beleza: Banqueiros, Botticelli e a Fogueira das Vaidades”, em exibição até 22 de janeiro no belíssimo Palazzo Strozzi, um dos mais finos exemplos da arquitetura da Renascença, no centro de Florença, na Itália.

Um dos aspectos abordados na exposição é a usura, que desde a Antiguidade até hoje separa a economia da moralidade, no centro dos debates dos “indignados” atuais, que consideram que o capitalismo precisa de regulamentações e amarras contra a especulação financeira.

Os curadores da exposição, Ludovica Sebregondi e Tim Parks, têm visões distintas a partir de suas origens: ela é uma historiadora com formação católica; ele, um jornalista protestante. Seus textos, nos quais me baseei para escrever esta coluna, orientam toda a exposição. A partir da criação do florim de ouro, em 1252, que se transformou na principal medida de valor em toda Europa, trazendo para Florença grande prestígio e provando-se importante trunfo para os comerciantes e banqueiros da cidade, a exibição percorre dois séculos e meio “da mais resplandecente época da história de Florença”, que experimentou nesse período rápido desenvolvimento econômico.

A atividade de emprestar dinheiro era das poucas permitidas aos judeus – a outra era a medicina – e sempre foi vista de maneira negativa. Nessa tensão, “doações para a salvação da alma” tornaram-se comuns, dirigidas à caridade ou às artes. A Igreja tinha preocupação de proteger pessoas em dificuldades financeiras, e os franciscanos, a partir de 1462, ajudaram a estabelecer instituições que impediam a usura.

O famoso óleo de Marinus van Reymerswaele, de 1540, *Os usurários*, do Museu Stibbert de Florença, faz parte da exposição. As imagens de usurários queimando no fogo do inferno perturbavam tanto emprestadores quanto tomadores de empréstimos.

A “carta de troca” surgiu para permitir que fosse dado um empréstimo em troca de pagamento de juros sem que parecesse usura. Por mais de 200 anos, ela permitiu a banqueiros lucrarem sem se sentirem usurários. Funcionava assim: se alguém queria trocar florins por libras inglesas, por exemplo, os florins eram dados em Florença e as libras recebidas em Londres.

A viagem para Londres demorava 90 dias, e nesse período a taxa de troca se alterava, produzindo lucro. Muitas vezes nem era preciso viajar.

Outro quadro de Marinus van Reymerswaele, *O cambista e sua mulher*, de 1540, do Museu Nacional de Bargello, em Florença, também está na exposição e já mostra uma mudança na percepção. O cambista já não é uma figura grotesca como no quadro *Os usurários*. A “carta de troca” tornou-se o principal instrumento de crédito e financiava o comércio internacional. Os banqueiros passaram a atuar também como comerciantes.

Segundo a curadora Ludovica Sebregondi, a tensão entre a exigência da Igreja de sobriedade e o amor pelo luxo produziu obras de artes sublimes nos séculos

XIV e XV. O estabelecimento de uma moeda como medida de valor de todas as coisas, ao mesmo tempo que permitiu comparações entre, por exemplo, um barril de vinho e uma prece por um ser amado doente, trouxe uma sensação de desconforto, especialmente porque na época as diferenças sociais eram tidas como expressões da vontade divina.

Eram frequentes as queixas no século XIV de que um camponês podia usar seu dinheiro para mudar-se para um local melhor ou até mesmo “abrir as portas do paraíso”. O livre uso do dinheiro ameaçava ao mesmo tempo o *status quo* e a metafísica cristã – como ironiza Tim Parks, outro dos curadores da mostra.

Um exemplo dessa tensão é o quadro de Botticelli *Madona e a criança*, pintado para ajudar as preces de um cliente privado, coisa que só os muito ricos podiam pagar. A Madona, embora tenha dado à luz em uma manjedoura, está ricamente vestida.

A partir do século XIII, com a disseminação do comércio e das demandas de consumo, os símbolos de riqueza foram se multiplicando e aumentando também aqueles que tinham condições de exibir sua riqueza, criando uma tensão com os ensinamentos da Igreja que definiam as classes sociais como desejos divinos. Foi então baixada uma legislação que pretendia limitar a exibição da riqueza não apenas em roupas e ornamentos, mas também em festas, banquetes, batismos e funerais.

O século XIV trouxe duas novidades: cavaleiros, doutores, médicos, juízes e suas mulheres tinham permissão de ostentar suas riquezas. Assim, tornou-se aceitável que se burlasse a lei desde que se pagasse uma multa, o que ajudava a encher os cofres públicos.

A crise da sociedade Florentina no fim do século está ligada à disputa entre os Medici e o frade Girolamo Savonarola. A luta entre Lorenzo e o frade de Ferrara marca o fim do século XV.

Uma das peças mais bonitas da exposição é *Cristo crucificado*, uma têmpera em molde pintado dos dois lados por Botticelli, de 1496, que tem tudo a ver com a pregação de Savonarola. Em 1497 e 1498, ele organizou duas fogueiras de coisas “vãs, lascivas e desonestas” na Piazza della Signoria em Florença. Foi a polêmica que contribuiu para sua derrocada e sua execução.

Para a Igreja na época, o usurário peca porque vende o intervalo de tempo entre o momento em que empresta o dinheiro e o recebe de volta, com lucro. Ele, portanto, negocia o tempo, que pertence a Deus. Mas havia exceções: Tomás de Aquino estabeleceu as condições para que contratos legítimos pudessem cobrar juros; e Bernardino de Siena fez a distinção entre um usurário e um banqueiro, cujo negócio permitia a circulação da riqueza, ainda hoje base do sistema financeiro.

Condenada pela Igreja, que proibia a reprodução do dinheiro sem a produção ou a transformação de bens, a usura provoca a pergunta no ar até hoje: onde acaba a compensação justa e começa o lucro que destrói vidas?



# PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

(Fundada em 20 de julho de 1897)

As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da *Revista Brasileira, fase III* (1895-1899), sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da *Revista*, na Travessa do Ouvidor 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.

Cadeira	Patronos	Fundadores	Membros Efetivos
1	Adelino Fontoura	Luís Murat	Ana Maria Machado
2	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Eduardo Giannetti
3	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Joaquim Falcão
4	Basílio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
5	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	José Murilo de Carvalho
6	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Cicero Sandroni
7	Castro Alves	Valentim Magalhães	Carlos Diegues
8	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Cleonice Serôa da Motta Berardinelli
9	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Alberto da Costa e Silva
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Rosiska Darcy de Oliveira
11	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	Ignácio de Loyola Brandão
12	França Júnior	Urbano Duarte	Paulo Niemeyer Filho
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Sergio Paulo Rouanet
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Celso Lafer
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Marco Lucchesi
16	Gregório de Matos	Araípe Júnior	Lygia Fagundes Telles
17	Hipólito da Costa	Sílvio Romero	Fernanda Montenegro
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Antonio Carlos Secchin
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Gilberto Gil
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Paulo Coelho
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	João Almino
23	José de Alencar	Machado de Assis	Antônio Torres
24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	Geraldo Carneiro
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	Marcos Vinícios Vilaça
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Antonio Cicero
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Domício Proença Filho
29	Martins Pena	Artur Azevedo	Geraldo Holanda Cavalcanti
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Nélida Piñon
31	Pedro Luís	Luís Guimarães Júnior	Merval Pereira
32	Araújo Porto-Alegre	Carlos de Laet	Zuenir Ventura
33	Raul Pompeia	Domício da Gama	Evanildo Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	Evaldo Cabral de Mello
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Candido Mendes de Almeida
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	Fernando Henrique Cardoso
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Arno Wehling
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	José Paulo Cavalcanti Filho
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Edmar Lisboa Bacha